

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

TATIANE PEREIRA DA SILVA

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

FRANCA

2021

TATIANE PEREIRA DA SILVA

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Analúcia Bueno dos Reis Giometti

Coorientadora: Prof^a. Dr^a. Maria José de Oliveira Lima

FRANCA

2021

S586q Silva, Tatiane Pereira da
A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social / Tatiane Pereira da Silva. -- Franca, 2021
230 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientadora: Analúcia Bueno dos Reis Giometti
Coorientadora: Maria José de Oliveira Lima

1. Serviço Social. 2. Meio Ambiente. 3. Sustentabilidade. 4. Trabalho. 5. Formação. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

TATIANE PEREIRA DA SILVA

**A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA
FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção de Título de Doutora em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social – Trabalho e Sociedade.

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti (FCHS/UNESP)

1º Examinador (a): _____

Prof^ª. Dr^ª. Adriana Giaqueto Jacinto (FCHS/UNESP)

2º Examinador (a): _____

Prof^ª. Dr^ª. Eliana Bolorino Canteiro Martins (FCHS/UNESP)

3º Examinador (a): _____

Prof^ª. Dr^ª. Rita de Cássia Lopes Oliveira Mendes (UFTM)

4º Examinador (a): _____

Prof^ª. Dr^ª. Taís Pereira de Freitas (UFTM)

Franca, 03 de setembro de 2021.

*Dedico este trabalho a Deus, por me dispor inspiração;
Aos participantes pela transmissão de conhecimento;
À minha família e aos meus amigos pelo grande
apoio e incentivo nesta empreitada.*

AGRADECIMENTOS

Ao Criador de todas as coisas deste universo chamado Planeta Terra,
por me prover saúde, sabedoria e resiliência para chegar até aqui.

À Professora Dr^a. Analúcia Bueno dos Reis Giometti, por ter sido minha orientadora
neste percurso, contribuindo imensamente para a concretização deste trabalho.

À Professora Dr^a. Maria José de Oliveira Lima, por ter aceitado a coorientação desta
pesquisa em face a construção epistemológica do objeto estudado.

Às Professoras: Dr^a. Helen Barbosa Raiz Engler (FCHS/UNESP) e a
Dr^a. Rita de Cássia Lopes de Oliveira Mendes (UFTM), por terem composto a
banca geral examinadora, e qualificado as ideias propostas nesta pesquisa.

Ao professor PhD Juan Carlos Oyanedel do Programa de Doctorado en Educaci3n y Sociedad
(UNAB do Chile), por ter me ofertado estágio de Doutorado no Exterior, mesmo pela
impossibilidade de concretizá-lo devido a pandemia do Covid 19, serei eternamente grata!

Aos Coordenadores e Docentes da FCHS/UNESP, que participaram da
pesquisa de campo concernente a prática acadêmica universitária.

Aos graduandos, pós-graduandos, servidores, técnicos-administrativos e bibliotecários
da FCHS/UNESP, que direta ou indiretamente fizeram parte desta trajetória.

Aos Profissionais: a docente de Serviço Social Dr^a. Edméia Corrêa Netto (Imesb); o psicólogo
Marcelo Martinho Lopes (CAPS II) e aos assistentes sociais Marcela Eliane da Silva Arantes
e Ronaldo de Carvalho (SMDS) da Prefeitura Municipal de São Sebastião do Paraíso(MG),
por disporem empatia e companheirismo profissional em face ao meu doutoramento.

A todos os meus queridos amigos, em especial: Andrés Benítez Concha (Chile), Joaquim M.
M. Vieira (Portugal), Luciana de Oliveira, Meire Neves de Souza e Raíssa Cristina Silveira,
pelos momentos de troca epistemológica, suporte e demonstração de amizade.

Em especial à minha família: à minha mãe Maria Rosa, o meu irmão Roniel, à minha cunhada
Janaína e os meus sobrinhos: a pré-adolescente Lanna e o pequenino Theo, que nasceu
durante a pandemia para nos trazer contentamento e esperança por dias melhores.

E, ao meu cachorrinho Rabito, pelo afeto, alegria e companhia cotidiana,
que fizeram dos meus dias difíceis se tornarem mais leves.

Muito Obrigada!

A crise representa purificação e oportunidade de crescimento. Não precisamos recorrer à palavra chinesa de crise para saber desta significação. Basta recordar o sânscrito, matriz de nossa língua. Em sânscrito, crise vem de kir ou kri que significa purificar e limpar. De kri vem crisol, elemento químico com o qual limpamos ouro das gangas e acrisolar que quer dizer depurar. Então, a crise representa um processo crítico, de depuração do cerne: só o verdadeiro e substancial fica, o acidental e agregado desaparece. A partir do cerne se constrói uma outra ordem.

Leonardo Boff.

SILVA, Tatiane Pereira da. **A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social**. 2021. 230f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2021.

RESUMO

A exacerbação da questão socioambiental, e suas múltiplas expressões na contemporaneidade, vem configurando um novo espaço de investigação e intervenção para o Serviço Social, em que novas demandas advindas dessa questão estão sendo postas à profissão. Por isso, consubstancia a importância da incorporação de reflexões teóricas e práticas durante a formação de Assistentes Sociais, para que estes tenham possibilidade de responder de maneira qualificada o desempenho do trabalho profissional exigido na atualidade. A partir desse cenário, muitas contextualizações circunscrevem essa temática, na qual procuramos responder questionamentos sobre como a questão socioambiental pode estar inserida nos processos de formação do curso de graduação em Serviço Social, que possibilita formar Assistentes Sociais aptos a trabalhar no âmbito socioambiental. Destarte, nesta Tese se propôs analisar o processo de formação profissional no universo do Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no que consiste a inserção da questão socioambiental contemporânea. Para isto, buscamos conhecer as demandas postas ao trabalho profissional de Assistentes Sociais, refletir o processo da formação profissional em Serviço Social na perspectiva socioambiental e investigar a inserção da questão socioambiental nas diretrizes curriculares, na implementação do projeto pedagógico e na visão empírica do exercício didático-pedagógico de Coordenador do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP. A trajetória metodológica abarcou o método dialético, no procedimento técnico das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, tendo como estratégia de pesquisa: o estudo de caso por intermédio das pesquisas descritiva e exploratória; a referência das Diretrizes Gerais de 1996 vigente no curso de Serviço Social; o emprego da abordagem qualitativa; a aplicação de um questionário semiestruturado por um roteiro de perguntas aos sujeitos da pesquisa enquanto instrumental técnico disponibilizado via correio eletrônico para o recolhimento do material empírico no ano de 2020; e, ao final, foi sobreposta uma análise de conteúdo. Em linhas gerais, consideramos que este estudo possibilitou a apreensão concernente à questão socioambiental no trabalho e formação profissional em Serviço Social, com subsídios para analisar o seu embasamento no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP quanto ao processo que conduz ensino e aprendizagem frente às exigências transversais que ancoram o aporte intelectual adjacente ao tema analisado, posto que nos deparamos com avanços e delimitações no âmbito do processo educativo e dos seus desafios na dimensão acadêmica de graduar-se numa trajetória que disponha o socioambiental para instigar e qualificar o desempenho do exercício profissional de Assistentes Sociais.

Palavras-chave: Serviço Social. questão socioambiental. formação profissional.

SILVA, Tatiane Pereira da. **On the socio-environmental issue in vocational training in Social Work.** 2021. 230 f. Thesis (PhD in Social Work) – College of Humanities and Social Sciences, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2020.

ABSTRACT

The exacerbation of the socio-environmental issue, and its multiple expressions in contemporaneity, has configured a new space for investigation and intervention for Social Work, in which new burdens arising from this issue are being placed on the profession. Therefore, it is important to incorporate theoretical and practical reflections during the training of Social Workers, so that they are able to respond in a qualified manner to the performance of the professional work required today. From this scenario, many contextualizations circumscribe this theme, in which we seek to answer questions about how the socio-environmental issue can be inserted in the formation processes of the undergraduate course in Social Work, which makes it possible to train Social Workers able to deal with the socio-environmental issue. Thus, in this dissertation we aimed to analyze the process of professional training in Social Work at the College of Human and Social Sciences, FCHS/UNESP, in what is with the contemporary socio-environmental issue. In order to do that, we seek to understand the demands placed on the professional work of Social Workers, reflect the process of professional training in Social Work in the socio-environmental perspective and investigate the inclusion of the socio-environmental issue in the curriculum guidelines, in the implementation of the pedagogical project and in the empirical view of the didactic exercise of the pedagogical Coordinator of the Social Service course at FCHS/UNESP. The methodological trajectory envisioned the use of the dialectical method, in the technical procedure of bibliographical, documental and field research, having as research strategy: the case study through descriptive and exploratory research; the reference of the 1996 General Guidelines in force in the Social Work course; the use of the qualitative approach; the application of a semi-structured questionnaire with a script of questions to the research subjects as a technical tool made available via e-mail for the collection of empirical material in the year 2020; and, at the end, a content analysis was superimposed. In general terms, we believe that this study enabled apprehend concerning the socio-environmental issue at work and professional training in Social Work, with subsidies to analyzes its basis in the Social Work course at FCHS/UNESP regarding the process that conducts teaching and learning in the face of the requirements transversals that anchor the intellectual contribution adjacent to the analyzed theme, since we are faced with advances and delimitations in the scope of educational process and its challenges in the academic dimension of graduating in a trajectory that disposes of the socio-environmental bias to instigate and qualify the performance of Social Workers.

Keywords: Social Work. environmental issue. professional training.

SILVA, Tatiane Pereira da. **La cuestión socioambiental en la formación profesional del Trabajo Social**. 2021. 230f. Tesis (Doctorado en Trabajo Social) – Facultad de Ciencias Humanas e Sociales, Universidad Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

RESUMEN

La emergencia de los problemas socioambientales y sus múltiples consecuencias en la actualidad han generado nuevos espacios para la investigación e intervención en el Trabajo Social, los que han traído también nuevas exigencias a la profesión para abordarlos. Por tanto, se eleva la importancia de incorporar reflexiones teóricas y prácticas en la formación de los/as Trabajadores Sociales, para que en el ejercicio profesional estos/as sean capaces de responder con las competencias, conocimientos y habilidades que hoy en día se requieren. A partir de lo anterior, son muchas las aristas, por cierto, que se cruzan entorno a estos problemas, de la que esta tesis busca dar respuesta sobre cómo se puede incorporar la temática socioambiental en los procesos de formación de la carrera de Pregrado en Trabajo Social, lo que se espera, permitiría formar Trabajadores Sociales capaces de enfrentar los problemas socioambientales. De esta manera, en este estudio se analiza el proceso de formación profesional de la carrera de Trabajo Social en la Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, FCHS / UNESP desde una perspectiva del problema socioambiental contemporáneo. Para esto, se busca conocer las competencias, conocimientos y habilidades que se les exigen actualmente a los/as Trabajadores Sociales en el ejercicio profesional, y con ello poder reflejar y evaluar la inclusión de dichas competencias en el proceso de formación profesional de la malla curricular de Trabajo Social, con la implementación de un proyecto didáctico-pedagógico del Coordinador del curso de Trabajo Social en FCHS/UNESP. La metodológica utilizada contempló el método dialéctico en la revisión bibliográfica, documental y de campo, considerando como estrategia metodológica: el estudio de casos mediante la descripción exploratoria; la referencia de las Directrices Generales de 1996 vigentes de la carrera de Trabajo Social; el uso del enfoque cualitativo; la aplicación de una entrevista semiestructurada mediante una pauta de preguntas dirigida a los actores como herramienta disponible vía correo electrónico para la recolección de información el año 2020; y, al final, se realiza un análisis de contenido. En términos generales, creemos que este estudio permitió reflexionar sobre la problemática socioambiental en el ejercicio y formación profesional del Trabajo Social, con aportes concretos para la carrera de la FCHS/UNESP en cuanto a su proceso de enseñanza y aprendizaje frente a las exigencias que demanda la temática analizada, debido a que nos enfrentamos a ciertos avances y delimitaciones en el proceso educativo y a sus desafíos en el ámbito académico, en especial para formar generaciones que instalen el problema socioambiental en el ejercicio profesional de los/as Trabajadores Sociales.

Palabras clave: Trabajo social. tema socioambiental. formación profesional.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Paradigma de economia linear.....	60
Figura 2 Paradigma alternativo de economia linear para economia circular	71
Figura 3 Faculdades e Institutos da UNESP	128
Figura 4 Etapas do Projetos de Extensão.....	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Abordagem no processo de formação profissional em Serviço Social	124
Quadro 2	Cursos de graduação no câmpus de Franca (SP).....	128
Quadro 3	Estrutura geral do curso de Serviço Social.....	134
Quadro 4	Configuração dos principais componentes curriculares	135
Quadro 5	As estruturas curriculares desde a implantação do curso de Serviço Social.....	139
Quadro 6	Estrutura curricular do curso de Serviço Social (2015)	141
Quadro 7	Grade curricular - Resolução Unesp n. 04/2015.....	142
Quadro 8	Disciplinas do Programa Pós-graduação em Serviço Social	147
Quadro 9	Iniciação Científica na Graduação em Serviço Social	151
Quadro 10	Grupos de Pesquisa no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP	152
Quadro 11	Grupos de Pesquisa - educação e linguagens.....	153
Quadro 12	Projeto de Pesquisa - Trabalho e Sociedade (PPGSS).....	154
Quadro 13	Projetos de Extensão Universitária (DSS)	156
Quadro 14	Projetos de Extensão Universitária financiados em 2020 (DSS).....	156
Quadro 15	Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) associados à ABEPSS.....	159
Quadro 16	Currículo Mínimo: comparativo das diretrizes curriculares.....	161
Quadro 17	TCC - Trabalho de Conclusão de Curso com a temática ambiental.....	167
Quadro 18	PPGSS - Dissertações de Mestrado com viés socioambiental	169
Quadro 19	PPGSS - Teses de Doutorado com viés socioambiental	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Departamentos com viés em educação ambiental na UNESP	163
Gráfico 2 TCC - Curso de graduação em Serviço Social - FCHS/UNESP.....	168

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social
BM	Banco Mundial
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBAS	Congresso Nacional de Assistentes Sociais
CEDEPSS	Centro de Documentação em Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CEPAL	Centro de Estudo Econômico da América Latina
CEPEER	Centro de Estudo, Pesquisa, Ética e Extensão Rural
CES	Câmara de Educação Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento
CRESS	Conselho Regional do Serviço Social
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DECSPP	Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Sociais
DSS	Departamento de Serviço Social
EAD	Ensino à Distância
ENPSS	Encontro Nacional de Pesquisadores do Serviço Social
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FMI	Fundo Monetário Internacional
FTS	Facultad de Trabajo Social
GTP	Grupos Temáticos de Pesquisa
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IES	Instituição de Ensino Superior
IFCE	Instituto Federal do Ceará
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC	Ministério de Educação e Cultura
NESSS	Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social
OMM	Organização Metodológica Mundial
ONG	Organizações Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica
PNE	Política Nacional de Educação
PNE	Política Nacional de Estágio da Abepss
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PPGSS	Programa de Pós Graduação de Serviço Social
PPP	Projeto Político Pedagógico
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
STG	Seção Técnica de Graduação
SVMA	Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
UERN	Universidade Estadual do Rio Grande do Norte
UFA	Unidade de Formação Acadêmica
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPA	Universidade Federal da Paraíba
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UNRJ	Universidade Federal Rio de Janeiro
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UMAPAZ	Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz
UNAB	Universidad Andrés Bello
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFESP	Universidade Federal do Estado de São Paulo
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	16
A trajetória da pesquisa	21
CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O TRABALHO PROFISSIONAL	31
1.1 Serviço Social enquanto profissão no cenário atual	31
1.1.1 Paradigma moderno da sociabilidade capitalista.....	33
1.1.2 Trabalho profissional e suas características.....	47
1.2 Questão socioambiental e seus significados no Serviço Social.....	52
1.2.1 Os fundamentos da questão socioambiental	53
1.2.2 Dos impactos ambientais na esfera social	61
1.2.3 Busca pela sustentabilidade socioambiental.....	68
1.2.4 Questão socioambiental e os desafios profissionais.....	75
1.3 Impactos da questão socioambiental no trabalho profissional.....	78
1.3.1 Novas reconfigurações produtivas	79
1.3.2 Demandas socioambientais postas à profissão	83
CAPÍTULO 2 EDUCAÇÃO SUPERIOR, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	89
2.1 O processo educativo no Ensino Superior	89
2.1.1 Universo da formação profissional.....	92
2.2 Questão socioambiental e suas particularidades	98
2.2.1 Formação e educação ambiental.....	103
2.3 A formação profissional em Serviço Social	107
2.3.1 Inserção da questão socioambiental na formação profissional.....	114
CAPÍTULO 3 DIMENSÃO ACADÊMICA, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS / UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”	126
3.1 A dimensão acadêmica no Serviço Social da FCHS / UNESP.....	126
3.1.1 Curso de graduação em Serviço Social	130

3.1.2 Diretrizes curriculares e suas reformulações	135
3.1.3 Programa de pós-graduação em Serviço Social	145
3.1.4 Composição dos núcleos de ensino, pesquisa e extensão.....	149
3.2 Inserção da questão socioambiental no Serviço Social	159
3.3 Desdobrando a questão socioambiental na formação profissional	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	191
REFERÊNCIAS	199
GLOSSÁRIO	216
APÊNDICES	220
Apêndice A – Carta de solicitação para pesquisa na FCHS/UNESP.....	220
Apêndice B – Carta Convite para os sujeitos da pesquisa (1ª versão – Word doc.).....	221
Apêndice C – Convite para os sujeitos da pesquisa (2ª versão – Google forms)	222
Apêndice D – Questionário para Coordenadores de curso	224
Apêndice E – Questionário para Docentes do curso	225
Apêndice F – Resumo do projeto de Tese.....	226
Apêndice G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	227
ANEXOS	228
Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP).....	228

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Nem a sociedade, nem uma nação ou nem mesmo todas as sociedades juntas são proprietárias do globo. São apenas posseiras. E devemos legá-las em melhores condições às gerações futuras.
(Karl Marx).

Nas últimas décadas, os países passaram por grandes mudanças, representadas por transfigurações políticas, econômicas, sociais, culturais, científicas e tecnológicas. Essas mudanças, acrescidas aos meios da (re)produção capitalista e o crescimento urbano acelerado, trouxeram consigo o aumento e a alteração dos hábitos de consumo das pessoas, gerando um descontrole em face do processo natural do equilíbrio ambiental. Por conseguinte, junto a este cenário, se agravaram concomitantemente os problemas “sociais” e os “ambientais”, de maneira a culminar uma intensificação destas modificações ambientais na contemporaneidade, que tem como resultado a crise ecológica mundial.

Um dos pontos cruciais deste panorama configura-se como uma *crise socioambiental*¹, por estar atrelada às ações antrópicas decorrentes do modelo de desenvolvimento socioeconômico, sobretudo pelos efeitos dos impactos ambientais causados com a depredação e destruição dos recursos naturais dos ecossistemas da Terra. Todavia, entre as várias consequências que vão se alastrar por todo o planeta, diversas destas podem ocasionar danos gravíssimos ao meio ambiente e às espécies de animais viventes, pois muitos deles podem acabar entrando em extinção. São efeitos ambientais que já vêm ocorrendo com maior veemência na natureza nos últimos anos.

O paradigma moderno do desenvolvimento técnico-científico contemporâneo, que está exponencialmente sendo conduzido pelo capitalismo, por sua vez, pode ser considerado como o principal causador dessa crise no meio ambiente. Pois, ao delinear o contexto sócio-histórico da sociedade desde os primórdios até a contemporaneidade, constituiu-se uma trajetória na organização da vida social que foi disseminando a interação humana estabelecida com a natureza em face a expansão da captação inadequada dos seus recursos naturais, tendo como finalidade a produção exacerbada de riquezas materiais para o conforto e a satisfação do bel-prazer para além da subsistência do gênero humano.

¹ A expressão “socioambiental” refere-se aos processos sociais resultantes da relação estabelecida da sociedade com o meio ambiente, tendo como desfecho o conjunto das manifestações sociais e da destrutividade ambiental.

A interação da sociedade com a natureza tem sido definida por relações determinadas pelos meios e padrões da (re)produção capitalista, cuja orientação projetada é a maximização dos lucros e manutenção do sistema, resultando na desigual distribuição de renda e uma crescente exploração da força de trabalho por um lado, e, por outro, a deterioração da base econômica disseminada de aleatórias crises estruturais, da destruição e depredação da fonte das riquezas naturais, ou seja, do meio ambiente.

O acirramento da crise ecológica contemporânea, por isso, vem conduzindo um novo quadro na esfera social, que sofre o embate das manifestações advindas dos processos conjunturais considerados como sendo *questão socioambiental*, pois a sua fundamentação englobam os problemas “sociais” e os “ambientais” numa mesma proporção, significando características indissociáveis, em que os nexos neles existentes possuem elementos estruturais de funcionalidade que estão diretamente interligados um ao outro.

Nessa conjuntura, nos deparamos com a desigualdade social, pauperização, miséria, pobreza, violência, desemprego, precarização do trabalho, falta de infraestrutura habitacional, subnutrição, proliferação de doenças, e, entre outros. Estes elementos, que são de cunho social, também podem estar correlacionados com outras situações originadas de *questões ambientais* como a degradação do meio ambiente, poluição sanitária e atmosférica, exploração desmedida da natureza, esgotamento de recursos naturais, problemas advindos da produção inadequada de descartáveis, o descumprimento das leis de proteção ambiental, etc.

Tais determinantes podem ser identificados e compreendidos socialmente, como sendo reflexos das manifestações da *questão social*, resultantes da estrutura contraditória e antagônica das relações sociais que são pautadas no processo social do sistema capitalista e prosperada pela expansão global da sua reestruturação ancorada no projeto neoliberal². Portanto, tem sido delineada a lógica da sua manutenção contemporânea, e, simultaneamente, disseminado consequências que geram vários impactos na sociedade, pois delas podem ser provenientes enquanto *questão socioambiental e suas múltiplas expressões*.

Isso, certamente, perfaz a necessidade de repensarmos o paradigma moderno da relação homem-natureza que vivemos atualmente, como algo imprescindível para a perpetuação do gênero humano através da sustentabilidade socioambiental. É necessário pensar num processo

² “[...] Está emergindo como el Estado que se retira de la regulación social y cuyos servicios públicos son privatizados. Poderosos actores no estatales obtienen por lo tanto control sobre las vidas y bienestar de vastas poblaciones, sea el control de salud, la tierra, el agua potable, las semillas, los bosques, la calidad del medio ambiente. [...] desde que, a mitad de los años ochenta, el neoliberalismo comenzó a imponerse globalmente con la nueva versión del capitalismo *laissez-faire*, se invirtió la relación entre las experiencias y las expectativas en grupos cada vez más grandes de población mundial.” (SANTOS, 2010, p. 41, 64, grifo do autor).

que desenvolva um *paradigma ecológico* a partir da projeção integrada da qualidade de vida entre o social e o ambiental, o que de maneira elementar torna-se essencial para a continuidade do equilíbrio dos ecossistemas da Terra.

Dessa maneira, apreender o ambiental na dimensão social, econômica, política, ideológica e cultural não deve aparecer em cena de forma fragmentada da totalidade concreta, mas sim estar conectado entre os nexos dos diversos campos do saber, por se tratar de uma temática transdisciplinar ligada às diversas áreas da pesquisa, que podem surgir de outras abordagens como: a urbana, a agrária, o trabalho, a saúde, a educação, e, etc. À vista disto, temos no campo social que o trabalho profissional conduzido na transversalidade dos saberes junto às equipes multi e interdisciplinares, torna-se indispensável, para que haja atuações profissionais mais eficazes e efetivas no âmbito da sociabilidade interativa do gênero humano com o meio ambiente em que ele habita.

É neste cenário atrelado, ao desenvolvimento socioeconômico atual, que desponta a atuação do Serviço Social que, enquanto profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho coletivo, realiza as suas ações e intervenções no bojo das questões emergidas no tecido das relações sociais. A profissão é orientada por um projeto ético-político profissional que defende uma ordem societária que possa garantir a liberdade dos sujeitos sociais de construir sua própria história na sociedade, num percurso que detenha a viabilização dos direitos essenciais para o exercício da cidadania de maneira a suscitar emancipação humana e social.

Diante dos desafios advindos da *questão socioambiental contemporânea*, vislumbramos que o processo da formação profissional de Assistentes Sociais prorroga a apropriação do seu exercício prático a partir da compreensão constituída no contexto sócio-histórico, onde atualmente encontram-se novos debates que vão contra a falácia dos rearranjos estruturais da (re)produção incorporada ao capitalismo *verde*. Com destaque, podemos identificar várias representações, tais como a injustiça ambiental, a produção industrial de descartáveis e a prestação do serviço de trabalhadores informais, que acabam sendo introduzidos enquanto classe pauperizada e socialmente excluídos na condição de catadores de materiais recicláveis, como alternativa de acumulação ecologicamente sustentável para a captação de matéria-prima destinada ao processamento produtivo do reciclável através da indústria.

Esse campo, permeado pelo *capital fetiche*, se apresenta entre os renovados mecanismos que surgiram das sombras mercadológicas do interesse capitalista pelo ecológico. No entanto, a essência da produtividade estrutural continua sendo a mesma, acarretando por sua vez no agravamento insustentável da *questão socioambiental e as suas múltiplas expressões*, que,

acabam por configurar nesse processo as interligações simultâneas de outros fatores ambientais que podem também ser originados da questão urbana e/ou a rural.

Com os impactos dessa realidade na esfera social, cabe aos assistentes sociais, e docentes desta área profissional, abarcarem competências e estratégias qualificadas para a formação em Serviço Social, ampliando, no processo da graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*), o exercício prático acadêmico-profissional numa perspectiva socioambiental, que poderá ser apreendidas por meio da incorporação do viés da Educação Ambiental. Essa dimensão passa por aspectos que contribuem para mediações atribuídas à profissão, fortalecendo o seu projeto ético-político profissional contido de seus referenciais teórico-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos, numa articulação dinâmica da instrumentalidade para dispor o percurso do seu exercício profissional na prática social. A partir daí, os elementos centrais acerca desta temática deixam de se apresentar apenas como um campo novo de atuação, constituindo-se parte da *práxis* necessária do trabalho e referências para todos os profissionais que buscam incluir-se na empreitada socioambiental.

No embate dos muitos desafios cotidianos, os profissionais poderão analisar os fundamentos da *questão socioambiental e suas múltiplas expressões* como parte elementar para o processo da formação de Assistentes Sociais. Temos, nesse enfoque, a importância da compreensão da realidade brasileira como sendo indispensável para a construção do conhecimento sobre a temática no território nacional. Isso está relacionada a uma conjuntura atravessada em suas particularidades regionalizadas, caracterizando os seus principais determinantes como via de fortalecimento consubstanciais para a qualificação desta categoria de profissionais. Ao transitar sob os seus aspectos conjunturais por meio da dialética, teremos a possibilidade de investigar no campo universitário sobre a inserção da questão socioambiental na dimensão acadêmica da formação em Serviço Social.

A profissão, nesse sentido, possui grande representatividade na cultura profissional, ao deter a capacidade técnico-científica para dialogar e aprimorar o entendimento epistemológico no âmbito da realidade social, de maneira a conter criticidade em face às novas qualificações interiorizadas das demandas adjacentes do seu objeto de trabalho. Conseqüentemente, tendo entre os mais amplos desafios correlacionadas a dimensão acadêmica no Ensino Superior, encontrar meios para descobrir os entraves existentes no cerne da profissão, afim de exercitar na *práxis* social a superação de uma visão endógena que possa existir durante a formação e conduzir eficazmente a construção do conhecimento sobre o trabalho profissional cotidiano (habilidades intelectuais no âmbito teórico e prático), para assim, constituir um processo de formação pautada na investigação e intervenção crítica, propositiva e criativa.

A partir de tais reflexões, foi traçado como objetivo desta pesquisa: *analisar o processo de formação profissional no universo do Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCHS/UNESP, câmpus de Franca (SP), no que consiste a inserção da questão socioambiental contemporânea.* Assim, buscamos na estratégia do estudo de caso, conhecer as demandas postas ao trabalho profissional de Assistente Social, refletir o processo da formação profissional em Serviço Social na perspectiva socioambiental e investigar a inserção da questão socioambiental nas diretrizes curriculares, na implementação do projeto pedagógico do curso e na visão empírica do exercício didático-pedagógico de Coordenador do curso de Serviço Social no recorte espacial da Unidade de Formação Acadêmica (UFA)³ da FCHS/UNESP, no decurso do ano de 2020.

Entre dadas propostas, sob à luz da dialética, a concretização do estudo está subdividida em três capítulos. No primeiro momento, apresenta-se as ideias centrais da realidade enquanto conhecimento constitutivo da *tese*, para deprender os significados dos fenômenos sociais pertencentes a questão socioambiental na profissão do Serviço Social. Na segunda parte, fundamenta-se a construção da *antítese*, na qual buscou-se reflexões acerca das ideias anteriores para o entendimento sobre o movimento composto nesta realidade no processo de formação profissional contida na Educação Superior. E, por último, foi desenvolvida a *síntese* da tese, ao investigar no plano singular a realidade correspondente a dimensão acadêmica e de breves considerações da análise objetivada no âmbito do Serviço Social.

Nesse seguimento, no primeiro capítulo, é tratado o cenário da ordem social contemporânea, de onde constitui-se a realidade das novas demandas que envolvem a questão socioambiental postas ao trabalho profissional na área do Serviço Social. As manifestações dessa realidade que se colocam à profissão vêm exigindo cada vez mais habilidades e capacidades para compor investigações e intervenções dos profissionais. Os desafios, por ora projetados ao trabalho profissional, demarcam conhecer o arcabouço teórico e prático dessa questão no exercício dos assistentes sociais, para o que concerne os impactos que rebatem nos objetivos consolidados ao Serviço Social.

No segundo capítulo, dispõe de reflexões acerca do contexto pela qual se desdobra a questão socioambiental e o processo da formação profissional em Serviço Social no âmbito da Educação Superior. Mediante a complexidade que envolve os temas socioambientais nos

³ São denominadas como instituições de Educação Superior, também conhecidas como Instituições de Ensino Superior (IES), que podem se oriundas de Institutos, Faculdades ou Universidades, ofertadas na esfera pública e/ou privada, de modalidade de ensino presencial ou à distância.

debates correlacionados ao exercício e à formação na profissão do Serviço Social, foi possível desenvolver percepções que permitiram iniciar um diálogo sobre os principais elementos em que decorrem o movimento e a inserção da questão socioambiental no desenvolvimento da profissão na contemporaneidade.

E, no último capítulo, foi desenvolvido um estudo de caso em que possibilitou-se investigar a dimensão acadêmica do processo de formação profissional em Serviço Social da FCHS/UNESP, no câmpus de Franca(SP). Assim, utilizamos a pesquisa documental para apreender as diretrizes curriculares e o Projeto Político Pedagógico desde a sua implantação no curso e a pesquisa de campo com docentes que estiveram no cargo de Coordenador do curso, sendo analisado o desenvolvimento da inserção da questão socioambiental no processo de formação em Serviço Social dessa Unidade de Formação Acadêmica (UFA).

Em linhas gerais, o estudo enseja a apreensão concernente à questão socioambiental contemporânea no processo do trabalho e formação profissional em Serviço Social, com subsídios acadêmico-profissionais para analisar o seu embasamento na formação incidida no universo espacial do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCHS/UNESP, no que tange o plano didático-pedagógico e o ensino teórico-prático desenvolvido na dimensão acadêmica do curso frente às exigências transversais que ancoram o aporte intelectual do tema analisado.

A trajetória da pesquisa

Pensar a trajetória da pesquisa é também pensar a trajetória *pessoal, profissional e acadêmica* da pesquisadora, que no embalo dos acontecimentos foram sendo emolduradas mediante às ações sobrevindas no cotidiano. Isso supõe pertencimentos e sentimentos de fatos vivenciados, em que, por vezes, ocorreram com êxitos, outras por consternações. Desta forma, constituiu-se o memorial dessa trajetória, em um percurso gerado concomitantemente.

A projeção de estudos para o doutoramento no PPGSS da FCHS/UNESP teve o seu início em 2017, sendo cumprido créditos disciplinares e atividades complementares em 2018, e, na decorrência do processo de definição, entrega e qualificação do projeto de Tese em 2019. Nesse preâmbulo, o projeto inicial da pesquisa tinha como principal objetivo a proposta: *analisar e comparar o processo de formação profissional nas diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no Brasil e Facultad de Trabajo Social, FTS/UNAB, no Chile, no que diz respeito aos projetos pedagógicos quanto a inserção da questão socioambiental contemporânea.*

Para alcançar o objetivo proposto, em primeira instância, seria realizado um intercâmbio no exterior — programas de pós-graduação das Universidades da FCHS/UNESP (Brasil) e Facultad de Trabajo Social / UNAB (Chile). O intercambio havia sido programado para o mês de abril de 2020, quando incidiria o semestre letivo do Doctorado en Educación y Sociedad de la Universidad Andrés Bello - UNAB, no Chile. No decurso do mês de março, estavam sendo realizados os trâmites finais do convênio entre as Universidades, momento esse que ocorreu o cancelamento da programação prevista no cronograma da pesquisa, pelo fato do surgimento e o avanço da *pandemia do novo coronavírus — Covid 19* nos países da América Latina⁴. Naquela ocasião, seguindo as orientações sanitárias da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde para prevenção do contágio comunitário da doença: *quarentena, distanciamento e isolamento social*, foi suspenso a circulação de pessoas, eventos e aglomerações, incluindo nesta acepção as atividades acadêmicas presenciais das Universidades.

Mesmo passado o período considerável da quarentena, nos deparamos com os avanços da pandemia e as incertezas de retorno das atividades acadêmicas presenciais, que ainda continuavam suspensas. O cenário instalado demonstrava a inviabilidade de seguir com a proposta do intercambio de Doutorado no exterior, pois os impactos da *pandemia do Covid 19* nos levou a implementação de medidas preventivas em face ao contágio comunitário da doença, mudando completamente a rotina de vida das pessoas, seus trabalhos presenciais para remotos e dos planos futuros, especialmente, em relação aos ambientes e eventos que remetem aglomerações, viagens nacionais e internacionais, movimentação de pessoas, e, por fim, a insegurança da vivência por um contexto pandêmico.

Assim, os impactos da *pandemia do Covid 19*, representaram a causa maior para o impedimento da realização do intercambio no exterior, já que o avançar dos dias aumentava a dificuldade e diminuía o tempo hábil para o recolhimento bibliográfico, documental e o contato direto com os professores da FTS/UNAB que se fariam *in-loco*, o que nos impeliu a modificar o universo espacial da investigação, justificando a mudança ao Comitê de Ética e dando continuidade à pesquisa com o estudo de caso na FCHS/UNESP, no Brasil.

A partir disso, a pesquisa delineou a finalidade da construção do conhecimento para a Tese de Doutorado sob o dedilhar do objeto de estudo: *questão socioambiental contemporânea*,

⁴ O vírus do *Covid 19* (Coronavirus Disease, 2019) é uma infecção respiratória causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2). O surto dessa doença foi identificado na China, em dezembro de 2019, se alastrando rapidamente por diversos locais e populações. A partir da pandemia do Covid 19, no Brasil, o primeiro caso de contaminação aconteceu em fevereiro de 2020, e, desde então pelo nível pandêmico foram adotadas uma série de recomendações sanitárias preventivas ao potencial de transmissão e risco letal de vida, assim, em primeira instância tivemos restrições para a realização das atividades presenciais a não ser às funções de linha de frente: saúde e socorro à população (BRASIL, 2020).

processo de trabalho e formação profissional e o Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, FCHS/UNESP, câmpus de Franca(SP). Nesse universo de pesquisa, foram dispostas indagações que abrangeram 2 (dois) apontamentos de estudos, com destaque aos processos que conduzem *a formação profissional e o suporte pedagógico* durante a projeção acadêmica no Ensino Superior para o curso de Serviço Social, que buscamos desvelar nesta pesquisa:

- Como a questão socioambiental contemporânea pode estar inserida na formação profissional no âmbito das diretrizes curriculares e o projeto pedagógico de curso?
- O curso de graduação em Serviço Social está formando profissionais aptos a trabalharem na perspectiva socioambiental?

Diante disso, o início do estudo considerou a hipótese de que novas demandas contemporâneas que envolvem a questão socioambiental e suas múltiplas expressões estão sendo postas ao trabalho dos Assistentes Sociais. Isso ocorre, também, pelo fato da profissão carregar em seu bojo a importância de se realizar a construção crítica de reflexões teóricas e práticas sobre esse processo na formação dos profissionais de Serviço Social, para que detenham possibilidades de responder de maneira qualificada na prática social o desempenho do trabalho profissional exigido na atualidade.

Para subscrever o universo da pesquisa, destacamos o percurso científico como sendo um procedimento elementar, que detém *a metodologia da pesquisa* como sendo essencial para se alcançar o propósito e fundamentar a ciência, significando transmutar em uma forma de estudo que possa delimitar os caminhos e o uso de instrumentos próprios para realizar a investigação através da pesquisa. Para Demo (1995, p. 11), a ciência, neste caso, necessita de um alicerce pautado no trabalho científico, para que possa ditar os percursos adequados e problematizar criticamente os seus limites, dando-lhes condições de elevar a sua capacidade no investigar e intervir na realidade.

O cenário desta pesquisa de doutoramento denota a crise ecológica contemporânea enquanto um novo quadro definido na esfera social ao sofrer o embate das manifestações dos problemas “sociais” e “ambientais” englobados como cerne da questão socioambiental, significando características indissociáveis de elementos que estão diretamente interligados um ao outro. A exacerbação de suas múltiplas expressões vem configurando um novo espaço de investigação e intervenção para o Serviço Social, em que, por ora, apresentam-se demandas de trabalho, e, isso certamente conotará por necessário a sua incorporação no âmbito da formação profissional. Haja visto que o Serviço Social é uma profissão inserida no tecido das relações sociais, que busca redimensionar suas ações de acordo com as particularidades dos serviços

postos à profissão — lutando pela ampliação e garantia dos direitos no seu trabalho cotidiano, e, sendo cada vez mais desafiado a atuar de forma crítica, propositiva e criativa.

A caracterização epistemológica que pressupõe a defesa da Tese processa a continuidade e aprofundamento de pesquisas anteriores realizadas pela pesquisadora sobre a temática ambiental no âmbito do Serviço Social, além das mais diversas indagações que surgiram durante a projeção do percurso de seus estudos, especialmente no que concernem os fundamentos da questão socioambiental contemporânea como elemento pertencente ao universo investigativo e interventivo do Serviço Social. Esse conhecimento se reporta ao resultado transcorrido inicialmente no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em 2008, com o título *Crise socioambiental: uma nova realidade para o Serviço Social?*, e, em face da pesquisa contemplada na dissertação do Mestrado Acadêmico em 2016, com o título *Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social*. Os referidos estudos foram desenvolvidos a partir dos cursos de graduação e pós-graduação (*Stricto sensu*) em Serviço Social, na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, câmpus de Franca(SP).

Igualmente o estudo proposto no universo da FCHS/UNESP, emergiu de observações vivenciadas durante a formação da pesquisadora nesta Universidade, sobre delimitações e avanços que por ela foram encontrados no seu percurso. Assim, analisar o processo da formação profissional transcorreu em viabilizar debates acerca dessa temática como possibilidade de apreender esta investigação no âmbito da dimensão acadêmica do Serviço Social. O dedilhar da pesquisa busca contribuir com o aprimoramento da profissão e ampliar a qualificação do seu arcabouço formativo, desenvolvendo capacidades e habilidades acadêmicas para trabalho e formação frente às demandas que vão sendo postas aos assistentes sociais no seu cotidiano.

A metodologia empregada na Tese de doutoramento, de tal modo, baseou-se no uso do método *dialético* enquanto aporte investigativo para a construção do conhecimento científico, por meio do procedimento técnico das pesquisas *bibliográfica, documental e de campo* no universo do curso de formação profissional em Serviço Social da FCHS/UNESP. Posto isto, o objetivo da pesquisa foi proposto para no estudo de caso *analisar o processo de formação profissional no universo do Serviço Social da FCHS/UNESP, no que consiste a inserção da questão socioambiental contemporânea*.

Esse método possibilitou o desenvolvimento da compreensão e possíveis explicações dos problemas e contradições que os envolvem no universo estudado, bem como sobre as apreensões e reflexões no que tange à (re)produção dos fenômenos sociais. Dado que, ao penetrar no mundo dos fenômenos, a partir da dialética, entende-se a realidade social como uma

totalidade em movimento por meio do concreto pensado, que passa a constituir-se como categoria central para a aproximação daquilo que é o real, pois, nela enseja

[...] compreensão como a categoria metodológica mais potente no seu movimento e na atitude de investigação; liberdade, necessidade, força, consciência histórica, todo e partes, como categorias filosóficas fundantes e significado, símbolo, intencionalidade e empatia como balizas do pensamento. A dialética, por sua vez, é desenvolvida por meio de termos que articulam as idéias críticas, de negação, de oposição, de mudança, de processo, de contradição, de movimento e de transformação da natureza e da realidade social. (MINAYO, 2002, p. 84).

Nesse sentido, utilizamos o procedimento da pesquisa *bibliográfica* para estudar e refletir sobre a temática por meio de referencial teórico, leitura analítica, resenhas e fichamentos de obras condizentes ao tema pesquisado. Outrossim, foram consultados e examinados jornais, periódicos, artigos, documentos eletrônicos e outros impressos ligados a esse assunto, já que se trata de um conteúdo mais atual e pela possibilidade de transversalidade com outros saberes, pois, segundo Lehfeld e Barros (1990, p. 24) esse processo de investigação “[...] exige do pesquisador o levantamento e seleção de uma bibliográfica concernente, sendo pré-requisito indispensável para a construção e demonstração das características de um objeto de estudo.”

O estudo teórico bibliográfico teve o aporte intelectual de correntes filosóficas extraídas desde obras clássicas às contemporâneas de autores como *Karl Marx*, *István Mészáros* e *Joseph Eugene Stiglitz* para contextualizar o cenário socioeconômico e as demandas socioambientais atuais enquanto objeto de trabalho na profissão e de autoras cientistas da área do Serviço Social como *Marilda Vilela Iamamoto* e *Maria das Graças e Silva* para apreender reflexões sobre o processo do trabalho e formação profissional quanto a inserção da questão socioambiental no universo pesquisado, e, entre outros autores, para que pudéssemos analisar as peculiaridades acrescidas na realidade profissional do Serviço Social brasileiro.⁵

⁵ **Karl Marx (1818-1883)** foi um filósofo, sociólogo, historiador, economista, jornalista e revolucionário socialista. A sua produção intelectual em economia estabeleceu fundamentação para muito do entendimento atual sobre o trabalho e sua relação com o sistema capitalista. Publicou vários livros durante sua vida, sendo *O Manifesto Comunista* (1848) e *O Capital* (1867-1894) os mais proeminentes. As suas teorias sobre a sociedade, a economia e a política, deram origem a compreensão do que é conhecido como marxismo, que sustentam a ideia de que as sociedades humanas progredem através da luta de classes, e, etc. Elogiado e criticado, Marx tem sido considerado como um dos mais influentes intelectuais na história da humanidade. **István Mészáros (1930-2017)** foi um filósofo húngaro, como um dos mais importantes intelectuais marxistas contemporâneo. Exerceu o magistério na Universidade em que graduou-se em filosofia em 1954, posteriormente, trabalhou nas Universidades de Turim (Itália), St. Andrews (Escócia), York (Canadá) e, por fim, na Universidade de Sussex (Inglaterra), onde recebeu, em 1991, o título de Professor Emérito. Possui vasta e significativa produção intelectual de sua autoria publicados em vários países. Foi ganhador de prêmios como o Attila József (1951), Isaac Deutscher Memorial (1970) e Lukács (1992). Sua experiência como operário que teve acesso aos estudos, na Hungria socialista, é possivelmente um determinante para a compreensão da educação como forma de superar os obstáculos da realidade. **Joseph Eugene Stiglitz (1943-77anos)** é um economista internacionalista estadunidense e crítico severo dos fundamentalistas de livre-mercado, sobre que tem questionado as “bases ideológicas” que influenciam a maior parte das decisões econômicas mundiais. Recebeu, juntamente com Michael Spence e George A. Akerlof, o prêmio Nobel de Economia de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel em 2001, “por criar os fundamentos da teoria

Simultaneamente, ao delinear a apreensão teórica sobre a temática por ora estudada, verificamos a necessidade de se realizar uma investigação empírica a partir de uma pesquisa *documental e de campo*. Nesse sentido, para analisar a inserção da questão socioambiental contemporânea no processo de formação profissional em Serviço Social, definimos o recorte espacial do universo de estudo *o curso de Serviço Social da FCHS/UNESP*, a fim de que esta pesquisa se desenvolvesse por meio da análise da realidade contida na dimensão acadêmica da Educação Superior, principalmente no que se refere à formação profissional de Assistentes Sociais frente ao contexto da questão socioambiental neste estudo proposto.

A utilização da pesquisa documental propiciou a busca de informações e materiais recolhidos acerca do objeto de estudo no decurso do ano de 2020, tendo como referência a vigência das Diretrizes Gerais de 1996 do curso de Serviço Social⁶, para a investigação sobre o viés constituído nas diretrizes curriculares, programas e projetos desenvolvidos no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP. Porquanto, o tipo de pesquisa documental “[...] caracteriza-se pela busca de informações em documentos que não receberam nenhum tratamento científico,

dos mercados com informações assimétricas”. Centralizou sua produção intelectual sob o prisma de temas como desemprego, tecnologia, educação, saúde, seguridade social, meio ambiente, racionamento de crédito, e crises financeiras. Por conseguinte, pontua que as questões financeiras ocupam um papel de destaque, em que os efeitos das informações privadas rebatem sobre as decisões financeiras e a existência das instituições financeiras. **Marilda Vilela Iamamoto (autora brasileira)** é atualmente bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq - Nível 1A. Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1971), mestrado em Sociologia Rural pela Universidade de São Paulo (1982) e doutorado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2001). É professora Titular (aposentada) da Escola de Serviço Social na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora titular (aposentada) da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro atuando no Programa de Pós-graduação em Serviço Social. Professora visitante na Universidade Federal de Juiz de Fora atuando no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pesquisadora integrante do Programa de Estudos e Pesquisas - pensamento social e realidade brasileira na América Latina e do Centro de Estudos Octávio Ianni. Coordenadora do Núcleo de Estudos Estado, Classes Trabalhadoras e Serviço Social - NECLATSS. Tem experiência na área de Serviço Social e Sociologia Rural com ênfase em Serviço Social, atuando principalmente nos seguintes temas: serviço social, história do serviço social, serviço social na divisão do trabalho, formação profissional e ensino superior. Autora de livros com várias edições e artigos em revistas nacionais e internacionais. Recebeu o prêmio Katherine Kendall pela Associação Internacional das Escolas de Serviço Social, no decurso da Conferência Mundial de Serviço Social, Educação e Desenvolvimento Social (SWSD) 2018. **Maria das Graças e Silva (autora brasileira)** é professora titular do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Possui graduação (1984), mestrado (2000) e doutorado (2008) em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Tem experiência na área de Serviço Social e vem desenvolvendo pesquisas principalmente nos seguintes temas: capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social. É membro do quadro permanente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UFPE e lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre questão ambiental e Serviço Social. Sua produção intelectual *Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social* (2010) aprecia o manuseio de categorias ontológicas e reflexivas sobre os nexos existentes entre “questão social” e a “questão ambiental”, ao protagonizar um tratamento teórico-crítico do marxismo sobre a temática ambiental na área do Serviço Social. A bibliografia dos intelectuais que compõe o aporte teórico desta tese foram extraídas de suas obras e acesso aos sites disponíveis em: <<http://lattes.cnpq.br>> e <<https://pt.wikipedia.org>>.

⁶ Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Sendo regulamentado na Resolução n. 15, de 13 de março de 2002, sendo estabelecido as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social, pelo Presidente da Câmara de Educação Superior, no uso de suas atribuições legais e o disposto na Lei 9.131, de 25/11/1995, e ainda o Parecer CNE/CES 492/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 9/07/2001, e o Parecer CNE/CES 1.363/2001, homologado em 25/01/2002.

como relatórios, reportagens de jornais, revistas, cartas, filmes, gravações, fotografias, entre outras matérias de divulgação.” (OLIVEIRA, 2007, p. 69).

Na trajetória desta Tese, dispomos, como estratégia de pesquisa, do *estudo de caso* a partir das pesquisas *descritiva e exploratória*, pois suas características delimitam propósitos que visam a “[...] explorar situações da vida real cujos os limites não estão claramente definidos [...] descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação [...]” (GIL, 1999, p. 73). Este procedimento, permite a investigação contextualizada no que concerne uma dada realidade, na qual as múltiplas fontes de evidências podem ser captadas por meio das *abordagens quantitativas e/ou qualitativas*, tendo em vista a representatividade projetada para a construção do conhecimento ao incorporar a subjetividade do investigador. Ou seja, “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.” (YIN, 2005, p. 32).

Essa categoria de pesquisa conceitua-se por ser uma estratégia poderosa quando o contexto é complexo e quando entrecruza um conjunto de variáveis que decorrem de um problema derivado do questionamento do “por quê” ou “como” permeados claramente aos objetivos e aporte teórico caracterizado na investigação proposta. São elementos e informações obtidas durante o percurso da investigação, para desenvolver descrições e explicações dos fenômenos identificados, já que o propósito pressupõe estimular a compreensão e análise das evidências que são apontadas, além de constituir o aprofundamento de ideias e novos elementos para descobrir e desvelar as causas em face as hipóteses iniciais do fenômeno estudado.

De tal maneira, empregamos a *abordagem qualitativa* para captar o “significado e a “intencionalidade” inerentes aos atos, às relações e às estruturas sociais. Esse tipo de abordagem na pesquisa possibilita a obtenção de dados mais precisos e concretos sobre a realidade do sujeito e do objeto de estudo, bem como de se trabalhar com “[...] o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes.” (MINAYO, 2011, p. 14, 21). Desse modo, ao “[...] apreender os objetos em estudo, espelhando-os então em sua consciência onde se tornam fenomenologicamente representados para serem interpretados [...]”, possibilitou-se a transcorrência por uma determinação que influenciou o processo de observação e captação daquela realidade investigada, que, por vezes, ao serem absorvidos pelo pesquisador, resultam-se no próprio *instrumento* da pesquisa. (TURATO, 2005, p. 510).

Sobre a dimensão ética da pesquisa, realizou-se um *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)* para os sujeitos participantes. De acordo com os princípios éticos, esse documento foi submetido à aprovação do Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Humanas

e Sociais — FCHS/UNESP, para, assim, enfatizar e confirmar a autenticidade fidedigna das informações e materiais recolhidos na pesquisa de campo, (como a sua disponibilidade para reflexões pautadas neste estudo), mantendo-os resguardados por meio do termo para que fossem aplicados na presente investigação.⁷

Completando este painel de ações, como estratégia de investigação para a viabilização da *pesquisa de campo* frente aos impactos sofridos com a *pandemia do Covid 19* ocorrida no ano de 2020, foi aplicado um *questionário*⁸ semiestruturado, com a objetivação de incluir na pesquisa o recolhimento do material empírico sobre o exercício didático-pedagógico de Coordenador e do Corpo de Docentes do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, a partir de um roteiro de perguntas por meio da técnica instrumental considerada de forma *indireta*⁹ pelo contato com os sujeitos da pesquisa via correio eletrônico¹⁰. Deste modo, buscamos obter as informações recolhidas indiretamente, ao utilizar dos recursos da inovação e tecnologia digital, para ser efetuado o contato com os sujeitos da pesquisa que aceitassem voluntariamente o convite de participação no estudo proposto.

Outrossim, para atingir o objetivo desta pesquisa de doutoramento, foi exigido um processo de resiliência frente aos impactos da *pandemia do Covid 19* para a sociedade como um todo, não apenas para o mundo acadêmico universitário. Os esforços para o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas-científicas nesse contexto estão na vivência da pesquisadora enquanto cientista e trabalhadora na área do Serviço Social. Neste cenário, foi necessário buscar no campo estratégico o exercício crítico e propositivo, para assim, conseguir concretizar suas propostas de estudos e prática profissional concomitantemente, e, manter-se firme no compromisso ético profissional e acadêmico diante dos desafios de um contexto pandêmico como parte da trajetória desta investigação.

A partir das novas projeções de investigação estabelecidas no decurso do ano de 2020, foram destacadas a composição neste processo: a pesquisa bibliográfica realizada durante o

⁷ A pesquisa obteve aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, campus de Franca/SP, em 25 de março de 2020, CAAE: 23260819.4.0000.5408, Número do Parecer: 3.933.226 / 2020. O Parecer substanciado e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) estão nos apêndices desta Tese.

⁸ O questionário para Coordenadores e Docentes do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP estão nos apêndices desta Tese.

⁹ “A técnica de aplicação do instrumento pode ser classificada como direta ou indireta. Direta quando há o contato corpo a corpo com o entrevistado e indireta quando é feita a entrevista por e-mail, por telefone ou por satélite, via conferência, por exemplo. Portanto não importa o procedimento, o instrumento ou técnica utilizada para obtenção de dados, o que realmente importa é obter dados concretos e mais verdadeiros possíveis sobre a realidade investigada.” (DALBERIO, 2006, p. 86).

¹⁰ Esta proposta metodológica fez parte das estratégias de pesquisa para a concretização do estudo em face ao contexto político, econômico, social e sanitário configurado pela *pandemia do Covid 19*, durante o ano de 2020.

primeiro semestre; a pesquisa documental efetuada no segundo semestre e a pesquisa de campo aplicada nos meses de julho, setembro e novembro do referido ano.

A pesquisa documental foi possível mediante ofício de solicitação enviado a Reitoria da FCHS/UNESP para acessar o DSS e a Biblioteca do câmpus, seguindo os dias estipulados e as medidas de restrições para conseguir *in-loco* a consulta do material empírico que ainda não estavam digitalizados, pelo acesso dos documentos arquivados e dos TCC's, Dissertações e Teses que foram publicados na Biblioteca desde a implantação do curso de Serviço Social.

A pesquisa de campo ocorreu de modo simultâneo com os demais procedimentos técnicos da pesquisa, sendo enviado por correio eletrônico o questionário em *Word Doc.*¹¹ no mês de junho de 2020 aos últimos 5 (cinco) Coordenadores que exerceram este cargo no curso de Serviço Social e o Corpo de Docentes que fazem parte do DSS da FCHS/UNESP. Contudo, passados os meses seguintes a julho e agosto, obtivemos somente a devolutiva de 1(um) questionário respondido e as negativas de 2 (dois) professores do Corpo de Docentes, com ressalvas sobre os motivos por não participarem da pesquisa.

Naquela ocasião, mediante a pouca adesão de participantes na pesquisa de campo pelo envio do questionário no formato digital do *Word doc.*, foi estendido um novo convite por correio eletrônico no mês de setembro, através do envio do link de entrada no *Google forms*¹² para facilitar o acesso, pois foi entendido àquele período como um difícil momento de readaptações acadêmicas para prosseguir com as atividades frente ao fechamento das Universidades durante a pandemia. Passados mais dois meses, o índice de participação na pesquisa continuava pequeno, ocasionando o reenvio do questionário em novembro de 2020.

Apesar dos esforços em aplicar o questionário via correio eletrônico por 3 (três) vezes consecutivas, obteve-se a devolutiva de 4 (quatro) questionários respondidos pelos Docentes do curso de Serviço Social e 3 (três) devolutivas de respostas, entre os últimos 5 (cinco) professores que exerceram a função de Coordenador de curso. É importante mencionar o conhecimento de que 3 (três) docentes estavam afastados das atividades acadêmicas por atestado de saúde, e, quanto as devolutivas das negativas de participação mantiveram-se em baixa porcentagem.

Sabido o tempo hábil para a execução da pesquisa de campo, o recolhimento do material empírico representou baixa porcentagem na participação dos Docentes do curso, algo que desqualificaria a amostragem considerável para realizar uma análise de conteúdo sobre a representação do Corpo de Docentes contida na proposta desta investigação. Assim, levando

¹¹ Apêndice B – Carta Convite para os sujeitos da pesquisa (1ª versão – Word doc.).

¹² Apêndice C – Convite para os sujeitos da pesquisa (2ª versão – Google forms).

em consideração a obtenção de maior expressividade de respostas por parte dos docentes que exerceram a função de Coordenador de curso, e, por haver grande importância neste exercício para a efetivação da estrutura curricular da formação profissional e suporte pedagógico, vimos como essencial, considerá-la como parte da amostragem dos objetivos da pesquisa, para assim, analisar sobre a dimensão acadêmica quanto a inserção da questão socioambiental na formação em Serviço Social e os seus reflexos no recorte espacial da FCHS/UNESP.

Depois de permear a leitura bibliográfica atrelada com as informações documentais e o material empírico adquirido na pesquisa de campo, foram eles organizados e subdivididos para que fossem aplicados uma *análise de conteúdo*, pois, esta categoria de estudo permite apreender a “[...] categorização, inferência, descrição e interpretação.” (GOMES, 2011, p. 87), ou seja:

A análise de conteúdo constitui uma metodologia de pesquisa usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. Essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. [...] Essa metodologia de pesquisa faz parte de uma busca teórica e prática, com um significado especial no campo das investigações sociais. Constitui-se em bem mais do que uma simples técnica de análise de dados, representando uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (MORAES, 1999, p. 8).

Com isso, obtivemos a concretude do método ao desenvolver o entrecruzamento de vários pontos de vista que foram empregados pelos instrumentais utilizados para transcrição do material empírico apresentados na investigação do objeto estudado a que se propôs desvelar durante a pesquisa. E, sobremaneira, possibilitando no seu entorno analisar as vertentes que lhes são definidas no cerne da universalidade dos fenômenos sociais, no que concernem as formas de conteúdo, composição, fundamentação, história, e, entre outros elementos que movimentam as particularidades advindas dessa totalidade, tornando-as concretas em face a singularidade apresentada no interior da realidade investigada.

E, ao final, após a concretização desta Tese de Doutorado, a socialização e devolutiva dos resultados obtidos no estudo serão disponibilizados aos sujeitos envolvidos na construção do conhecimento da pesquisa empírica por meio de uma cópia digital ou impressa do trabalho desenvolvido para a apreciação da instituição e dos sujeitos que participaram dessa pesquisa via correio eletrônico ou físico, a fim de divulgar o seu desfecho.

CAPÍTULO 1 SERVIÇO SOCIAL, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O TRABALHO PROFISSIONAL

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperança para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos, mais humanos, mais justos, mais solidários.
(Marilda V. Yamamoto).

A partir das novas demandas que envolvem a questão socioambiental postas ao trabalho profissional na área do Serviço Social, o cenário que se coloca à profissão vem exigindo conhecimentos que direcionam a necessidade de um novo olhar para novas possibilidades de investigações e intervenções profissionais. Para entender o amadurecimento e o aprofundamento do arcabouço teórico e prático acerca dessa questão para o trabalho profissional de assistentes sociais, iniciaremos na primeira parte da construção da tese os debates referentes à incorporação dos desafios pelas quais vislumbram compor objetivos consolidados ao Serviço Social na cena contemporânea.

1.1 Serviço Social enquanto profissão no cenário atual

O Serviço Social é uma profissão legalmente constituída na divisão social e técnica do trabalho coletivo¹³ e possui a sua gênese atravessada por um percurso de desenvolvimento profissional circunscrito no movimento da realidade, que, mediante o contexto sócio-histórico da sociedade, detém essa apreensão designada sob a articulação das suas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas enquanto fundamentos para o processo do trabalho e da formação profissional.

Seu surgimento, na qualidade de profissão, é permeado na sociedade pelas configurações originadas das relações sociais capitalistas, das quais se expressam demandas emergentes da *questão social* postas à profissão, como sendo parte determinante para o

¹³ No Brasil, “O Serviço Social é uma profissão — uma especialização do trabalho coletivo, no marco da divisão sócio-técnica do trabalho — com estatuto jurídico reconhecido (Lei 8.669, de 17 de junho de 1993); enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria; mas o fato de ser uma profissão não impede que seus agentes realizem estudos, investigações, pesquisas etc. e que produzam conhecimentos de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas.” (NETTO, 1999, p. 12).

exercício do seu trabalho, vinculado às formas de enfrentamento na esfera acionada de um conjunto de práticas sociais dos *trabalhadores*, do *capital* e pelas mediações do *Estado*.¹⁴

Essa matéria-prima, sendo objeto a que se destina o seu trabalho profissional, não está sobreposta na visibilidade real da existência da *questão social* em si, mas nas suas múltiplas expressões singulares; sejam elas individuais e/ou coletivas, apresentam-se na vida dos sujeitos sociais na condição de pobreza, miséria, subemprego, desemprego, violência, exclusão (desigualdades — social, econômica, política e/ou cultural) — pela falta de distribuição de renda e habitação de qualidade, dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde, educação, cultura e trabalho, situação de vulnerabilidade, risco e/ou violação dos direitos das crianças, dos adolescentes, das pessoas com deficiência, das mulheres, dos idosos e suas famílias, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, problemáticas interligadas ao meio ambiente, entre outros.

Os fatores elementares para a existência de dadas problemáticas sociais, por sua vez, são definidos e intensificados a partir do contexto sócio-histórico das particularidades universais contidas na realidade social — ou seja, pelos resultantes das *desigualdades sociais*¹⁵ fundadas no sistema de desenvolvimento socioeconômico de produtividade capitalista, que detém o seu embasamento no paradigma moderno.

A sua compreensão está entrelaçada como parte indissociável do desenvolvimento dos projetos societários¹⁶, algo que demanda um processo de contextualização delineada às diversas vertentes de um vasto panorama sociopolítico e econômico, que, por ora, também demarcam o contexto sócio-histórico da gênese da profissão do Serviço Social¹⁷ como um exercício

¹⁴ “[...] entender a ‘questão social’ é, de um lado, considerar a exploração do trabalho pelo capital e, de outro, as lutas sociais protagonizadas pelos trabalhadores organizados em face desta premissa central à produção e reprodução do capitalismo. Conjugadas, essas premissas derivam em expressões diversificadas da ‘questão social’ em face das quais cabe sempre um processo de investigação a fim caracterizá-la enquanto ‘unidade na diversidade’; ou seja, devemos nos esforçar, como categoria, para apontar as características e ‘formas de ser’ de cada expressão da ‘questão social’ enquanto fenômeno singular e, ao mesmo tempo, universal, cujo fundamento comum é dado pela centralidade do trabalho na constituição da vida social.” (SANTOS, 2012, p.133, grifo do autor).

¹⁵ “Cada dia se torna mais claro que as condições de produção em que se move a burguesia não têm caráter unitário, simples, mas dúplice; que nas mesmas condições em que se produz a riqueza, produz-se também a miséria; que nas mesmas condições em que se processa o desenvolvimento das forças produtivas, desenvolve-se também uma força repressiva; que essas condições só geram riqueza burguesa, com a formação de um proletariado cada vez maior.” (MARX, 2001, 749 apud SANTOS, 2012, p. 27-28).

¹⁶ Os projetos societários representam a imagem de uma sociedade a ser construída e, são os projetos construídos e legalizados socialmente no coletivo, em que “[...] seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade.” (NETTO, 1999, p. 95).

¹⁷ “O Serviço Social começa a fazer-se científico quando se arroga o questionamento das relações causais das necessidades com que se defronta, quando se preocupa em conhecer as questões essenciais dos problemas ou fenômenos que aparecem como seu objeto de estudo e intervenção. Vale dizer: quando caminham para o interior dos fenômenos, para encontrar aí a natureza contraditória e substancial que os explica.” (LIMA, 1976, apud CASTRO, 2011, p. 43).

profissional que enseja a sua intervenção em face às lutas sociais e ao enfrentamento de tais expressões determinantes na sociedade.

De tal modo, o decurso para análise e organização das suas atividades profissionais opõe-se a visões unilaterais da realidade social, posto que as várias dimensões do concreto pensado devem ser apreendidas na totalidade, no cerne da dinâmica da vida social, com a qual a profissão se relaciona, pois:

[...] o Serviço Social tem na *questão social* a base de sua fundação como especialização do trabalho. Questão social apreendida como *o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura*, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privado, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 2005, p. 27, grifo do autor).

O Serviço Social, assim sendo, constitui-se entre as demandas do poder contraditório e da população, por se tratar de uma profissão que tem a sua origem no capitalismo e no conjunto das várias expressões das desigualdades dele adjacentes — atrelado ao contexto *da alienação, da contradição e do antagonismo*, as quais são delimitadas no paradigma moderno de produção e emolduradas no desenvolvimento da sociabilidade capitalista.

1.1.1 Paradigma moderno da sociabilidade capitalista

O cerne que fundamenta o *paradigma moderno da sociabilidade capitalista* possui aspectos estruturais ligados ao capital produtivo e a sua acumulação. Dentre suas principais características podemos citar: a propriedade privada, o lucro, a economia de mercado e a divisão de classes que, na contramão da sua funcionalidade, também reproduz a processualidade da *questão social*¹⁸, das quais se expressam *contradições* imbricados nas relações existentes entre *o capital e a divisão social do trabalho*, determinando no capitalismo a totalidade concreta das projeções organizacionais que permeiam a esfera da vida social.¹⁹

¹⁸ “Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe, por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia.” (CARVALHO; IAMAMOTO, 1982, p. 128).

¹⁹ “[...] *capital e capitalismo* são fenômenos distintos [...] Este, o capital, antecede ao capitalismo e é a ele também posterior. O capitalismo é uma das formas possíveis da realização do capital, uma de suas variantes históricas, como ocorre na fase caracterizada pela subsunção real do trabalho ao capital. Assim como existia capital antes da generalização do sistema produtor de mercadorias (de que é exemplo o capital mercantil), do mesmo modo pode-se presenciar a continuidade do capital após o capitalismo, pela constituição daquilo que ele, por exemplo, denomina como ‘sistema de capital pós-capitalista.’” (MÉSZÁROS, 2011, p.15-16, grifo do autor).

Destarte, apresenta-se interiorizada sob a égide de seus condicionantes, uma versão intensificada da privatização *desigual* das riquezas socialmente produzidas, em detrimento do desenvolvimento dos processos da produção, das forças produtivas do trabalho coletivo, da ciência, da inovação e tecnologia (robótica, microeletrônica, comunicação — ‘Era digital’) e do mercado financeiro (capitais de lucros e juros). Em contraposição a isso, são vislumbradas consequências de seus múltiplos fatores que resultam na crescente pauperização e exclusão social vivenciada por uma parcela da sociedade.²⁰

Por outro lado, a sociabilidade capitalista traz em seu bojo o *fetichismo* de um ideário dominante, com falácias de que no capitalismo o avanço técnico-científico conduziria o progresso produtivo (sistema econômico) e, concomitantemente, isso desenvolveria a produção da vida social de maneira satisfatória. Para tanto, admite-se que, ao materializar os seus determinantes contratuais para o bom funcionamento do sistema, seria inevitável a desigualdade, algo que demandaria a necessidade da estruturação dos realinhamentos funcionais e superação das crises (externalidades)²¹ existentes no entorno das relações sociais e, acaba, por isso, perpetuando a hegemonia desta lógica.

Esse é um cenário suprimido por embates conflituosos, pois, na sua essência, detém a origem que se engloba a outros entraves de práticas sociais específicas, como os da opressão, dominação e exploração (antrópicas e de classes), que norteiam os fenômenos políticos, econômicos e culturais coexistentes de seus elementos determinantes para continuidade hegemônica da sociabilidade capitalista. Os seus impactos na sociedade podem ser avistados nas diversas matérias da vida social, em que os indivíduos sociais na singularidade experimentam os seus efeitos na vivência cotidiana. São características que se apresentam *antagônicas*, à medida que se avançam as *desigualdades* no interior do sistema capitalista.

A questão social é indissociável da sociabilidade capitalista e envolve uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas. Suas expressões condensam suas múltiplas desigualdades mediadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2009a, p. 27, grifo do autor).

²⁰ “O revolucionamento do modo de produção toma, na manufatura, como ponto de partida a força de trabalho; na grande indústria, o meio de trabalho. É preciso, portanto, examinar primeiro mediante o que o meio de trabalho é metamorfoseado de ferramenta em máquina ou em que a máquina difere do instrumento manual. Aqui só se trata de grandes traços característicos, genéricos, pois linhas fronteiriças abstratamente rigorosas separam tão pouco as épocas da sociedade quanto às da história da Terra.” (MARX, 1996b, p. 7).

²¹ Para refletir sobre seus efeitos contemporâneos consultar as obras “La economía del sector público” ou “Economics of the Public Sector” (2000), “Globalização e desenvolvimento” (2002), “O preço da desigualdade” (2013) de Joseph Eugene Stiglitz (1943 - 77 anos), na qual faz críticas dos riscos, falhas e crises (externalidades negativas/assimetrias da informação) resultantes do sistema econômico de mercado.

As raízes de seus determinantes na esfera da vida social, assim sendo, podem ser identificadas a partir da ótica de que a sua emergência está relacionada ao âmbito da divisão da sociedade em classes sociais²². Essas classes, no capitalismo, são subdivididas em duas categorias: *a burguesia e o proletariado*, estando elas diametralmente opostas entre si, pois uma pequena parcela da sociedade caracteriza-se pelo favorecimento de capital apropriado, versos à outra, que majoritariamente está desprovida de rendimento, na condição de “livre” trabalhador proletário (classe operária).

O grupo da classe burguesa capitalista (detentora da riqueza) viabiliza a apropriação legal dos meios de reprodução da acumulação do capital em bens materiais e serviços, por manterem-se, historicamente, numa posição favorecida da obtenção de capitais (monopolizados e excedentes) com disposição do poder influente sobre o papel da organização social das relações processuais do *trabalho* por meio da *mais-valia*²³, o que se eleva à exploração pela classe capitalista para suprir a manutenção e acumulação produtiva por meio de um padrão de produção determinado e, ainda, delegar o norteio para superações das crises cíclicas oriundas do próprio sistema.

Já o trabalhador, mesmo recebendo a classificação de categoria trabalho “livre”, detém no movimento da realidade uma condição de classe *empobrecida*, que, por necessidade de sobrevivência, vê-se obrigada a vender a sua única mercadoria ao dispor da oferta de mão de obra (barata e remanescente) para o sistema produtivo capitalista em troca de salários, de onde o preço da sua força de trabalho vai estabelecer uma relação de trabalho assalariado. “O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria.” (MARX, 2006, p. 80).

O sistema capitalista passa a conduzir os processos da relação entre *capital e trabalho*, demarcando os seus traços por subseqüentes crises no decorrer da história do seu desenvolvimento, que evidenciaram a essência de raízes conjunturais contraditórias quanto a efeitos estruturais da sua funcionalidade. Mas, é neste contexto, que os capitalistas dominantes delinearão possibilidades de recriar mecanismos e dispositivos estratégicos de reestruturação

²² “Chamam-se classes a grandes grupos de homens que se diferenciam entre si pelo seu lugar no sistema historicamente determinado de produção social, pela sua relação (na maioria dos casos confirmada e precisada nas leis) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, por conseguinte, pelos meios de obtenção e pelo volume da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de homens em que uns podem apropriar-se do trabalho dos outros graças à diferença do lugar que ocupam num sistema da economia social.” (LENIN, 1977, p. 13).

²³ A *mais-valia* é um conceito da economia política elaborado por Karl Marx (1818-1883), no século XIX, para qualificar a diferença existente entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho como sendo a base final do lucro apropriado no sistema capitalista.

para a continuidade hegemônica do sistema mediante a regulação social, visando a atingir os avanços da ordem dos próprios interesses da concentração e acumulação da rentabilidade econômica capitalista por meio do processo mercadológico. Desta maneira, a sua finalidade na sociedade destina-se ao modo de produção industrial com valores de troca e uso (produção e consumo), ao passo que sejam designados para além das necessidades humanas.

Isso é algo que está alinhado a uma projeção de domínio do próprio capital no capitalismo, o qual se apresenta no formato de *relação social*, pois isto, “[...] deve ser entendido com base em duas dimensões: ele remete a uma *determinação econômico-política* assim como a uma *relação social* determinada.” (MONTAÑA; DURIGUETTO, 2011, p. 78, grifo do autor). Seus reflexos, de acordo com os autores, partem do princípio da monopolização do monetário (dinheiro) por meio da exploração capitalista dos meios de produção de mercadorias, que, na análise de Marx, seria como valor superior inicial e que se agrega à *mais-valia* de trabalho no decurso desse processo. Tal como aquele que não demanda propriedade do capital (burguesia), é determinado na condição de trabalhador (proletariado) como classe em si. Essa classe, por sua vez, é oprimida na condição de operários do sistema, não possuindo outra alternativa a não ser vender a sua força de trabalho para os meios de reprodução, o que os leva ao capital como *relação social*. Desse modo, o capital viabiliza uma determinação sobre a *relação social* na medida em que exerce o seu poder na separação do produtor (trabalhador) e dos meios de produção (propriedade do capital).

A contradição inerente ao processo da produção e as suas formas de consumo, de certo modo, é a fundamentação para a existência da sociedade capitalista, pois são elementos de fatores que se dão entre o trabalho coletivo e a apropriação privada das atividades humanas na reprodução da vida social, sejam elas vivenciadas no âmbito urbano e/ou rural, foram sendo acrescidas pela expansão capitalista e intensificadas com a industrialização (Revolução Industrial) e urbanização populacional a partir do sec. XVIII e XIX. Isso foi consubstanciando palco para *desigualdades, pauperismos e lutas trabalhistas*, devido às péssimas condições vividas pelo trabalhador proletário da época, por meio das quais determinações subsequentes interferiam diretamente no processo do trabalho produzido.²⁴

²⁴ “Registra-se, nesta direção, a ocorrência de inúmeros protestos de diferentes segmentos da classe trabalhadora que foram gestando um dos genuínos ‘produtos’ da terceira década do século XIX: a *consciência de classe*, que culminava no movimento revolucionário de 1948. Embora não se possa generalizar ou uniformizar os níveis desse fenômeno entre os países da Europa Central é um fato que as mudanças nas formas de resistência dos trabalhadores expressa, em boa medida, o trânsito da chamada por Marx (1976) de ‘classe em si’ a ‘classe para si’.” (SANTOS, 2012, p. 38-39, grifo do autor).

Por outro lado, prosperou-se, naquele período, a possibilidade que o homem teve de avançar o seu acesso junto à natureza, à cultura e à ciência para o desenvolvimento do trabalho coletivo, em detrimento oposto a outro, que foi a concentração e acumulação distributiva cada vez mais privadas das riquezas sociais pelo capital, que, em outras palavras, significa *o enriquecimento das corporações burguesas capitalistas*. Portanto, “Aqui a desigualdade é consequência do processo que, mesmo em abundância de mercadorias, articula acumulação e empobrecimento.” (MONTAÑA, 2012, p. 279).

O entendimento da gênese da *questão social* no processo capitalista de acumulação e reprodução ampliada do capital para Santos (2012, p. 26, 30), constitui-se das mesmas condições em que se elevam os caminhos e elementos a ele pertencentes; são nestas condições que ocorre e se produz riqueza numa mesma proporção a que se produz a pauperização. Diz a autora, em conformidade com Netto (2001)²⁵, que a desigualdade e a pobreza inerentes do capitalismo podem ser analisadas historicamente como algo que não seja inédito, pois vinha de muito longe a polarização entre os ricos e pobres, com diferentes meios de apropriação de bens materiais, diferenciações entre classes e propriedade privada estavam presentes também em outros sistemas como no escravismo e o feudalismo.

Dito de outro modo: a pobreza existente antes do capitalismo era determinada socialmente pela divisão de classes, mas se devia, principalmente, ao baixo desenvolvimento das forças produtivas que deixavam, por exemplo, a produção agrícola inteiramente vulnerável às pragas que acometiam as plantações ou outras catástrofes naturais, produtoras de longos períodos de fome e epidemias nos países do ‘velho mundo’. (SANTOS, 2012, p. 29, grifo do autor).

A diferença existente em relação aos modos de produção anterior ao capitalismo consiste no fato de que este se desenvolve única e socialmente enquanto processo de produção excedente, pois o diferencial está na sua alta capacidade de efetuar a produtividade, já que o seu desenvolvimento (acesso ao conhecimento científico e técnico) passa a suprir os fatores naturais durante os tempos de escassez.

Contudo, por outro lado, no âmbito do cerne estrutural do sistema capitalista, quanto mais aumento da sua capacidade progressiva de recursos cientificamente produzidos, mais cresceram e se acentuaram as múltiplas formas de pauperismo na sociedade (pobreza extrema na mesma proporção da depredação ambiental), e os seus desdobramentos sociopolíticos e econômicos passaram a ampliar a superconcentração dos meios da rentabilidade do capital e da apoderação de suas forças sociais produtivas.

²⁵ NETTO, J. P. Cinco notas a propósito da questão social. *Temporalis*. Brasília: ABEPSS, v. 2, n. 3, 2001.

No percurso desta dinâmica, temos imbricada em seu processo a *alienação*²⁶, que se apresenta categorizada enquanto fenômeno na vida social; à medida que parte da sociedade, sofre inconscientemente o empoderamento do jogo das forças da opressão do seu domínio, no momento em que os indivíduos sociais passam pelos ditames da dominação e subjugação (violência) estrutural do capital ou simplesmente deles são excluídos. Ou seja, vislumbramos, a exemplo disso, que nas diversas formas de organização social das relações do *trabalho* capitalista, “*As relações de propriedade articulam-se às relações de trabalho como meio de subordinar o trabalho.*” (IAMAMOTO, 2007, p. 89, grifo do autor). Diante disso, evidências resultantes serão elucidadas em fenômenos sociais, na justaposição manifestada das mazelas da *questão social*, reduzindo a processualidade do *ser social*²⁷ numa condição de materialismo camuflado à própria realidade a que se foi socialmente determinada.

O acesso aos bens civilizatórios a partir das políticas sociais públicas do *Estado* e sociedade civil seria, por sua vez, uma possibilidade para rupturas dos processos de *alienação* e garantia de direitos civis e sociais para o desenvolvimento do *ser social* e a *emancipação humana*²⁸ da classe trabalhadora. Mas, quando os indivíduos sociais não possuem condições de se desenvolverem conscientemente, acabam sendo determinados no movimento da realidade, ao modo que, na luta pela sobrevivência no capitalismo, reduzem-se limitadamente às atividades laborais braçais e intelectuais, sem reconhecer-se no processo da sua realização: na participação, na produção, no conjunto de bens e serviços finais. A venda da sua força de *trabalho* nesse momento passa a ser tratada apenas como mercadoria para o capital. “Essa condição estrutural de organização do capital no capitalismo exclui a classe trabalhadora do acesso à riqueza e se coloca na condição de ‘consumidora exponencial’ das mercadorias produzidas socialmente.” (BOSCHETTI, 2010, p. 66, grifo do autor).

Consideramos, por isso, que os ditames da estrutura capitalista dos meios produtivos detêm os reflexos do domínio que determinam este processo (produção e consumo) como sendo *contraditórios e antagônicos*, à medida que se delimita na esfera da vida social a divisão em classes sociais, pois é nela que se configuram a *questão social* nas mais diversas expressões

²⁶ “O homem nasce num mundo — concreto — que está mais ou menos alienado. Sem dúvida, nem todos os particulares devem aceitar obrigatoriamente este mundo, nem aceitá-lo como o é; nem todos estão obrigados a identificar-se com as formas alienadas de comportamento.” (HELLER, 1977 apud BARROCO, 2007, p. 41-42).

²⁷ “[...] o ser social é a única esfera da realidade na qual a práxis cumpre o papel de *conditio sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a práxis é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto.” (LUKÁCS, 2010, p. 21).

²⁸ “A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstracto; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas suas relações individuais, se tiver tornado um ser genérico; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças (forças propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais se parar de si esta força social como força política.” (MARX, 2005, p. 30).

cotidianas como parte inevitável entre as classes sociais. Assim é que as *lutas de classes*²⁹ dos trabalhadores são constituídas como veículos sindicais para o movimento de forças sociais de resistência e rupturas adjacentes à realidade em que se condicionam a sua totalidade concreta, num espaço onde se apreendem o processo e a ele se opõem e resistem.

Importante salientar que os efeitos para a concretização de uma dada sociabilidade são constituídos no processo civilizatório, no âmbito do tecido das relações sociais, de onde possui o aparato da regulamentação do *Estado*³⁰. Esse é um mecanismo que se configura como mediador sociopolítico através da interiorização das suas forças contratuais legalizadas socialmente. E é a partir disso que são estabelecidas normas, leis e autoridades, pois “[o] *contrato social* — uma espécie de pacto entre os homens para estabelecer tais normas e autoridades às quais se submeterão consensualmente — seria o meio pelo qual ocorreria a passagem de um estado para o outro.” (MONTAÑA; DURIGUETTO, 2011, p. 23, grifo do autor). Nesse caso, o *Estado* representa a natureza do produto do *contrato social*, dos quais emanam as conjugações das vontades individuais e/ou coletivas.

Porquanto, a partir da regulamentação do *Estado* moderno, foi sendo emoldurado o processo para distribuição das riquezas produzidas como parâmetro constitutivo da sociabilidade capitalista. A sua lógica perpassa pela origem e caracteriza o seu monopólio expansionista dos meios produtivos. Para isso, desenvolveu-se uma política ideológica de manutenção, em que o interesse é destinado à rentabilidade (captação de lucros) da acumulação de riquezas pelos capitalistas, conduzindo na esfera da vida social a sua sociabilização entremeio à ampliação social do trabalho coletivo, enquanto os resultados dos seus frutos permanecem privados a uma parcela da sociedade.

Sobremodo, consideramos para definição da sociabilidade do sistema capitalista a sua politização junto ao *Estado* e à sociedade civil. Esse é um cenário sócio-histórico que segue carregado por contradições antagônicas e crises cíclicas, a qual demandam as múltiplas expressões da *desigualdade social* como parte dela inerente.

²⁹ “É importante lembrar que foram as lutas de classes que romperam o domínio privado nas relações entre o capital e trabalho, extrapolando a *questão social* na esfera pública. Os conflitos sociais passam a exigir interferência do Estado no reconhecimento e na legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos, consubstanciados nas políticas e serviços sociais.” (IAMAMOTO, 2007, p. 160, grifo do autor).

³⁰ “As concepções de Estado e sociedade civil no pensamento moderno têm seu lastro original nas teorias contratualistas do ‘direito natural’ ou jusnaturalismo, que foram desenvolvidos no processo de transição *para o capitalismo*.” (SANTOS, 2012, p. 22, grifo do autor).

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a ‘questão social’ — diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma seqüela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2011, p. 157, grifo do autor).

Hoje, no cenário contemporâneo, repensar a *questão social* e as suas múltiplas expressões significa, também, repensar a sociabilidade do sistema de produção capitalista maduro (estágio pós-moderno). As suas configurações representam um percurso atravessado por profundas transformações do padrão de acumulação, que foram demarcadas por novas reconfigurações, mas o seu cerne continua carregando velhos traços do capitalismo. Por ora, a busca incessante pela manutenção do desenvolvimento socioeconômico capitalista sobrepõe-se à necessidade dos capitalistas de criar e recriar mecanismos que possam visar à expansão e à superação das crises inerentes às externalidades contraditórias, que estão interiorizadas no próprio paradigma moderno dos meios de produção.

Junto a isso, suas projeções reprodutivas passaram a ter maior representatividade social no estágio do sistema capitalista *industrial*, demarcando, no decorrer da sua história, os processos que foram delineando mudanças no padrão da acumulação do capital. A partir dos anos pós-guerra, no século XX, tivemos uma marca ampliada da expansão do sistema econômico capitalista sob a liderança do capital industrial, por meio do apoio das bases *Fordismo/Taylorismo*, para a organização do padrão rígido da produção de mercadorias em massa e série. Tal modelo fundamentava-se nos princípios fordista e taylorista pela gerência, planejamento, controle e execução dos *processos de trabalho* e suas formas de distribuição e articulação, que se desenvolveram durante o período do projeto anticrise *Keynesiano*.³¹

Essa foi uma política empregada como estratégia de reversão das crises cíclicas (crise de 1929) do capitalismo no pós-guerra, a qual visava regular a intervenção do *Estado* na condução da administração e controle da economia do país com ações direcionadas ao ajuste socioeconômico mediante políticas sociais públicas. Os seus elementos centrais apresentaram uma arena para o desenvolvimento do bem-estar ou *Estado social* (por meio do conhecido

³¹ O *Keynesianismo* é um modelo de política econômica desenvolvida pelo economista britânico John Maynard Keynes (1883-1946) em seu livro “*Teoria geral do emprego, do juro e da moeda*” em 1936, que consistia na ideia da organização da economia política oposta às concepções liberais, delimitando como essencial o papel do Estado no controle da economia, para implementar um sistema de pleno emprego. Sua teoria teve enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado.

Welfare State)³², mas, por outro lado, isso limitava aos capitalistas o avanço da acumulação do *capital* e levava o mercado a uma vasta dependência.

A crise desse paradigma de acumulação capitalista eclode após os “trinta gloriosos anos” do pós-guerra, nos meados da década de 1970, representando um momento pelo qual o cenário da economia mundial se viu abalado por uma profunda depressão. Nesse período, as médias e grandes empresas do setor de produção vislumbraram-se abaixo de sua capacidade e com baixas taxas de crescimento econômico, provocando, assim, a diminuição da riqueza da classe capitalista, dos seus lucros e dividendos e, somados a isso, uma taxa de inflação elevada e um mercado totalmente deprimido.

As rápidas transformações que foram ocorrendo no mundo capitalista contemporâneo trouxeram consigo a busca por alternativas da reestruturação da economia como viés estratégico para a manutenção e superação daquela crise assolada no sistema. Esse cenário representou a substituição do modelo organizacional do padrão de acumulação do *Fordismo/Taylorismo* para o modelo *Toyotismo/Modelo Japonês* de produção, também conhecido como *Acumulação flexível*. Os marcos desse padrão de acumulação capitalista foram criados por Taiichi Ohno (1912-1990), após o fim da II Guerra Mundial, implantados inicialmente nas fábricas de automóveis da Toyota e, depois, expandindo-se como um novo paradigma de produtividade.

Tal projeto consiste, principalmente, na ideia de produzir somente aquilo que seja necessário e com a melhor qualidade possível. À vista disso, o modelo de gestão se estabeleceria a partir dos métodos de descentralização produtiva; terceirização dos serviços e forças de trabalho; com apoio total do avanço tecnológico e da automação microeletrônica; produzindo simplesmente o necessário e com o viés do controle de qualidade (total); flexibilidade da produção e um trabalhador qualificado e participativo (polivalente).

Esta redução da força de trabalho é possível, em primeiro lugar, pelo desenvolvimento tecnológico. Este último atinge um nível de sofisticação que deriva do fenômeno conhecido como automação da produção, ou seja, o acirramento da substituição do trabalho pela máquina automática. (MONTAÑO, 2012, p. 115).

Esse modelo caracteriza um padrão de produtividade que buscou enfrentar aquela eminente crise na sociedade, alinhavado a duas vertentes: políticas e econômicas capitalistas —

³² “Ora, os anos dourados da expansão capitalista — do pós-guerra aos inícios da década de 70 — foram presididos pelo crescimento econômico sob liderança do capital industrial. Verificou-se a expansão do emprego assalariado e o reconhecimento dos direitos de proteção ao trabalho, no marco de políticas redistributivas levadas a efeito pelo Estado, consoante as estratégias de acumulação do capital então predominantes. Sob tais condições, a questão social foi enfrentada no âmbito de um projeto de desenvolvimento com amplo suporte do Estado, que se beneficiava dos excedentes produzidos.” (CASTRO, 2011, p. 11).

tornando-se um cenário propício para a expansão do ideário e o conjunto de medidas alternativas do *projeto neoliberal*³³, sob a influência da sua integração subordinada ao centro do sistema mundial e a introdução de estratégias formuladas no Consenso de Washington em 1989. Foi por intermédio da liderança do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), que conduziram a adequação dos *Estados* subdesenvolvidos como condição para que recebessem a abertura de capital internacional e a inclusão no cenário transnacional a partir do ajuste estrutural desenvolvido pelas políticas neoliberais, pois a crise instaurada no mercado se justificava pela ineficiência estatal de intervenção na economia.

Aunque las historias de ineficiencia del Estado llaman poderosamente la atencion y han contribuido a crear la imagen de un Estado ineficiente, hay algunos datos sistematicos que refuerzan la evidencia anecdotica. Las comparaciones de los costes del Estado y de las empresas privadas que realizan actividades parecidas tienden a mostrar que los costes de las empresas privadas son considerablemente mas bajos, ya sea en la vivienda, en la recogida de basuras, en el transporte en autobus, en la gestion de las nominas o en la limpieza del medio ambiente. (STIGLITZ, 2000, p. 230).

Aos poucos, o *neoliberalismo* impulsionou a reestruturação do sistema mediante um novo paradigma de padrão produtivo, tecnológico e organizacional. A sua ideologia e política ampliaram a possibilidade da justaposição do modelo de desenvolvimento socioeconômico no decurso da tese central das suas bases codificadas em perspectivas advindas do individualismo, privatização, competitividade, flexibilidade e leis mercadológicas. O ponto principal da sua lógica constitui-se no incentivo interligado ao interesse individual competitivo e na ideia “da mão invisível” do mercado livre de direitos como interventor apto a coordenar os problemas econômicos e sociais da sociedade.

É responsabilidade do resto dos cidadãos estabelecer uma estrutura legal com características tais que um indivíduo, ao promover seus próprios interesses, seja, como diz Adam Smith, ‘levado por mão invisível a promover um fim que não fazia parte de suas intenções. E nem sempre é o pior para a sociedade que pode resultar. Tentando realizar seu próprio interesse, ele frequentemente promove o da sociedade de modo mais efetivo do que quando pretende realmente promovê-lo. Não sei de grandes benefícios feitos por aqueles que pretendem estar trabalhando para o bem público’. (FRIEDMAN, 1988, p. 139).

A programática *neoliberal*, a partir disso, sinaliza novos significados que elucidam características para a desregulamentação e liberação econômica pautadas no *Estado* mínimo da

³³ O *neoliberalismo* é um modelo de política econômica e/ou economia do desenvolvimento, pautado no ressurgimento do liberalismo econômico clássico, tendo suas ideias elucidadas por Milton Friedman (1912-2006), na obra por ele escrita em 1962 “*Capitalismo e Liberdade*”; em crítica à economia defendia ideias de políticas monetárias, privatização, desregulamentação e liberalização do mercado. O autor estadunidense lecionou na Universidade de Chicargo por mais de três décadas, recebeu o Prêmio de Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel de 1976 e foi reconhecido como sendo o “pai” do neoliberalismo.

intervenção na econômica (contrarreforma dos Estados), abrangendo um vasto panorama sociopolítico e econômico. Teve, como principal pauta: ampliar a *privatização* (propriedade privada) enquanto melhor caminho para o desenvolvimento dos meios de produção de mercadorias e serviços; deter o direito à liberdade, para que o *mercado* conduza a economia mediante a circulação de capitais financeiros internacionais por meio da *globalização*³⁴; possuir condições favoráveis para a expansão de multinacionais e transnacionais; delinear a promoção eficaz da lei da oferta e da procura da mão de obra de trabalho (contrarreforma trabalhista), criar possibilidades para o mercado realizar intervenções de livre funcionamento das atividades socioeconômicas (campo competitivo); e desenvolver a *refilantropização* das políticas sociais na qualidade de mecanismo para o enfrentamento das adversidades e conflitos sociais. Ou seja, um cenário a que se determina o *Estado* neoliberal como novo elemento compositivo para a projeção das relações sociais da sociabilidade capitalista.

Todavia, tais concepções *neoliberais* resgatam ideias do projeto capitalista liberal do clássico liberalismo econômico, no qual se configura, hoje, a fase de uma nova ordem mundial neoliberalista, tendo a sua gestão implantada por novas características que denotam o avanço tecnológico, a flexibilização e a terceirização nos processos de trabalho. As suas principais ideias, desta maneira, foram encontrando espaço em vários países pelo globo, até mesmo para aqueles que são considerados em desenvolvimento ou por serem nações subdesenvolvidas, como se enquadram, por exemplo, os países da América Latina, pois são países que tentam adequar-se ao mundo globalizado, mas, ao mesmo tempo, continuam com as negativas demarcações dos antigos traços do capitalismo.

Diante disso, eclode a dinâmica das contrarreformas dos *Estados*, os trabalhadores passaram a lidar com os ditos sacrifícios em prol do processo da reestruturação produtiva do sistema, com a privatização eminente das estatais e o aumento devastador do subemprego e do desemprego estrutural³⁵. O objetivo principal dessa nova projeção seria o de combater a crise econômica e atender a um processo de produção de mercadorias que emanasse da qualidade

³⁴ “A *globalização* pode assim ser definida como a intensificação das relações sociais em escala mundial, que ligam localidades distantes de tal maneira que acontecimentos locais são modelados por eventos ocorrendo a muitas milhas de distância e vice-versa. Este é um processo dialético porque tais acontecimentos locais podem se deslocar numa direção inversa às relações muito distanciadas que os modelam. A *transformação local* é tanto uma parte da *globalização* quanto a extensão lateral das conexões sociais através do tempo e espaço. Assim, quem quer que estude as cidades hoje em dia, em qualquer parte do mundo, está ciente de que o que ocorre numa vizinhança local tende a ser influenciado por fatores — tais como dinheiro mundial e mercados de bens — operando a uma distância indefinida da vizinhança em questão.” (GILDES, 1991, p. 60-61, grifo do autor).

³⁵ “Similarmente, as assimetrias entre a mobilidade da mão-de-obra e a do capital impuseram reduções dos impostos incidentes sobre o capital, deixando o ônus maior sobre o trabalho, o que acrescenta mais uma força às que conduzem a uma desigualdade crescente no mundo inteiro.” (STIGLITZ, 2002, p. 340).

total, em menos tempo possível, e, principalmente, com menor custo e manutenção para ser administrado pelo *mercado financeiro*.

Essa situação nos remete ainda a um outro fator intrínseco ao trabalhador e a suas lutas coletivas no sistema capitalista, com o enfraquecimento do sindicalismo na centralidade protetiva do trabalho, que, junto a isso, vê-se imbricado a elementos da sua própria *alienação*, pois, com as transformações no mundo trabalho³⁶, temos que o trabalhador (produtor de bens materiais e serviços) já não se identifica com o processo do seu trabalho e nem ao produto final por ele produzido, porque o neoliberalismo:

Possui como base objetiva, a intensificação (e a ampliação) da exploração (e a espoliação) da força de trabalho e o desmonte de coletivos de trabalho e de resistência sindical-corporativa; além, é claro, da fragmentação social nas cidades, em virtude do crescimento exacerbado do desemprego total e à deriva pessoal no tocante a perspectivas de carreira e de trabalho devido à ampliação de precário mercado de trabalho. (ALVES, 2009, p. 189).

Os impactos sociais e econômicos, neste sentido, têm resultado em projeções adversas na sociedade (distinção à realidade de cada país, nação ou Estados do globo) e, ao mesmo tempo em que para além das externalidades determinantes do funcionamento da estrutura social, as suas causas vêm gerando consequências nas políticas de acesso aos bens essenciais do processo civilizatório dos indivíduos sociais, já que isso nos remete a uma realidade que é seletiva e com enormes reflexos na esfera da vida social.³⁷

Eles se apresentam na expansão do processo da privatização dos meios e bens de produção, na insegurança e precarização do trabalho, na violação dos direitos civis, políticos, sociais e inclusive sobre os recursos naturais (ar, água e solo), ao atrelar-se, neste viés, à “política neoliberal” como estratégia para a reestruturação produtiva do sistema, por meio de

³⁶ “Assim como em etapas anteriores do desenvolvimento industrial, radicais mudanças tecnológicas envolvem uma ampla expulsão da população trabalhadora de seus postos de trabalhos. Atualmente, segmentos cada vez maiores da população tornam-se sobrantes, desnecessários. Essa é a raiz da *nova pobreza* de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem preço, porque não tem mais lugar no mercado. Fenômeno que se observa, hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram comparativamente baixos. São estoques da força de trabalho ‘descartáveis’ para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida. Existe ‘gente demais’ para as necessidades da acumulação capitalista; ao mesmo tempo em que, nas regiões mais pobres, a população tem reduzida esperança de vida ao nascer, mantêm-se elevados índices de mortalidade infantil, e contingentes populacionais são dizimados nas guerras.” (IAMAMOTO, 2005, p. 33, grifo do autor).

³⁷ “Os resultados não devem ter sido surpresa. Eles refletem o que estava no programa e o que ficou de fora. O aparente sucesso dos primeiros 2/3 da década não passou de uma miragem — em parte, um surto de crescimento causado por uma entrada insustentável de capital estrangeiro e, em parte, como tantas vezes acontece após um período de estagnação, uma “recuperação” da década perdida. Esse crescimento não se sustentou. E seria possível argumentar de maneira convincente que não era sustentável. [...] As regras do jogo foram concebidas, em sua maioria, pelos países industrializados avançados, ou, mais precisamente, por interesses especiais dentro desses países e em prol desses interesses egoístas, que amiúde não atendem aos interesses do mundo em desenvolvimento e, em especial, aos dos pobres.” (STIGLITZ, 2002, p. 334, 355).

suas adequações, para satisfazer os interesses dos detentores do padrão de acumulação de riquezas e, principalmente, em detrimento do *mercado financeiro*.

Para a Iamamoto (2007, p. 106, 128), a mundialização da sociabilidade capitalista no palco da história do *século XXI*, por sua vez, ganha um espaço cosmopolita da sociedade global, alinhado à mundialização da economia por grandes grupos de empresas industriais transnacionais e com a liberação dos capitais financeiros (formas de obter lucros), sob a lógica da especulação do *mercado financeiro* dos juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, sociedades financeiras de investimentos coletivos e fundos mútuos). Assim, o *modo de estruturação da economia mundial* se apresenta sob o processo das novas configurações institucionais, que foram resultantes do contexto da desregulamentação e liberalização da economia em face à manutenção e a superacumulação capitalista, passando a ser conhecida como a era do *capital financeiro*. Por meio da sua institucionalização, vem detendo o comando sobre o nível e o ritmo de investimentos no mercado financeiro, para o qual são destinadas a criação e inovações de novas capacidades de produção e extensão das relações sociais capitalistas — cenário que envolve inéditos processos sociais entre a economia e a sociedade, a política e a cultura, no cerne da sociabilidade e contra forças sociais do empoderamento. “Em outros termos, tem-se o reino do capital na plenitude de seu desenvolvimento e alienação.”, e, ao mesmo tempo, consagrando-se nos embates ampliados dos seus reflexos na *questão social*:

O capital internacionalizado produz a concentração da riqueza, em um pólo social (que é, também, espacial) e, noutro, a polarização da pobreza e da miséria, potencializando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista, em que se sustente a *questão social*. (IAMAMOTO, 2007, p. 111, grifo do autor).

O cenário atual, nesse preâmbulo, detém no mundo das aparências as diversas consequências no campo da vida social, à medida que seus agravantes se condicionam na ampliação exacerbada do desemprego e subemprego estrutural, nas relações do *Estado e o Mercado*, na articulação da ofensiva entre o público e o privado, nos cortes nos gastos públicos, na transferência para a iniciativa privada das políticas sociais públicas e na influência intelectual instituída por características do *racionalismo*³⁸ na vida cotidiana dos indivíduos sociais (como exemplo, a supervalorização do *ter* em relação ao *ser* — ter para poder ser, ou, aparecer ter para ser / do humanismo para o individualismo, entre outros), condicionando a consciência e os seus

³⁸ “A modernidade institui, assim, como o modelo explicativo do real, fundando no primado da razão, ou seja, na capacidade do homem em formular teorias científicas a partir de leis objetivas. Essa forma de pensar do projeto epistemológico da tradição racionalista inaugurada por Descartes e da perspectiva empirista foi iniciada por Francis Bacon. Será, no entanto, o filósofo alemão Immanuel Kant quem ampliará as reflexões acerca das possibilidades da razão na organização e sistematização dos dados empíricos de forma mais científica.” (SIMIONATTO, 2009, p. 88).

significados nos moldes da própria defesa dos interesses do capital em detrimento à sua perpetuação e reestruturação produtiva.

O estágio atual do processo da reestruturação das relações sociais na sociabilidade capitalista passa a circunscrever a recriação de novas necessidades junto a tendências que parecem ser irreversíveis — com novas forças produtivas que condicionam novas formas de apropriação dos recursos produtivos da captação de recursos naturais e das relações de *trabalho* ou a própria ausência deste, na diminuição de seus postos sob os reflexos da substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto por meio do desenvolvimento tecnológico³⁹, em cuja projeção tem-se na captura do seu movimento a fragmentação social e o aprofundamento das *desigualdades sociais* entremeio à *pauperização e exclusão* dos diversos segmentos sociais daqueles que vivem do *trabalho*.

Tal como, também são formuladas novas relações de embate e lutas do poder da hegemonia entre as diferentes classes e grupos favorecidos na sociedade. Isso vem gerando o acirramento dos conflitos e tensões entre as forças sociais, ampliando a diferenciação entre as classes, diminuindo recursos, salários e alterando o mercado de trabalho. São determinações essas ocorridas de maneira interligada ao cerne do movimento real das dimensões *contraditórias e antagônicas* da ordem societária vigente, as quais utilizam da falácia de seu ideário para revestir e mistificar a sua *alienação*.

O capitalismo contemporâneo operou, portanto, o aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de sua autorreprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. (MÉSZÁROS, 2011, p. 18).

Consideramos, desse modo, que na vivência dos tempos atuais, a sociedade global experimenta os traços da dominação/exploração do capitalismo sob os moldes do capital pós-moderno e introjeta seus anseios em *capital de fetiches*, ao cosmopolizar o ideário da informação assimétrica de mercado e seus riscos sobre os processos das externalidades (degradação do social e o ambiental), numa era em que prioriza a superacumulação e gera a concentração elevada da rentabilidade de capitais financeiros (mercado, lucros e juros),

³⁹ Sobre as transformações contemporâneas no mundo do *Trabalho*, consultar a obra “*Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*” de Ricardo Antunes (2011).

enquanto, também, dissemina disparidades e impactos sociais cada vez mais acirrados no tecido das relações sociais, com profundas polarizações de injustiças sociais e ambientais.

No entanto, a sua hegemonia perpetua o poder e o jogo das correlações das forças sociais, lugar em que os fenômenos sociais se aparentam resultantes de um processo adjacente à violência estrutural indissociável do cerne dessa própria ordem societária, sob a égide complexa das contradições e crises existentes no sistema.

Por isso que das promessas do tão sonhado crescimento econômico só tem restado o chamado *mito* do progresso, pois a sociedade vivencia o crescimento da degradação da vida através da lei das desigualdades, tendo nas suas maiores expressões o aumento da violência, da pobreza e da miséria entre os povos. (SILVA T. P., 2018, p. 36, grifo do autor).

É nesse *universo* que se enquadram os projetos societários (definidos no conjunto da sociedade), que igualmente representam o *cenário* para as intervenções das profissões (ofício especializado) que atuam no campo social por meio das políticas sociais⁴⁰, na qualidade de trabalhadores assalariados (na esfera pública ou privada). Por conseguinte, nessa esfera, a sua vivência perpassa pelos mesmos reflexos advindos da “própria” conjuntura da sociabilidade capitalista — inseridos entremeio aos processos da produção de mercadorias, consumo e serviços (força de trabalho braçal e/ou intelectual).

1.1.2 Trabalho profissional e suas características

O Serviço Social está entre as profissões que possuem sua fundamentação profissional definida na esfera das ciências sociais aplicadas enquanto uma especialização do *trabalho coletivo* exercida no âmbito das políticas sociais, lugar em que detém a construção histórica (transformação e reformulações) do seu processo profissional ancorado no desenvolvimento da formação e da sua prática social. Utiliza-se da *práxis* para desenvolver habilidades e apreender os elementos conjunturais como instrumentalidade para a articulação intelectual das suas várias dimensões ao decifrá-las junto a teorias e métodos, somados ao aporte ético e políticos para regulamentar as suas competências e atribuições e também para a apreensão das técnicas

⁴⁰ “Uma das formas de pensar a política social é aquela que coloca em oposição, complementação, ou mesmo negação, em face da política econômica. Assim, política econômica refere-se, fundamentalmente ao âmbito da *produção, acumulação, concentração e do consumo* enquanto política social diz respeito ao âmbito da *reprodução, (re)distribuição e do consumo social* [...] aquela que confere primazia as necessidades sociais [...]” (SILVA, A. A., 2016, p. 47, grifo do autor).

operativas de trabalho (uso de instrumentais diversos), para a elaboração das suas ações investigativas e interventivas da profissão.

Enquanto profissão no cenário atual, o Serviço Social requer uma visão ampla e epistemológica da sua atuação, agregando possibilidades inovadoras do pensar sobre as perspectivas do processo de trabalho, para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo no âmbito do *trabalho profissional*, a fim de interpretá-los e desenvolver alternativas de intervenção. Hoje em dia, para participar do desvelamento, desenvolvimento e a recriação da realidade dos indivíduos sociais no sistema capitalista, ele nos indica a exercer formas de apreensão investigativas a partir de estratégias *ético-políticas* que se apresentam ao trabalho no cotidiano e a uma *formação profissional* crítica e competente.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de *decifrar a realidade* e construir *propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano*. (IAMAMOTO, 2005, p. 20, grifo do autor).

Para a sintonia real do Serviço Social com os tempos atuais, exigir-se-á o aporte de qualificações e funções profissionais que possam desempenhar, na prática cotidiana dos profissionais, capacidades no modo de pensar, propor e mediar os projetos e serviços, de defesas dos espaços de trabalho e sobre os desempenhos profissionais.

Assim, cabe aos Assistentes Sociais compreender as possibilidades dadas na realidade contida na vida social, apropriando-se delas para atribuir competências e atendimentos em prol dos interesses coletivos da população usuária dos seus serviços (segmentos sociais das classes subalternas e dos trabalhadores), com a proposição de alternativas criativas em detrimento a ruptura de atividades burocráticas e rotineiras. “Requer ir além de rotinas institucionais para buscar apreender, no movimento da realidade, as tendências e possibilidades, ali presentes, passíveis de serem apropriadas pelo profissional, desenvolvidas e transformadas em projetos de trabalho.” (IAMAMOTO, 2009a, p. 12).

Os Assistentes Sociais situam o seu protagonismo profissional num palco denso de tensões e conflitos resultantes das relações advindas do Estado, empresariado e trabalhadores, desempenhando a sua prática num cenário movido por interesses distintos, que tecem a produção das relações sociais capitalistas na esfera da vida social. As suas transformações contemporâneas circunscrevem o movimento da realidade, atingindo o drama da vida em sociedade no preâmbulo das lutas sociais e políticas contra a produção das *desigualdades* socialmente produzidas.

Isso também caracteriza os postos de trabalho do Serviço Social, possuindo na institucionalização do seu exercício uma relativa autonomia de intervenção, pois os profissionais dependem, para a organização social das atividades, de vincular-se à instituição empregadora (Estado, empresas, entidades não governamentais), para que a população tenha garantia de acesso aos seus serviços. Por ora, assim se organiza o seu processo de trabalho e não é uma organização isolada, dado que a profissão se faz como parte de um conjunto de especializações de trabalho coletivo em equipes *multiprofissionais* de trabalhos.

Ademais o exercício da profissão no mercado de trabalho é tensionado sobre as determinações mediadas pela compra e venda da sua força de trabalho na condição de trabalhador assalariado (do funcionalismo público, de empregadores privados ou por serviços autônomos), sendo estipulado como será realizado o processo do trabalho por meio das normas contratuais, tais como: a jornada, o salário, controle do trabalho, índices de produtividade e metas a serem cumpridas. Em contrapartida, os organismos empregadores devem oferecer condições para a execução do trabalho a partir da disponibilidade de recursos de materiais — humanos e técnicos — para o suporte da organização social do trabalho.

Por sua vez, consta-se ainda que exigências são impostas a partir de requisitos específicos, regulamentações de trabalho e imposição de funções e atribuições. São condições de trabalho que podem delimitar o conteúdo, estabelecer limites e possibilidades de investigação e intervenção, mas, por outro lado, podem ser superadas no campo das alternativas *ético-políticas* ao serem intermediadas pelo projeto profissional.⁴¹

Pensar o projeto profissional supõe articular uma *dupla dimensão*: de um lado, as condições macrosocietárias, que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades, e, de outro, as respostas sócio-históricas, ético-políticas e técnicas de agentes profissionais a esse contexto, as quais traduzem como esses limites e possibilidades são analisados, apropriados e projetados pelos assistentes sociais. (IAMAMOTO, 2007, p. 222, grifo do autor).

De acordo com a autora, o Assistente Social, no seu dia a dia de trabalho, lida com diversas situações singulares dos indivíduos e suas famílias, grupos e segmentos populacionais, a partir das determinações de classes. O desafio do processo profissional parte do princípio de decifrar os seus significados nos tecidos na vida individual, com apreensão das necessidades sociais para proceder à luta por direitos na esfera pública.

Por certo isso requer a qualificação profissional de competências e atribuições para incorporar as dimensões investigativas e interventivas da profissão, a fim de apreender e

⁴¹ No Brasil o projeto profissional materializa-se com base no Código de Ética Profissional do Assistente Social, resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993.

analisar a conjuntura posta em trabalho e, também, para mediar adequações que partilhem de ações que suponham potencializá-las ao seu projeto profissional coletivo, ou seja, “[...] para apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais e as lutas contra as mesmas; e para projetar formas de resistência e de defesa da vida e dos direitos, germinadas no presente [...]” (IAMAMOTO, 2009a, p. 33).

À vista disso, para concretizar o processo de trabalho na condição de trabalhador assalariado na sociedade capitalista de produção, o Serviço Social irá realizar o seu trabalho profissional no âmbito das políticas sociais, na esfera pública e/ou privada. Neste segmento, o profissional detém a organização social do trabalho, ao desenvolver competências e atribuições específicas com a população por intermédio das instituições empregadoras, com desempenhos no cotidiano profissional de suas atividades práticas vinculadas ao aprofundamento intelectual por um conjunto de habilidades, saberes e conhecimentos no âmbito da pesquisa, administração, planejamento, supervisão, consultoria, assessoria, gestão de políticas, programas, projetos e serviços sociais, entre outros.

São competências e atribuições, das quais perfazem,

Art. 4º [...] elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; [...] V orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; [...] VII planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso; IX prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; [...].

Art. 5º [...] assumir, no magistério de Serviço Social como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular; VI treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social; VIII dirigir e coordenar Unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social, de graduação e pós-graduação; IV dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudos e de pesquisa em Serviço Social; [...]. (CFESS, 1993).

O Assistente Social, assim, utiliza-se do seu projeto profissional para desempenhar o compromisso com o *processo da formação continuada*, por intermédio de uma vasta gama de especializações, no conjunto das diferentes áreas de atuação e temática investigativas, como: a seguridade social (proteção social, saúde, previdência social), habitação, educação, cultura, violência, justiça, direitos humanos e sociais, gestão, assessoria e consultoria, movimentos sociais e, não obstante, vem se destacando a inclusão da temática do meio ambiente pela sua

inter-relação contida na vida social, pois, “[...] a exacerbação da questão ambiental e de suas múltiplas expressões vem configurando um novo campo de intervenção profissional, mediado pela incorporação dessa temática ao universo das empresas, das ONG’s e do Estado.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 147).

Envolve o assistente social como intelectual capaz de realizar a apreensão crítica da realidade e do trabalho no contexto dos interesses sociais e da correlação de forças políticas que o tensionam; a construção de estratégias coletivas e de alianças políticas que possam reforçar direitos nas diferentes áreas de atuação (saúde, previdência, assistência social, habitação, sócio-jurídico, organizações empresariais, ONGs etc.), na perspectiva de ampliar o protagonismo das classes subalternas na esfera pública. (RAICHELIS, 2013, p. 631).

Os seus desafios profissionais vislumbram-se a uma vasta empreitada de trabalhos no cenário atual, principalmente no que permeiam à concretização do processo da *formação profissional* crítico e competente, ao passo de proporcionar-lhe a instrumentalidade intelectual para possuir condições de qualificar respostas frente às demandas que se apresentam no *trabalho profissional*. E, ao mesmo tempo, de aprofundar os elementos do seu projeto ético-político profissional na mesma proporção das lutas coletivas e os enfrentamentos que limitam a atuação diante das relações sociais projetadas na sociabilidade capitalista. Isso exigirá, cada vez mais, sobrepor rupturas das visões endógenas, focalistas e conservadoras, que, porventura, ainda possam assombrar influências sobre o exercício da competência profissional destinada à população das classes subalternas e das suas lutas e resistências.

Neste âmbito, o avanço da projeção societária capitalista na sociedade global detém suas raízes determinantes para o desenvolvimento da vida social, que, ao trazerem consigo a expansão do seu ideário e suas contradições, vêm gerando impactos sociais e, outrossim, os ambientes numa mesma proporção — que parecem ser irreversíveis sob o ponto vista socioambiental —, pois tecem a insustentabilidade da trama da vida em sociedade, provocando o alastramento de seus riscos e danos imensuráveis para a população como um todo, seja de local para global, ou vice-versa, que juntos, vêm estendendo-se com maior veemência nas últimas décadas para um nível planetário.

A reestruturação produtiva do sistema, mesmo assim, continua delimitando o processo sociometabólico do homem nas relações entre os homens, com a tecnologia e a natureza, numa proporção que não apresenta espaço para o reconhecimento construtivo da relação homem-natureza enquanto sociabilidade, o que se torna *questionável*. “É questionável no sentido que esse mesmo sistema que *aliena, domina e explora* os homens é o mesmo sistema que também *polui, depreda e destrói* a natureza.” (SILVA, T. P., 2018, p. 36, grifo do autor).

Os seus significados transmutam reflexos no âmbito da profissão do Serviço Social, pois, ao incluir valores e compromissos *ético-políticos* profissionais para nortear a sua intervenção em favor da vida e da sua qualidade como parte dela inerente, emerge a necessidade de ações interventivas que possam delinear contribuições profissionais em face das projeções sociais e, igualmente, sobre as ambientais, já que estas se apresentam correlacionadas e interligadas na esfera da vida social enquanto sociabilidade planetária. Neste sentido, emergências atuais exigem rupturas e mudanças dos paradigmas da vida atual para outra, que promovam alternativas no âmbito da organização da vida social, ao passo que seja fundamentada em preceitos de ações socioeducativas que nos possibilitem desenvolver sentimentos de pertencimento, solidariedade e sustentabilidade socioambiental.

1.2 Questão socioambiental e seus significados no Serviço Social

A história da humanidade perpassa por um processo civilizatório indissociável da territorialidade mediante a ação interventiva do homem no meio ambiente. Dos caminhos percorridos até os dias atuais, nunca se destacaram tanto os problemas ambientais como se nota no século XXI, em que configurações estruturais de ordem social e ambiental expressam a conjuntura planetária de uma *crise socioambiental* como sendo resultado do modo com que as ações antrópicas vêm estabelecendo a sua relação com a natureza. Assim, em uma escala mundial, temos visto com maior frequência os impactos advindos de tal crise, consolidados na relação dos vários problemas sociais e, sobretudo, dos ambientais.

Crise, esta, que designamos socioambiental, pois engloba os problemas sociais e os ambientais significando que são indissociáveis, ou seja, um está diretamente ligado ao outro. Denota-se assim que pobreza, desigualdade social, falta de infraestrutura e saneamento básico, subnutrição, proliferação de doenças, precarização do trabalho e outros estão também diretamente relacionados à poluição, à degradação ambiental, aos desmatamentos, à exploração desmedida, à escassez de recursos, ao não cumprimento das leis em geral e etc. São fatores que incidem na destruição da qualidade ambiental que consequentemente afeta a qualidade de vida e vice-versa. (LACERDA; SILVA, 2008, p. 61).

Nas últimas décadas, notícias nas redes sociais e diversas mídias apresentaram resultados de estudos científicos que alarmaram a ocorrência do acréscimo da temperatura climática do planeta e entre outros diversos desastres ecológicos. Desse modo, essa questão rebate causas e consequências para a sociedade como um todo. Seus embates podem ser percebidos na caracterização estabelecida pela relação homem-natureza e por seus projetos

societários munidos à ideologia do desenvolvimento socioeconômico capitalista moderno, como sendo um dos principais fatores para o avanço da acelerada crise ecológica.

Trata-se de um momento histórico atual, em que se exige uma compreensão ontológica da realidade da vida social⁴², para analisarmos como fomos estabelecendo a nossa interação com a natureza, principalmente “[...] no que diz respeito ao intercâmbio produtivo dos seres humanos com a natureza e entre si.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 96).

1.2.1 Os fundamentos da questão socioambiental

As raízes da degradação socioambiental foram sendo emolduradas na trajetória da humanidade, nas quais o processo civilizatório demarca as pegadas e os caminhos percorridos pelo homem na Terra. Nesse sentido, a organização da vida produtiva representou-se parte indissociável, com diversos estágios que marcaram formas distintas da relação homem-natureza, que começam desde os primórdios com a sociedade primitiva, passando para o escravismo, posteriormente o feudalismo, depois o mercantilismo e, por final, o capitalismo que vigora até os dias atuais.

Isso configurou períodos que demarcaram historicamente o desenvolvimento das relações sociais entre os homens e deste com a natureza, tais como: na sociedade primitiva, os homens foram se desenvolvendo por meio do convívio em comunidades familiares, mantinham um estágio selvagem, utilizando-se dos recursos naturais para a sua sobrevivência (alimentavam-se da caça, pesca e vegetais); quando a população cresceu, as tribos foram migrando e passaram a desenvolver a primeira relação de trabalho a partir da agricultura e do pastoril, bem como da delimitação dos territórios e construção de habitações.

Depois desse estágio, foram sendo desenvolvidos pelos homens os meios da exploração e dominação da Terra, além dessa relação com os outros homens. À vista disso, temos que “A dominação da Terra em si, para Marx, assumiu um significado complexo, dialético, derivado do seu conceito de alienação. Ela significava tanto a dominação da terra por aqueles que monopolizavam a terra, e, portanto os poderes elementares da natureza.” (FOSTER, 2014, p.

⁴² “Por conseguinte, uma *ontologia do ser social* deve sempre levar em conta dois aspectos: em primeiro lugar, que ambos os polos, ou seja, tanto os objetos que imediatamente parecem pertencer apenas ao mundo da natureza (árvores frutíferas, animais domesticados etc.) — mas que são, em última instância, produtos do trabalho social dos homens — quanto às categorias sociais (sobretudo o próprio valor), das quais já desapareceu toda materialidade natural, devem permanecer, na dialética do valor, indissolúvelmente ligados. A inseparabilidade, que se expressa como contradição entre valor de uso e valor de troca, revela em sua ligação, que se apresenta como antitética mas que é também indissolúvel, essa propriedade *ontológica do ser social*.” (LUKACS, 2010, p. 218, grifo nosso).

109). São estágios que significaram o primeiro período da modificação do espaço natural (matas, florestas e campos) e de como se desenvolveram as relações entre os homens e deles com seu hábitat natural.

A população humana foi aumentando significativamente, desenvolveram-se a produção excedente e o comércio, surgiram as cidades (construções urbanas), e os processos das relações econômicas, políticas e sociais foram também sendo estabelecidos. A delimitação da propriedade privada, com o tempo, demarca os territórios, classifica a existência entre ricos e pobres e altera os ambientes naturais. Essa esfera representou um estágio da organização da vida social suprimida pelos embates determinados na própria relação produtiva, quando se tratava das precárias condições de vida, doenças e desastres naturais, que, por vezes, assolaram e devastaram as plantações, alastrando crises diversas na sociedade. Assim, foram perpassando os estágios e suas distintas formas da relação do homem com a natureza.

As formas de estágios que antecederam o capitalismo podem ser compreendidas por etapas que caracterizam o desenvolvimento de fases distintas da organização socioeconômica produtiva, momento em que o homem passa a exercer possibilidades de uma sociabilidade na apreensão ontológica do *ser social*, que pela sua capacidade teleológica, buscava transformar a natureza para satisfazer à sua necessidade de sobrevivência, criando instrumentos, objetos e produtos com valor de uso por meio do *trabalho*. “Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza.” (MARX, 1996a, p. 297).⁴³

O processo de *trabalho*, a partir deste seguimento, pode ser vislumbrado como uma categoria essencial para o desenvolvimento da vida humana, pois, ao materializá-lo, amplia possibilidades de aperfeiçoamentos e isso não implica um estágio do desaparecimento da natureza, já que o homem poderia desenvolver-se nesse âmbito com a transformação de si mediante o seu modo de pensar sobre a sua atuação na natureza externa ao modificá-la e, com isso, ao mesmo tempo modificar a si mesmo. Assim se tornaria capaz de aprimorar a sua condição de existência e qualidade de vida no processo das relações sociais dos homens entre si e destes com a natureza, potencializando da sua própria humanização e estendendo novas

⁴³ A teleologia significa ser a ciência filosófica que estuda causas e efeitos finais (propósitos, objetivos ou finalidade) quanto à capacidade que os homens desenvolvem suas ações como forma de explicar as modificações que ocorrem na realidade. “O modelo do modo de ser teleológico do trabalho, que teve influência determinante sobre toda a fase inicial do pensamento — Aristóteles é o primeiro pensador a apreender de modo aproximadamente correto, em termos filosóficos, esses nexos com o trabalho —, a observação e a elucidação do ‘finalismo’ na esfera da vida levam ‘por si mesmas’ a conceber teleologicamente também a natureza inorgânica, isto é, a procurar uma substância ou força teleológica originária por detrás das necessidades regulares dos fenômenos singulares —” (LUKÁCS, 2010, p. 25, grifo do autor).

formas de sociabilidade ao produzir subsídios destinados à satisfação de suas próprias necessidades, numa relação de interdependência com a natureza.⁴⁴

Porém, com a formação da sociedade capitalista a partir do contexto sócio-histórico do movimento conhecido por *Renascimento* e a sucessão da *Revolução Científico-tecnológica* no século XVI, marcou as fases da transição para um novo estágio da organização da vida social, conhecida como a era moderna. Foi um período que caracterizou o desenvolvimento do padrão do paradigma moderno de produtividade, com a sucessão de diversas transformações que ocorreram na vida humana da sociedade no âmbito da economia, da política e da cultura.

É importante destacar que esse estágio representou uma etapa da acumulação do capitalismo primitivo: *mercantil ou comercial*, que sintetizou mudanças extremas sobre o modo de produção familiar, artesanal e camponesa daquela época, separando o produtor direto dos seus meios de produção por fundamentos caracterizados na propriedade privada e, também, pelas novas formas coletivas de produção relativas ao trabalho coletivo, dando outro significado ontológico para o trabalho, no momento em que passa a transformá-lo em mercadoria para o capital. Como resultado, foi sendo desenvolvido o estado burguês urbano da economia mercantil, até que fosse estabelecido o estágio da produção por manufatura (economia produtiva — mecanizada de materiais ou mercadorias).

Sob a influência do Iluminismo⁴⁵, posteriormente, ocorre a grande Revolução Industrial no século XVIII; junto ao processo da urbanização industrial, desenvolveu-se a expansão do capitalismo *concorrencial, liberal ou clássico*. Esse estágio do capitalismo sinalizou grande transformação na capacidade produtiva humana, que, mediante o empirismo, o mecanicismo, o racionalismo e o tecnicismo designaram e intensificaram profundamente o pensamento de *ciência moderna*, alterando nesse preâmbulo os moldes do progresso econômico ao atrelá-lo com o *antropocentrismo*⁴⁶. Dado que a sua fundamentação perfaz a caracterização de valores

⁴⁴ “A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza.” (MARX, 2006, p. 116).

⁴⁵ “Iluminismo é um movimento filosófico, também conhecido como Esclarecimento, Ilustração ou Século das Luzes, que se desenvolve particularmente na França, Alemanha e Inglaterra no séc. XVIII, caracterizando-se pela defesa da ciência e da racionalidade crítica, contra a fé, a superstição e Omã religioso. Possui uma dimensão literária, artística e política. No plano político, defende as liberdades individuais e o abuso do poder.” (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2001, p. 142).

⁴⁶ “Antropocentrismo. Do grego *anthropos*, homem, e do latim *centrum*, centro. Concepção que situa e explica o homem como o centro do universo e, ao mesmo tempo, como o fim segundo o qual tudo o mais deve estar ordenado e a ele subordinado: “O homem é a medida de todas as coisas.” (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2001, p. [1]).

éticos centrais⁴⁷, com a definição do “homem como centro do universo”, ao deter o pensamento da razão, poderia, desse modo, o homem emancipar-se consoante o seu conhecimento predatório sobre a natureza.

Com isso, “[...] o repúdio à natureza expressa-se tanto na desqualificação dos ambientes naturais (matas, florestas, campos), quanto em uma nova disciplina de controle da natureza associada às funções biológicas do ser humano. (CARVALHO, 2012, p. 95). Mas, por sua vez, os seus efeitos vêm resultando no avanço mundial da *destruição, degradação e depredação* do meio ambiente pelo gênero humano.

A degradação ambiental é resultante de um complexo interativo de fatores econômicos, políticos, tecnológicos e culturais. A dinâmica capitalista é a base estrutural dessa degradação, qualificada pela urbanização, pelo industrialismo e pelo modelo antropocêntrico, inerente ao iluminismo. (LOUREIRO, 2002, p. 46).

Isso se refere pontualmente a um avanço tecnológico do progresso econômico mediado pela influência de ações antrópicas de domínio e submersão do mundo natural, no momento em que se experimenta o sentimento de exterioridade, de não pertencimento à natureza, ao enxergar os recursos naturais e tomá-los como mercadoria para captação de matérias-primas através de fontes materiais e de energia, separando-se da natureza pela sua subjugação. “O domínio da tecnologia em mãos do capital possibilitou-lhe apropriar-se, gradativa e gratuitamente, desses recursos, de tal sorte que acabaria por evidenciar a fragilidade do princípio da infinitude destes.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 53).

Foi assim que se influíram os desdobramentos provocados pela grande indústria na produção de mercadorias, nos processos da sua produção na agricultura e, sobretudo, na influência das condições sociais, refutando o avanço das ações antrópicas para uma direção de esgotamento da terra e também do trabalhador, ao delimitar os entraves existentes entre a sociedade e a natureza como parte desse processo, que, por ora, manifesta-se nos ditames da alienação e na destrutividade socioambiental.

Com a preponderância sempre crescente da população urbana que amontoa em grandes centros, a produção capitalista acumula, por um lado, a força motriz histórica da sociedade, mas perturba, por outro lado, o metabolismo entre homem e terra, isto é, o retorno dos componentes da terra consumidos pelo homem, sob forma de alimentos e vestuário, a terra, portanto, a eterna condição natural de fertilidade permanente do solo. Com isso, ela destrói simultaneamente a saúde física dos trabalhadores urbanos e a vida espiritual dos trabalhadores rurais. (MARX, 1996a, p. 113).

⁴⁷ “A ética da sociedade dominante é utilitarista e antropocêntrica. Considera o conjunto dos seres a serviço do ser humano, que pode dispor deles a seu bel-prazer, atendendo aos seus desejos e preferências.” (BOFF, 2015, p. 25).

Tal delimitação inaugurou o estágio *imperialista* da expansão global do denominado capitalismo *monopolista ou financeiro*, no século XIX, que se estende da sua fase clássica até a fase os meados dos “anos dourados” do século seguinte (1970). É desenvolvida neste período uma fase predatória do sistema embasada na superexploração do trabalhador e da sua capacidade produtiva através de políticas econômicas de reestruturação. Tais fatores demarcam com maior ênfase as expressões de uma sociedade desigual, bem como a espoliação depredatória e gratuita dos recursos naturais (propriedade privada dos bens naturais e do subsolo), com profundas implicações da dominação e exploração desmedida do ecológico.

Em um momento paralelo a esse, houve os modelos de socialismo⁴⁸ postos em prática ao longo do século XX, tendo como base a sociedade socialista constituída pela propriedade social através da socialização da Terra, que seria gerida por um partido único, o *Estado*. Todavia, em contraposição, impregnou-se uma cultura excessiva de devoção ao crescimento do Estado, sem o devido questionamento acerca da sua relação com o meio ambiente, demonstrando ausência de preocupação com as questões ambientais. Tanto foi assim que, na extinta União Soviética, as principais matrizes energéticas foram o petróleo e o carvão mineral, altamente poluidores da atmosfera, sem contar nas desastrosas experiências nucleares, como o desastre ocorrido em Chernobil, em 1986.

De tal modo, tanto o capitalismo quanto o socialismo alargam representações de modelos que não coadunam a um *paradigma ecológico* de vida para toda a humanidade do Planeta, pois configuram-se por uma busca de progresso via crescimento econômico, que em grande proporção se apresenta totalmente antiecológico.

⁴⁸ O *Socialismo* é um modelo de política econômica, criado a partir de ideias socialistas que almejavam implantar uma sociedade justa e igualitária em contraposição a sociedade capitalista. “Termo que designa, sobretudo a partir do séc. XIX, diferentes doutrinas políticas tais como o socialismo de *Marx, de *Saint-Simon, de *Fourier, de *Proudhon etc.” (MARCONDES; JAPIASSU, 2001, p. 177). Suas principais características vislumbram modelos de várias teorias como o socialismo: utópico, científico, cristão, real, etc. Dos países que implantaram o socialismo no decorrer do século XX, a União Soviética e o Leste Europeu instaurou o socialismo real por intermédio da enorme participação do Estado, repressão popular e concentração de poder. Esse sistema passou a delinear contradições resultantes da centralização do poder autoritário, classes dirigentes e funcionários do alto escalão do governo que passaram a disfrutar de privilégios. Na década de 1980, houve uma profunda crise no interior desse modelo, que atingiu a política e a economia, devido a diversos fatores, entre as quais destaca-se o baixo nível de desenvolvimento tecnológico pelo investimento prevaletido na indústria bélica, deixando de lado a produção de bens de consumo e, também pelo fato da diminuição da produção agropecuária e industrial. Tais fatores, travou insatisfação popular, com manifestações para implantar um governo democrático e, assim foram processando um período de transição demarcado por mudanças e transformações importantes, até que em meados de 1989, ocorreu a queda do Muro de Berlim que cravou o fim da Guerra Fria, consolidando, com isso, a queda do socialismo na maioria dos países signatários e a reintegração ao mundo capitalista.

Esses dois modelos de sociedade [capitalista e socialista] romperam com a Terra. Reduziram-na a um reservatório de ‘matérias-primas’ e ‘recursos naturais’. As pessoas foram reificadas como ‘recursos humanos’, ou ‘capital humano’, compondo o grande exército de reserva à disposição dos donos dos meios de produção (Estado ou capital). (BOFF, 2000, p. 108-109, grifo do autor).

A crise política econômica vigorada do socialismo real determinou a queda desse modelo em detrimento ao avanço hegemônico do *capital financeiro*, que alavancou o processo *da tecnologia e da globalização*, conduzidas por reconfigurações estruturais que estabeleceram o estágio do capitalismo *contemporâneo*. Denota-se, nesse momento, que a mundialização do paradigma moderno de produção é redirecionado para o *mercado financeiro*, incorporando a reestruturação do modo produtivo, enquanto resposta àquela crise assolada na sociedade.

Um conjunto de mudanças, neste seguimento, foi delineando a existência do capitalismo, mediante as reconfigurações estabelecidas na esfera das atividades (re)produtivas, na ativação dos *problemas ambientais e na diminuição dos recursos naturais* desde a Revolução Industrial. Atualmente, os processos do modo de produção capitalista estão consolidados de maneira assimétrica e comandados pelo *mercado financeiro* (fundos de capitalização), tendo sua emersão maior na justaposição do *projeto neoliberal* nos meados de 1980, polarizando, assim, a institucionalização e a expansão cosmopolita da sociedade global nos processos da produção de mercadorias por meio das indústrias corporativas (multinacionais e transnacionais), que passaram a aprimorar as inovações e tecnologias reprodutivas de bens materiais em larga escala para uma sociedade programada ao consumismo em massa. Para isso, a sua operação vem deferindo dispositivos de regulação social por intermédio do *Estado*, com mecanismos de controle econômico e ideopolítico para o seu pleno funcionamento nas várias instâncias que se fazem necessárias na vida social da população mundial.

“O relacionamento entre produção e consumo é assim radicalmente redefinido em sua estrutura de tal maneira que a necessária unidade de ambos se torna insuperavelmente uma problemática.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 102). De tal modo, em suas unidades subsistem falácias sobre as necessidades humanas produtivas de bens de consumo, como veículo para manter em vigor o sistema, o qual se apresenta em novas reconfigurações, mas continua detendo a mesma projeção das suas bases estruturais e isso vem demonstrando, com maior intensidade, que o acirramento crescente das suas externalidades contraditórias acerca dos problemas *sociais e ambientais* transcorrem para a uma questão provocada pela destrutividade socioambiental que assolam e afetam toda a humanidade.

De acordo com Maria das Graças e Silva (2010, p. 27), isso confirma uma dupla processualidade da *acentuação da destrutividade e a mercantilização dos efeitos da espoliação*

ambiental contemporânea como parte integrante da expansão e hegemonia do capitalismo, detendo nesse binômio a sua estreita relação com as necessidades de reprodução do sistema e, de outro lado, representa ameaças para a vida da natureza em escala planetária.

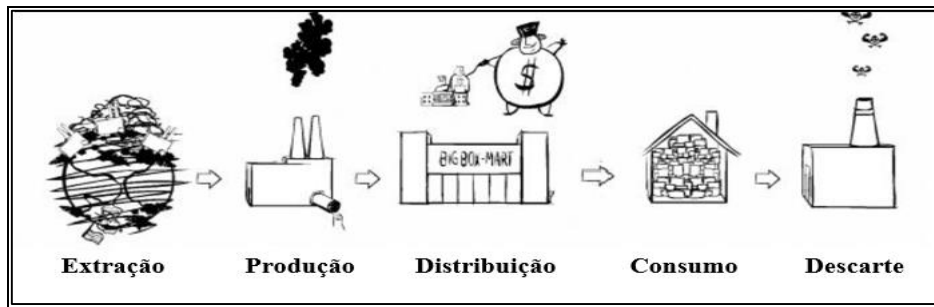
Os modos de vida produzidos pela modernidade nos desvencilharam de todos os tipos tradicionais de ordem social, de uma maneira que não tem precedentes. Tanto em sua extensionalidade quanto em sua intencionalidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas que a maioria dos tipos de mudança característicos dos períodos precedentes. Sobre o plano extensional, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos intencionais, elas vieram a alterar algumas das mais íntimas e pessoais características de nossa existência cotidiana. Existem, obviamente, continuidades entre o tradicional e o moderno, e nem um nem outro formam um todo à parte; é bem sabido o quão equívoco pode ser contrastar a ambos de maneira grosseira. Mas as mudanças ocorridas durante os últimos três ou quatro séculos — um diminuto período de tempo histórico — foram tão dramáticas e tão abrangentes em seu impacto que dispomos apenas de ajuda limitada de nosso conhecimento de períodos precedentes de transição na tentativa de interpretá-las. (GIDDENS, 1991, p. 11).

Foi nos ditames desse contexto do paradigma moderno embasado na alta produtividade que se detiveram os meios da superexploração desmedida dos recursos naturais para atender às linhas de produção de mercadorias destinadas ao consumismo em massa. Para isto, foram criados e estabelecidos novos *hábitos e estilos* de vida totalmente baseados na contínua aquisição de bens materiais e serviços, sob influência de grandes eventos publicitários de alto teor alienante⁴⁹. A sua principal finalidade, nesses moldes, enseja a busca por satisfação e conforto do bel-prazer humano em conformidade ao direito de consumir (inserido no rol de direitos de cidadania) e, principalmente, para atender a obtenção dos meios produtivos e a superconcentração de rendimentos (capitalização de lucros e riquezas) para os capitalistas.

Os fundamentos da questão socioambiental resultam-se mediante a tais práticas, das quais constitui a configuração sistêmica do desenvolvimento socioeconômico regimentado no paradigma de economia linear — *extração, produção, distribuição, consumo e descarte* — enquanto projeções societárias destinadas para acumulação do corporativismo capitalista, que lideram e comandam as ações antrópicas alinhadas a um padrão de sociabilidade subordinada à lógica de produção e consumo. O cerne de sua estrutura, por sua vez, mantém a funcionalidade pautada no paradigma moderno de valor, uso e descarte de mercadorias (resíduos sólidos e/ou inorgânicos), conforme ilustrado na Figura 1 a seguir.

⁴⁹ “Há uma relação carnal entre o mundo da produção da notícia e o mundo da produção das coisas e das normas. A publicidade tem, hoje, uma penetração muito grande em todas as atividades. Antes, havia uma incompatibilidade ética entre anunciar e exercer certas atividades, como na profissão médica, ou na educação. Hoje, propaga-se tudo, e a política é, em grande parte, subordinada às suas regras.” (SANTOS, 2003, p. 20).

Figura 1 Paradigma de economia linear



Fonte: Extraído de Leonard (2011).

Esse processo pautado no modelo de produção linear, sobremaneira, certamente estará fadado ao processo da insustentabilidade socioambiental, porque vivemos em um planeta de recursos naturais finitos, e, por isso, que, hoje, esse sistema encontra-se em crise. Deste modo, esse universo nos remete à compreensão de que:

[...] Os novos problemas e contradições, que surgem na mesma escala do porte exagerado atingido pelo sistema do capital, definem necessariamente o tamanho correspondente da expansão deslocadora, apresentando-nos assim o espectro da incompatibilidade total, na ausência do gigantesco deslocamento expansionista necessário. (MÉSZÁROS, 2011, p. 104).

O capitalismo do *século XXI*, na mesma esfera, segue expandindo com as *contradições sociais e ambientais*, presididas pelos processos de reestruturação em face à superacumulação financeira, desvelando o avanço global dos grupos industriais transnacionais ancorados na contradição do *capital rentista* (financeiro e produtivo). Deixa, pois, o aporte das atividades empresariais para a apropriação geracional do *mercado financeiro*, por meio dos fundos de aplicações e investimentos, ampliando *as inovações de tecnologias de base microeletrônica e os novos processos da força de trabalho*, que reconfiguram estratégias de seus meios produtivos⁵⁰. “Neste sentido, a financeirização da economia constitui uma das ‘forças motriz da desregulamentação do trabalho’, assim como das privatizações das empresas estatais.” (SILVA, M. das G. S., 2010, p. 87, grifo do autor).

⁵⁰ Hoje, no *século XXI*, já vivemos a transição de uma época caracterizada pela Revolução informacional ‘da nova Era digital’, denominada a *Quarta Revolução Industrial (4.0)*. Significa que passamos por um momento de desenvolvimento e inovação de ponta das tecnologias disruptivas (digitais, físicas e biológicas) — tal como: a nanotecnologia, a neurotecnologia, a biotecnologia, a robótica, a inteligência artificial e o armazenamento de energia. Por conseguinte, o professor alemão Dr. Klaus Martin Schwab, fundador do Fórum Econômico Mundial e escritor do livro *A Quarta Revolução Industrial* destacou que: “A quarta revolução industrial irá gerar grandes benefícios e, em igual medida, grandes desafios. Uma preocupação particular é a desigualdade exacerbada. Os desafios colocados pelo aumento da desigualdade são difíceis de qualificar, pois, em grande maioria, somos consumidores e produtores; dessa forma, a inovação e a ruptura afetarão nossos padrões de vida e bem-estar, tanto de forma positiva quanto negativa.” (SCHWAB, 2016, p. 23).

A hipótese diretriz desta análise é a de que na raiz do atual perfil assumido pela *questão social* encontram-se as políticas governamentais favorecedora da esfera financeira e do grande capital produtivo — das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. (IAMAMOTO, 2007, p. 124, grifo do autor).

De tal modo, para o sistema da acumulação capitalista, sacrifícios são necessários para alcançar o poder e domínio dos processos produtivos e não importa o valor dos seus custos e impactos ambientais para a sociedade em face aos objetivos, desde que alcancem benefícios através dos legados do próprio capital. A partir disso, “[...] muchas externalidades (aunque, desde luego, no todas) entrañan la provision de un bien público, como aire puro o agua limpia: en particular, puede ser muy costoso impedir que una persona disfrute de los beneficios de estos bienes. (STIGLITZ, 2000, p. 255).

É, nesse contexto, que se expressam no sistema socioeconômico os resultados de suas crises e contradições constituídas no cerne das *injustiças*, já que a natureza e, também, o próprio homem, vêm experimentando essa trajetória, ao serem dominados, explorados, degradados, espoliados e poluídos com a contaminação dos ares, das águas, e de seus solos. Isso caracteriza que, das suas causas, os seus efeitos nos impactos ambientais rebatem sobre a qualidade de vida da humanidade e, principalmente, daqueles que são menos favorecidos, os considerados como parte da classe subalterna.

1.2.2 Dos impactos ambientais na esfera social

O movimento da realidade da crise contemporânea (política, econômica e social) tem se tornado um fator elementar acerca das manifestações apreendidas dos impactos ambientais que acabam sendo indissociáveis para os impactos sociais, pois são originados e intensificados no cerne do paradigma moderno produtivo de mercadorias e bens de consumo no sistema capitalista, por meio do processo da superacumulação do capital. Dentre as suas causas e consequências, isso repercute no aumento de níveis cada vez maiores do que as ações antrópicas vêm ocasionando em desequilíbrio ambiental, na qual se resulta a crise do ecológico consoante a denominada *questão ambiental e suas múltiplas expressões*.⁵¹

⁵¹ “Referimo-nos ao conjunto das manifestações de destrutividade ambiental, resultantes da apropriação privada da natureza, mediadas pelo trabalho humano.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 144).

Gritam os pobres sob pesada carga de opressão e de violência direta das guerras ‘inteligentes’ modernas. Gritam as florestas, abatidas em todas as partes do mundo sob a voracidade produtivista, pois no lugar de árvores frondosas e centenárias pastado para carne de exportação. Gritam os rios contaminados pelos agrotóxicos da monocultura de soja, do fumo, dos cítricos e outras. Gritam os solos contaminados por milhões de toneladas de pesticidas. Gritam os ares envenenados por gases de efeito estufa. Gritam as espécies, dizimadas aos milhares a cada ano. Gritam inteiros ecossistemas devastados pela superexploração de seus bens e serviços. Grita a humanidade inteira ao dar-se conta de que pode ser exterminada da face da Terra por dois tipos de bombas: pela bomba ecológica representada pelo aquecimento global, que não acaba e aumentar ano após ano. Enfim, grita a Mãe Terra contra a qual está levando uma guerra total: no solo, no subsolo, no ar, nos oceanos, em todas as frentes; guerra da qual não temos qualquer chance de ganhar, pois nós precisamos da Terra, mas ela não precisa de nós. (BOFF, 2015, p. 5, grifo do autor).

Os seus impactos delimitam tal crise, de maneira que se apresentam consolidados entre si — sociedade e natureza —, de onde se expressam como sendo *questão socioambiental*⁵², pois o processo da degradação das condições da vida social ocorre numa mesma proporção destrutiva provocada ao meio ambiente e vice-versa. Também, por se encontrarem indissociáveis quanto aos pilares que sustentam a sua continuidade hegemônica e sobre a expansão do padrão do paradigma produtivo contemporâneo, que, por ora, vem se apresentando insustentável, na medida em que intensifica a destrutividade socioambiental.

Sobremodo, denota-se configurações contextualizadas pela mundialização financeira de um paradigma moderno que se reproduz nos moldes da superacumulação capitalista por “espoliação”, que ao estar engendrada no “binômio da produção de mercadorias — destruição do meio ambiente” (SILVA, M. das G. S., 2010, p. 25) detém a mercantilização dos recursos naturais globais (água, ar e subsolo), da privatização dos bens públicos e dos novos *hábitos e estilos* urbanos das sociedades modernas. Destarte, a produção e o consumo neste sistema estão atrelados a uma mesma lógica entre si, que vão para além das necessidades essenciais da humanidade, pois visam atender aos interesses dos capitalistas detentores das suas projeções econômicas na esfera social.

Nas últimas décadas, defrontamo-nos com a intensificação dos meios produtivos no âmbito da *indústria* e da *agroindústria*, que, cada vez mais, vem detendo padrões de alta produtividade para suprir a necessidade de bens de consumo de mercadorias da população. Gerando, nas raízes desse processo, a (re)produção de mercadorias descartáveis e nas múltiplas expressões causadas pela industrialização, como à exemplo: a ocorrência mais frequente dos

⁵² “A utilização da expressão ‘socioambiental’ se justifica como opção política para reforçar uma demarcação discursiva do componente crítico do ambientalismo. Esclarece-se, por ora, que se considera que a questão socioambiental se expressa na denominada crise ambiental [...]” (NUNES, 2013, p. 212, grifo do autor).

acidente ambientais e a destinação inadequada dos resíduos poluentes que sobram do seu processo de produção.⁵³

Tais projeções detêm no processo ideológico a alta produtividade de mercadorias, caracterizadas pela obsolescência programada e perceptível, para o destino do sistema de mercado de bens de consumo em massa, “[...] cuja expressão mais emblemática é a incessante produção de descartáveis.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 76). Posto que, os descartáveis representam a fase do sistema de insumos que se tornam inutilizáveis para os humanos e destrutivamente tóxicos à natureza, na qual dificilmente se regenerará em curto espaço de tempo, principalmente, quando produzidos em alta escala.

Segundo Francisco (2015, p. 19, 47)⁵⁴ “A terra, nossa casa, parece transformar-se cada vez mais num imenso depósito de lixo.”. Esse depósito demarca um espaço que antes era um ambiente natural, mas que passou a ser transformado em grandes polos urbanos e industriais, polarizado a novos padrões da vida humana, provocando disparidades entre os meios de produção de mercadorias e o seu processo de consumo, que, de outro lado, também, demarca-se como parte indissociável a (re)produção de materiais descartáveis (lixo orgânico e inorgânico) e de seus resíduos poluentes (líquido, sólido e/ou gasoso). Isso, irreparavelmente, vem transfigurando prejuízos destrutivos ao meio ambiente e, conseqüentemente, atingirá com maior incidência a perpetuação da qualidade de vida ambiental, que é necessária para a vivência do gênero humano, pois “Este comportamento evasivo serve-nos para mantermos os nossos estilos de vida, de produção e consumo.”

Esses fatores diametralmente abarcam “[...] a ação humana, o consumo irracional dos recursos naturais como causa fundamental da insustentabilidade do planeta.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 46), já que, seus feitos trazem em seu bojo a intensificação de um processo produtivo industrial de ponta e a urbanização desregular de uma população crescente, que, ao

⁵³ No Brasil, a exemplo disso, recentemente ocorreu o maior desastre ambiental de sua história com o rompimento das barragens de rejeitos de atividades mineradoras do estado de Minas Gerais — nos municípios de Mariana, no ano de 2015, e, Brumadinho, no ano de 2019, demarcando fatores ocasionados pelos riscos das externalidades depositadas no desenvolvimento econômico do setor privado e a fragilidade das políticas públicas de proteção ambiental, levando a um cenário conseqüente de injustiças ambientais representado pela morte de pessoas e com irreparável panorama de destruição do meio ambiente. “O rompimento de barragem da mineradora Vale, na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG), a pouco mais de três anos da tragédia envolvendo a Samarco (joint venture entre a mineradora brasileira e a BHP Billiton), em Mariana, trouxe à tona mais uma vez o debate sobre prejuízos socioambientais causados pela atividade de mineração e suas fragilidades regulatórias no Brasil. A despeito da magnitude, para especialistas, essa era mais uma tragédia anunciada.” (MORTARI, 2019).

⁵⁴ Em latim, FRANCICUS (Papa), nascido como Jorge Mario Bergoglio na cidade de Buenos Aires — Argentina, em 17 de dezembro de 1936. É o 266º Papa da Igreja Católica e o atual Chefe de Estado do Vaticano, abdicando ao papado em 28 de fevereiro de 2013. Foi autor da publicação da inédita obra *Encíclica Sobre o Cuidado da Casa Comum*, no ano de 2015, um documento atual, autêntico, de representação social, de cunho científico, filosófico e sócio-histórico no que concerne a reflexões e a discussões sobre a temática socioambiental num âmbito mundial.

serem transformados em grandes polos de habitações irregulares, acabam prejudicando simultaneamente a qualidade ambiental e a qualidade de vida humana e vice-versa.

Isso desvela o avanço da espoliação e a destruição das riquezas naturais como fatores determinantes do nosso paradigma de vida atual que se configuram a outros fatores entremeio a questão urbana e a questão rural, à medida que avançam: o consumo de alimentos e produtos industrializados; a produção de gases de efeito estufa liberados na atmosfera através da queima de combustíveis fósseis pelas indústrias e transportes de automóveis; a produção de resíduos industriais e dejetos sanitários lançados em rios e mares; a depreciação imobiliária das construções habitacionais urbanas irregulares em áreas de risco ambiental; a contaminação do solo, ar e água pela expansão da produção pastoril e o uso de agrotóxicos nas plantações agrícolas; os desmatamentos das reservas ambientais e as queimadas das florestas nativas, e, etc. Seus elementos estruturais desvelam-se como isso tem ocasionado o aumento intangível do nível de alterações do equilíbrio ambiental, da condição natural do clima e a poluição ampliada dos ares, das águas e dos solos da Terra.

A partir desse contexto, com o aumento significativo dos desastres ecológicos, estudos científicos sobre mudanças ambientais e climáticas do planeta foram sendo efetuados por diversas agências de fomentos científicos. O IPCC — *Intergovernmental Painel on Clime Change*, nos relatórios publicados acerca da confirmação de alterações climáticas, apontou a existência do acréscimo da temperatura planetária por meio do denominado aquecimento global, cujos estudos direcionam a *ação antrópica* dos fins produtivos e os *estilos* de vida social como responsáveis por tal evento, algo que representa, atualmente, uma causa eminente de risco para o equilíbrio ambiental e também para a própria humanidade.

O aquecimento do sistema climático é inequívoco, como está agora evidente nas observações dos aumentos das temperaturas médias globais do ar e do oceano, do derretimento generalizado da neve e do gelo e da elevação do nível global médio do mar. (IPCC, 2007, p. 7).

Esse fenômeno climático, assim sendo, ocorre pela elevação do aquecimento da temperatura da Terra a partir do aumento da concentração ampliada dos gases de efeito estufa (CO₂, CH₄ e o N₂O) lançados na atmosfera, e, com isso, ocasionando alterações na ordem natural dos eventos climáticos. Os seus impactos poderão ser acometidos no avanço mais frequente dos desastres naturais; das mudanças no entorno do curso das estações do ano; das possibilidades de desertificação das áreas geograficamente sensíveis e do processo de degelo das áreas glaciais, o que certamente aumentaria o nível do mar sobre as diversas encostas em todo o

planeta. Isso, conseqüentemente, provocaria o desaparecimento por submersão das cidades litorâneas que estão abaixo do mar pelo aumento do volume das águas desgeladas.

Esta ação destrutiva vem promovendo a extração clandestina e desenfreada da madeira, a exploração exaustiva das reservas animais, vegetais e de outros recursos dos ecossistemas, estimulando o consumismo desnecessário que tem desencadeado fenômenos nunca antes imaginados. Tais efeitos se verificam em várias partes do mundo e se convertem em: chuvas torrenciais, secas severas, registro destes em lugares onde nunca houvera uma ocorrência, aquecimento global acentuado em todo o mundo, efeito estufa, acidificação das águas dos oceanos, aumento da temperatura dos oceanos, concentração de gases nocivos na atmosfera, chuvas ácidas, etc. (GIOMETTI, 2017, p. 34).

Nesse seguimento, a pesquisadora Leonard⁵⁵ (2011, p. 12) destaca que “[...] os indícios da crise ambiental são tão abundantes e alarmantes que cada vez menos pessoas ignoram os limites físicos do planeta.”, pois, hoje, vêm sendo apresentados crescentes estudos, publicações científicas e livros de fontes confiáveis que relatam e documentam essa situação, de onde se confirmam que “[...] há um limite para a quantidade de terra, ar, minerais e outros recursos fornecidos pelo planeta.”. A autora, assim, pontua alguns estudos acerca de questões fundamentais que permeiam esses fatores científicos, tais como:

- . Em julho de 2009, atingimos 387,81 pares de bilhões (ppm) de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera. Cientistas renomados em todo o mundo identificaram 350 (ppm) como nível máximo que a atmosfera pode conter para que o planeta continue como o conhecemos.
- . Elementos tóxicos industriais e agrícolas estão sendo detectados em todos os corpos analisados, inclusive de recém-nascidos, em qualquer ponto do planeta.
- . A poluição do ar em ambientes fechados mata 1,6 milhões de pessoas por ano; a poluição do ar externo, outras 800 mil pessoas no mesmo ano.
- . Cerca de um quinto da população mundial — mais de 1,2 bilhões de pessoas — sofre com a escassez da água, recurso cada vez mesmo abundante.
- . A desigualdade salarial do planeta é assombrosa. Atualmente 1% dos mais ricos do mundo possui tanta riqueza e Coisas quanto os 57% mais pobres. (Ibidem, p. 13).

Isso caracteriza que a *questão socioambiental e suas múltiplas expressões* foram intensificando-se com maior veemência nas últimas décadas decorrendo, portanto, com vistas a manter o padrão produtivo da sociabilidade capitalista contemporânea, ávida de um padrão de vida social pautada na necessidade de satisfazer o progresso econômico da humanidade, da produção elevada de mercadorias e de seu consumo e, definitivamente, pela necessidade de aperfeiçoar a sua própria autorreprodução. Assim, no sistema capitalista, ao mesmo tempo em

⁵⁵ Annie Leonard (1964 – 56 anos), é uma pesquisadora estadunidense, formou-se pela Faculdade de Lakeside, tendo uma graduação em Barnard College e outra pela Universidade de Cornell em planificação urbana e regional. É especializada em estudos sobre comércio internacional, cooperação internacional, desenvolvimento sustentável e saúde ambiental. Por sua autoria, é conhecida como criadora e narradora do documentário de animação *The Story of Stuff* (A história das coisas), que trata sobre o ciclo de vida dos bens materiais. Também publicou a versão em livro do filme, lançado no mês de março de 2010.

que se avança a produção de riquezas para o capital, “espolia” as condições da vida social e interfere no ciclo natural dos sistemas ambientais mediante o domínio e exploração dos recursos humanos e também o faz com os recursos da natureza, numa mesma proporção, ao depredar e destruir as riquezas genuínas do planeta Terra.

São aspectos resultantes de uma projeção societária, que, cada vez mais, avançam seus pilares ao ultrapassar as rupturas sobre o seu processo por meio das fronteiras socioculturais. Os impactos desse desenvolvimento na esfera da vida social têm representado a barbárie do caos eminente da promessa de um sistema que se transformou no *mito* do progresso econômico global, pois “[...] Muitas tecnologias vêm se tornando eficientes. Mas o progresso é anulado pelo fato de que há mais crescimento absoluto: mais gente extraindo, usando e descartando Coisas.” (LEONARD, 2011, p. 15). Ademais, o pensamento ocidental do paradigma moderno mantém vedado o decurso hegemônico de seus verdadeiros *fetiches*.

O desenvolvimento tem dois aspectos. De um lado, é um mito global no qual as sociedades industrializadas atingem o bem-estar, reduzem as desigualdades extremas e dispensam aos indivíduos o máximo de felicidade que uma sociedade pode dispensar. De outro é uma concepção redutora, em que o crescimento econômico é o motor necessário e suficiente de todos os desenvolvimentos sociais, psíquicos e morais. Essa concepção técnico-econômica ignora os problemas humanos da identidade, da comunidade, da solidariedade, da cultura. Assim, a noção de desenvolvimento se apresenta gravemente subdesenvolvida. A noção de subdesenvolvimento é um produto pobre e abstrato da noção pobre e abstrata de desenvolvimento. (MORIN; KERN, 1995, p. 83).

Com vistas a isso, é possível denotar que a raiz de tanta destruição, exploração e poluição da Terra, surgiu na junção entre ciência moderna especulativa e a tecnológica alavancada, de onde várias questões advindas das ações antrópicas têm acelerado a depredação ambiental, sejam elas no percurso do processo industrial urbano e/ou na esfera agrícola, com a agroindústria. As mudanças ambientais delas provenientes representam a possibilidade da ocorrência do esgotamento dos recursos naturais. Essas questões acabam refletindo imensamente na condição natural do meio ambiente pelo fato de mascararem o processo do metabolismo homem-natureza e deste consigo mesmo.

“Ou seja, evidencia que não há uma crise ecológica em si mesma, mas uma crise do sistema capitalista que faz recair sobre os trabalhadores e à natureza as mazelas da sua dinâmica predatória.” (NUNES, 2018, p. 24). Assim, a humanidade passa por um processo de subdesenvolvimento que, cada vez mais, causam a insustentabilidade em várias extensões que avançam pelos países do globo, desde países considerados em desenvolvimento e até mesmo os países desenvolvidos, principalmente, na esfera societária em que caracteriza a noção do seu pertencimento no mundo. Já que em níveis atuais,

Tudo deve ser sacrificado a uma geração operacional das coisas. A produção já não é a Terra que produz nem o trabalho que cria a riqueza (as famosas núpcias da Terra e do trabalho); é o Capital que faz produzir a Terra e o trabalho. O trabalho já não é uma ação, é uma operação. O consumo já não é gozo puro e simples dos bens, é um fazer-gozar, uma operação modelizada e indexada pela gama diferencial dos objetos-signos. (BAUDRILLARD, 1990, p. 53).

Com isso, ao delinear a *questão socioambiental e suas múltiplas expressões*, é possível apreendermos que as suas raízes estão configuradas por reflexos produzidos pela relação que o gênero humano foi estabelecendo com a natureza ao longo da história do processo civilizatório do homem e da sociedade e, no mais, deste com o meio ambiente. Por isso, que “As margens incham rapidamente, invadindo as áreas centrais da coabitação humana.” (BAUMAN, 2005, p. 25), de onde suas causas se detêm às suas consequências; por meio da hegemonia do padrão capitalista de produção os seus impactos desencadeiam o acirramento e a intensificação dessa *questão* na cena contemporânea.

A crise da sociabilidade capitalista, nesse sentido, traz em seu bojo a manifestação da *questão ambiental* como sendo parte simultânea das múltiplas expressões da *questão social*, que se configura como resultante das *desigualdades* produzidas na esfera das relações sociais e delas com o meio ambiente, ao interpor o desenvolvimento socioeconômico mediante o sistema linear de produção, como parte dele indissociável. “A discussão da questão socioambiental sob esta perspectiva descortina o acesso desigual aos bens ambientais e a distribuição também desigual dos efeitos da destruição.” (NUNES, 2018, p. 24). Neste sentido, *dos impactos ambientais na esfera social*, temos que,

Cada vez preocupa mas el hecho de que sean los pobres, que suelen vivir en zonas industriales mas contaminadas, los que soportan desproporcionalmente los riesgos relacionados con el medio ambiente. No es sorprendente, ya que el suelo de esas zonas normalmente tiene menos valor, por lo que les cuesta menos conseguir una vivienda. (STIGLITZ, 2000, p. 335).

Assim, os impactos sociais condicionam a pauperização e exclusão social reproduzidas pelos homens entre si e também o é da mesma maneira com o meio ambiente, ao processar um cenário de danos causados aos sistemas ecológicos, com reflexos de possibilidades reais do esgotamento dos recursos naturais, bem como de os seus fatores provocarem destruição ambiental e alterações climáticas, o que poderá ocasionar riscos ambientais dos seus efeitos e, gradativamente, sucumbir à capacidade de equilíbrio sustentável do planeta.

Os impactos ambientais desvelam um quadro acelerado de um processo — que parece ser irreversível — no que concerne à contaminação e poluição dos ares, águas e solos em todo o mundo e pelos aumentos mais frequente dos desastres ambientais. São peculiaridades que

atingem a qualidade vida da população e demonstram como sendo resultados cíclicos da *questão socioambiental contemporânea e das suas múltiplas expressões*. Sobre os seus elementos centrais, neste seguimento, Foster (2014, p. 211) consubstancia que vivemos uma “[...] era do esgotamento da fertilidade do solo, só compatível com as preocupações e com a crescente poluição das cidades, o desflorestamento de continentes inteiros e os temores malthusianos de superpopulação.”.

O capital do final do século XX e início do século XXI esbarra em barreiras ecológicas no nível da biosfera que não podem ser superados, como acontecia anteriormente, mediante o ‘ajuste espacial’ da exploração e expansão geográficas. O imperialismo ecológico — o crescimento do centro do sistema a taxas insustentáveis mediante a contínua degradação ecológica da periferia — está gerando um conjunto de contradições ecológicas em escala planetária que põe em risco a biosfera em sua totalidade. (Ibidem, p. 239).

Segundo Maria das Graças e Silva (2010, p. 47-48), essa tendência voraz e destrutiva do capital consistiu-se no avanço da “contradição viva” que está subordinado aos processos de acumulação, comprova que o capitalismo não pode sustentar-se indefinidamente, sem que os avanços *tecnológicos e científicos* adquiridos resultem em crescentes manifestações e destruição da natureza, posto que os níveis da degradação do meio ambiente que ocorreram nos estágios anteriores ao capitalismo não demarcavam um quadro de domínio e ameaças à sustentabilidade do planeta como tem sido atualmente, porque não havia a formação de produção excedente destinada ao mercado de capitais financeiros.

1.2.3 Busca pela sustentabilidade socioambiental

Historicamente os reflexos das ações antrópicas no viés do padrão produtivo de acumulação capitalista trouxe consigo os meios da *extração* inadequada dos recursos naturais, os quais foram obtidos mediante um processo técnico-científico da exploração do meio ambiente pela esfera industrial e intensificados de modo destruidor e devastador a partir século XIX e XX. Mas, até aquele momento, não haviam sido provocados defrontações sobre os seus entraves socioambientais, mesmo que já se mostrassem evidentes na sociedade.

Essa questão, nos meados do século XX, foi tornando-se mais aparente e questionada ao evidenciar a visão equivocada sobre a finitude dos recursos naturais, com vistas de demonstrações reais da possibilidade da escassez e esgotamento desses recursos que são fontes de matérias-primas e de energia para manter o sistema econômico em funcionamento. Além da ocorrência dos impactos ambientais mais evidentes, que passaram a caracterizar a ocorrência

dos desastres ambientais subsequentes, sobremaneira, por constatar que “A biosfera está dentro de um outro sistema, muito maior, o sistema solar. A economia funciona como um sistema, razão pela qual os eventos podem causar um efeito dominó [...] Enfim, tudo está interligado.” (LEONARD, 2011, p. 9).

Com o surgimento dos movimentos sociais e ambientalistas, foi ocorrendo a formação de grupos que uniram forças para enfrentamentos e lutas sociais em prol da preservação da vida e do meio ambiente. Daí se iniciou um processo munido de ações e movimentos na esfera coletiva, com o objetivo de buscar representações legais para deliberar transformações de comportamentos e valores quanto à necessidade de mudanças sobre a forma de conduzir as projeções societárias na esfera ambiental.

No final do século XX, com o avanço dos estudos ambientais acerca do voraz esgotamento dos recursos naturais não renováveis e o agravamento de uma crise ecológica manifestado na *questão ambiental e suas múltiplas expressões*, tornou-se evidente a necessidade da sociedade desenvolver meios para viabilizar o seu enfrentamento em uma escala mundial. Assim, foram avançando indagações científicas intensificadas pela inquietude social dos movimentos ambientalistas para deter, ou, ao menos, frear a degradação ambiental e a superexploração que estava levando à escassez dos recursos da natureza.

Dessa maneira, “A problemática ambiental, ao destacar o espaço geográfico, mostra que os problemas ambientais extrapolam escalas locais, limites de nações e de continentes, tornando necessário interagir globalmente.” (GIOMETTI, 2017, p. 46). Por isso, a visibilidade desse contexto foi crucial para promover amplas ações e lutas sociais de cunho ambientalista na esfera da vida social que envolvesse a humanidade, a qualidade ambiental, a sobrevivência em condições dignas e éticas.

A *legislação ambiental*, a partir desse contexto, surgiu como um meio de outorgar respostas de enfrentamentos aos anseios da sociedade, utilizando-se de mecanismos e dispositivos do *Direito*, e buscando tratar na esfera nacional e internacional os interesses dos países envolvidos na interdependência mundial quanto às problemáticas ambientais.⁵⁶

⁵⁶ “O Direito Ambiental, portanto, se constrói e evolui dentro de um estágio muito recente do fenômeno social, manifestando-se como efeito do reconhecimento da dependência que a humanidade mantém em relação ao meio, haja vista sua necessidade de perpetuar a si própria, com padrões mínimos de bem-estar e diante da constatação de que os modos de produção e consumo por eles adotados são incompatíveis com a perpetuação de toda a teia da vida.” (SILVA, D. M., 2007, p. 30). No Brasil, incorpora o Direito Ambiental legalmente na Constituição da República Federativa de 1988: Art. 225 “Todos têm o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.” (BRASIL, 1988). De onde são elaborados e implementados — a legislação e políticas ambientais de proteção ao meio ambiente no país.

Sobretudo, essa questão tomou conta da agenda política numa dimensão internacional, nacional, regional e local, no âmbito da gestão ambiental e sustentável — ou seja, o debate sobre redimensionamento da relação da humanidade com o meio ambiente. “Trata-se de uma temática em discussão constante, haja vista os impactos gerados na natureza, pelo desenvolvimento industrial e econômico, e a crise do mundo atual.” Pois, o avanço desta crise constituiu-se uma preocupação que abrange autoridades, organizações empresariais e ambientais, dada a complexidade de suas várias facetas, que determinam a sobrevivência do ser humano na sociedade (ATUARI, 2009, p. 17).

Por sua vez a preocupação mundial sobre a questão ambiental foi algo recente na história da humanidade, sendo discutida, pela primeira vez, na *Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente*, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Estocolmo, em 1972. Na ocasião, também se criou o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). O evento representou um espaço de grande importância, no qual trataram legalmente das indagações concernentes à necessidade da sociedade reconhecer os impactos ambientais negativos advindos das ações antrópicas, motivo pelo qual tornam-se essenciais investimentos eficazes via Desenvolvimento Sustentável.

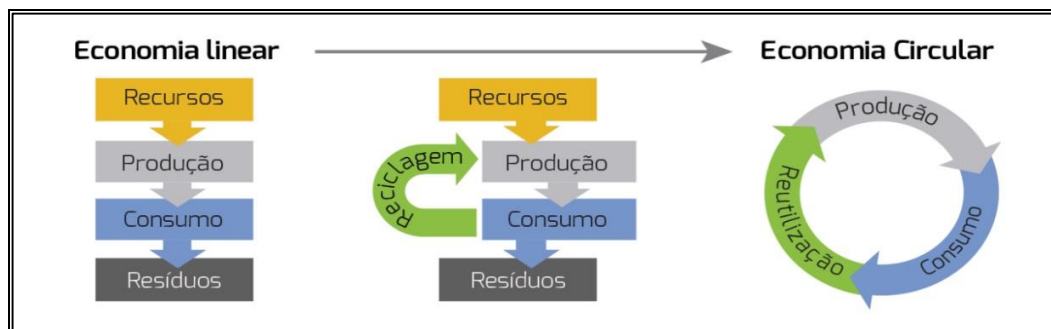
Neste preâmbulo, foram constituídos, nessa Conferência, tratados e acordos de cooperação internacional entre vários países do globo para proteção e preservação ambiental, de onde surgiram reflexões teóricas e políticas que resultaram na ideia de Sustentabilidade; discussão sobre as ações antrópicas de produtividade — desenvolvimento econômico e meio ambiente; dos direitos e garantias que interligassem justiça social com a ambiental.

Assim, estabeleceu-se documentado o significado para o termo Desenvolvimento Sustentável como sendo “[...] o desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades”⁵⁷. Nesse seguimento, essa definição foi resultado das indagações coletivas em prol da necessidade da preservação dos sistemas ambientais, sobretudo, da precisão de investimentos eficazes e permanentes do desenvolvimento sustentável, tal como essencial “[...] a propagação de que não deveria ser visado somente o crescimento econômico [...]” (SILVA, T. P., 2018, p. 43). Desse modo, pressupõe-se como medida alternativa ao sistema de economia linear um paradigma ecológico de *desenvolvimento de economia circular*, para que respeite o equilíbrio ecológico e faça uso racional dos recursos naturais, a fim de preservá-los no presente,

⁵⁷ Documento estabelecido na publicação do *Relatório Brundland*, ano de 1987, pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU). (CMMAD, 1991, p. 9).

de forma que garanta no futuro possibilidades da continuidade dos ecossistemas da Terra, conforme ilustra a Figura 2 a seguir.

Figura 2 Paradigma alternativo de economia linear para economia circular



Fonte: GFC – Gestão Financeira Criativa (2020).

A ilustração da Figura 2 demonstra que a alternativa de desenvolvimento econômico circular pauta a sequência de ciclos, por abarcar processos de objetivação sustentável para que os meios de captação dos recursos naturais sejam viavelmente mais adequada desde o início até seu processamento final, ao incluir o mecanismo da (re)utilização de materiais recicláveis.

Decerto que o Desenvolvimento Sustentável destaca-se, no conjunto das ações implementadas na área socioambiental, como uma mediação fundamental e suporte ideopolítico. A tríade sustentabilidade econômica, social e ambiental orienta práticas as mais diversas, oferecendo-lhes justificativa e amparo, sejam estas ações locais, em ambiente nacional ou mesmo internacionais. (SILVA, M. das G. S., 2010, p. 30).

Depois da primeira *Conferência Mundial do Homem e o Meio Ambiente*, outras sucessivas Conferências e Reuniões da Cúpula da Terra — *Organização das Nações Unidas* (ONU) ocorrem posteriormente, para ampliar a participação de cooperação entre os países do globo e incorporar a continuidade deliberativa das ações, tratados e acordos globais para preservação ambiental, tais como: a *Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento* (CNUMAD) — ECO 92 ou RIO 92, na cidade do Rio de Janeiro — Brasil; a *Reunião da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (na sede da UNESCO), que aprovou, na Comissão Internacional, a versão final da *Carta da Terra*⁵⁸, na

⁵⁸ “A Carta da Terra é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. O documento procura inspirar em todos um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade compartilhada pelo bem-estar da família humana e do mundo em geral. É uma expressão de esperança e um chamado a contribuir para a criação de uma sociedade global num contexto crítico na História. A visão ética inclusiva do documento reconhece que a proteção ambiental, os direitos humanos, o desenvolvimento humano equitativo e a paz são interdependentes e inseparáveis. Isto fornece uma nova base de pensamento sobre estes temas e a forma de abordá-los. O resultado é um conceito novo e mais amplo sobre o que constitui uma comunidade sustentável e o próprio desenvolvimento sustentável.” (COMISSÃO DA CARTA DA TERRA, 2000).

cidade de Paris — França, em 2000; o *Encontro da Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável* — Rio+10, na cidade de Johannesburgo — África do Sul, em 2002; a *Conferência das Nações sobre as Mudanças Climáticas* (CNMC), na cidade da Dinamarca — Suécia, em 2009; a *Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável* (CNUDS) — RIO+20, na cidade do Rio de Janeiro — Brasil, em 2012; o *Encontro da Cúpula de Desenvolvimento Sustentável*, na cidade de Nova York — Estados Unidos da América, em 2015, e, por último, a *Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Clima* — COP 25, na cidade de Madri — Espanha, em 2019.⁵⁹

Desde então, a ênfase à “maior cooperação entre países” participantes da Cúpula da Terra, desta forma, ratificou em adesão comum e democrática os documentos de medidas para a proteção ambiental, sendo deliberados nesta esfera apontamentos sobre a definição do Desenvolvimento Sustentável, do Ecodesenvolvimento, da Agenda 21 para as mudanças no século XXI, das medidas para conter as Mudanças Climáticas, dos destaques para a Economia Verde e a erradicação da pobreza.

Dentre tais assuntos, ocorreram outros Acordos e Tratados, nacionais e internacionais, como via de estabelecer entre os países signatários medidas e responsabilidades em face à preservação do meio ambiente. Dentre os surgimentos do que foi tratado, destacamos: Protocolo de Montreal (1987), Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas (1992), Tratado de Educação Ambiental para sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global⁶⁰ (1992), Convenção da Biodiversidade (1994), Protocolo de Kyoto (1997), Convenção da Desertificação (1999), Tratado de Estocolmo (2001) e, por último, o Acordo de Paris (2015).

Para que as ações e medidas pudessem ter eficiência do global para o local e vice-versa, ressaltamos a importância do exercício socioeducativo explanado na *Educação Ambiental*, como possibilidade instrumental epistemológico para a sociedade encontrar um novo percurso consciente e crítico, de onde possa trilhar caminhos para a construção do *paradigma ecológico*, como sendo uma alternativa de encontrar possibilidades para um desenvolvimento que enseja a sustentabilidade socioambiental. Em suma, para isso, presumimos a necessária apreensão da *práxis social transformadora*, que envolva o processo da motivação *sociopolítica* mediante uma trajetória a ser construída e socializada democraticamente.

⁵⁹ “As mudanças climáticas são uma realidade. O mundo já está 1.1°C mais quente do que no início da revolução industrial. E isso tem um impacto importante no globo e na vida das pessoas. E se as tendências atuais persistirem, as temperaturas globais podem subir de 3.4 a 3.9°C ainda neste século. Este cenário causaria impactos destrutivos sobre o meio ambiente.” (ONU, 2019).

⁶⁰ CNUMAD. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/destaques/item/8068-tratado-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-para-sociedades-sustent%C3%A1veis-e-responsabilidade-global>>. Acesso em: abril 2020.

Por isso, o aprendizado e a conscientização relativa à *Educação Ambiental* não devem sintetizar somente para uma conotação educativa advinda do âmbito escolar, com traços de ações fragmentas e isoladas, mas deve também ampliar a sua incorporação para um viés crítico nas diversas disciplinas e áreas do conhecimento técnico-científico, bem como para outros meios de ações formais e informais que delineiam a vida cotidiana dos indivíduos na sociedade.

A Educação Ambiental deve ocorrer na vivência do dia a dia das famílias, nas organizações sociais, clubes de serviços, sindicatos, empresas públicas e privadas, e através das mais variadas expressões culturais, artísticas, sociais, capazes de influenciar valores, atitudes, comportamentos, estilos de vida pessoal e coletiva, e até mesmo modelos de desenvolvimentos. (GIOMETTI, 2017, p. 67).

Caberá à sociedade planetária, principalmente aos trabalhadores engajados nessa empreitada, no campo social (*assistentes sociais, advogados, agrônomos, biólogos, ecólogos, engenheiros, físicos, geólogos, geógrafos, pedagogos, psicólogos...*), incorporarem nos espaços de trabalhos uma atuação criativa e propositiva de desenvolvimento que possibilite a reintegração da sociedade com a natureza, de onde os profissionais, a partir de uma cosmovisão holística e transversal, poderão realizar suas ações e intervenções pautadas nos princípios da sustentabilidade, podendo utilizar-se da *Educação Ambiental* e, respectivamente, multiplicando-se nessa esfera como educadores e sensibilizadores de novos valores e comportamentos éticos, que sejam sustentáveis e justos.

O campo da *ética ambiental*, neste seguimento, viabiliza-se como sendo um espaço relevante da apreensão filosófica, científica e teórica para repensar valores, consciências, comportamentos e responsabilidades humanas sobre os princípios e costumes no campo da moral existente na relação homem-natureza. À vista disso, hoje, fica evidenciado que vivemos sob os ditames da cultura globalizada de uma crise de valores regendo a sociedade, pois tem sido conduzida por uma projeção societária de economia linear destinada ao consumismo de bens materiais *versus* depredação da natureza que, para Barroco (2007, p. 55, 58), são condições estabelecidas na sociedade burguesa que emergem do processo de *alienação* e contribui para uma determinada estrutura em que o “[...] ethos funcional à ordem social reificada; atende, através de suas mediações particulares, as necessidades socioeconômicas e ideopolíticas de (re)produção das relações sociais capitalistas.”

Mas o aprofundamento de dadas contradições existentes na ordem vigente leva o sistema a uma destruição do meio ambiente, e isso nos faz refletir sobre a *ética* que temos estabelecido com a natureza, pois “A ecologia dá corpo a uma preocupação ética, também cobrada de todos os saberes, poderes e instituições [...]” (BOFF, 2015, p. 20). Assim, podemos

considerar que o nosso modo de vida deve ser pautado por reflexões que estão eminentemente interligadas aos significados que transmutam de uma essência ética, posto que:

A ética realiza sua natureza de atividade propiciadora de uma relação consciente com o humano-genérico quando consegue apreender criticamente os fundamentos dos conflitos morais e desvelar o sentido e determinações de suas formas alienadas; quando apreende a relação entre a singularidade e a universalidade dos atos ético-morais; quando responde aos conflitos sociais resgatando os valores genéricos; quando indaga radicalmente sobre as possibilidades de realização da liberdade, seu principal fundamento. (BARROCO, 2007, p. 56).

Deste modo, vale ressaltar que, para esse contexto poder transitar na vida social, é importante utilizar a mobilização de um conjunto social (política, legislação e educação) comprometido com questão humana na sociedade. Isso delega apreender as ferramentas técnico-científicas para nos reconhecermos como parte deste processo e, ao mesmo tempo, constituir a elevação dos sujeitos sociais para sujeitos ecológicos críticos, espaço em que os cidadãos e profissionais trabalhadores poderão assumir-se enquanto educadores e sensibilizadores da *Educação Ambiental* e, também, nessa esfera, desempenhar o dever de tornar-se responsáveis e multiplicadores da informação para a população sobre essa importante ferramenta de luta no enfrentamento da questão socioambiental.

A EA fomenta sensibilidades afetivas e capacidades cognitivas para uma leitura do mundo do ponto de vista ambiental. Dessa forma, estabelece-se como mediação para múltiplas compreensões da experiência do indivíduo e dos coletivos sociais em suas relações com o ambiente. Esse processo de aprendizagem por via dessa perspectiva de leitura dá-se particularmente pela ação do educador como interprete dos nexos entre sociedade e ambiente e da EA como mediadora na construção social de novas sensibilidades e posturas éticas diante do mundo. (CARVALHO, 2012, p. 79-80).

A mobilização socioambiental, a partir disso, assume um relevante papel por meio da participação social na atuação, implementação e execução das *políticas públicas ambientais* mais efetivas, bem como no uso da *legislação ambiental* em prol da preservação e defesa do meio ambiente, e, ainda, das próprias ações socioeducativas no campo social para o desenvolvimento de posturas éticas e mudanças socioambientais para todos os segmentos da sociedade mundial. Pois, é imprescindível a realização de outra forma de se relacionar com o meio que nos cerca, que implique em um *paradigma ecológico* de vida.

Nesta ótica, é necessário delinear novas atitudes no agir, no interpretar e se colocar junto à natureza, o que não significa torná-la o foco central de tudo, mas de incluí-la em nossas ações profissionais, comportamentos e valores éticos, a fim de construirmos relações emancipadas que desemboquem em um grande respeito a ela e às futuras gerações. Não se pode perder o

foco no direito do cidadão ao acesso a uma vida com qualidade e equidade, e nós temos o dever de preservar o meio ambiente para garantir-lhe isso.

1.2.4 Questão socioambiental e os desafios profissionais

O entendimento de que os problemas sociais estão inter-relacionados aos problemas ambientais o designa como sendo “socioambiental” e, por isso, devemos perceber que as soluções assim também devem ser pensadas. O núcleo central das preocupações reais se dá na tensão existente no interior de tais problemáticas, em que as projeções sociais hegemônicas unificam um ideário dotado de intencionalidade, mas cujas necessidades postas na realidade requerem respostas atuais acerca das contradições do sistema que sobrepõe dúvidas que se rebatem na vida planetária.

É neste campo gravitacional que o Serviço Social é chamado a intervir, como profissão integrada aos processos de conformação de uma cultura ambiental, seja no interior das organizações empresariais, nas instituições públicas, ONG's, entre outros. De natureza essencialmente pedagógica, o exercício profissional dos assistentes sociais está intrinsecamente voltado aos processos de educação ambiental articulados à defesa da melhoria na qualidade dos serviços prestados pelas instituições às quais se vinculam. Estas ações empresariais e institucionais são cada vez mais mediadas pelo ideário do Desenvolvimento Sustentável como síntese de uma cultura de proteção ao meio ambiente e aceção relevante nas estratégias de enfrentamento da questão ambiental. (SILVA, M. das G., 2010, p. 30).

A autora (Ibidem, p. 34-35), nessa perspectiva, tematiza seus estudos sobre os desafios ético-políticos do Serviço Social no contexto da questão ambiental e o Desenvolvimento Sustentável, dentre as quais pontou os embates que envolvem a temática pobreza e o meio ambiente como sendo binômio de fatores centrais para a chamada Sustentabilidade Social, ao serem representados a partir de duas teses distintas, que se apresentam entremeio à tese do “círculo vicioso” e a do “duplo caminho”, pois em ambas as hipóteses, “[...] a pobreza ocupa o lugar determinado como fator elucidativo da degradação ambiental.”. Desta concepção são alinhadas as políticas sociais para resolver a pobreza como enfoque para a superação dos problemas ambientais. Suas críticas destacam os limites equivocados de suas formulações, no fato de responsabilizar a pobreza pela degradação ambiental, em especial os dos países periféricos, enquanto o enfoque para a dinâmica da acumulação, o crescimento econômico e a desigualdade social seguem sem questionamentos. Assim, ocorre uma abordagem dual entre “sustentabilidade ambiental e sustentabilidade social”, acometida por tensões que delas são determinantes e equacionadas pelos apontamentos camuflados à sua própria natureza.

À vista disso, faz-se necessário que a categoria de profissionais do Serviço Social estude e compreenda que esse mesmo sistema que domina, explora e aliena também depreda, destrói e polui. Por essa razão, não devemos profissionalmente ser reducionistas, fragmentar nosso pensamento, enxergar a intervenção dos assistentes sociais somente a partir e para o social, aludindo o paradigma moderno da divisão entre social e o ambiental ao solidificar a sua separação, pois “As ciências sociais informam-nos que a complexidade social não é fragmentária nem se apresenta atomizada; ao contrário, é *diferenciada, multicasual, global e integradora*.” (IRIGALBA, 2005, p. 12, grifo do autor).

Neste mesmo ponto de vista, devemos entender que a grave crise ecológica instaurada sobre o mundo contemporâneo depende da instauração de um equilíbrio socioambiental. Conseqüentemente, fica evidente que há a necessidade de aproximar a profissão da *questão socioambiental* e assim inseri-la em seu universo, para buscar novas formas e alternativas de atuação que procurem integrar o ecológico ao social e vice-versa, em suas investigações e intervenções profissionais. “Essa proposta refere-se diretamente à necessidade dos cientistas e assistentes sociais de trabalharem em *equipes multi e interdisciplinares*.” (Ibidem, p. 15, grifo do autor), pois seus significados mais relevantes aparecem nos trabalhos coletivos, de onde os vários agentes podem se dedicar na empreitada socioambiental por meio das políticas ambientais. E, com isso, no aporte da transversalidade, os assistentes sociais poderão redirecionar a sua práxis profissional.

As reflexões anteriores nos levam a enfatizar a figura, ou melhor, o papel do cientista e do assistente social (especialmente deste último) como *mediador entre o 'ecológico' e o 'social'*, entre o ser humano e seu meio, entre o cidadão e a sociedade. Em suma, em *facilitadores sociais de uma nova cultura: a participação social*. (Ibidem, p. 17, grifos do autor).

A *questão socioambiental e seus significados para o Serviço Social* configuram na contemporaneidade um novo olhar para a profissão, de novas demandas emergentes, de novos debates e com novas possibilidades de intervenção. Para isso, torna-se necessário incorporar o viés socioambiental no *trabalho e formação profissional* para redimensionar as dimensões que articulam a instrumentalidade para além de um aporte técnico executivo. Ao deter essa capacidade da apreensão da conjuntura social no interior do movimento da realidade, o profissional constituirá habilidade intelectual demandado de uma qualificação crítica, dando-lhe condições para trazer respostas embasadas em alternativas *ético-políticas* frente às novas demandas dessa questão postas à profissão mediante a institucionalização cotidiana do seu trabalho profissional nos diversos espaços sócio-ocupacionais.

Desse modo, o Serviço Social, como uma profissão atenta a esta realidade dinâmica que beira a barbárie, vem construindo com muita garra e combatividade, de forma crítica e ética, as possibilidades para a efetivação do nosso projeto profissional, sendo mais uma profissão a se inserir no amplo debate acerca da questão socioambiental. A perspectiva é o fortalecimento da articulação com os movimentos sociais e da reflexão no âmbito da formação e do exercício profissional quanto à necessidade histórica da luta pelo direito ao meio ambiente e o compromisso com a defesa intransigente dos direitos da classe trabalhadora. (CFESS, 2012a).

Os profissionais do Serviço Social, ao exercerem suas atribuições técnico-operativas, possuem uma bagagem teórico-metodológica e ético-política que lhes possibilitam detectar as demandas na prática da mediação⁶¹, para intervenções em prol dos direitos sociais da população que necessita dos seus serviços. Desse modo, ao fomentar o seu protagonismo profissional nas demandas da *questão socioambiental*, detêm qualificação e compromissos dotados da sua experiência investigativa e interventiva, para contribuir com ações que disseminem valores, atitudes e comportamentos socioeducativos sustentáveis.

Essa conexão corporativa de trabalho poderá ser efetuada no âmbito das políticas sociais e ambientais por meio do diálogo transdisciplinar, na mobilização e organização das comunidades, da sociedade civil organizada, identificando as articulações das políticas públicas no que concerne os serviços socioambientais, como: habitação, saneamento, saúde, trabalho, educação, proteção social, cultura, etc.

Destarte, no Serviço Social a natureza técnica, interventiva, investigativa e educativa “[...] em suas diversidades é determinada pelos vínculos que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nos processos da prática. (ABREU, 2002, p. 17). Nesta acepção, os assistentes sociais na divisão sócio-técnica do trabalho profissional, dispõem da qualificação no exercício da profissão para a materialização de sua função socioeducativa mediada pelas intervenções no âmbito das políticas sociais e nos processos de organização cultural e/ou a educação popular.

Tal função deve ser exercida nos diferentes espaços sócio-ocupacionais de incorporação profissional, na relação cotidiana com os usuários dos serviços, influenciando a formação de subjetividades e normas de conduta. Isso consubstancia terreno para a elaboração e difusão ideológica dos elementos estruturais no processo de uma sociabilidade cultural. É neste decurso que se ampliam possibilidades para a inserção da questão socioambiental no processo da formação e no trabalho profissional.

⁶¹ “As mediações são expressões históricas das relações que o homem edificou com a natureza e conseqüentemente das relações sociais daí decorrentes, nas várias formações sócio-humanas que a história registrou.” (PONTES, 2002, p. 78).

Sobretudo, por vivermos tantas incertezas de um futuro ambientalmente sustentável e pelas possíveis chances de a Terra aos poucos sucumbir à biodiversidade dos seus ecossistemas diante de tão acelerada destruição ambiental, somos desafiados enquanto trabalhadores do Serviço Social a enfrentarmos também essa questão nos espaços de trabalho. Logo, devemos munir defesas e forças profissionais para sermos coparticipantes na mobilização do empoderamento das lutas sociais e a garantia dos direitos socioambientais, ampliando o nosso compromisso para a promoção da qualidade de vida e a conscientização humanitária sobre a necessária preservação ambiental. O destino do planeta vai depender do que a sociedade fizer agora para mitigar e frear os legados do sistema de desenvolvimento econômico atual para outro paradigma alternativo que desempenhe um progresso de sustentabilidade socioambiental.

1.3 Impactos da questão socioambiental no trabalho profissional

Pela confirmação da crise socioambiental contemporânea, tornou-se evidente a necessidade de se pensar o desenvolvimento de um *paradigma ecológico* alternativo para o que vivemos hoje. Nesse paradigma devem tecer novas ideias e projeções da cultura de paz, numa visão de totalidade, a fim de que a sociabilidade passe a constituir acesso ao conhecimento do mundo e das coisas, no sentido consciente da sua participação para um desenvolvimento contínuo e emancipado, principalmente, sobre os aspectos que envolvem a conexão entre a natureza humana, o meio ambiente e a sustentabilidade.

Nesta conjuntura, desponta o Serviço Social, que, enquanto profissão designada no campo social, desenvolve o seu trabalho profissional no bojo das questões que estão inseridas no tecido das relações sociais, orientado por um projeto ético-político profissional, que defende uma nova ordem societária que possa projetar possibilidades e garantias, para que os indivíduos sociais constituam a *emancipação* humana de sua própria história na sociedade.

Completando esse panorama, as ações do Serviço Social também estão aptas a contribuir com intervenções emancipadoras e relevantes no entorno das questões ambientais, pois os profissionais na prática social poderão exercer o papel de educadores e sensibilizadores de uma sociedade sustentável e justa. Ademais, a profissão detém suas inter-relações de trabalho atribuído para as transformações das demandas sócio-históricas, que, enquanto objeto do exercício profissional, encontra-se entre os conjuntos generalizados das sequelas produzidas na *questão social*. Não obstante a isso, a *questão ambiental* também se coloca diante da profissão como sendo parte das suas expressões, pois os seus nexos de certo modo compõem

os reflexos das determinações hegemônicas contraditórias da sociabilidade capitalista, sentidas com maior frequência nos dias atuais.

Neste sentido, apreender a “questão ambiental” como totalidade, historicamente determinada, bem como a natureza das respostas oferecidas pelas classes sociais e pelo Estado, constitui preocupação de uma parcela dos profissionais do Serviço Social, já que são estes interpelados, cotidianamente, a intervirem nas refrações da destrutividade ambiental, tal qual o são nas manifestações da questão social. (SILVA, M. das G., 2010, p. 30).

A exacerbação da *questão ambiental e de suas múltiplas expressões* no cenário contemporâneo vem configurando um novo campo de intervenção profissional para os assistentes sociais. Por isso, ao mesmo tempo, vem instigando o *Serviço Social* a contemplar novos estudos, investigações e intervenções nessa área, devido ao surgimento dela, por estar configurada em novas demandas interpostas à profissão.

1.3.1 Novas reconfigurações produtivas

No cenário da mundialização contemporânea, desvela-se a insustentabilidade de manutenção do sistema capitalista a partir do aumento significativo dos impactos ambientais cientificamente comprovados. Nesta ótica, por exemplo, podemos compreender que o alinhamento da esfera reprodutiva trouxe consigo algumas reconfigurações para manter-se a hegemonia do sistema por meio da indústria de reciclável — no denominado capitalismo *verde*. Mas, as suas raízes, de certo modo, continuam mantendo a mesma ordem estrutural, tendo como grandes resultados a superacumulação capitalista das riquezas produzidas e a concentração do rendimento do capital financeiro, pois, “*O Deus que falhou*, na imagem da onipotência tecnológica, é agora recomposto e novamente apresentado sob o disfarce do *interesse ecológico universal* [...]” (MÉSZÁROS, 2011, p. 987, grifo do autor).

Essa composição vincula-se à incorporação cada vez mais a níveis complexos e instáveis do capitalismo *verde* com a apropriação usurpada da prerrogativa das agências internacionais sobre o uso de práticas socioambientais do Desenvolvimento Sustentável como estratégias para a acumulação do capital e de construção de hegemonia, pois “[...] a ‘responsabilidade social’ é aventada como resposta à questão social e à degradação ambiental na esteira da crescente omissão do Estado na proteção social e na garantia do usufruto coletivo dos recursos naturais.” (SILVA, M das G., 2010, p. 148).

Nestes moldes, de um lado, assim sendo, presenciamos, as chamadas *políticas verdes* nos centros urbanos, a partir do direcionamento socioeconômico da racionalidade técnica na

gestão do planejamento urbano, por detrás dos discursos sobre o direito a “cidade”, de onde o politicamente correto se orienta no dever de combate à pobreza e os problemas ambientais, com pauta na retirada da população que vive nas áreas de risco ambiental e transferi-las para outras zonas de infraestruturas adequadas. Para tanto, a proposta se desenvolve nos modelos de gestão exercida pelas empresas privadas, que utilizam de programas habitacionais do governo para linhas econômicas de capitalização e investimento financeiro, encarecendo os projetos de moradias com os reflexos da especulação imobiliária e, conseqüentemente, o endividamento da classe trabalhadora, fragilizando ainda mais os direitos por justiça social.

Do outro lado, no campo, pelo viés das *políticas agrárias*, temos visto a reorientação dos moldes das políticas públicas de reformas agrárias no país⁶², fortalecendo a ampliação do latifúndio, das madeireiras e da intensificação produtiva da “agroindústria”, à medida que se vem detendo os processos característicos da monocultura num desfecho de desertificação *verde* para a produção de matéria-prima, tal seja no pasto para o laticínio, dos alimentos transgênicos e das chamadas energias limpas, como exemplo, “a cana de açúcar para a produção do álcool”. Com isso, se expande a fragilização cada vez maior do uso da legislação e das políticas ambientais para a adesão da sustentabilidade em detrimento da política econômica atual.

Não há como acreditar na falácia do ‘capitalismo verde’. Sabemos que todas as vezes que nos colocarmos contra o latifúndio, a agroindústria, as madeireiras e os piratas estrangeiros que pilham a nossa biodiversidade, seremos duramente contra-atacados pelo próprio Estado que, atuando prioritariamente a serviço do capital, criminaliza os movimentos sociais com suas práticas de luta e de resistência. (CFESS, 2012a).

No mais, é sob os rearranjos da estruturação produtiva para o capitalismo *verde* que também se incorpora o atual processo da flexibilização do trabalho (informalidade das relações laborais), ao regular a prestação de serviços dos catadores de materiais recicláveis⁶³ enquanto categoria “autônoma” para a coleta seletiva dos materiais recicláveis nos centros urbanos (geralmente essa população encontra-se em inóxia condição de vida). Essa alternativa se justifica como meio de organização capitalista do trabalho dos catadores para viabilização da acumulação ecologicamente sustentável e captação de matéria-prima a partir de recursos

⁶² “No que diz respeito à grande agricultura capitalista, o governo promoveu investimentos em infraestrutura para viabilizar as atividades deste segmento num processo de integração com a indústria, que já vinha de longa data, mas cuja moderna designação passou a ser dada pelo termo agronegócio.” (SANT’ANA, 2012, p. 32).

⁶³ “A origem do catador de materiais recicláveis é multideterminada, mas formalmente o trabalho de catador de materiais recicláveis está registrado sob número 5.192-05, na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO. Compreendemos como trabalhador nessa função ‘catador de ferro-velho, catador de papel e papelão, catador de sucata, catador de vasilhame, enfardador de sucata (cooperativa), separador de sucata (cooperativa), triador de sucata (cooperativa)’ (Ministério do Trabalho e Emprego, 2008).” (STERCHILE; BATISTA, 2011, p. 317).

materiais que podem ser reutilizados para a destinação do processamento (re)produtivo de mercadorias por meio da indústria de reciclagem.⁶⁴

Evidencia-se, assim, que a particularidade da indústria de reciclagem consiste em transformar as sequelas do processo de destruição ambiental em um novo objeto de produção mercantil; o faz através da organização e reorganização dos processos de trabalho, das inovações tecnológicas e organizacionais e da formação de uma cultura legitimadora das suas iniciativas. (SILVA, M. das G., 2010, p. 26).

Esse campo metabólico se faz presente por *fetiches* que se apresentam no capitalismo *verde* entre os renovados mecanismos e dispositivos institucionais capitalistas que surgiram justapostos às sombras do interesse ecológico. Entretanto, o cerne da produtividade continua com a máxima, “mantendo o mesmo propósito de processamento” de um sistema econômico linear de produção, alinhavado a uma política de mercado e com o distanciamento das políticas sociais do *Estado*, acarretando, nestes moldes, o agravamento da *questão socioambiental e as suas múltiplas expressões*.

Quando nos remetemos às suas delimitações, é imprescindível compreender que a sua reprodução permeia as inter-relações de conflitos existentes entre autorreprodução do sistema econômico, crise ecológica e sustentabilidade. Isto tem sido um viés que se apresenta a níveis cada vez mais complexos e instáveis quanto à *desalienação* sobre os aspectos dominantes da destrutividade que envolvem o capitalismo, à medida que afetam, desproporcionalmente, uma parcela da sociedade por função da sua condição de vulnerabilidade socioeconômica, a qual se vê obrigada a conviver com os efeitos dos *impactos socioambientais*, sejam em suas habitações e/ou mesmo nos ambientes de trabalho.

O processo da autorreprodução do sistema econômico, por sua vez, concerne a uma projeção do organismo social embasada no paradigma técnico-científico moderno, que avança em nível mundial a vivência dos diversos impactos assimétricos para os recursos humanos (classe trabalhadora) e os recursos naturais (meio ambiente), além de provocar outros diversos impactos que resultam na fragilidade ampliada das políticas públicas estatais, porque mudanças representativas na esfera societária projetam a atual caracterização em face à intensificação das “[...] políticas compensatórias; programas focalizados; manutenção aparente do equilíbrio

⁶⁴ Consultar Mendes (2009) em “*Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo*”, na qual é defendido a tese de que as mudanças no mundo do trabalho são ocasionadas pela reestruturação produtiva, que somado ao problema ecológico impulsionado pelo desenvolvimento industrial e pelo rápido crescimento econômico, instauraram um processo eminente de problemas ambientais e injustiças sociais. Nesse âmbito, segundo a autora a reciclagem surge para resolver o problema do lixo no meio ambiente, mas, por sua vez, tem se transformado economicamente em um negócio de interesse econômico, com pouca consciência de sua importância ambiental e o catador de material reciclável, migrante de outras áreas de atividades laborais, pode ser considerado como sendo o mais explorado a partir desse contexto.

social; privatização dos direitos sociais; políticas eminentemente seletivas; participação e resolução individualistas dos problemas sociais e ambientais.” (SILVA, T. P., 2018, p. 69).

A sua naturalização amplia o enfraquecimento das lutas e forças sociais dos trabalhadores a partir do processo de *alienação* existente no sistema, ao pontuar a falácia das recomendações de organismos multilaterais no viés da indicação neoliberal, em que os países periféricos do “terceiro mundo”, como à exemplo, da indicação aos países da América Latina, de resolverem a crise interna da industrialização com a adesão do capital externo para o avanço do crescimento econômico⁶⁵. Assim, pois, numa contraposição, tem sido constituído os ditames das *injustiças sociais* em face aos interesses da dominação e exploração *desigual* na sociedade, de onde os seus avanços contribuíram e contribuem para o aprofundamento da desagregação social numa proporção conseqüente de impactos ambientais.

O fato de que a exploração predatória dos recursos humanos e materiais do nosso planeta em benefício de uns poucos países seja na condição *não generalizável* é maldosamente desconsiderado. Em vez disso, reafirma-se implicitamente a viabilidade universal da emulação do desenvolvimento dos países ‘capitalistas avançados’, sem levar em conta que nem as vantagens do passado imperialista, nem os imensos lucros obtidos da manutenção continuada do ‘terceiro Mundo’ na situação de dependência estrutural podem ser ‘universalmente difundidos’ de modo a produzir os felizes resultados que se esperam da ‘modernização’ e do ‘livre mercado’. (MÉSZÁROS, 2011, p. 39, grifo do autor).

O sistema capitalista, de tal maneira, assim é caracterizado pelos efeitos dos seus impactos que se dão nas *injustiças sociais e ambientais* ao deter a superconcentração das riquezas destinadas a uma pequena parte da sociedade (grupos, famílias e empresas), enquanto majoritariamente a população vem sentido a polarização das disparidades que intensificam a *desigualdade social* entre as classes sociais, sendo cada vez mais ampliadas as restrições do acesso ao emprego, educação, saúde, habitação, nutrição alimentar, preservação ambiental, etc.

Os impactos do sistema capitalista de produção repercutem de distintas formas no meio ambiente e constata-se o acúmulo cada vez maior de capital e poder para uns e, para outros, a precarização dos direitos do trabalho, as políticas sociais pobres, a terceirização, o desemprego e a informalidade que alinhava o leque de prejuízos e injustiças sociais. (MENDES, 2009, p. 28).

⁶⁵ “No caso da América Latina é preciso recordar a grande transformação regional que o continente passou por conta do poder político e das influências externas que conduziram a um ajustamento estrutural que trouxe grandes assimetrias e que acentuaram a precarização e a exploração do trabalho no campo e na cidade. O volume da dívida externa aumentou drasticamente em função da elevação das taxas de juros e a conseqüente suspensão de novos empréstimos. As políticas de ajuste estrutural executadas sob a liderança do FMI e do Banco Mundial conduziram os Estados a adotarem um novo aparato jurídico articulado com o livre mercado favorecendo a abertura para o capital internacional e alargando sua capacidade transnacional. Desta forma se dava a integração subordinada ao centro do sistema mundial e a introdução da programática neoliberal definidas no Consenso de Washington cumpriu seu papel junto aos Estados latino-americanos que ajustaram suas ações políticas como forma de garantir sua integração e a expansão de seus interesses na nova lógica do capital mundializado.” (SCOLESO, 2017, p. 228).

Nas últimas décadas, desse modo, temos visto intensificar os efeitos dos impactos sociais também nos processos da destruição depredatória do meio ambiente e no aumento significativo dos desastres e acidentes ambientais. Algo que atinge drasticamente a qualidade de vida da população, bem como a descaracterização da qualidade ambiental frente às ações antrópicas de produção. Isso rebate consequências irreparáveis acerca da conjuntura social a que se eleva a face de suas origens na ampliação da *injustiça ambiental*. Essa realidade que nos cerca eminentemente rebate configurações de novas demandas e exigências de atuações postas à profissão do Serviço Social.

1.3.2 Demandas socioambientais postas à profissão

Os nexos que compõem a *questão socioambiental* para uma parcela majoritária da sociedade, segundo Layrargues (2012, p. 10, grifo do autor), “[...] agora se constituem a partir de novas denominações que se superpõem às já conhecidas: antes vítimas da ‘desigualdade socioeconômica’, agora também vítimas da ‘injustiça ambiental’.” É notória, neste preâmbulo, a emergência do Serviço Social diante de tais questões, além da compreensão dos impasses existentes dessa correlação que é perversa no âmbito do binômio “desenvolvimento econômico e as políticas sociais” sobre as tentativas dos processos do ajustamento de “ideais libertários e democráticos”, ao serem incorporados a uma ordem societária que é conduzida por uma estrutura completamente contraditória e injusta.

Das margens ao centro: com o indispensável apoio do Serviço Social, a marginalização das pessoas, das terras e dos resíduos gerados no processo do metabolismo industrial capitalista terá condições de ser o centro das preocupações. E será também o centro das atenções, para os assistentes sociais, a própria temática da justiça socioambiental. (Ibidem, p. 13).

A proximidade do Serviço Social com a temática ambiental se apresenta na representatividade evidente das demandas que lhe são interpostas no trabalho cotidiano, já que as suas características estão interligadas entre a maioria dos problemas existentes no mundo atual, tais como: “[...] o câncer, a poluição, a violência, o poder nuclear, a AIDS, o ressurgimento das velhas doenças, a carência de energia e o aumento intolerável e desumano das injustiças sociais.” (DORNELLES, 2004, p. 18).

O Serviço Social enquanto profissão inserida no tecido das relações sociais possui o compromisso com intervenções que promovam melhores condições da qualidade de vida da população quanto aos mínimos sociais para subsistência dos cidadãos, com a acesso para o

trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, entre outros. Isso representa algo que é indissociável a um ambiente sadio e preservado, pois não é possível qualidade de vida sem qualidade ambiental e vice-versa. Assim, quando faltam condições adequadas de moradia, coleta de lixo e saneamento básico para os indivíduos, grupos de famílias e/ou segmentos populacionais, certamente tal condição os expõe a uma situação de impactos ambientais, que também poderá afetar a segurança, o bem-estar e a saúde humana com possíveis chances da proliferação e contágios de doenças relacionadas a isso.

Porquanto, as atividades cotidianas desenvolvidas pelos profissionais sofrem um vetor de demandas caracterizadas, tais como: as necessidades sociais dos cidadãos, porque estão condicionados pelas lutas sociais e pelas relações de poder, que se transformam em demandas profissionais, e, por ora, são reelaboradas na óptica dos empregadores no embate de interesses que permeia os usuários dos serviços profissionais. É nesse terreno denso por tensões e pelas contradições sociais que se situa o protagonismo profissional (IAMANOTO, 2009a, p. 34).

Neste sentido, a temática ambiental é tida como recente na história da profissão, uma parcela dos assistentes sociais passa a incorporar essa dimensão no trabalho profissional, tecendo gradualmente para o campo de pesquisas e intervenções e, aos poucos, ampliando o seu exercício profissional, certo de que o traço emblemático das demandas atuais interpelará a necessidade de uma certa compreensão das diferentes ações, tomadas de decisões, formulação e implementação de políticas públicas direcionadas à problemática ambiental.

Os impactos da questão socioambiental no trabalho profissional impõem aos assistentes sociais o embate de estratégias e alternativas para a intervenção no enfrentamento das suas múltiplas expressões postas à profissão, o que se exige um novo pensar do modo de ser e atuar frente às necessidades sociais dos tempos atuais, visto que, hoje, vivemos a barbárie do domínio das forças da acumulação produtiva, num momento em que estamos à beira do colapso pela acelerada desagregação social e a destruição ambiental, com enormes interferências na esfera social da vida, nos vários segmentos da população.

Ao certo que, quanto maior a força produtiva humana operada sobre as riquezas da Terra, maiores previsões a respeito do esgotamento dos recursos naturais. Por conseguinte, esse é um cenário propício para “[...] o aumento da fome, das guerras e da proliferação de doenças e, por fim, das migrações populacionais — os refugiados das ‘catástrofes’ ambientais.” (SILVA, T. P., 2018, p. 79, grifo do autor). São impactos que conseqüentemente poderão ampliar outros impactos em danos irreversíveis à humanidade se nada for feito para modificar a interação que a sociedade vem estabelecendo com o meio ambiente.

Desse modo, o profissional de Serviço Social torna-se um articulador, mediador e mobilizador das relações sociais, com intervenções interligadas na área ambiental, compatíveis àquelas desenvolvidas em outras áreas de atuação profissional. As intervenções são direcionadas na esfera pública e/ou privada, referentes à administração institucional (habitação, saúde, proteção social, meio ambiente, educação, planejamento, etc.) e gestão de políticas, programas, projetos e serviços sociais, com ações pedagógicas de caráter socioeducativo pautado na educação ambiental, competências e atribuições que dão suporte à profissão nos espaços institucionais de trabalho.

A experiência acumulada pelos/pelas assistentes sociais com as camadas excluídas e marginalizadas é de fundamental importância para o desenvolvimento da perspectiva da educação ambiental como educação política, de intervenção, participação e voltada para construção de uma sociedade justa e sustentável. (REIGOTA, 2005, p. 8).

Os conflitos emergidos na *questão socioambiental* contemporânea transcorrem a um cenário de tensão e incertezas para a população em níveis mais complexos, que envolvem as formas de organização da vida social, principalmente sobre os efeitos da instabilidade produtiva, das migrações nacionais e internacionais em busca por postos de trabalho, das transformações nos setores de serviços e recursos públicos e das condições ambientais de subsistência; seus impactos passam, pois, a determinar novas demandas e cenários sociais.

Isso poderá significar a exclusão mais emblemática de um número cada vez mais expressivo de pessoas da classe subalterna, do desemprego, da quebra de produção rural, do crescimento da marginalidade urbana e dos reflexos da desigualdade exacerbada pelas inovações e disrupturas tecnológicas revolucionárias (da atual revolução 4.0).

São demandas advindas dos impactos decorrentes da desapropriação de terras no êxodo rural para as cidades (ocasionando sobrecarga de serviços e infraestrutura — transporte, saúde, segurança, lazer, saneamento básico, etc.); da diminuição produtiva e econômica regional (com a queda do comércio e serviços); da concentração das impurezas dos dejetos industriais e sanitários (intoxicando e poluindo as águas e solos); da inundação de áreas naturais para a construção de barragens e represas (ocorrendo o desmatamento, a impossibilidade da pesca, a perda da biodiversidade animal, das paisagens e trechos dos rios); além do aparecimento de doenças infectocontagiosas (proliferação que pode estar relacionada com a contaminação dos espaços naturais da região atingida).

As *demandas socioambientais* postas à profissão vêm exigindo respostas dos assistentes sociais para além das problemáticas sociais, sobretudo pelos reflexos advindos das conotações ambientais, por ser algo que se encontra no mesmo patamar de um processo de sociabilidade

produtiva que é indissociável. São novas demandas que ampliam as atividades investigativas e interventivas dos profissionais na esfera do trabalho coletivo.

Também se ampliam os seus espaços sócio-ocupacionais junto a outras especialidades de trabalhadores por meio das *equipes multi e interdisciplinares*, pois o profissional buscará nessa categoria trazer respostas profissionalizadas das demandas complexas para aprofundar a transversalidade dos saberes, “[...] quais sejam: questão agrária e urbana, saneamento, populações tradicionais, formação profissional, mundo do trabalho, juventude etc.” (SILVA, M. das G., 2010, p. 147), para que as investigações e intervenções sejam ampliadas no campo social de maneira mais eficaz e efetiva.

No caso das demandas socioambientais emergentes, os assistentes sociais podem ser chamados por meio de seus espaços institucionais de trabalho na intervenção de ações intersetoriais e multiprofissionais, quando convocados à prestação de socorro à população proveniente da situação de desastres e/ou do contexto de calamidade pública. São competências e atribuições comprometidas ao projeto ético-político da profissão, conforme prevê o art. 3º, alínea d, do Código de Ética (CFESS, 1993), sobre o dever de “*participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.*”

Normalmente, em casos de tragédias, como enchentes ou desabamentos, assistentes sociais desenvolvem inúmeras atividades, como: assumem locais de abrigos temporários, participam de grupos de discussões sobre o acontecimento com a população atingida, com outras categorias profissionais e com as autoridades, fazem encaminhamentos das pessoas para atendimento médico e psicológico, atendem e cadastram as famílias, coletando dados sobre as perdas materiais e, principalmente, buscando informações sobre pessoas desaparecidas ou vítimas fatais, orientam a população quanto a seus direitos, entre outras atividades. (CFESS, 2012b).

As tragédias ambientais estão atreladas às múltiplas expressões que permeiam os nexos da *questão agrária* no campo de um lado e, do outro, à *questão urbana* nas cidades. As suas demarcações estão vinculadas à reprodução das desigualdades sócio-históricas da apropriação da terra e pela transformação das cidades em aglomerados urbanos, de onde a marginalização social da população subalterna denomina a realidade das periferias, sejam elas por formas legais e ilegais de ocupação. “Porque o empreendedorismo urbano, a financeirização da terra, a especulação imobiliária, as omissões do Estado na regulação do mercado de terras definem as formas de uso e ocupação do espaço, em disputa pelas classes sociais.” (CFESS, 2016).

O contraste crescente da população periférica nas cidades brasileiras tem rebatido nas manifestações da *questão socioambiental* pela radical descaracterização que ocorre no entorno espacial; das refrações geográficas por infraestruturas irregulares; das precárias condições da

mobilidade urbana e pela falta de saneamento básico para a população. Com efeito, isso vem aumentando a prevalência dos danos ocasionados pelo risco ambiental gerado por enchentes e desabamentos nas cidades durante períodos chuvosos.

Junto a esse contexto temos a problemática da crise hídrica, da poluição urbana e o aumento de doenças sanitárias com maior incidência sobre essa população, principalmente pela carência de acesso às políticas públicas governamentais, que, cada vez mais, apresentam-se restritivas e seletivas na garantia dos direitos aos mínimos sociais para suprir as necessidades básicas de subsistência, a fim de que se possam proporcionar condições de vida dignas e saudáveis. São condições de vida que “[...] eclodem sobre o trabalho do/a assistente social na forma de demandas reprimidas, ausência de serviços e violação de direitos dessas mesmas famílias, para citar alguns exemplos.” (CFESS, 2016):

São condições e relações de trabalho que orientam a dimensão estratégica do trabalho social, que está na articulação das lutas pela radicalização da democracia, com o fortalecimento dos movimentos sociais da classe trabalhadora, constituindo-se em um conjunto de ações de caráter socioeducativo e ações voltadas para a mobilização e organização dos sujeitos sociais, que se complementam e articulam. Desenvolve também ações de planejamento, gestão e coordenação e de assessoria e formação profissional. (Ibidem).

A *questão socioambiental* vem ampliando, sobremaneira, as demandas postas ao trabalho profissional dos assistentes sociais nas várias esferas da vida social; das suas causas, temos, no processo expansivo do capitalismo, consequências irreversíveis ao meio ambiente. Esse cenário da destrutividade ambiental não vem atingindo somente populações das zonas urbanas; suas consequências também têm impactado severamente a vida das comunidades rurais que residem próximas das indústrias que desenvolvem atividades voltadas para a mineração e garimpo, geração de energia elétrica, indústria de ferro e carvão, entre outras.

Isso constitui reflexões sobre as novas demandas socioambientais que significam “[...] reconhecer os limites e possibilidades do espaço ocupacional é fundamental no sentido de assegurar sua legitimidade profissional e enfrentar o desafio de responder às particularidades das demandas postas à profissão.” (NUNES, 2012, p. 55). Deter as suas manifestações nos processos de institucionalização do trabalho profissional do Serviço Social abarcam coragem e determinação frente a tais demandas, o que direciona no nosso modo de atuação para não perdermos a oportunidade de redimensionar a *práxis profissional* recorrente das particularidades que se apresentam à profissão.

De modo geral, o conhecimento acerca dessa abordagem no Serviço Social está longe de ser esgotado, pois, para o entendimento da conjuntura sobre os fundamentos contemporâneos

em que se *inscreve a questão socioambiental no trabalho profissional de assistentes sociais*, implica compreendê-la como um processo dialético, dinâmico e contínuo, de onde se encontram incorporadas as contradições estruturais que rebatem na inserção dos profissionais e da própria profissão na sociedade.

A partir do conhecimento discorrido até o momento, temos que as inter-relações entre Serviço Social e a *questão socioambiental contemporânea* conjuga a sua existência com a interface da *questão social* como algo que deve ser expandido nas produções e debates acadêmicos pertencentes à profissão. Para aprofundar essa análise, no próximo *Capítulo*, viabilizamos a importância de refletir sobre o cenário da educação no Ensino Superior, a questão socioambiental e o processo da formação profissional em Serviço Social.

CAPÍTULO 2 EDUCAÇÃO SUPERIOR, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E A FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

*A educação será ineficaz e os seus esforços estéreis, se não se preocupar também por difundir um novo modelo relativo ao ser humano, à vida, à sociedade e à relação com a natureza.
(Papa Francisco).*

Ao contextualizar a questão socioambiental contemporânea é imprescindível também pensar que a Educação Superior traz consigo uma contribuição indispensável para a formação de profissões qualificadas enquanto parte integrante do desenvolvimento humano e social de uma nação. Assim, tecemos como antítese a importância de refletir sobre o processo da formação profissional em Serviço Social no que consiste a inserção da questão socioambiental no desenvolvimento da profissão no Ensino Superior brasileiro.

2.1 O processo educativo no Ensino Superior

As Instituições de Ensino Superior (IES), também conhecidas como Unidades de Formação Acadêmica (UFA), podem ser consideradas segmentos na educação que elevam grande importância para que se realizem os processos da formação dos profissionais que irão exercer o trabalho no setor produtivo com viés de sustentabilidade socioambiental.

Nesse âmbito, são estabelecidos os mecanismos para a construção de conhecimentos, pesquisas, habilidades e experiências intelectuais em face ao desenvolvimento de ciências e tecnologias, as quais darão oportunidades para a formação de cidadãos capacitados a uma vida coletiva em sociedade. Por assim ser, a educação de Ensino Superior⁶⁶ torna-se um poderoso instrumento para a promoção de mudanças sociais.

A educação para se efetivar, necessita do diálogo, da arte de debater ideias diferentes, de raciocinar, de pensar, de argumentar e de escutar a contradição, mas sabê-la respeitar como diversidade. É através desse diálogo entre o singular e o universal, entre o movimento e a imobilidade que construímos o conhecimento. (LIMA, 2018, p. 29, grifo nosso).

⁶⁶ No Brasil os processos de formação profissional na educação de ensino superior está prevista enquanto direito na Carta Magna da Constituição Federal (CF 1988), fundamentada nas prerrogativas da Lei n. 9.394/1996 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e interligada a estrutura regimental do Ministério da Educação e Cultura (MEC), criando em 14 de novembro de 1930, no governo do Presidente Getúlio Vargas, atualmente reestabelecida pelo decreto n. 4.791, de 22 de julho de 2003, sendo estipulado como área de sua competência: a Política Nacional de Educação e as áreas da educação — básica geral (infantil, fundamental e médio), especial, superior, profissional e tecnológica, do campo, indígena, ambiental e a distância. A educação de ensino superior refere-se ao nível terciário de ensino realizado em organizações educacionais: universidades, faculdades, institutos politécnicos, escolas superiores ou outras instituições que conferem graus acadêmicos e diplomas profissionais.

As organizações institucionais que atuam na educação de Ensino Superior objetivam o exercício de funções educacionais de ordem formativa de profissionais, que estão distribuídos nas mais diversas áreas do conhecimento e exercício, contribuindo para o desenvolvimento da vida social através do processo plural e crítico de se pensar a transformação da sociedade e resolver os seus problemas. Para isso, são constituídos modelos universitários que adequam os níveis de ensino desde o curso de graduação até a pós-graduação *lato e stricto sensu*, detendo nesse preâmbulo a responsabilidade de avaliar e certificar os processos educativos na composição dos cursos ofertados, com o intuito de designar a qualificação, o reconhecimento e a regulamentação das profissões por ora criadas.⁶⁷

Na sociedade, as profissões emergem como finalidade e representatividade social de existência para o desenvolvimento dos vários ramos de atividades laborativas do gênero humano. As organizações educacionais estão diretamente interligadas a esse processo, com o direcionamento dos procedimentos estruturais que são necessários para o desempenho da prática acadêmica de Ensino Superior, entremeio a uma dinâmica educativa considerada complexa, pluralista e profissionalizante.

Trata-se de desenvolver peculiaridades específicas que abrangem a dimensão da prática acadêmica universitária por meio de um conjunto de elementos normativos que vão definir o comportamento, a estrutura e o seu gerenciamento organizacional.

O universo da formação de Educação Superior na sociedade, por sua vez, perpassa um largo caminho que envolve as relações existentes entre educação, saúde e trabalho. As suas dimensões estão intrinsecamente correlacionados a um padrão de desenvolvimento pautado na sociabilidade capitalista e às questões socioambientais dela inerente (BUCK; MARIN, 2005, p. 205). Tendo por base a problematização da sua consistência, veem-se resultantes as manifestações da *desigualdade socioeconômica e a exclusão social* dos bens civis necessários para a promoção da emancipação humana. Os seus efeitos rebatem sob os nichos ideológicos que influem os processos que estão diretamente interligados aos eixos da educação, do trabalho e na própria condição de saúde da população.

La educación inadecuada está relacionada con toda una variedad de problemas sociales y conductas antisociales. Las personas que crecen en una region y no reciben una buena educacion tienen una buena oportunidad para comportarse antisocialmente en otro. (STIGLITZ, 2000, p. 450).

⁶⁷ Art. 9 prevê no § 2º J) deliberar sobre processos de reconhecimento de cursos e habilitações oferecidos por instituições de ensino superior, assim como sobre autorização prévia daqueles oferecidos por instituições não universitárias, por iniciativa do Ministério da Educação em caráter excepcional, na forma do regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.” (BRASIL, 1998).

A educação, de acordo com Buck e Marin (Ibidem, p. 206) está entre as dimensões de “[...] um intrincado campo de investigação para se pensar políticas socioambientais adequadas.” Contudo, isso possui uma direção na sociedade capitalista que está totalmente atrelada às relações sociopolíticas do poder hegemônico como ordem dominante em face ao metabolismo social desenvolvido na vida coletiva. Possui características que são dotadas de múltiplas complexidades, que determinam na Educação Superior um processo indissociável das relações socioambientais sob o ponto de vista da produção do conhecimento, do compromisso social com a ciência e de suas organizações educacionais. Ou seja, os elementos que abarcam a modalidade e a objetividade do ensino acadêmico perpassam pelo agrupamento organizacional das instituições sem processar autonomia institucional, além de manter-se historicamente determinada a uma certa funcionalidade destinada para o mercado.

De tal modo, a *educação no Ensino Superior e a questão socioambiental*, passam a descortinar as suas inter-relações, denotando um imbricamento de desafios atuais para se pensar políticas sociais públicas que promovam o desenvolvimento da qualidade de vida numa mesma proporção de qualidade ambiental⁶⁸. Para isso, é preciso compreender que o desenvolvimento socioeconômico, o padrão capitalista de produtividade e o consumismo na sociedade global⁶⁹ vêm, cada vez mais, induzindo um percurso contraditório e antagônico sobre a sustentabilidade ambiental ao alargar processos da ordem social para conduzirem a utilização irracional e inadequada dos recursos naturais, principalmente, sobre aqueles recursos do meio ambiente considerados não renováveis, ocasionando ações antrópicas de depredação ambiental e ao mesmo tempo contribuindo para a baixa qualidade de vida humana, pois:

[...] a qualidade de vida é a possibilidade de melhor distribuição — e *usufruto* — da riqueza social e tecnológica dos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de *desenvolvimento ecológico* e participativo de respeito ao homem e a natureza, como o menor grau de degradação e precariedade. (BARROCO, 1999, p. 73-74, grifo nosso).

Isso significa que devemos pautar ideias para o cumprimento de ações legais e preventivas que possam envolver os enfrentamentos da *questão socioambiental* na sociedade e incluí-la na educação. Não obstante, a preparação para o exercício profissional e a prática social

⁶⁸ Para proporcionar qualidade ambiental é preciso manter “[...] a saúde, a segurança, o bem-estar da população, as condições normais das atividades sociais e econômicas, preservação da biota (fauna e flora), a manutenção das condições estéticas (paisagem) e sanitárias do próprio meio ambiente” (FIORILLO; RODRIGUES, 1997, p. 130).

⁶⁹ “A globalização econômica está produzindo inúmeros efeitos na sustentabilidade ambiental. As interações são tantas e tão complexas que seria demasiado simplista afirmar que se trata de âmbitos contrapostos. Além do mais, não existem razões teóricas nem evidência empírica suficiente ou concludente para demonstrar que a relação entre globalização e sustentabilidade ambiental seja de sentido único.” (CEPAL-PNUMA, 2001 apud STIGLITZ, 2002, 273).

das profissões elucidam apreender as necessidades que lhes concernem no setor produtivo, emergindo, com isso, profissões laborais diretamente ligada a temática ambiental, mas, isso não exime as demais formações profissionais dos processos que necessitam de coparticipação, já que se trata de uma temática que abrange as esferas da vida humana e planetária.

2.1.1 Universo da formação profissional

Podemos compreender a Educação Superior como parte do processo da formação profissional e/ou científica dos indivíduos sociais associado a um espaço de mediação para o desenvolvimento do *ser social* no movimento da realidade contida na esfera social, numa relação intermediada entre indivíduo e sociedade, que o possibilita desenvolver suas habilidades científicas, intelectuais e laborais, edificando um amplo acesso para a construção do conhecimento de mundo e das coisas como parte construtiva da emancipação humana.

A educação possui, nesse sentido, um importante papel constitutivo na vida social, que visa a contribuir para a construção de uma sociedade. O direito de acesso à educação é um direito fundamental, sendo um espaço adquirido para o desenvolvimento dos indivíduos sociais como meio de promover a dignidade humana. A própria Constituição Federal de 1988⁷⁰ normatiza que a educação deve garantir o processo de qualificação para o exercício da cidadania e do trabalho. Nesta acepção, o direito à educação, quando exercida adequadamente, também promove o acesso aos demais direitos humanos.

No entanto, quando o significado social da concepção de *educação* passa a ser fundamentada pela sociedade capitalista, detêm-se no seu cerne características mercadológicas que estão atreladas ao paradigma moderno técnico-científico e na divisão social em classes antagônicas, de onde a sua finalidade coexiste, principalmente, em orientar o indivíduo para o mercado de trabalho. Por isso que, hoje, a preparação da qualificação profissional passa a exigir, cada vez mais, a aquisição de novas formas de capacitação e habilidades funcionais em face dos avanços tecnológicos vivenciados atualmente na transição do processo das transformações disruptivas da revolução 4.0.

Las inversiones en la enseñanza de las ciencias y de la tecnología producen otra externalidad indirecta: las personas que tienen estas cualificaciones constituyen la clave del progreso tecnológico; y normalmente los innovadores solo se quedan con una parte de su contribución global al aumento de la productividad. (STIGLITZ, 2000, p. 448).

⁷⁰ Art. 205 define “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

A era da mundialização alavancou esses processos com períodos de mudanças pontuais para o desenvolvimento das políticas educacionais fundamentadas nos traços do sistema capitalista contemporâneo. Sobremaneira, do mesmo ponto de vista de como tem sido introduzido os processos do *trabalho* na sociabilidade do capital financeiro, também o é na educação, com o direcionamento das renovadas ideologias embasadas para uma esfera educacional propagada à produtividade de capital humano e/ou intelectual como forma de acumulação de lucro, no sentido em que os indivíduos sociais já não possam se reconhecer pertencentes à sua própria formação. Assim, novos formatos e condicionantes reciprocamente perfazem os processos do Ensino Superior na educação enquanto objetivação de mercado no âmbito das organizações educacionais.

As relações sociais na sociedade mercantil são, ainda, presidiadas pela reciprocidade: cada qual se serve do outro reciprocamente como meio e fim. Reconhecem um interesse em comum, mas cujo móvel são interesses particulares. O interesse comum é nesse sentido, a ‘generalidade dos interesses egoístas’ (MARX, 1980 apud IAMAMOTO, 2007, p. 372).

De modo expressivo, o *universo da formação profissional*, quando vinculado ao desenvolvimento da sociabilidade capitalista, dinamiza o reflexo de interesses e aspirações para a apropriação da educação como parte constitutiva de suas bases estruturais. Os seus ditames, nestes moldes, passam a compor um processo de influência e doutrinação informacional da ordem social do capital como ordem natural inalterável da evolução da individualidade, em que os sujeitos são imbuídos de valores mercadológicos lineares e condicionados a um padrão de vida gestado para atender aos meios de produção e consumo, pois “[...] os indivíduos particulares são diariamente e por toda parte embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 82).

A compreensão dessa processualidade, imbricada ao contexto sócio-histórico foi sendo desenvolvida nas organizações educacionais, contendo práticas acadêmicas delimitadas por elementos de ensinos emoldurados em uma dimensão educativa de cunho tradicional⁷¹. Os seus traços buscam edificar o pensamento conservador da ciência moderna (ideias de ordem e equilíbrio individual), o que leva a uma realidade que deve ser compreendida como junção de partes isoladas. Quanto às ciências, estas devem ser sistematizadas e fragmentadas em partes

⁷¹ Os parâmetros educacionais tradicionais buscam reproduzir um senso comum para a conservação da ordem social vigente, baseado no paradigma da ciência moderna a partir da influência do poder imperativo e coercivo, que mesmo contra vontade dos indivíduos (pensar, sentir e agir) lhes impõem o seguimento de padrões comportamentais pré-estabelecidos na sociedade, como destaca Durkheim (1995 apud Nunes, 2018, p. 91) ao mencionar que “Toda educação consiste num esforço contínuo para impor às crianças maneiras de ver, de sentir e de agir às quais elas não chegariam espontaneamente.”

subdivididas do conhecimento (exatas, biológicas e humanas), reduzindo a compreensão intelectual dos indivíduos sobre a totalidade do concreto pensado (conhecimento) por diversas especialidades que possam preencher a funcionalidade do seu desenvolvimento na esfera social. “Nesta forma de pensar e organizar a sociedade prevaleceu a coisificação, a sistematização, a separação definitiva entre sujeito e objeto e a ambição pelo progresso como se ele fosse a solução para todos os problemas.” (LACERDA; SILVA, 2008, p. 44).

Por outra via, opera-se a oportunidade do exercício das rupturas educacionais do modelo tradicional a partir do surgimento de outro parâmetro educacional que se caracteriza por bases *democráticas*⁷², em que se pode ser desenvolvido o alinhamento de aspectos críticos no âmbito da formação e do ensino acadêmico, além de incorporar em seus processos a participação social da vida coletiva como um fator primordial. O seu propósito define-se por uma visão holística da objetividade e subjetividade enquanto parte integral da desenvolvimento da sociedade, ao passo que exigir-se-á rupturas epistemológicas para uma educação emancipadora de se prover um novo senso comum, destacadas por Santos (2000, p. 107) como “conhecimento presente para uma vida decente”.

A educação, como dimensão da vida social, encerra as contradições que particularizam a vida social. Portanto, se a educação, sob o prisma do capital, se converte em um conjunto de práticas sociais que contribuem para a internalização dos consensos necessários à reprodução ampliada deste sistema metabólico, também e a partir dessa dinâmica é que se instauram as possibilidades de construção histórica de uma educação emancipadora, cujas condições dependem de um amplo processo de universalização do trabalho e da educação como atividade humana autorrealizadora. Trata-se, antes de tudo, de uma tarefa histórica, protagonizada por sujeitos políticos que compõem uma classe e precisam forjar processos de autoconsciência a partir da ação política, que produzam uma contra-hegemonia que atravesse todos os domínios da vida social, que impregne os modos de vida dos sujeitos singulares e sociais, as instituições educacionais e todas as demais também. (CFESS, 2012c, p. 18).

É no cenário contemporâneo que se englobam as várias disputas que estão diametralmente opostas no sistema educacional ao sintetizar um processo de reestruturação do Ensino Superior⁷³. A exemplo, podemos observar na educação brasileira um direcionamento

⁷² “A democracia que, antes de ser forma política, é forma de vida, se caracteriza sobretudo por forte dose de transitividade de consciência no comportamento do homem. Transitividade que não nasce e nem se desenvolve a não ser dentro de certas condições em que o homem seja lançado ao debate, ao exame de seus problemas e dos problemas comuns. Em que o homem participe.” (FREIRE, 1967, p. 88).

⁷³ A contrarreforma no ensino superior tiveram seu marco com a aprovação do Protocolo de Bolonha em 1999, justaposto a incorporação de recomendações de organizações como o BM, OMC e FMI, cuja intenção era formular novas diretrizes para a educação superior na União Europeia, sob um discurso de promover a modernização, desburocratização e superação de uma “universidade arcaica” através da sua mercantilização. Em 2009, outros 20 países, dentre eles o Brasil, foram convidados para fazer parte do Fórum Político de Bolonha, “[...] com vista a criar um sistema de ensino superior mundial estandardizado, de caráter global, para atender aos apelos da internacionalização da educação.” (BOSCHETTI, 2015, p. 644).

antagônico desde a década de 1990, que foi sendo operado no contexto social, político e econômico de um estágio capitalista definido pela junção da ofensiva neoliberal, transformando a área da educação num processo mercadológico de alto valor de compra e venda, ao serem ancorados por nichos educacionais que são estendidos para as instituições privadas.

Através dos dados do Censo da Educação Superior de 2015 pode-se evidenciar essa tendência privatista. Do total de 2365 IES no Brasil, 87,52% são privadas. Do total de IES, somente 195 são universidades (8,25%); 149 (6,3%) são centros universitários; 40 (1,69%) são caracterizadas como Institutos Federais (IFs) e Cefets; e 1.980 (83,76%) são faculdades. Em relação às IES privadas, o predomínio das faculdades se faz presente. Das 2.069 IES privadas, somente 88 (4,25%) são universidades; 140 (6,76%) são centros universitários e 1.841 (88,99%) são faculdades.” (BRASIL, 2015 apud PORTES; PORTES, 2017, p. 221).

Em uma análise conjuntural sobre essa tendência privatista, é imprescindível que isso passe a configurar uma operacionalização de um sistema dual na educação, por estar em contraposição ao que se prevê nos processos democráticos definidos na Carta Constitucional do Brasil de 1988, principalmente, no que se refere a dimensão da educação de nível superior através das políticas sociais públicas.

Quando nos remetemos aos processos democráticos, é destacado por Yamamoto (2005, p. 142, grifo do autor) que a democracia vislumbra ser um espaço que “[...] envolve a *luta pela ampliação da cidadania*, com vistas à efetivação dos *direitos civis, políticos e sociais* de todos os cidadãos.” Por isso que as suas conquistas obtidas na Constituição Federal de 1988 requerem uma defesa intransigente da *ampliação progressiva da esfera pública* para a efetivação da democracia e da cidadania, pois, elas encontram-se ameaçadas pelo avanço das políticas neoliberais presentes na contemporaneidade.

Temos visto que, nesse processo os efeitos das contrarreformas estruturais do *Estado* para a implementação das políticas neoliberais no sistema de ensino tem intensificado os meios da precarização e sucateamento das universidades públicas, fragilizando a responsabilização da esfera estatal quanto a garantia da Educação Superior pública e gratuita aos cidadãos, pois “Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que ‘tudo se vende, tudo se compra’, ‘tudo tem preço’, do que a mercantilização da educação.” (SADER apud MÉSZÁROS, 2008, p. 16, grifo do autor).

As legislações brasileiras, sobremaneira, apresentam marcos legais para a abertura existencial de um sistema que abrange essa peculiaridade no Ensino Superior entre a iniciativa pública e a privada. Isso ocorre porque o contexto societário em que vem sendo inseridos os princípios liberais alavancaram a influência das políticas de ajuste estrutural do *Estado*, ocasionando o avanço da coisificação da Educação Superior por meio de valores de ordem

mercadológica, seja no ensino presencial ou mesmo na modalidade à distância, com vistas a uma tendência do uso da modalidade do ensino digital por haver nesse âmbito certa propensão ao desenvolvimento de benefícios advindos da tecnologia da informação, ampliando o espaço da acessibilidade social ao configurar uma elevada ascensão no país nos últimos anos.

Para Lima (2018, p. 158), hoje, a educação brasileira passa por uma dramática inversão social na pirâmide educacional, pois, enquanto a maioria dos estudantes frequentam as escolas públicas na educação básica, de outro lado uma parcela minoritária de alunos estão inseridos em escolas particulares. De tal modo, na Educação Superior pública, essa pirâmide se inverte, com a inserção dos alunos que estudaram em escolas públicas para as universidades particulares, ao passo que as universidades públicas brasileiras, por possuírem melhores índices de qualidades educacionais do que as privadas, restringem a cotação de vagas por meio de processos seletivos compostos por vestibulares que vão exigir maior preparação, algo que geralmente é adquirido nas escolas básicas particulares. Assim, aos jovens estudantes que não possuem condições econômicas para se dedicarem aos estudos preparatórios com vistas a possibilidade de concorrer a uma vaga nas universidades públicas, resta-lhes somente duas opções: inserirem-se no mercado de trabalho para assumirem o custo das mensalidades em universidades privadas, ou simplesmente desistirem do ingresso ao Ensino Superior. Esta manobra reforça os ditames da educação mercadológica, dotadas de mensalidades encarecidas e políticas educacionais direcionadas a programas de financiamentos governamentais e privados que resultarão na dependência dessas políticas para um futuro alavancado de incertezas e endividamentos para os estudantes.

A expansão acertada de dadas políticas neoliberais na educação destoam de uma contraposição daquilo que deveria ser ofertado enquanto política pública educacional a partir da garantia do acesso gratuito ao sistema educacional. “Desde este punto de vista, el papel dave del Estado debe ser garantizar el acceso, de forma que los estudiantes tengan los recursos economicos necesarios para estudiar en la universidad.” (STIGLITZ, 2000, p. 64). É, por isso que tal fenômeno na esfera da Educação Superior se trata de uma inversão na pirâmide educacional, onde estão imbuídos os valores mercadológicos que configuram a ordem delas existentes, com a gerência nos debates e direções regimentais que irão determinar as falácias existentes.

La educación constituye desde hace tiempo un motivo de debate político e intelectual. Existen diferencias de opinion sobre la influencia basica de la educación en los estudiantes, sobre la forma en que debe producirse y financiarse y sobre la posibilidad de que los sistemas vigentes generen o no demasiada desigualdad. En los siguientes apartados nos ocupamos de estas cuestiones y controversias. (Ibidem, p. 450).

Os aspectos conjunturais do sistema educativo estão por detrás de projetos educacionais, que são conduzidos por particularidades da sociabilidade capitalista contemporânea e gestados pelas políticas neoliberais, em que buscam fortalecer a hegemonia do sistema em vigor, ao ampliar a fundamentação do pensamento conservador e alienante desse processo, algo que certamente rebaterá sobre a qualidade das organizações educacionais, em especial, sobre os cursos de graduação e pós-graduação ofertados.

Apesar dos avanços da legislação brasileira na esfera educacional previstos na Carta Magna de 1988, na conjuntura atual operam-se os desmontes de direitos e a diminuição de recursos públicos para a excelência continuada do Ensino Superior, principalmente, na universidade pública. Isso ocorre porque a polarização e as disparidades existentes nas políticas educacionais podem refletir sob o prisma que equaciona os objetivos da existência da universidade, quanto aos processos da sua finalidade na construção do conhecimento e no desenvolvimento da ciência e da tecnologia destinada para o usufruto da sociedade.

Dado que na esfera da vida social há um reconhecimento de que os processos formativos através da Educação Superior podem proporcionar muitas inovações para a vida humana, por haver possibilidades de ampliar projetos de competência acadêmico-profissional no universo educativo. São parâmetros organizacionais na educação que necessitam da qualificação e aperfeiçoamento para suas bases deterem eficácia, eficiência e efetividade na constituição da formação profissional, de acordo com as necessidades e demandas emergidas na realidade.

Como parte do contexto dessa realidade, no decorrer dos séculos, foi surpreendendo o mundo pelo fato da passagem das transformações societárias tornarem-se cada vez mais intensas sob o ponto de vista do conhecimento técnico-científico humano e o seu *estilo* de vida. Dentre esses, podemos considerá-los como sendo resultantes do processo das subseqüentes *Revoluções Industriais* apontadas por Schwab (2016, p. 18, 20):

- Primeira (entre 1760 e 1840): máquina a vapor, ferrovias;
- Segunda (final do séc. XIX): advento da eletricidade e da linha de montagem;
- Terceira (séc. XX, na década de 1960): revolução digital ou do computador;
- Quarta (virada para o séc. XXI): inteligência artificial, robótica avançada, internet das coisas, veículos autônomos, impressão em 3D, nanotecnologia, biotecnologia, armazenamento de energia e computação quântica.

É nesse cenário transicional das grandes mudanças revolucionárias, que foram ocasionando o processo das várias questões que caracterizam os impactos havidos nas problemáticas “sociais” e as “ambientais”, atingindo com maior veemência a relação que foi sendo estabelecida entre a humanidade e o mundo natural — homem e natureza —, num processo amplamente indissociável das configurações que retratam a questão socioambiental.

Diante desse contexto, podemos destacar como parte dessa realidade e das transformações societárias que nos cercam, os seguintes apontamentos de Bevilacqua (2018, p. 120):

O Planeta Terra e a autodestruição;
Mudanças climáticas e o meio ambiente;
Ciência e a tecnologia;
Globalização e TI (Tecnologia da Informação);
Questões sociopolíticas e econômicas;
Conflitos de identidades socioculturais;
Religião, mitos e crenças;
Indústria da cultura de massa;
Conhecimento racional do paradigma moderno;

Todos esses pontos supramencionados pela autora são essenciais para compor o universo da formação contemporânea na educação de Ensino Superior, de onde se propõe a construção da identidade pertencente a Universidade e o seu papel na sociedade. Representa um leque de contribuições científicas e inovações tecnológicas que podem haver no desempenho educativo, ao propor a sua inserção nos projetos didático-pedagógicos e nas diretrizes curriculares do ensino teórico-prático para os cursos ofertados.

É sob os impactos de determinadas particularidades que os complexos fatores constitutivos dos fenômenos sociais da realidade processam o movimento decorrente dos elementos abarcados entre o universal e o singular existentes na vida cotidiana dos indivíduos sociais. Por isso que apreender a *questão socioambiental e suas múltiplas expressões* nos processos educacionais permite uma viabilização de se pensar a construção de um novo paradigma pautado no viés socioambiental como forma de buscar meios de enfrentamentos contra os processos predatórios das ações antrópicas, a partir da inserção nos campos profissionais, de maneira individual e/ou coletiva, edificando os laços das forças sociais de lutas e governanças em prol da qualidade ambiental, para os fins de uma nova cultura de preservação e de garantia da continuidade sustentável da natureza para a vida humana.

2.2 Questão socioambiental e suas particularidades

Pensar os processos societários para a sustentabilidade ambiental e a maximização da excelência na qualidade de vida é também pensar sobre a relação existente entre a sociedade e o meio ambiente. Ao destoar da sua historicidade no retrato da realidade em que configuram os impactos ambientais na esfera social, percebe-se que suas causas e consequências emergem como resultados da questão socioambiental. O cenário advindo de tais resultados, por sua vez,

tende a atingir a condição de subsistência do mundo natural, gerando um cenário de múltiplas expressões que concomitantemente refletirá na autodestruição humana.

A *questão socioambiental e suas particularidades* na esfera da Educação Superior apresentam um cenário que pode ser apreendido como parte da composição formativa para o desenvolvimento do *ser social*, no sentido de possibilitar a emancipação social por meio da formação integral dos cidadãos enquanto sujeitos ecológicos na sociedade, com vistas a um universo destinado ao processo do ensino acadêmico se tornar espaços para que sejam construídas pontes de intervenções filosóficas, científicas e tecnológicas. A finalidade maior carece em transcorrer no desenvolvimento de profissionais que se reconheçam como coparticipantes da desenvolvimento ambientalmente sustentável para a sociedade no espaço geográfico onde habitam.

O primeiro ponto elementar, nesse sentido, é compreender as contradições existentes no cerne do processo societário capitalista e os seus impactos resultantes na crise socioambiental, como sendo eles os principais fatores que transcendem a desqualificação do social e depredatória do meio ambiente (SILVA, T. P., 2018, p. 15). Isso fundamenta a necessidade de construirmos rupturas e alternativas sobre o paradigma moderno da relação homem-natureza que vivemos hoje. A sociedade precisa tecer uma nova trajetória de organização da vida social com mudanças substanciais de comportamentos e valores socioambientais sustentáveis que salientem um processo de educação e conhecimento concernentes a *natureza*, para que sejam desenvolvidas tecnologias e políticas ambientais em prol de uma relação harmônica do gênero humano com o meio ambiente.

As contradições oriundas deste processo passam a ser cada vez mais inquietantes para a autorreprodução do capital. A escassez de algumas matérias-primas e aos efeitos catastróficos da produção industrial – a exemplo da incomensurável produção de lixo e dejetos de toda ordem – o sistema vem engendrando um conjunto de respostas de natureza técnica, cujo intento é atenuar as marcas de sua destrutividade e encontrar novos campos de valorização do valor. A indústria de reciclagem, o desenvolvimento das ‘energias limpas’ e as tecnologias destinadas a minimizar a liberação de poluentes diversos na natureza são paradigmáticos desta tendência. (SILVA, M. das G. 2010, p.100, grifo do autor).

Na contramão dessa tendência, os avanços dos impactos da destrutividade oriundos das ações antrópicas humanas no mundo natural, demarcam contradições no que se refere às estratégias do capital para o seu enfrentamento por intermédio do alinhamento sistêmico como meio de regulamentar novos campos técnicos, ao utilizar-se da chamadas indústrias de recicláveis e “energias limpas” para minimizar os danos das suas sequelas, ancorando um

fetichismo discurso de que é possível compatibilizar desenvolvimento econômico e preservação ambiental no denominado capitalismo *verde*.

O campo social pressupõe uma conjuntura que está inserida em seus processos, apresentando-se antagônicas diante dos seus avanços no ambiental, com demarcações que imperam os interesses da autorreprodução capitalista de perdurar-se o mesmo ritmo e velocidade sobre a produtividade e o consumismo. São contraposições que se tornam cada vez mais presentes no cenário atual, principalmente quando se refere ao descumprimento das legislações ambientais ratificadas nos Tratados e Acordos, nacionais e internacionais.⁷⁴

A implementação das legislações internacionais frente as problemáticas ambientais estendidas ao redor do planeta, foi um marco extremamente importante para o estabelecimento normativo e jurídico na esfera ambiental. Houve assim a abertura para um novo caminho a ser conduzido pelos países do globo terrestre, e, não obstante, no Brasil a preocupação com meio ambiente desenvolveu-se gradativamente e obteve maior concretude na legislação a partir da década de 1980⁷⁵. Desta maneira, conduziu-se a instituição de uma doutrina protetiva e a promulgação de normas mais amplas e efetivas, de maneira que fosse integrada e global com a Declaração Universal do Meio Ambiente, com o desenvolvimento signatário da conservação tutelada por cada país quanto aos seus bens naturais (água, ar, solo, flora e fauna) apontados durante a primeira *Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente*, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Estocolmo, em 1972.

Nesse momento, ao mundo foram anunciados com maior exatidão os resultados dos processos de degradação ambiental, dando destaque para a realidade pontual dos impactos ambientais, pois é algo que está atrelado ao modelo do desenvolvimento socioeconômico vigente na sociedade. Desse modo, a área ambiental começou a intensificar as inquietações

⁷⁴ No Brasil, à exemplo disso, podemos destacar a intensificação dos impactos ambientais ocorridos nos últimos, que entre os quais em 2019 ocorreu com intensidade o aumento do desmatamento na Amazônia (INPE); queimadas em várias partes do país (INPE); o rompimento da barragem da Vale, em Brumadinho/MG; redução e extinção de áreas protegidas; recorde de concentração de gases de efeito estufa; e o derramamento de óleo no litoral brasileiro. Com previsões efetuadas para o início do ano de 2020, a partir da ocorrência de chuvas intensas em vários lugares apontou-se novamente para a questão dos desmatamentos e às queimadas (CICLOVIVO, 2019). Uma conjuntura marcada pela viabilização da flexibilidade na legislação e das políticas públicas na esfera ambiental, sendo destacado no site da ECOA (2020), no dia mundial do meio ambiente, o cenário caótico da pandemia do coronavírus e da questão ambiental no país, em que estudos no site do Ipsos mostra que 85% da população brasileira pontuou que o meio ambiente deve ser prioridade pós covid 19, devido as evidências do aumento dos problemas de degradação ambiental, poluição, desmatamentos e mudanças climáticas, por haver a constatação de que representam fortes ameaças para a saúde humana, além das indicações da falta de prioridades do tema na agenda governamental.

⁷⁵ “A Lei n. 6.938/1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, é o primeiro grande marco em termos de norma de proteção ambiental no Brasil. Essa legislação definiu de forma avançada e inovadora os conceitos, princípios, objetivos e instrumentos para a defesa do meio ambiente, reconhecer ainda a importância deste para a vida e para a qualidade de vida.” (FARIAS, 2007).

políticas e os movimentos ambientalistas. No preâmbulo da agenda mundial, nesse sentido, buscou-se estabelecer uma visão global do meio ambiente, que foram essenciais para a humanidade pensar e reconhecer a necessidade da preservação e as melhorias da qualidade ambiental, com orientações ampliadas aos governos sobre a importância das ações educativas para as questões ambientais.

Os formuladores de políticas ambientais públicas passaram a ser contundentes no processamento de mudanças e novas abordagens sustentáveis no que se referisse ao desenvolvimento econômico, com vistas a inserção de mecanismos de defesa e preservação do meio ambiente, utilizando com isso o espaço da *educação* para a melhoria do convívio e a produtividade de relacionamentos sustentáveis através do sistema educacional e sociedade em geral, entre os estudantes e professores, escola e comunidade.

Ademais, o ordenamento para essa constituição jurídica e política da preservação do meio ambiente⁷⁶ foi ampliando os espaços em países como o Brasil, devido à pressão de críticas internacionais, que foram determinantes para a incorporação da gestão ambiental pública e de outras ações regulatórias em junção a mecanismos que circunscrevessem a *Educação Ambiental*, compreendida no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global (1992).

Por ocasião da Conferência Internacional Rio/92, cidadãos representando instituições de mais de 170 países assinaram tratados nos quais se reconhece o *papel central da educação* para a ‘construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado’, o que requer ‘responsabilidade individual e coletiva em níveis local, nacional e planetário’. E é isso o que se espera da Educação Ambiental no Brasil, assumida como obrigação nacional pela Constituição promulgada em 1988. (BRASIL, 1997, p. 181, grifo nosso).

O marco elementar sobre o papel da *educação* como parte central na construção de uma sociedade ambientalmente sustentável está no universo em que por ela exercida rebate no processo da desenvolvimento da sociedade. É, pois, no processo da condução norteadora das diretrizes curriculares na educação que se passou a inserir transversalmente o tema do meio ambiente, num percurso interdisciplinar para se contribuir com a formação de cidadãos conscientes, aptos a desenvolver ações de acordo com a realidade socioambiental, no sentido de que possa haver o comprometimento com a vida, tanto de forma individual como também coletiva, de local para global e vice-versa.

⁷⁶ A exemplo da normatização jurídica enquanto processo regulatório e estruturador das políticas ambientais brasileiras, temos o Código de Águas (Decreto n. 24.643/1934); o Código Florestal (Lei n. 4.771/1965); a Lei de Proteção a Fauna (Lei n. 5.197/1967); o Código de Pesca (Decreto-Lei n. 221/1967); a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (Decreto n. 73.030/1973); o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e os Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989, etc.

A participação da sociedade envolve conceitos fundamentais que tangem os procedimentos educacionais como sendo espaços para renovação e rupturas dos fatores concretos, em que estejam contextualizados no cerne da *questão ambiental* por meio do desempenho contidos em fontes científicas e conhecimentos transmitidos nas disciplinas e conteúdos transversais, no sentido de desenvolver uma visão crítica para além dos muros institucionais das escolas, faculdades e universidades.

Tal postura, percorre pela construção reconfigurada de conceitos, valores e comportamentos que possam trazer mudanças conscientes e transformar as atitudes duais existentes no processo educativo, já que perduram por conduzir a educação de maneira individualizada, acrítica e descomprometida com as gerações presente e futuras.

Diante do contexto que vem sendo elevado sobre a realidade socioambiental planetária, é imprescindível que haja transmissão e construção de conhecimentos sobre a problemática ambiental, para que, assim, eles sejam analisados e percebidos na sociedade. Para isso, roga-se em pauta a inserção transversal da temática ambiental no ensino acadêmico para além de um aprendizado focado na estreita relação biológica comportamental da preservação do meio ambiente, mas sim, por uma acepção de aprofundar as inter-relações nos processos de equilíbrio e qualidade de vida do gênero humano.

O MEC, em 1997, em consonância com as Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB), Lei n. 9.394/1996, elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) de forma articulada ao Plano Nacional de Educação (PNE), trazendo uma nova abordagem que incorpora a dimensão ambiental enquanto temática transversal contida nos processos educativos e disciplinares na esfera da educação nacional brasileira.

A *educação ambiental* passa a ser utilizada na academia como instrumento de política educacional contido de um processo interdisciplinar, que foi instituído na Lei n. 9.795/1999, na qual dispõe a *Política Nacional de Educação Ambiental* para os efeitos do direcionamento da educação ambiental no território nacional, pois, nessa dimensão, no Capítulo I:

Art. 1º Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Giometti (2017, p. 69, 70), ressalta esse contexto, em que no Art. 2, desta Lei n. 9.795/1999, é assegurado que:

Todos têm direito à educação ambiental. A educação ambiental como um 'componente essencial e permanente da educação nacional devendo estar presente em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal'. (BRASIL, 1999).

A autora completa essa citação baseando-se em Marcato (2002, p. 35), quando enfatiza:

Nas escolas, a educação ambiental deverá estar presente em todos os níveis de ensino, como tema transversal, sem constituir disciplina específica, como uma prática educativa integrada, envolvendo todos os professores, que deverão ser treinados para incluir o tema nos diversos assuntos tratados em sala de aula. A dimensão ambiental deve ser incluída em todos os currículos de formação dos professores, que deverão receber formação complementar.

A promulgação legislativa, assim sendo, visa a definir a construção de valores, conhecimentos e habilidades intelectuais para o desenvolvimento de atitudes e competências destinadas a preservação do meio ambiente, de onde se passa a compreender os recursos da natureza como um bem comum de todos, sendo essencial que sejam realizados a conservação ambiental da qualidade da vida planetária e a sua sustentabilidade.

Esse processo suscita considerável importância, que rebate sobre todas as áreas do conhecimento que estejam interligadas aos aspectos sociais, culturais, econômicos, éticos e políticos. A educação de Ensino Superior torna-se desse modo um espaço que caracteriza a ampliação das possibilidades de ações efetivas e eficazes em prol da defesa e conservação do meio ambiente, quando exercida de fato na dimensão acadêmica.

2.2.1 Formação e educação ambiental

A dimensão acadêmica na educação superior é um espaço de *formação* que abrange um certo nicho de diversidades. Ao transcorrer num universo que emana o desenvolvimento do ensino-aprendizagem e a sua socialização, expressam-se as ações educativas, as formações intelectuais e profissionalizantes que possam ser direcionadas por influências de conteúdos críticos para a formação dos indivíduos na sociedade e ao mesmo tempo os instigarem a transformação do meio social de onde vivem.

Quanto a isso, nos diferentes contextos culturais, podemos encontrar um espaço antropológico configurado pela existência dotada de diálogos, mas também por uma realidade permeada de conflitos. É, nesse embate, que transcorre a necessidade de se praticar e ensinar os significados do exercício da mudança social mediada pela compreensão, identificação,

simpatia, generosidade, respeito, solidariedade e a cultura da paz, enquanto pauta humanitária para o pertencimento a uma outra forma de sociabilidade.

Para desenvolver uma sociedade sustentável, é necessário destacar o desenvolvimento dos indivíduos sociais a partir da sua singularidade, no sentido de tornarem-se cidadãos que se reconheçam como sujeitos ecológicos críticos. O processo de *formação e a educação ambiental* nesse âmbito justapõe abordagens que possibilitam novas bases educacionais para elevar esse patamar a um leque de rupturas, numa proporção que promova a criação de novas culturas e hábitos transmissores da integração, responsabilidade e compromisso ambientalmente éticos, que comunguem o acréscimo de sentimentos, valores e comportamentos socialmente sustentáveis do ponto de vista ecológico.

A *educação ambiental* vem mostrando um expressivo crescimento nos últimos anos, passando a ocupar um espaço relevante na educação brasileira. A transversalidade dos saberes faz parte dos aspectos que envolve a importância de dada relação do homem com o ambiente, e, por isso, a necessidade de se trabalhá-la em todos os níveis da educação. Nesse contexto, a Política Nacional de Educação Ambiental e a Política Nacional de Meio Ambiente (estruturada pela Lei 6.938/1981), asseguram a *educação ambiental* como instrumento a ser utilizado para transmissão de ensinamentos à comunidade universitária em todos os seus programas, níveis e currículos, numa perspectiva interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar, como algo considerado essencial para a formação educacional.

Tomando por base Giometti (2017, p. 112), a “Educação Ambiental é aplicada tanto na modalidade não formal de ensino como no seu caráter formal.” Ele é citado pela autora Hendges (2010, p. 1), ao definir Educação Ambiental no ensino formal como:

[...] sendo a desenvolvida nos currículos das instituições públicas e privadas vinculadas aos sistemas federais, estaduais e municipais de ensino. Deve ser desenvolvida como prática educativa integrada, contínua, permanente, inter e transdisciplinar, em todos os níveis e modalidades educacionais. [...] Os conteúdos formais relacionados aos ensinamentos fundamental e médio estão nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs – tratam dos temas transversais às disciplinas formais), onde estão especificados os objetivos e as metas que a educação ambiental deve atingir para os estudantes destes níveis.

No mesmo sentido, dando sequência à sua explanação essa autora também afirma: “Como já visto anteriormente, a Lei n. 9.795/1999 dispõe, em seu Art. 9, que a Educação Ambiental escolar deve ser desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino, públicas e privadas.”, uma vez que:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino, públicas e privadas, englobando:

I - educação básica:

a) educação infantil;

b) ensino fundamental e

c) ensino médio;

II - educação superior;

III - educação especial;

IV - educação profissional;

V - educação de jovens e adultos. (BRASIL, 1999).

O aparato das legislações ambientais no Brasil foram embasadas com maior destaque na Constituição Federal de 1988, com apontamentos de processos das quais são essenciais para que todos possam ser capacitados a praticar a *educação ambiental*, não importando o seu nível de escolarização, mas num formato prioritário que deva estar presente em todas as fases e modalidades do desenvolvimento crítico, intelectual e emocional a serem trabalhados nas organizações educacionais de ensino.

Para a formação de cidadãos e/ou profissionais conscientes é necessário que todos os problemas que envolvem o meio ambiente sejam levantados, com propostas sugeridas e executadas. Mesmo que envolvam projetos pequenos, os objetivos devem despertar nos indivíduos sociais uma conscientização ampliada, que os façam enxergar para além das ideologias consumistas empregadas na sociedade capitalista.

O embate que configura o cenário atual de encontros e lutas para a preservação sustentável do meio ambiente permeia processos constitutivos da humanização enquanto mecanismo para emancipação e formação de sujeitos ecológicos, na qual se subentende a *educação* enquanto um instrumento de transformação e conscientização. Seus moldes transcendem condições para mudanças e atitudes reflexivas sob o viés socioambiental no desenvolvimento do *ser social* apto a tomar decisões resolutivas dos problemas existentes, envolvendo um processo de ensino-aprendizagem da vivência empírica e do diálogo.

A educação ambiental referenciada numa perspectiva emancipatória — ainda que transite no âmbito das ações públicas ou mesmo privadas — realiza-se (ou busca realiza-se) como espaço de luta pela autodeterminação dos sujeitos, pela radical democracia do poder político e da riqueza social e da necessária apropriação social (não privada) da natureza. (SILVA, M. das G., 2010, p. 151).

Para analisarmos as problemáticas ambientais, é apreensível entendê-las como uma temática que também está imbricada na *educação ambiental*; seja na vertente ambiental ou na área educacional, o seu processo pode desvelar a conscientização e a possível transformação de tais problemas. Isso é algo que demanda a promoção de reflexões que condigam com a construção de um novo paradigma de vida, no sentido de construir uma outra forma de agir no

meio ambiente, com o tratamento eficaz e efetivo dos direitos e/ou dos deveres, ao passo de elevar o cidadão a tornar-se um sujeito ecológico crítico.⁷⁷

Neste viés, também se configura a existência de um duplo caminho na *educação ambiental*, que estando atrelada ao sistema societário capitalista influi sobre o processo da produtividade material e delinea ações comportamentais que se distanciam de uma formação consciente sobre *a natureza* como meio para a construção de uma sociedade ambientalmente sustentável. Essa dinâmica pontua cada vez mais a necessidade de sua superação, com rupturas e investimentos diversos neste campo, “[...] seja através de tecnologias, da intensificação dos processos de educação ambiental ou mesmo da incorporação de indicadores socioambientais nas atividades mercantis, como expressão das iniciativas de integração de fatores econômicos, ambientais e sociais [...]” (SILVA, M. das G., 2010, p. 45).

Porquanto, é notável a importância de se pensar novas dimensões, trajetórias e paradigmas de vida por meio do processo educativo para o exercício de influências disruptivas da realidade que nos cerca, no sentido de buscar a construção de uma sociedade sustentável, justa, solidária e democrática.

Segundo Giometti (2017, p. 20,132), a *educação ambiental* “[...] surge como um caminho rico a ser trabalhado no que diz respeito à cidadania, à mudança de paradigmas e percepção de mundo, principalmente no ambiente escolar [...]”, com percepções de que na *educação superior* “[...] o papel da universidade é a implementação da pesquisa e a construção e transmissão do conhecimento, a recuperação de informações e a formação de uma nova cultura que contemple procedimentos e tecnologias compatíveis com o desenvolvimento sustentável.”. A autora é contundente quando afirma que deve-se ampliar, com isso, as possibilidades do rompimento de uma base educacional de linhagem comportamental para outra que venha difundir a formação de sujeitos ecológicos críticos e educadores, para que multipliquem esta ideia enquanto dimensão educativa.

Não obstante, apreender os fundamentos da *questão socioambiental* perfaz a uma leitura da realidade conjuntural, em que a *educação ambiental no Ensino Superior* passa a ser elementar para transcorrer sobre esse processo na formação qualificada de profissionais destinados ao exercício da cidadania e do trabalho na esfera social. Refere-se à possibilidade

⁷⁷ “Os processos de formação de uma consciência ecológica passam [...] pela história do movimento ecológico e da própria Educação Ambiental. A tomada de consciência do problema ambiental tem que ver também a crescente visibilidade e legitimidade dos movimentos ecologistas que vão ganhando força e conquistando adeptos para um núcleo de crenças e valores que apontam para um jeito ecológico de ser, um novo estilo de vida, com modos próprios de pensar o mundo e, principalmente, de pensar a si mesmo e as relações com os outros neste mundo.” (CARVALHO, 2012, p. 65).

de se estabelecer, uma formação profissionalizante na prática cotidiana, de uma relação entre aprendizagem de conhecimento teoricamente sistematizada e de questões da vida como sendo um potencial transformador da realidade que nos cerca.

2.3 A formação profissional em Serviço Social

Para refletir sobre a estruturação e organização do processo de formação profissional em Serviço Social como parte da educação do Ensino Superior, denotamos que a condução da política de educação está amplamente regulamentada em Leis, das quais se vê sancionadas o seu reconhecimento e a normatização das diretrizes curriculares e projetos pedagógicos que qualificam o seu direcionamento para os cursos considerados de nível superior e o exercício técnico-operativo da profissão na esfera da vida social.

No leque das profissões consideradas de Ensino Superior existentes na sociedade, indubitavelmente a gênese da profissão do Serviço Social transpassa o seu reconhecimento e expande-se mundialmente no decorrer do movimento sócio-histórico e ideo-político da sociedade capitalista, com maior visibilidade no cenário pós-guerra. A profissão passa a ser compreendida pelo significado social investigativo e interventivo pertencente à área do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas, ao ser designada “[...] *pelas agências públicas oficiais de fomento à pesquisa e inovação tecnológica*, conquista pioneira no Serviço Social latino-americano.” (IAMAMOTO, 2017, p. 21, grifo do autor).

Quanto à história da profissão do Serviço Social no Brasil, tivemos a sua emersão no decorrer da década de 1930, período correspondente aos marcos do capitalismo monopolista brasileiro. É no contexto social, político e econômico das reivindicações populares daquela época por melhores condições de trabalho e justiça social, que se circunstanciou a conjuntura para a institucionalização das bases organizacionais que vieram a implantar o processo de formação em Serviço Social no país.⁷⁸

A primeira Escola de Serviço Social brasileira foi criada em 1936, em São Paulo, e, no ano seguinte houve a implantação do curso no Rio de Janeiro, por intermédio da inspiração do Centro de Estudos de Ação Social e pelo vínculo com a Igreja Católica. A profissão foi

⁷⁸ “O Serviço Social foi uma das primeiras profissões da área social a ter aprovada sua lei de regulamentação profissional, a Lei 3.252 de 27 de agosto de 1957, posteriormente regulamentada pelo Decreto 994 de 15 de maio de 1962. Foi esse decreto que determinou, em seu artigo 6º, que a disciplina e fiscalização do exercício profissional caberiam ao Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS) e aos Conselhos Regionais de Assistentes Sociais (CRAS)”. Passando depois a ser alterados o CFAS e CRAS no artigo 6º, da atual Lei n. 8.662/1993 que regulamenta a profissão, para respectivamente, Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) (CFESS, [2020]).

gradativamente expandindo-se pelo país e desenvolveu-se regida por um conjunto de atividades que foram sendo legitimadas com o passar do tempo e, similarmente, passaram a ser reconhecidas dentro da divisão sócio-técnica do trabalho. Nesse processo, consagraram-se as características da profissão e as suas configurações societárias hegemônicas eram delimitadas por influências teóricas e práticas profissionais de origens europeias e norte-americanas, que continham no interior da profissão uma estruturação de ordem fundamentalista e de base religiosa da doutrina social da Igreja Católica. A sua objetividade inicial buscava atender às demandas políticas e sociais emergentes da classe dominante capitalista que, conjuntamente com o Estado, tinha como funcionalidade implementar uma série de ações políticas e práticas sociais para a garantia do domínio da classe trabalhadora por um viés de controle social e ideológico (CASTRO, 2011, p. 104, 109).

A análise da gênese da profissão e a sua inserção no universo do valor transcorre historicamente por um amplo processo de reconceituação profissional no Serviço Social, em que se foram delineando conceitos, renovação e rupturas acerca da sua fundamentação pedagógica⁷⁹. Inicialmente, as bases curriculares da formação profissional estavam calcadas em um aspecto conservador da Igreja Católica e da ordem social dominante⁸⁰. Mas, foi no movimento de consolidação do projeto profissional que a categoria de assistentes sociais reestruturou o Serviço Social, tendo o seu marco no Congresso da Virada em 1979, pois, nesse evento, a profissão torna-se totalmente laica, rompe com o tradicionalismo, redefine as suas diretrizes curriculares e passa a ser considerada pertencente das Ciências Sociais Aplicadas.

Isso foi resultado de um período de grande efervescência política e intelectual ocorrida no Serviço Social brasileiro durante a vivência do contexto da ditadura frente às lutas e aos processos para a redemocratização política no país, em que a ABESS⁸¹ e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO) protagonizou debates sobre a formação do assistente social no Brasil. Esse movimento deu origem às amplas revisões relacionadas aos

⁷⁹ A formação em Serviço Social no Brasil constituiu-se das propostas curriculares de 1953, 1970, 1982 e 1996.

⁸⁰ O conservadorismo no Serviço Social moderniza-se sob a matriz positivista e adota a perspectiva humanista e funcionalista para análise e compreensão das relações sociais estabelecidas no contexto brasileiro. A intervenção profissional buscava promover a adequação dos indivíduos desajustados à sociedade, que era compreendida como um sistema funcional e adequado. Realizava uma “[...] prática humanitária, sancionada pelo Estado e protegida pela Igreja Católica, como uma mistificada ilusão de servir [...]” (MARTINELLI, 1999, p. 57).

⁸¹ ABESS — Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social foi criada em 1946, uma década após a instalação do primeiro curso de Serviço Social no Brasil, para garantir a qualidade do processo de formação profissional, estimular a pesquisa, atualizar os conteúdos disciplinares e consolidar uma política de formação no âmbito da profissão. Em 1987, ganha suporte acadêmico científico com a criação do CEDEPSS — Centro de Documentação em Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social, que após um cenário marcado por mudanças, no ano de 1998, vieram a fundir-se na vigente ABEPSS — Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

conteúdos da formação e a reformulação do Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social, sendo aprovado pelo Conselho Federal de Educação através do MEC, em 1982.

No clamor do período de efervescência política, o currículo de 1982 do curso de Serviço Social foi aprovado como fruto de um processo de revisão curricular promovido pela então Abess, em 1979, tendo como marco a XXI Convenção Nacional da Abess. Dessa forma, ficou estabelecido, para implantação do novo currículo em todas as unidades de ensino, o prazo máximo de agosto de 1984. (PORTES; PORTES, 2017, p. 216).

As características elementares da profissão do Serviço Social, de tal modo, foram sendo constituídas no preâmbulo das dimensões acadêmico-profissional existentes no contexto sócio-histórico da América Latina, ao apreender o próprio *significado social da profissão* nesse continente. Os seus moldes detêm uma qualificação específica generalista para atender às necessidades sociais frente ao capital, dispondo do desenvolvimento de suportes intelectuais e materiais para sua realização. E, nesse universo, o trabalho profissional passa a ser utilizado como uma das respostas às demandas sociais produzidas pelo sistema capitalista de produção, de onde essa força de trabalho qualificada também é mercantilizada.

Posteriormente, na década de 1990, a formação profissional no âmbito do Serviço Social passou a ser alvo de revisões curriculares, devido à necessidade de acompanhar às transformações societárias contemporâneas. Por ora, a profissão decorre de um sistema de regulação social ancorado diretamente a um projeto de formação profissional, na qual fundamenta-se os princípios e diretrizes da *formação em Serviço Social*. Princípios esses que, estão alicerçados nos referenciais teórico-metodológicos e ético-políticos decorrentes da *Teoria Social Crítica, do Projeto Ético-Político Profissional, e, do Código de Ética do Assistente Social*, previstos na Lei de regulamentação da profissão, n. 8.662, de 07 de junho de 1993, nas Diretrizes Curriculares definidas pela ABEPSS (1996) e estabelecidas pelo MEC, através da Resolução CNE/CES 15, de 13 de março de 2002 (BRASIL, 2002).⁸²

Os direcionamentos profissionais que foram sendo constituídos na legislação da categoria possuem a objetivação de orientar e suprir a defesa de um amplo processo de formação profissional pautada em características como: qualidade, rigorosidade, publicidade e

⁸² A aprovação das Diretrizes Curriculares de 1996 foram resultantes de um amplo movimento ocorrido a partir da década de 1990, envolvendo as 72 Escolas de Serviço Social brasileiras (1993-1996) e que culminou na aprovação das novas “Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social” pela CEDEPSS/ABESS em face a reformulação do Currículo Mínimo vigente na formação profissional desde 1982. Com base na regulamentação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB), e, também no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, que tem sido permitido a alteração da educação no Brasil, em todos os níveis, com destaque para a educação superior e, com isso, para os cursos de graduação em Serviço Social, hoje inseridos nas IES/UFA de todo o país.

gratuidade nos cursos bacharelados e diplomados de graduação e pós-graduação (*latu e stricto senso*) em Serviço Social.

Deste modo, os avanços conquistados na década de 1990, atribuíram um novo significado social à profissão, propiciaram a categoria profissional o rompimento com o conservadorismo no Serviço Social, alicerçados em bases concretas para o enfrentamento das novas demandas da sociedade, possibilitando a formação de Assistentes Sociais não apenas instrumentalizados, mas capacitados também com uma formação teórico-metodológica crítica e capaz de garantir a compreensão da realidade vivenciada e comprometido com valores e princípios éticos visando a construção de uma nova sociedade. (GIOMETTI; LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 61-62).

Na busca de se compor estratégias para a realização conjunta do *trabalho e formação profissional*, a categoria de assistentes sociais foi, ao longo da sua história traçando o entendimento de que é preciso constituir o aporte acadêmico-profissional embasado a uma leitura de base crítica da realidade social. A sua finalidade transmuta-se em compreender o movimento contraditório e complexo do processo que emoldura a (re)produção das relações sociais da vida em sociedade, para assim, ser extraída a fundamentação de teorias e práticas sociais, para qual o propósito deva contribuir para o exercício da práxis social na profissão.

A solidificação da instrumentalidade profissional contida nas competências e atribuições teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa é essencial para construir novas bases de fortalecimento do seu significado sociopolítico e profissional contra as raízes de visões unilaterais conservadoras para poder avaliar e deter perspectivas de uma intervenção profissional no interior de cada espaço sócio-ocupacional, já que,

Desde a década de 1980, vimos afirmando ser o Serviço Social uma especialização do trabalho da sociedade, inscrita na divisão social e técnica do trabalho social, o que supõe afirmar o primado do trabalho na constituição dos indivíduos sociais. Esta orientação é distinta da prioridade do mercado, tão cara aos liberais. Indagamos sobre significado social do Serviço Social no processo de produção e reprodução das relações sociais, numa perspectiva de totalidade histórica (Iamamoto e Carvalho, 1982). [...] nas três últimas décadas, construímos coletivamente um patrimônio sociopolítico e profissional que atribui uma face peculiar ao Serviço Social brasileiro no cenário da América Latina e Caribe e no circuito mundial do Serviço Social. *O núcleo desse patrimônio é compreensão da história a partir das classes sociais e suas lutas, da centralidade do trabalho e dos trabalhadores. Ele foi alimentado teoricamente pela tradição marxista — no diálogo com outras matrizes analíticas — e politicamente pela aproximação das forças vivas que movem a história; as lutas e movimentos sociais.* (IAMAMOTO, 2014, p. 610, 613, grifo do autor).

O desdobramento que tange a definição de *trabalho e formação profissional* na área do Serviço Social, de tal maneira, implica uma apreensão dos elementos estruturais constitutivos da sociedade, bem como das condições objetivas e subjetivas que envolvem os processos de formação e o exercício dos profissionais na contemporaneidade. É uma tarefa desafiadora, mas necessária, pois, requisita-se contundência na qualificação profissional durante o curso de

graduação e a compreensão da dinâmica contraditória em que circunscreve o próprio Serviço Social. Isto é, exigir-se-á uma leitura sobre o *modo de vida* contido na *realidade social* que nos cerca através dos moldes do sistema capitalista e dos seus rebatimentos para o trabalho profissional inserido nas diferentes áreas de atuação.

Esse modo de vida implica contradições básicas: por um lado, a igualdade jurídica dos cidadãos livres é inseparável da desigualdade econômica derivada do caráter cada vez mais social da produção, contraposta à apropriação privada do trabalho alheio. Por outro lado, ao crescimento do capital corresponde a crescente pauperização relativa do trabalhador. Esta é a lei geral da produção capitalista, que se encontra na gênese da ‘questão social’ nessa sociedade. São essas forças contraditórias, inscritas na própria dinâmica dos processos sociais, que criam as bases reais para a renovação do estatuto da profissão conjugadas à intencionalidade dos seus agentes. (IAMAMOTO, 2014, p. 617, grifo do autor).

O novo véis da formação profissional dispôs as *diretrizes curriculares* para o ensino do curso de Serviço Social, sendo instituído um arcabouço teórico-prático para a qualificação de assistentes sociais. O movimento findou a aprovação pela reestruturação da formação acadêmica-profissional, que demarcou um momento imprescindível para o delineamento curricular de novas competências e atribuições aos assistentes sociais. Foram impactos ocorridos mediante a conjuntura contemporânea, pelos processos de mudanças nos padrões de acumulação e na regulação da vida social, que exigiram um redimensionamento das formas de pensar e do agir profissional diante dos desafios e das possibilidades emergentes no cotidiano de trabalho, os quais determinaram novas requisições dos profissionais.⁸³

É no contexto social, em que se insere o Serviço Social, que ocorreram avanços e conquistas da categoria profissional quanto aos processos de *trabalho e formação profissional*. Porém, isso tem sofrido controvérsias frente à dinâmica das relações sociais vigentes, com demarcações polarizadas de um duplo e contraditório debate das vertentes conservadoras no interior da profissão, que ocorrem pela “[...] precarização das condições de trabalho e da formação profissional, pela falta de preparo técnico e teórico, pela fragilização de uma consciência crítica e política [...]” (BARROCO, 2011, p. 212). Essa condicionalidade está correlacionada aos processos macroeconômicos, que conduzem o Ensino Superior a uma definição estrutural da formação acadêmico-profissional direcionada ao mercado de trabalho, refletindo na oferta e qualidade dos cursos de graduação em Serviço Social.

⁸³ O florescimento de um processo de lutas democráticas, cuja visibilidade no cenário político só se dá no último quartel da década de 1970, condiciona, fundamentalmente, o horizonte de preocupações emergentes no âmbito do Serviço Social com alterações *nos campos do ensino, da pesquisa e da organização político-corporativa do assistentes sociais*. (IAMAMOTO, 2017, p. 26, grifo do autor).

A quantidade dos cursos existentes no país e os níveis de qualidade acadêmica-profissional na esfera do Serviço Social, são uma preocupação da categoria e agências de regulamentação profissional, para que haja garantia quanto às exigências acadêmicas necessárias de seu desempenho no campo educativo, já que os processos de formação profissional vêm sofrendo cada vez mais com os impactos da reestruturação do sistema de educação brasileiro. Podemos presenciar, nessa acepção, indicadores que demonstram a estagnação dos investimentos na Educação Superior pública e gratuita, em face às políticas educacionais de cunho mercadológico, ampliando majoritariamente a oferta dos cursos na modalidade privada e de Ensino à Distância (EAD).

*A formação em Serviço Social é de nível superior desde suas origens, sendo que a partir da década de 1970 foi inscrita no circuito universitário. Dispõe de diretrizes curriculares nacionais para o ensino de graduação propostas por nossas entidades representativas (Abess/Cedepss, 1996), aprovadas e reguladas pelo Estado. Elas norteiam os 567 cursos de graduação autorizados em agosto de 2012, 518 dos quais são privados (91,4%) e 49, públicos (8,6%). Os 230 cursos à distância são exclusivamente privados e correspondem a 44,4% do conjunto dos cursos privados, enquanto os presenciais somam 288, ou seja, 55,6% dos cursos privados. [...] A pós-graduação stricto sensu na área de Serviço Social encontra-se consolidada com 52 cursos de pós-graduação em 2016, sendo 34 de mestrado e dezoito de doutorado, todos de caráter acadêmico, com ênfase em *Serviço Social, políticas públicas e políticas sociais*, segundo dados da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento do Ensino Superior (Capes). Não existem mestrados profissionais reconhecidos. Aliam-se cursos de especialização de nível de pós-graduação *lato sensu*. (IAMAMOTO, 2017, p. 612, grifo do autor).*

Entende-se, assim, que o nível acadêmico-profissional ofertado na Educação Superior, quando assim caracterizado, demonstra estar interligado por fatores que são determinados na estruturação dos projetos societários liberais, além de vislumbrarem-se como parte resultante da *questão social e suas múltiplas expressões*. Assim, esse vetor contido na esfera social torna-se diretamente objeto fundante do processo de formação e do próprio trabalho profissional em Serviço Social.

O conjunto de dadas manifestações sociais originadas no cerne da *questão social* são decorrências das problemáticas da (re)produção das relações sociais capitalistas, descritas nos reflexos constitutivos da desigualdade social, econômica, política como também a cultural. Os seus impactos podem exercer influência na própria definição do perfil dos trabalhadores e na construção formativa da identidade dos profissionais na esfera social.

Um profissional dotado de fragilidades no processo ensino-aprendizagem durante a sua formação acadêmica-profissional tende a aceitar e naturalizar a conjuntura processual da realidade das demandas sociais emergentes, sem maiores questionamentos no que diz respeito os condicionantes da estrutura societária vigente. Porquanto, esse profissional qualificar-se-á na

prática cotidiana dificuldades para o desenvolvimento de planos de investigações e intervenções estratégicas, para que sejam concernentes a enfrentamentos propositivos e necessários nos espaços sócio-ocupacionais. Dessa forma, o profissional desempenhará ações de cunho imediatistas a uma lógica que poderá direcionar a própria reprodução e manutenção da ordem desigual que fundamenta a sociedade capitalista.

Para Sá (1995, p. 25) a compreensão da história está direcionada a projeção dos estatutos da formação em Serviço Social é algo elementar para destoar de sua emersão na sociedade brasileira, o que presume deter maior precisão de um olhar aprofundado sobre a relação existente no processo do conhecimento da própria evolução da profissão no país, no que se refere às questões: “*gênese, estrutura e desenvolvimento*” como sendo essenciais para a formulação da fundamentação básica do currículo mínimo da formação profissional.

Ao longo dos seus 84 anos de existência, o Serviço Social brasileiro, vem buscando construir e consolidar esse processo no interior de um projeto profissional pautado na perspectiva crítica, para que se possa configurar o trabalho e a formação profissional, atentando-se ao *significado social da profissão* e a compreensão quanto às exigências, habilidades, qualificações, competências, atribuições e requisições profissionais, especialmente, a partir da apreensão do Serviço Social inserido no contexto da (re)produção das relações sociais da sociedade capitalista contemporânea, que, hoje, podemos depreendê-la também fundamentada na *questão socioambiental e suas múltiplas expressões*.

Para tanto, a prática acadêmica na educação de Ensino Superior para o quadro das fundamentações da profissão, prevê como essencial a regulação do nível dos cursos ofertados na área do Serviço Social por meio de uma direção que seja capaz de promover qualidade para a formação dos profissionais durante a graduação. Por isso, acrescenta-se à atuação das agências de fomentos governamentais junto aos órgãos da categoria de assistentes sociais (CRESS, CFESS, ABEPSS) como precursores condutivos para esses processos na formação, com pautas para as diretrizes curriculares e os formatos de projetos pedagógicos como meio de atender às necessidades gerais, prezando por uma avaliação periódica dos seus feitos.

Quando nos deparamos com uma amostragem que ilustra a dimensão acadêmica-profissional de uma dada formação de nível superior em vigor, poderemos nesse âmbito traçar o conhecimento e a realidade do tipo de ensino acadêmico existente naquele processo de formação profissional. De tal modo, temos que “A apreensão das totalidades parciais do conhecimento e do currículo do Serviço Social em movimento coloca-nos diante de uma questão fundamental: Como e a partir de quais elementos iremos buscar a gênese e a configuração das estruturas?” (SÁ, 1995, p. 37).

Nesse sentido, devemos apreender as variáveis do currículo mínimo que as qualificam nos cursos de graduação e pós-graduação (*latu e stricto sensu*) de Serviço Social, por trazer consigo o empenho para o aprimoramento da profissão, detendo possibilidades de críticas para aprofundar o debate acerca do trabalho e a formação dos assistentes sociais. Investigar os percursos e suas estruturas de formação correspondentes as propostas curriculares e pedagógicas do curso tem sido importante exercício para a ABEPSS, como meio para garantia da qualidade que se objetiva no processo formacional no ato da graduação dos acadêmicos no Ensino Superior, para tornarem-se profissionais aptos ao exercício prático da profissão nos espaços sócio-ocupacionais.

Um desafio permanente da Associação é acompanhar a implantação das Diretrizes Curriculares e da PNE nesse cenário regressivo de direitos e de grande inserção do capital financeiro na educação, o que tem promovido um amplo processo de precarização da formação e do trabalho profissional. Isso envolve pensar um processo de formação continuada que venha a atingir os docentes, discentes e supervisores de campo de todas as universidades e/ou faculdades que tenham em seu quadro o curso de graduação em Serviço Social. Os espaços formativos e fóruns da ABEPSS são pois espaços fundamentais e estratégicos para o fortalecimento da formação profissional de maneira a assegurar que a implementação das Diretrizes não seja fraturada em seus elementos mais relevantes, e para que seus fundamentos não sejam diluídos em seus aspectos mais importantes; para que o estágio se consolide como espaço formativo que contemple reflexão, sistematização e acompanhamento dos supervisores de campo e acadêmicos conforme prevê a PNE. (ABEPSS, [2020]).

O perfil das organizações educacionais de Ensino Superior nessa concepção irá demonstrar o processo da gênese e as condições estruturais da profissão como meio de garantir a qualidade dos cursos ofertados. Para isso, analisar as políticas de educação e os modelos universitários em questão são essenciais para nortear a constituição dos processos de formação das profissões de nível superior e profissionalizante. Assim, os espaços de fortalecimento e estratégias por meio de dinâmicas acadêmicas entre professores, estudantes e profissionais servirão como suportes para assegurar a implementação de diretrizes curriculares e pedagógicas, ao abarcar o cumprimento das exigências legais contidas nas disciplinas que são consideradas fundamentais e dos conteúdos transversais, no que se refere os níveis de qualidade e os seus desafios atuais na academia.

2.3.1 Inserção da questão socioambiental na formação profissional

O cenário contemporâneo da sociabilidade capitalista, sob a projeção neoliberal, vem condicionando um processo de internacionalização da economia a partir da égide assimétrica do mercado financeiro. Os resultados de suas frações retratam a polarização das expressões da

questão social e o distanciamento do Estado de suas responsabilidades sociais. “Como sabemos a questão social permeia a sociabilidade da sociedade de classes e seus antagonismos constituintes. Envolve disputa social, política e cultural em confronto com as desigualdades socialmente produzidas.” (YASBEK, 2014, p. 683). São essas configurações que possuem processos indissociáveis entre si na sociedade, para onde detêm as demandas adjacentes que compõem a emergência do *trabalho profissional do Serviço Social*.

A compreensão dos processos sociais que viabilizam a construção do projeto profissional do Assistente Social é constituído no contexto dos alinhamentos da formação dos profissionais demarcados desde abordagens teórico-metodológicas de cunho conservadores até o seu redirecionamento pelo viés da teoria social crítica⁸⁴. Neste âmbito, o Código de Ética de 1993 e o projeto ético-político da profissão direcionam a habilidade intelectual do profissional, que, na ótica crítica, deve ser compreendida na articulação indissociável entre a teoria e a prática, rompendo com a visão endógena da profissão, o que requisita um pensar constante da categoria sobre *trabalho e formação profissional* como parte de uma capacidade para além dos muros da universidade, constituído num processo desenvolvido durante a graduação.

As configurações dos desempenhos da profissão nos espaços institucionais são emolduradas pela realidade social interposta na sociedade, através dos parâmetros difundidos na produção e reprodução das relações sociais capitalistas, de onde determinam as expressões da questão social, objeto de atuação dos assistentes sociais que se entrepõe no *exercício dos profissionais* em face às necessidades do mercado profissional de trabalho, das demandas, exigências e requisitos qualificados de resoluções interventivas no campo social.

Assim, *trabalho e formação profissional* encontram-se estreitamente conectados em resposta a um desafio comum: o seu enraizamento na história contemporânea, de modo que qualifique o desempenho do assistente social e torne possível a atualização e a adequação do projeto ético político do Serviço Social aos novos tempos, sem abrir mão de seus compromissos com a construção da cidadania, a defesa da esfera pública, o cultivo da democracia, parceria da equidade e liberdade. (IAMAMOTO, 2005, p. 11, grifo do autor).

Logo, as expressões da *questão social* detêm suas particularidades nos fenômenos singulares da vida social, que vão ganhando novas formas na cena contemporânea com as transformações do mundo capitalista. Para além disso, também o faz na mesma proporção com a *questão ambiental* ao deter na sociedade o processo mercadológico (re)produtivo por meio das ações antrópicas, numa via de destrutividade do meio ambiente.

⁸⁴ “Essa realidade ganha visibilidade possibilitando um novo processo de recriação da profissão, ‘em busca de sua ruptura com o histórico conservadorismo e do avanço da produção de conhecimento, nos quais a tradição marxista aparece hegemonicamente como uma das referências básicas’.” (YAZBEK, 2000, apud PIANA, 2009, p. 99).

Os reflexos dessa questão na vida social rebatem sobremaneira na qualificação profissional do Serviço Social, pois os seus pressupostos profissionais transitam desde conotações teóricas ao enraizamento da profissão na realidade, na qual se definem os papéis e contribuições técnicas do trabalho profissional. Isso se deve a uma bagagem epistemológica delineada em uma *formação profissional* crítica e de qualidade, a qual possibilitará o protagonismo do exercício ancorado por alternativas estratégicas na prática profissional.

O Serviço Social possui uma natureza técnica, educativa, investigativa, interventiva e de inserção na divisão sócio-técnica do trabalho. O engajamento da profissão no campo social vai depender da *dimensão política* do trabalho dos assistentes sociais⁸⁵, de onde os equívocos profissionais dispõem do caráter *contraditório* das demandas que fundaram a profissão e por ser contradições que não derivam do profissional, mas sim do processo das determinações contidas nas relações sociais capitalistas, que podem configurar-se em interesses antagônicos, distintos dos interesses da população. “A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes — alienação, contradição, antagonismo —, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.” (MARTINELLI, 2011, p. 156).

A superação de tais entraves profissionais reescreve os pressupostos do projeto da profissão do Serviço Social por meio do processo de *formação profissional*. O direcionamento de propostas curriculares se torna extremamente importante, devendo conter um conjunto de fundamentos que articulem a construção de conhecimentos e habilidades profissionais, para que possam traçar a qualificação de uma visão redimensionada do exercício dos profissionais e ultrapassar os limites sócio-históricos do processo de formação na caracterização da sua identidade, em consonância com o debate exercido sobre a própria prática no *trabalho profissional*. Isso ocorre porque “A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional.” (ABEPSS, 1996, p. 8).

É na política educacional do Ensino Superior, que as universidades, faculdades, centros educacionais e institutos tornam-se um espaço representativo do ensino, contendo atribuições, mecanismos legais e pedagógicos para a regulamentação do processo da *formação profissional*

⁸⁵ “O movimento das classes fazem a política, e se os indivíduos são jogados em seus espaços privados e na insegurança que decorre da privação do espaço público, corremos o risco de não termos política, mas apenas administração, que pode ser inclusive de alta qualidade técnica. Risco que corremos: sermos bons gestores despolitizados.” (YASBEK, 2014, p. 680).

dos assistentes sociais⁸⁶. Por meio da educação, existe a possibilidade de se criar estratégias compostas por princípios e diretrizes curriculares que vão dimensionar o desenvolvimento do conhecimento acadêmico-profissional como parte do processo científico, pela qual irá determinar o percurso formativo da profissão.

[...] o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida ‘sociedade de produtores livremente associados’. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a ‘efetiva transcendência da autoalienação do trabalho’ seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional. (MÉSZÁROS, 2008, p. 65, grifo do autor).

Esse espaço é previamente qualificado para o desenvolvimento do curso de Serviço Social, com possibilidades para o exercício da prática acadêmica e de matérias formativas para o seu desempenho, que “[...] como áreas de conhecimento necessárias à formação profissional, podem ser tratadas em *disciplinas, seminários temáticos, oficinas, laboratórios, atividades complementares, como monitorias, pesquisa, extensão, intercâmbios etc.*” (IAMAMOTO, 2005, p. 73, grifo do autor). A autora também menciona a maturação do debate da *ética profissional e a supervisão acadêmica do estágio e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)* como essenciais para delinear esse processo.

Diretrizes estas que estabeleçam um patamar comum, assegurando, ao mesmo tempo, a flexibilidade, descentralização e pluralidade no ensino em Serviço Social, de modo a acompanhar as profundas transformações da ciência e da tecnologia na contemporaneidade. Os novos perfis assumidos pela questão social frente à reforma do Estado e às mudanças no âmbito da produção requerem novas demandas de qualificação do profissional, alteram o espaço ocupacional do assistente social, exigindo que o ensino superior estabeleça padrões de qualidade adequados. (ABEPSS, 1996, p. 4).

Sobremodo, os princípios e diretrizes curriculares norteiam as concepções da formação, com implicações da capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para possibilitar o acesso de seus pressupostos de formação, na apreensão dos processos sócio-históricos, das demandas consolidadas e emergentes, do significado social da profissão, do exercício das competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor.

⁸⁶ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação — Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, atribui às universidades a responsabilidade de organizar as Diretrizes Curriculares em substituição aos currículos mínimos; no Serviço Social foram construídas no coletivo da categoria por meio da Associação Brasileira de Educação e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A formação profissional em Serviço Social torna-se um processo de ordem generalista no âmbito da graduação, de onde deve ser apreendida a instrumentalidade⁸⁷ (conhecimentos, informações, técnicas, habilidades) que dimensiona a práxis social no que concerne a materialização e a articulação dos aportes teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo da profissão, “[...] no sentido de contribuir para desvendar a realidade — superando a aparência dos fenômenos — e, de forma dialética, apontar possibilidades teórico-práticas para que a ação profissional caminhe na direção do projeto ético-político.” (NUNES, 2018, p. 25).

De tal maneira, a profissão constitui-se para viabilizar suas ações frente aos fenômenos sociais resultantes do processamento do sistema econômico, na qual vem intensificando a *desigualdade* corporificada na *pauperização social e na degradação ambiental* e entre outras projeções aparentemente contraditórias. Sob um sistema que gera dependência, dominação e superexploração do trabalho humano, essa dinâmica afeta especialmente as nações subdesenvolvidas, assim como, os países da América Latina. Com efeito, suas diversas refrações vêm se constituindo em um novo desafio à categoria profissional dos assistentes sociais, pois no campo social se apresentam possibilidades de ações em prol das demandas advindas da *questão socioambiental* e encerram-se afirmando a necessidade de a categoria qualificar a sua inserção no debate acerca dessa temática emergente.

Uma vez *entendido e incorporado na proposta pedagógica* enquanto um tema que integra as discussões de outros conteúdos curriculares do curso e considerando que a teoria social crítica orienta o projeto de formação do assistente social, reforça-se que é necessário que esta categoria compreenda que quando abordada a partir da radicalidade histórica a questão socioambiental contribui para uma compreensão crítica da realidade e das faces do modo de produção capitalista. (NUNES, 2018, p. 350, grifo nosso).

Numa perspectiva dialética e crítica, sem deixar de considerar as correlações de forças interpostas na conjuntura atual e a relativa autonomia da profissão, suscita a sua incorporação identificar intervenções profissionais nessa área, com contribuições para o fortalecimento da formação profissional e a organização política dos assistentes sociais. Assim, considera-se que a profissão precisa absorver o viés socioambiental no processo de formação, para desenvolvê-lo em sua agenda e ampliar pautas de enfrentamentos vinculadas ao direito sustentável à terra, à cidade e à moradia; junto dos movimentos sociais, dos trabalhadores e das comunidades

⁸⁷ “Há algo que precede a discussão de instrumentos e técnicas para a ação profissional, que no nosso entendimento refere-se à sua *instrumentalidade*, ou melhor, à dimensão que o componente instrumental ocupa na constituição da profissão. Para além das definições operacionais (o que faz, como faz), necessitamos compreender ‘para que’ (para quem, onde e quando fazer) e analisar quais as consequências que no nível ‘mediato’ as nossas ações profissionais produzem.” (GUERRA, 2011, p. 30, grifo do autor).

tradicionais; na luta contra apropriação dos bens públicos e para o acesso igualitário aos bens socialmente produzidos.

A inserção da questão socioambiental na formação profissional identifica-se pela possibilidade de o Serviço Social integrar o escopo das profissões capacitadas a oferecerem respostas ao acirramento da *questão socioambiental e suas múltiplas expressões*, numa perspectiva de *trabalhos multi e interdisciplinares*. Logo, faz-se necessário abrir e abarcar a contextualização dessa temática em nossas pesquisas, metodologias e práticas profissionais entremeio ao arcabouço de fundamentos teórico-metodológicos contidos no processo de formação, para que suas bases formativas desenvolvam o enfoque na interlocução da emancipação humana com a natureza no percurso da incorporação de seus processos no exercício do *trabalho profissional*.

Conforme destacamos anteriormente, o Serviço Social passa a integrar o escopo de profissões interpeladas a oferecerem respostas ao agravamento da ‘questão ambiental’, a partir de uma forte mediação da educação ambiental, embora a mobilização e organização das comunidades de usuários dos serviços institucionais também integrem as demandas postas à profissão. (SILVA, M. das G., 2010, p. 157, grifo do autor).

Sobremaneira, ao destacarmos as demandas da *questão socioambiental* como parte do cotidiano profissional, abrir-nos-emos para novos pressupostos no processo da *formação profissional* dos assistentes sociais, como, também, ampliaremos os ideais norteadores do *projeto ético-político do Serviço Social*, o qual ancora a defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação e riqueza socialmente produzida; pela ampliação da equidade e justiça social; para disseminação da liberdade concebida como autonomia, emancipação e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais; e, por fim, pela a superação da hegemonia da ordem capitalista.

Neste sentido, torna-se imprescindível reconhecer a *formação profissional* calcada por um *viés socioambiental*, sendo fundamental que os profissionais, docentes e estudantes do Serviço Social compreendam que direta ou indiretamente os processos sociais e ambientais encontram-se indissociáveis na esfera da vida social, sendo parte indispensável para que o percurso da formação faça a apreensão do contexto societário e do processo de trabalho do Serviço Social interposta na conjuntura da sociabilidade capitalista.

O processo de trabalho do Serviço Social é determinado pelas configurações estruturais e conjunturais da questão social e pelas formas históricas de seu enfrentamento, permeadas pela ação dos trabalhadores, do capital e do Estado, através das políticas e lutas sociais. (ABEPSS, 1996, p. 5).

Assim, os profissionais não devem fechar os olhos para a *questão socioambiental e suas múltiplas expressões*; pelo contrário, devem dar-se conta do quanto é importante estabelecermos essa correlação, de realizar a incorporação de práticas de mediação entre “o ecológico e o social”, destrinchando suas particularidades e singularidades para conhecer a realidade que nos cerca em sua totalidade. Por essa razão, não devemos ser reducionistas, “*enxergar só o social*”, fragmentar nosso pensamento, separando os indivíduos sociais da sua relação com a natureza. Devemos nos abrir no processo de *trabalho e formação profissional* frente a essa emblemática *questão*, compreendendo que o social e o ambiental estão interligados e “[...] *que para a grave crise instaurada sobre o mundo depende da instauração de uma harmonia socioambiental.*” (LACERDA; SILVA, 2008, p. 82, grifo nosso).

Essa inserção no processo de *formação em Serviço Social* não pode desconsiderar que a sua avaliação precisa ter maior visibilidade e aprofundamento nessa esfera. Reforça-se a importância de se materializar e articular o seu cerne nas dimensões da formação (ensino, pesquisa e extensão) e nas matérias de fundamentação constitutivas na formação, previstas como diretrizes curriculares, principalmente, no que concerne ao embasamento dos fundamentos teórico-metodológicos da vida social, dos fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade e dos fundamentos do trabalho profissional. (NUNES, 2018, p. 26).

Nesse processo de formação, também se destaca a premência da supervisão de estágio curricular como um espaço do ensino e aprendizado no âmbito da formação. Ou seja, o campo de estágio se constitui um fundamental instrumento da área formativa, por meio do qual o estudante poderá apreender a análise crítica e a capacidade investigativa, interventiva e propositiva frente ao contexto social em que a profissão se encontra inserida. Assim, a existência e abertura de campos de estágio que tenham profissionais que atuam na perspectiva socioambiental são de extrema importância para esse processo, posto que o estágio supervisionado em Serviço Social deve oportunizar “[...] não somente aproximações no processo de capacitação teórico-metodológica para o exercício profissional, mas também o conhecimento das diferentes relações que compõem o complexo tecido social.” (OLIVEIRA, C. A. H. S., 2004, p. 67), pois se deve levar em consideração que:

[...] sua operacionalização envolve um conjunto de sujeitos — o aluno, o professor-supervisor acadêmico, o assistente social-supervisor de campo, os demais profissionais e pessoas envolvidas no cotidiano do campo de estágio — diretamente envolvido no processo de ensino-aprendizagem, e que desempenham diferentes papéis e funções na efetivação das atividades didático-pedagógicas. (Ibidem, p. 15).

Neste mesmo seguimento, outro fator relevante para o processo de formação trata do desenvolvimento da pesquisa em Serviço Social, pois mesmo que não seja considerada como uma profissão no campo da ciência, que não dispõe de uma teoria própria, isso não tem sido um entrave para os profissionais desenvolverem estudos investigativos acadêmicos científicos de aporte teórico e prático para a produção e construção de conhecimento no trabalho e na formação profissional. A sua caracterização permeia o desenvolvimento do aprendizado da pesquisa acadêmica e a investigativa da profissão como processos essenciais para a qualificação formativa da habilidade intelectual dos assistentes sociais enquanto elemento constitutivo para a construção da sua identidade profissional.⁸⁸

O desenvolvimento de pesquisas no Serviço Social não difere das demais áreas do saber, deriva da atuação predominantemente acadêmica de docentes e alunos da pós-graduação *stricto sensu*, embora se reconheça a relevância das produções que dimanam dos trabalhos de conclusão do curso de graduação decorrentes de pesquisas realizadas na realidade dos campos de estágio supervisionado, bem como dos trabalhos monográficos dos cursos de especialização que, grosso modo, analisam a intervenção profissional nas unidades programáticas das políticas sociais. (MENDES; ALMEIDA, 2014, p. 642).

Seus resultados são oriundos das reflexões desenvolvidas nas matérias de formação por contribuírem com fundamentos para análises críticas e propositivas, permeando, sobretudo, qual seria a função social no tocante ao retorno social da pesquisa em Serviço Social, com relação a propostas inovadoras e capazes de intervenção, diante dos problemas conjunturais e estruturais de ordem econômica, social, cultural, dentre outras, bem como na particularidade histórica da pesquisa na profissão e a centralidade ocupada pelos sujeitos que participam das pesquisas do Serviço Social (OLIVEIRA, J. J. A.; SILVA, P. R, 2017, p. 170).

Apesar dos diversos desafios interpostos à profissão, são visíveis o esforço da categoria e os avanços obtidos na construção do conhecimento no âmbito da pesquisa em Serviço Social sobre os pilares do viés socioambiental, pois, mesmo que ainda seja uma matéria pouco estudada por ser um debate recente na profissão, tem se apresentado um avanço gradativo e significativo de suas publicações acadêmicas nos últimos anos.

⁸⁸ A pesquisa para o Serviço Social, na atualidade, é entendida como uma atribuição profissional que se expressa na formação e no trabalho do assistente social. Na *formação profissional* ela tem sido denominada *pesquisa acadêmico-científica*, que é realizada na graduação e tem a pós-graduação como espaço privilegiado, na tentativa de analisar a realidade social com objetivo à elaboração de teses, dissertações, artigos, livros, etc. A *pesquisa investigativa* se trata da formação na particularidade da pesquisa em serviços, inerentes à postura e atitude profissional, integram as habilidades técnicas e operativas do assistente social. Portanto, a aplicação dos instrumentos de trabalho não deve ser dissociada da dimensão investigativa e da sistematização do trabalho que, tendo um norte ético, político, teórico e metodológico, serão essenciais para conhecer a realidade de trabalho e criar estratégias interventivas mais críticas e qualificadas. (MORAES, 2017, p. 391, 395).

Nunes (2018, p. 148) apontou estudos que analisaram as produções científicas no Serviço Social brasileiro, sendo destacado, neste âmbito, que há um número reduzido de publicações sobre a *questão socioambiental* em comparação com os demais temas discutidos na profissão, observando uma certa predominância de debates acerca dessa *questão* a partir dos anos 2000, pois “[...] há indicativos da presença do tema entre os assistentes sociais nesta década, aspecto este visível quando da apresentação das análises de livros, artigos em periódicos e nos ENPESS”, tal como elencado pela autora na citação a abaixo:

- Em relação aos **livros** que estabeleciam a relação do Serviço Social com o tema, encontrou-se um número relativamente escasso, sendo contabilizadas 04 publicações, a saber: **1)** Gómez, Aguado e Pérez (2005): os autores possuem sua formação e/ou atuavam na Universidade de Huelva na Espanha, e, com exceção do prefácio, os demais capítulos do livro não foram escritos por autores brasileiros; **2)** Araújo, Santos e Silva (2012): as duas primeiras organizadoras estão vinculadas à UFS e a terceira à UFPE, sendo o livro fruto de vivência de pesquisa e extensão; **3)** Silva (2010): vinculada à UFPE enquanto docente, sendo o livro resultado da tese da autora; **4)** Dornelles (2009): realiza serviços técnicos especializados na Comunidade Morada da Paz, sendo o livro resultado do doutorado defendido na PUC/RS.

- Sobre os **periódicos**, em setembro/2015 acessou-se o Sistema WebQualis e identificaram-se 814 revistas cuja área de avaliação era o Serviço Social. Destas, considerando os critérios adotados⁴¹, selecionaram-se 15 Revistas onde, através das palavras-chaves, verificou-se se as publicações disponíveis nos sites das revistas e/ou no SciELO (Scientific Electronic Library Online) de 2000 ao primeiro semestre de 2017 discorriam sobre a questão socioambiental. Identificou-se que 07 revistas apresentaram dossiê específico; 12 apresentaram discussões sobre o tema independentemente do dossiê temático; 01 revista não apresentou a discussão, totalizando 106 artigos publicados em 53 edições.

Tendo em vista o período analisado, visualiza-se que os anos de 2012 e 2015 possuem um maior número de artigos (19 e 18, respectivamente), sendo estes publicados majoritariamente em 04 dossiês específicos das Revistas: O Social em Questão (que agregou 11 artigos); Revista Katálysis (com 10 artigos); Temporalis (03 publicações) e Revista Serviço Social & Sociedade (com 04 trabalhos). (Ibidem, p.149, grifo do autor).

O engajamento de muitos profissionais do Serviço Social no viés da sustentabilidade socioambiental vem demonstrando a necessidade do fortalecimento dos espaços educacionais e da inserção do debate ambiental na *formação* de assistentes sociais no que concerne às suas refrações sobre os aspectos do social e vice-versa, a fim de buscar seus determinantes na esfera da vida social. As exigências de dadas chamadas profissionais para intervir em uma determinada realidade disseminam possibilidades de intervenções qualificadas e capazes de oferecer respostas para mudanças consubstanciais no entorno dos fenômenos imbricados *da desigualdade social e a destrutividade ambiental*.

No trabalho profissional, tal delimitação foi algo identificado entre as assistentes sociais que estavam atuando na Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA) do município de São Paulo (SP) no ano de 2015. A partir do relato de experiência profissional por elas destacadas

na pesquisa de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS/UNESP), publicada no ano de 2016, foram apontadas as dificuldades encontradas no cotidiano de trabalho, entre as quais correlaciona-se a necessidade de se ter a incorporação da *questão socioambiental na formação profissional*. Para elucidar tal afirmação, a seguir transcreve-se a fala expressa de uma das entrevistadas, assim como foi demonstrado o texto citado:

Diria que a academia tem um grande compromisso, porque ainda falta assistente social com esse compromisso, com a visão de nos formarmos na área ambiental, nós temos que nos financiar, entendeu! As próprias empresas, as instituições, as prefeituras, o Estado, não estão formando neste sentido. Então o que nós temos que fazer quando temos esse olhar, como foi meu caso, que tive que pagar uma pós-graduação, e, você tem que ir se capacitando para trabalhar nesta área. Acredito que o compromisso é neste sentido, é na academia, o de formar mais assistentes sociais, de estar na grade curricular questões e disciplinas que capacite e forme novos assistentes sociais, que tenham este olhar, e fazer pós-graduação nesta área, mas dentro das universidades e formação. (*Santana — Assistente Social apud SILVA, T. P., 2016, p. 75*).

Nesta mesma perspectiva, no que diz respeito ao processo da *formação profissional em Serviço Social*, uma outra profissional da SVMA salientou que, para a sua atuação no trabalho cotidiano, houve uma busca particular de seu aprimoramento intelectual, para que ela pudesse desempenhar a composição da equipe multiprofissional no âmbito da área ambiental, ao mencionar que:

[...] nos formar dentro dessa lógica, trazendo um pouco a ótica da questão ambiental dentro do contexto social, eu não tinha muito ideia do que era, eu tinha uma necessidade, eu não tinha uma coisa teórica formada, mas eu sentia esta necessidade, aí eu fui ler Leonardo Boff, ler Leff, fui ler uma série de autores que foram me embasando e quando eu já tinha alguns indicadores, mas nada muito embasado, eles que começaram embasar mesma a minha condição, um profissional que poderia trabalhar na área da questão ambiental [...]. (*Matilde — Assistente Social apud SILVA, T. P., 2016, p. 77*).

Essa pesquisa, ao contextualizar-se em abordagens de cunho qualitativo sobre o *trabalho profissional* nas políticas ambientais públicas, indagou-nos a importância da continuidade do debate acerca da temática ambiental quanto à necessidade de um viés socioambiental na qualificação das bases curriculares que norteiam os processos da *formação em Serviço Social* durante o curso de graduação. Por certo que isso poderá elevar maiores condições educacionais para aprimorar-se a qualidade formativa e fortalecer as dimensões investigativas e interventivas da profissão.

Igualmente, essa representatividade pronuncia a importância da qualificação de uma formação profissional continuada (*desde o bacharelado até a pós-graduação lato e stricto sensu*) no âmbito do Serviço Social, através de um viés crítico, para que hajam contribuições

acerca das discussões concernentes à prática profissional e rupturas de intervenções na perspectiva administrativa/conservadora da *questão socioambiental*, por esta favorecer a (re)produção de capital. Por isso, a apreensão do profissional deve consistir no sentido de integrar o social e o ambiental em ações que promovam trabalhos a partir de um viés socioambiental, pois só poderemos enfrentar a atual conjuntura da crise ecológica se compreendermos os principais elementos que a façam avançar.

Por conseguinte, identificamos essa abordagem em alguns trabalhos acadêmicos oriundos de outros programas de pós-graduação em Serviço Social no país, por virem designando a temática ambiental nos debates e resultados de pesquisas sobre a questão socioambiental no processo de formação e no trabalho profissional de assistentes sociais ao consubstanciar a sua importância para qualificação dos profissionais no âmbito da dimensão acadêmica no Ensino Superior, conforme destacado no Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 Abordagem no processo de formação profissional em Serviço Social

UFA	Modalidade	Descrição do viés socioambiental
PUC (SP)	Tese de Doutorado	[...] a questão ambiental e sustentável apresenta-se como demanda emergente para a formação profissional numa perspectiva de interdisciplinaridade, uma vez que esta faz parte, de forma incondicional, do perfil e da capacidade operativa do profissional em desenvolver o seu trabalho em equipe (ATAURI, 2009, p. 154).
UFSC	Dissertação de Mestrado	[...] o Serviço Social precisa abarcar a questão socioambiental na sua formação onde é movido pelo espírito investigativo, com atenção especial à pesquisa e ao estudo sistemático da realidade concreta, possa identificar e analisar os movimentos que o vinculam à questão socioambiental, contribuindo para a formação de uma cultura ambientalista de caráter “supra classista”. (NUNES, 2012, p. 49-50).
UFPE	Dissertação de Mestrado	Na formação profissional em Serviço Social podemos mencionar, nas regiões em destaque (Nordeste e Norte), a existência de linhas de pesquisa nos programas de pós-graduação, sinalizando para o avanço da produção do conhecimento nesta área: Capitalismo contemporâneo, questão ambiental e Serviço Social, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e sustentabilidade na Amazônia, pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), são ilustrativos. (SILVA, S. C., 2015, p. 103).
UFS	Dissertação de Mestrado	Para se dá um grande passo na formação de profissionais conscientes não só ambientalmente, como também de sua atuação profissional, é imprescindível que haja a interlocução entre o debate ambiental, a realidade dos sujeitos envolvidos, relacionando-os do local ao global, direcionando-os à formação crítica com base na totalidade social, nas relações de poder, nas contradições inerentes ao modo de produção capitalista e apropriação privada da natureza, nos aspectos culturais e políticos. Assim, sob estes aspectos, a dimensão ambiental na formação profissional é imprescindível. (FERREIRA, 2016, p. 119).
UFSC	Tese de Doutorado	Tendo em vista o Projeto Ético-Político do Serviço Social ancorado na defesa do aprofundamento da democracia enquanto socialização da participação e riqueza socialmente produzida; na defesa da equidade e justiça social; na ampliação da liberdade, concebida como autonomia, emancipação, e pleno desenvolvimento dos indivíduos sociais; na superação da ordem capitalista, destaca-se o pressuposto que a questão socioambiental vem permeando a formação do assistente social e faz parte do cotidiano profissional. (NUNES, 2018, p. 25-26).

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2020).

O processo de *formação profissional*, a partir de uma perspectiva socioambiental, possibilitará tecer novos olhares acerca dessa questão, bem como inseri-las nas investigações e intervenções do Serviço Social. Além do fato de preencher as lacunas que disseminam dificuldades no que tange à capacitação profissional, devido às delimitações curriculares e pedagógicas que por ora possam existir.

Sobre os debates envolvendo a *questão socioambiental*, normalmente, esta não se apresenta enquanto disciplina obrigatória nos currículos do curso de Serviço Social, mas percebe-se que, em algumas Unidades de Formação Acadêmica (UFA), a temática ambiental aparece como disciplina optativa. Não obstante, para além da existência ou não de disciplinas, afirma-se a importância da construção de bases curriculares transdisciplinares que sejam emolduradas numa formação qualificada a transversalidades dos saberes para além das exigências executivas de trabalho, no sentido de graduar um profissional capaz de desenvolver a sua atuação de maneira crítica, propositiva e criativa frente aos desafios cotidianos.

O papel fundamental da Unidade de Formação Acadêmica (UFA) para esse processo no que se refere à formação dos profissionais detém possibilidades de elaborar projetos acadêmicos e comunitários de extensão, bem como de propiciar discussões e debates sobre a atuação profissional diante do contexto em que circundam os nexos da *questão socioambiental* em seus núcleos de ensino e pesquisa, desde que possuam o intuito de aproximar-se dessa realidade interposta aos profissionais do Serviço Social.

Em suma, dada a complexidade que envolve a perspectiva socioambiental no debate correlacionado ao exercício e à formação na profissão do Serviço Social, foi possível desenvolver reflexões que permitiram iniciar até aqui um diálogo dos principais elementos em que decorre o movimento dessa *temática* na Educação Superior, para, assim, podermos analisar, no próximo *Capítulo*, a dimensão acadêmica no processo da formação em Serviço Social da FCHS/UNESP, câmpus de Franca (SP), no que concerne a inserção da questão socioambiental nas diretrizes curriculares, na implantação do projeto pedagógico e na visão empírica do exercício didático-pedagógico de Coordenador do curso para o Serviço Social.

CAPÍTULO 3 DIMENSÃO ACADÊMICA, QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL E O SERVIÇO SOCIAL DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS / UNESP

*[...] na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática.
(Paulo Freire).*

O nível pandêmico do novo coronavírus, no ano de 2020, trouxe consigo muitos impactos para a sociedade, devido à grande velocidade de sua propagação pelos países do globo. A partir do cenário marcado pelas mudanças ocorridas para conter o avanço da pandemia, tivemos o seu embate diretamente na educação presencial, com o fechamento por tempo indeterminado das organizações educacionais. Por efeito, os impactos desse cenário atingiram a execução deste estudo, especialmente no recorte espacial e temporal proposto inicialmente.

As readaptações da projeção investigativa foram essenciais para possibilitar a concretização do seu desenvolvimento, que buscou na estratégia do estudo de caso a construção da síntese da tese ao investigar com profundidade a dimensão acadêmica do processo de formação em Serviço Social da FCHS/UNESP, câmpus de Franca (SP), a partir da pesquisa documental nas diretrizes curriculares até o decurso da implantação do projeto pedagógico e na pesquisa de campo com professores que estiveram no cargo de Coordenador do curso, mediante a análise de conteúdo sobre a inserção da questão socioambiental na formação profissional de Assistentes Sociais.

3.1 A dimensão acadêmica no Serviço Social da FCHS / UNESP

No amplo processo que define o sistema público da Educação Superior no Brasil, a *Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)* é considerada como sendo uma das maiores e mais importantes universidades públicas brasileiras, mantida pelo Governo do Estado de São Paulo (SP) e figurando entre as três universidades públicas que oferecem ensino gratuito e de qualidade, ao lado da Universidade de São Paulo (USP) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Possui reconhecimento de excelência nacional e internacional, com destaque para formação e atuação no *ensino, pesquisa e extensão* de serviços à comunidade local e regional.

A história da criação da UNESP constitui-se promulgada pela Lei Estadual n. 952, de 30 de janeiro de 1976, como sendo resultado da incorporação de Faculdades e Institutos

Isolados de Ensino Superior do Estado de São Paulo (SP), então unidades universitárias, situadas em diferentes pontos do interior paulista. A sua estruturação educacional e institucional abrange diversas áreas do conhecimento, cujas as unidades existentes, haviam sido criadas, em sua maior parte, em fins dos anos 1950 e inícios dos anos 1960. A universidade, detém entre os seus objetivos centrais:

Exercer sua função social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão universitária, com espírito crítico e livre, orientados por princípios éticos e humanísticos. Promover a formação profissional compromissada com a qualidade de vida, a inovação tecnológica, a sociedade sustentável, a equidade social, os direitos humanos e a participação democrática. Gerar, difundir e fomentar o conhecimento, contribuindo para a superação de desigualdades e para o exercício pleno da cidadania. (UNESP, [2020]).

Hoje, a UNESP, possui 136 cursos de graduação, entre cursos de bacharelados e licenciaturas, com amplo acesso e opções de entrada por meio do vestibular, e formam por ano 5,6 mil novos profissionais habilitados ao exercício nas áreas de Ciências Humanas, Biológicas e Exatas. No âmbito dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, a universidade constitui 149 programas de pós-graduação, que oferecem o total de 256 opções de cursos, sendo divididos em: 123 mestrados acadêmicos, 22 mestrados profissionais e 111 doutorados acadêmicos, formando anualmente 3,2 mil pós-graduados (1,8 mil mestrado acadêmicos; 150 mestrados profissionais; e 1,2 mil doutorados acadêmicos); 42 programas de especialização *lato sensu* formam 770 profissionais (UNESP, [2020]).

A estrutura e a organização educacional da Universidade são definidas por um sistema institucional deliberado pelo Conselho Universitário no Regimento Geral, da qual dispõe a Resolução UNESP n. 41, de 16 de maio de 2017⁸⁹. As unidades institucionais de ensino estão subdivididas em 24 câmpus, localizadas em 24 cidades, sendo 22 no Interior; uma na Capital do Estado, São Paulo (SP); e uma no Litoral Paulista, em São Vicente, conforme ilustração destacada na Figura 3 a seguir.

⁸⁹ “Dispõe sobre a estrutura organizacional, atribuições e competências para a criação, desenvolvimento, implantação e manutenção de Sistemas Institucionais da Unesp.” (UNESP, 2017).

Figura 3 Faculdades e Institutos da UNESP



Fonte: Portal da UNESP (2020).

Entre os cursos que são ofertados pela UNESP, está inserido o curso de graduação em Serviço Social na *Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)*, pertencente ao câmpus universitário da cidade de Franca, no interior de São Paulo (SP)⁹⁰. O referido curso foi implantado no ano de 1976, após a criação da Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS), em substituição a Faculdade de Filosofia, Letras e Pedagogia criada no ano de 1963, na Lei Estadual n. 6.814. Naquela época, a incorporação dos cursos ocorreu gradativamente, a partir da transferência de cursos entre câmpus, assim outros cursos antes existentes na unidade foram substituídos pelos cursos de História e Serviço Social, depois, havendo a instalação do curso de Direito em 1984, e, posteriormente, em 2001, foi criado no câmpus o curso de Relações Internacionais. Em 2010, essa unidade, do câmpus de Franca (SP), passa a ser renomeada Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS), conforme ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2 Cursos de graduação no câmpus de Franca (SP)

Ano	Descrição
1963	Faculdade de Filosofia, Letras e Pedagogia , na Lei Estadual n. 6.814 <i>curso de História</i>
1976	Faculdade de História, Direito e Serviço Social (FHDSS) <i>curso de graduação em Serviço Social</i>
1992	<i>pós-graduação stricto sensu Mestrado em Serviço Social</i>
1999	<i>pós-graduação stricto sensu Doutorado em Serviço Social</i>
1984	<i>curso de Direito</i>
2001	<i>curso de Relações Internacionais</i>
2010	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)

Fonte: UNESP – Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2020).

⁹⁰ “Este curso pertence à única Faculdade de Serviço Social pública no Estado de São Paulo e segue as especificidades fundamentadas em diretrizes e normas estabelecidas pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS.” (UNESP, [2020]).

Atualmente, o *curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP*, no câmpus de Franca (SP), corresponde à uma estruturação de modalidade de bacharelado com duração mínima de oito (08) semestres e máxima de quatorze (14) semestres, sendo ofertadas 90 vagas nos períodos, matutino e noturno. A autorização do curso foi perpetuada na portaria do Ministério da Educação, n. 693 de 15/12/1981, com publicação no Diário Oficial da União em 17/12/1981 e com reconhecimento viabilizado pela portaria CEE/GP n. 258 de 01/07/2013, “[...] sendo o único curso público existente no Estado de São Paulo até recentemente, mais precisamente em 2009, quando foi fundado o Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Estado de São Paulo (UNIFESP).” (GIOMETTI; LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 24).

Como parte do processo de formação continuada a que se objetiva a universidade, seja para o exercício do aprimoramento profissional no desenvolvimento da pesquisa e/ou docência, também é ofertado o *Programa de Pós-graduação Stricto Sensu Mestrado e Doutorado em Serviço Social (PPGSS) da UNESP*. Essa modalidade de ensino foi implantada no ano de 1992, através da Resolução UNESP n. 78, de 04/12/1991, apresentando, naquele período, como área de concentração Serviço Social: Trabalho e Vida Operária, até que em 1996, por meio da Resolução UNESP n. 41, de 24/09/1996, teve a área de concentração alterada para Serviço Social: Trabalho e Sociedade, e, no ano de 1999, o Curso de Doutorado recebeu o reconhecimento da CAPES. (UNESP, [2020]).

O corpo docente do curso de graduação é composto atualmente por 16 (dezesseis) docentes do Departamento de Serviço Social (DSS) que ministram disciplinas específicas da formação do curso e 5 (cinco) docentes responsáveis por matérias interdisciplinares, oriundos do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Sociais (DECSPP). No Programa de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) possuem docentes oriundos do curso de graduação em Serviço Social credenciados ao programa e de outros cursos da UNESP, como também de docentes vinculados de programas de outras universidades externas.

O processo de formação em Serviço Social da FCHS/UNESP, contemplado na graduação e pós-graduação, é acompanhando concomitantemente pelo contexto de debates sobre a formação profissional e das reformulações curriculares ocorridas pelas necessidades provindas das transformações societárias, principalmente, no que tange a consolidação dos avanços do Serviço Social na sociedade brasileira. Assim, foi sendo traçado um percurso de acúmulos sólidos da profissão por meio de suas entidades representativas e na ampla participação da categoria, construindo as bases do seu projeto ético-político profissional, em consonância aos direitos amplamente difundidos na Constituição Federal de 1988.

Para ampliar a elucidação analítica sobre o processo que permeia a *formação profissional em Serviço Social na FCHS/UNESP*, buscamos, nessa ótica, efetuar uma consulta *in-loco* no arquivo do Departamento do Serviço Social (DSS) dessa Unidade de Formação Acadêmica (UFA), em documentos físicos (volumes I, II, III e IV) e digitais do programa pedagógico que foram sendo implementados desde a criação do curso. Esse tipo de investigação remeteu ao uso das estratégias do estudo de caso, para vislumbrar o aprofundamento de uma leitura descritiva e exploratória acerca do cenário em como ocorreu o aprimoramento das diretrizes curriculares do curso, ao que concerne às orientações externas das legislações educacionais e em compatibilidade às transformações societárias.

Tal contexto denota um perfil histórico capaz de abarcar nesse preâmbulo o desenvolvimento da profissão e a sua formação na universidade, contando com o apoio legislativo interno da própria categoria de assistentes sociais (ABEPSS) para a construção de um processo de formação consolidado a partir da promulgação da Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social em 1996 e tendo suas bases regulamentadas de acordo com as orientações da Lei das Diretrizes e Bases da Educação (LDB) em nível nacional.

3.1.1 Curso de graduação em Serviço Social

A formação profissional de Assistente Social em nível de graduação na experiência brasileira aponta reflexos dotados de uma preocupação movida pelos desafios de se construir um novo currículo mínimo desde sua primeira versão⁹¹, em se que apresentou necessária a redefinição da qualificação profissional, que Yamamoto (2005, p. 168) retratou como sendo uma experiência incorporada de conquistas e avanços já consolidados, obtidos por um patamar necessário para recolocar o projeto de formação ao cenário das novas exigências consistentes a realidade da sociedade brasileira dos anos de 1990.

Essas exigências, segundo a autora, extraem um contexto ancorado de novas configurações que tangem o mundo trabalho, as suas relações com o Estado e de inflexões culturais assumidas pela sociedade civil, acarretando delimitações e perspectivas no interior da profissão do Serviço Social, com pontuações sobre a necessidade de “[...] *uma proposta de formação conciliada com os novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais.*” (Ibidem, grifo do autor).

⁹¹ O Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou o novo currículo mínimo através do parecer n. 412/82 e também em consonância a Lei n. 7.004, de 24 de junho de 1982.

O debate sobre a formação profissional na contemporaneidade brasileira é uma junção de esforços coletivos da categoria para desenvolver e se apoderar de um *diálogo crítico*, que foi construído nas décadas anteriores como parte do percurso histórico da profissão no país. As mesmas pautas que designaram os questionamentos acerca das problemáticas no âmbito do fazer profissional, também o são para a formação profissional, já que apreendem na história da profissão embates que exigiram renovação e rupturas aos modelos do trabalho profissional tradicional para uma nova direção social. Isso justifica-se pela indissociabilidade existente dos aspectos que regem a *mediação* entre trabalho e formação no âmbito do Serviço Social.

Na particularidade da *formação profissional em Serviço Social na FCHS/UNESP*, há uma incorporação qualificada nas áreas da graduação e pós-graduação (*stricto sensu*). Sobretudo, a organicidade e estrutura acadêmica estão compostas por um sistema de ensino integral, algo que não pode ser analisado isoladamente, por haver complementariedade na dimensão acadêmica e manter objetivos contundentes ao exercício da profissão. Nestes moldes, a formação em Serviço Social busca integrar e articular os seus objetivos nas dimensões do *ensino, pesquisa e extensão* universitária.

Temos, nesse contexto, que o entendimento de ensino acadêmico prevê a pauta de princípios e diretrizes curriculares para a formação profissional interligados com a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão na área das Ciências Sociais Aplicadas. A extensão universitária possui a finalidade de realizar projetos como ações contínuas de caráter educativo, cultural, artístico, científico e tecnológico, que contemplem docentes, discentes, pesquisadores (voluntários e bolsistas) e servidores técnico-administrativos da própria universidade. Ademais, o desenvolvimento da pesquisa é fundamental para a experiência, o desempenho e a produção científica ou tecnológica, além do envolvimento profissional e atividade permanente, sendo organizados em linhas e objetos de pesquisa.

Desde a implantação da graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP, o curso foi emoldurando as bases estruturais do currículo de ensino em conformidade com os avanços educacionais, com as conquistas provindas da categoria profissional e na contramão dos dilemas postos à profissão pelas transformações societárias, como sendo parte indissociável do objeto de trabalho dos assistentes sociais. A formação profissional neste curso define-se como bacharelado, englobando as dimensões da pesquisa, docência e prática acadêmico-profissional, e, está amplamente regulamentada e reconhecida pelo MEC, tendo os seus objetivos definidos no Projeto Político Pedagógico do Curso para atender a uma formação de qualidade, e, para isso, exercer uma contínua reavaliação das suas diretrizes curriculares na academia.

O curso de Serviço Social visa à formação e qualificação de Assistentes Sociais críticos, de modo a contribuir com a formulação e implementação de políticas sociais públicas, com a organização e mobilização da sociedade civil, com a luta pela efetivação dos direitos sociais, tendo em vista a consolidação da cidadania. (UNESP, 2015. p. 19).

Nesse sentido, a formação profissional na experiência da graduação entende que o perfil profissional atua nas expressões da questão social, devendo possuir competências e habilidades para formular e implementar propostas de enfrentamento dessa questão, por meio de políticas sociais públicas, empresariais, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Esse profissional, deve ser dotado de uma formação intelectual e cultural generalista crítica, competente em sua área de desempenho, com capacidade de investigação e intervenção criativa e propositiva, no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. Nessa acepção, o profissional também deverá estar comprometido com valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social (ABEPSS, 1999).

Dada a complexidade dos problemas sociais que a profissão enfrenta no cotidiano de trabalho, o processo de formação e produção de conhecimento lança mão de uma natureza técnica e científica qualificada para a aplicação de métodos de trabalhos específicos. Assim, a regulamentação do ensino acadêmico em Serviço Social nos aspectos curriculares tem sido obra ancorada desde o início da profissão no país, algo que demarcou possibilidades para um processo de desenvolvimento e mudanças curriculares, na medida que o currículo mínimo foi ampliando um caráter técnico para a formação em Serviço Social.

Essa natureza prorroga uma relação contundente na proposta do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social da FCHS/UNESP. A experiência registra memória significativa da sua desenvolvimento no âmbito acadêmico quanto aos avanços das bases da estrutura curricular ocorridas na trajetória do curso, de acordo com as orientações previstas nas Diretrizes Gerais da ABEPSS (1996), que complementarmente foram regulamentadas pela Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE/CES) n. 15, de 13/03/2002, pelo Parecer CNE/CES n. 492, de 03/04/2001 e pelo Parecer CNE/CES n. 1363, de 12/12/2001.

Os princípios em relação ao curso, nesse caso, previstos no Projeto Político Pedagógico de 2015 demarcam o perfil atual desta academia, que propõe desempenhar constante revisão curricular pelo corpo docente no colegiado do curso, dotando possibilidades de aprimorá-lo na prática docente num amplo exercício crítico, ao mesmo tempo buscando um apanhado metodológico democrático na esfera universitária, em que os princípios e diretrizes na estrutura curricular apontam as seguintes características:

- Princípios em relação ao curso:

- Flexibilidade dos currículos plenos, integrando o ensino das disciplinas com outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- Exercício do pluralismo teórico-metodológico como elemento próprio da vida acadêmica e profissional;
- Respeito à ética profissional;
- Indissociabilidade na supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.

- Diretrizes Curriculares:

Através dos princípios citados, são definidas as diretrizes curriculares da formação profissional, que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para a:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (UNESP, 2015, p. 21-22).

O Projeto Político Pedagógico em vigência no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, possui a grade curricular do curso de graduação dividida em três eixos programáticos, que estão compostos os núcleos, as disciplinas e as matérias como sendo parte do seu projeto de formação profissional. A perspectiva é apresentar diretrizes apoiadas no processo tripé *ensino, pesquisa e extensão* da formação universitária, para que se disponha no curso a integração curricular do programa em oficinas temáticas, grupos de estudos e pesquisas, no sentido de propiciar aos docentes e discentes uma dimensão do conhecimento teórico-prático articulado, e, para aproximação com a realidade social e profissional nos processos de formação contidos na graduação e pós-graduação.

Assim, o arcabouço do curso se traduz por meio de Núcleos de Fundamentação para a qualificação profissional no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, seguindo as orientações hegemônicas da ABEPSS (1996, p. 9) que estão subdivididas em: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional, conforme destacado no Quadro 3 a seguir:

Quadro 3 Estrutura geral do curso de Serviço Social

Núcleos	Objetivos das Disciplinas			
Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social	A compreensão do homem como ser social em sua totalidade, abrangendo os aspectos econômico, sociológico, psicológico e político, entre outros.			
	Matérias			
	Antropologia	Filosofia	Sociologia	Psicologia
Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	Propiciar ao aluno conhecimento da formação socioeconômica brasileira em suas particularidades urbano-industrial e agrária; a apreensão dos movimentos que levaram à consolidação de determinados padrões de desenvolvimento capitalista no país; a compreensão dos impactos deste padrão de desenvolvimento, e sua inserção no capitalismo internacional, sobre a sociedade brasileira, na configuração das questões sociais.			
	Matérias			
	Formação Sócio-histórica do Brasil	Economia	Serviço Social e Legislação Social	Política Social
Fundamentos do Trabalho Profissional	Garantir o caráter interventivo e investigativo da formação profissional do assistente social, pressupondo uma capacitação crítico analítica da realidade possibilitando a construção de seus objetos de conhecimento e ação, em suas particularidades sócio-institucionais para elaboração criativa de estratégias de intervenção comprometidas com as proposições ético-políticas do projeto profissional.			
	Matérias			
	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social		Processo de Trabalho do Serviço Social	Ética profissional

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (UNESP, 2015, p. 23, 33).

O conjunto de dadas modalidades em vigor na estrutura geral curricular configura a regulamentação das diretrizes curriculares para a composição dos elementos obrigatórios que perfazem a formação profissional em Serviço Social. O seu entendimento está atravessado pela solidificação dos avanços e propostas que foram sendo implementadas no projeto pedagógico ao longo do curso por intermédio das reformulações das diretrizes curriculares que impactaram a estruturação do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP.

Ressalta-se que este componente curricular possibilitará a integração da graduação com a pós-graduação, pois as oficinas temáticas serão coordenadas por docentes do curso de Serviço Social e ministradas por discentes do programa de pós-graduação, participantes dos diferentes Grupos de Estudo e Pesquisa cadastrados na Plataforma Lattes e devidamente credenciados pela UNESP; tais discentes terão a oportunidade de debater e socializar o conhecimento adquirido no processo de pesquisa. (UNESP, 2015, p. 36).

Nessa acepção, detém-se a estrutura curricular do curso definida a uma lógica que se propõe a superação da fragmentação do processo acadêmico-profissional, ampliando a convivência acadêmica entre professores, alunos, supervisores e sociedade. Os núcleos de ensino supramencionados agregam um conjunto de conhecimentos e atividades didático-pedagógicas que estão subdivididos nas matérias ministradas em disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios, atividades complementares e outros componentes curriculares, conforme descrito no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 Configuração dos principais componentes curriculares

Modalidade	Objetivo
Disciplinas	Constituem-se como particularidades das áreas de conhecimento que enfatizam determinados conteúdos priorizando um conjunto de estudos e atividades correspondentes a determinada temática, desenvolvida em um período com carga horária prefixada.
Estágio Supervisionado	É uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio-institucional objetivando capacitá-lo para o exercício profissional. É realizado concomitante ao ensino teórico e pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita pelo professor – supervisor acadêmico e pelo profissional assistente social – supervisor de campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e unidade campo de estágio. O estágio supervisionado tomará como referência as leis nº 8662/1993, nº 11.788 de 25 /09/2008, o Decreto nº 52.756 de 27/02/2008, a Resolução CFESS nº 533 de 29/09/2008, o Código de Ética Profissional/1993 e o Regimento Interno de Estágio.
Trabalho de Conclusão de Curso	É uma exigência curricular para obtenção do diploma do curso de graduação em Serviço Social e corresponde a 300h/a – 20 créditos. [...] O TCC constitui-se numa monografia científica elaborada sob orientação de um professor e avaliada por banca examinadora.
Atividades Complementares	Constituídas por atividades de pesquisa, extensão, iniciação científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários, congressos e demais eventos científicos profissionais com apresentação de trabalhos.
Oficinas Temáticas	Espaços de vivência que permitem o tratamento operativo de temáticas, instrumentos e técnicas, posturas e atitudes utilizando-se de diferentes formas de linguagem.
Tópicos Especiais (Disciplinas Optativas)	Serão oferecidas, pelo Departamento de Serviço Social, duas disciplinas optativas por ano.

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (UNESP, 2015, p. 33, 50).

Assim, o projeto pedagógico do curso passou a difundir reformulações curriculares pautadas nas propostas das Diretrizes Curriculares pela ABEPSS, frente às exigências educacionais no âmbito acadêmico-profissional de uma formação permanente e alicerçada na vertente da teoria social crítica, para a compreensão do movimento da conjuntura estrutural, considerando a questão social o foco central da formação e o compromisso ético-profissional com as classes subalternas.

3.1.2 Diretrizes curriculares e suas reformulações

O processo de formação profissional de Assistente Social tem sido alvo de reformulações acadêmico-profissionais ao longo de sua história no país, em decorrência da defasagem e/ou inadequação frente a estrutura da ordem social atual, quanto às exigências de

acompanhar às transformações societárias⁹², e, também, pelas determinações legais, tendo em vista a nova legislação de estágio curricular vigente⁹³. Nesse sentido, foi com maior expressão a partir da década de 1990 que desencadearam as revisões curriculares, determinantes para a definição das *Diretrizes Gerais para os cursos de Serviço Social*, no Brasil, que foram aprovadas em assembleia geral em 1996, pela ABESS (hoje, ABEPSS).

Por isso desde então, os seus lineamentos passaram a contar com o conjunto de disciplinas divididas em 3 (três) eixos programáticos, que são definidos nas áreas de *fundamentos teóricos-metodológicos, trabalho profissional e o estágio supervisionado*, pelas quais podem ser entendidas como “[...] avanços recentes da profissão, principalmente no que tange a formação profissional considerando que as Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social, definidos pela ABEPSS e que vigoram na atualidade, foram gestadas justamente nesse período.” (GIOMETTI; LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 24), pois:

A década de 1990 representa um momento de redesenho para a compreensão, direção e organização pedagógica da formação profissional em Serviço Social no Brasil, expressando uma síntese dos debates, problematizações e pesquisas que foram sendo construídas no e pelo percurso da categoria profissional e das entidades representativas da profissão. (PORTES; PORTES, 2017, p. 217).

A reformulação curricular foi ancorada por uma profunda análise e avaliação do processo de formação profissional frente às exigências postas ao Serviço Social brasileiro. Desse modo, requisitou-se a revisão para os aportes das dimensões teórico-metodológico e ético-político da profissão para restabelecer as bases técnico-operativas do processo de formação e do trabalho profissional. Com isso, a direção social da profissão passa a compor o debate coletivo quanto à regulamentação da profissão e a construção do projeto de formação profissional em Serviço Social.

O projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, de tal modo, destoa de um processo construído coletivamente pelos assistentes sociais, em que viabilizou-se a revisão curricular mediante conquistas éticas e legais, que foram fundamentais para o reconhecimento e a legitimação do Serviço Social nos contextos social, político e econômico da sociabilidade capitalista.

A construção hegemônica dos fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos do projeto profissional, é fruto dessa ação coletiva, e mantendo comprometidos com uma nova

⁹² Os projetos curriculares na evolução histórica do conhecimento e do currículo no Serviço Social perpassa por 3 (três) períodos no qual transcorre a um processo que busca-se a superação da fragmentação — sendo os períodos: idealista-ativista (1936-1954); mecanicista (1955-1975) e objetivo-ativista (1976 em diante) (SÁ, 1995, p. 21).

⁹³ Artigos 7º e 8º da Resolução CFESS n. 533 de 2008.

direção social. Destarte, a proposta delineou nova lógica curricular para que fosse superada a fragmentação no processo de formação profissional e dispensasse a construtiva de um perfil profissional crítico, comprometido com o viés do projeto ético-político da profissão, atento às mudanças universais que determinam os padrões de (re)produção do capital e para que fosse capaz de construir propostas de intervenções consistentes, fundamentadas nos princípios e diretrizes que orientam a formação e o trabalho profissional.

O campo da dialética, sobremaneira, para compor a renovação e rupturas dicotômicas entre teoria e prática, não poderia desvincular desse contexto a incorporação transversal das diversas áreas do saber para o desempenho do trabalho de assistente social e o processo de formação profissional. Outrossim, isso não poderia eximir o papel das Unidades de Formação Acadêmica (UFAs), no sentido de apreender o reconhecimento e a apropriação dos processos do trabalho e a formação profissional no que concerne a conjuntura social como parte de sua própria processualidade na academia.

Esse fator incumbiu as Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) no âmbito do Serviço Social, à ocorrência do exercício acadêmico de forma propositiva, para proferir a organização e o direcionamento das disciplinas curriculares, com ênfase nos projetos pedagógicos dos cursos ofertados, possibilitando a fundamentação teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativa enquanto dimensões educativas no Serviço Social. Assim, tais processos devem subsidiar o reconhecimento e a apropriação dos fundamentos teóricos e práticos no trabalho e formação do assistente social, pois nelas:

[...] definem-se as diretrizes curriculares da formação profissional, implicando numa capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa para que se possa: apreender criticamente o processo histórico como totalidade; investigar a formação histórica e os processos sociais que conformam a sociedade brasileira, apreendendo suas particularidades; apreender o significado social da profissão, desvelando suas possibilidades; apreender as demandas postas à profissão pelo mercado de trabalho, visando formular respostas ao enfrentamento da questão social; exercer a profissão cumprindo as competências e atribuições previstas na legislação profissional em vigor. (PORTES; PORTES, 2017, p. 220).

Dessa forma, as organizações educacionais de Ensino Superior, no cerne do Serviço Social, detêm as referidas orientações e estruturações de ensino pautadas nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, em que organizam os componentes de suas composições curriculares e permeiam os seus projetos no âmbito político-pedagógico. Para tanto, é importante mencionar que os moldes para a formação profissional em Serviço Social são dispostos de desafios quanto à “[...] qualificação de profissionais com alta competência, para além das necessidades do capital e do mercado” (IAMAMOTO, 2008, p. 432).

No contexto histórico da implantação do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP, houve um processo de mudanças que foi constituído por reformulações curriculares até a aprovação do novo Currículo Mínimo, que tem sido objeto de contínuas revisões permanentes, com a finalidade de ajustar ao Projeto Político Pedagógico do curso às necessárias condições de se graduar profissionais com competência teórico-metodológica, por fazerem frente às demandas sociais e dimensionar seu espaço sócio-ocupacional.

Durante o percurso histórico de 40 anos de existência ocorreram cinco reestruturações curriculares: em 1983, a reorganização da proposta curricular foi baseada nas Diretrizes do Conselho Federal de Educação nº 06/1982 (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 2010); em 1991 considerando o novo Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, regulamentado pelo CFESS em 1986 (CFESS, 1986); em 1999, considerando a necessidade de acompanhamento das mudanças societárias, do Código de Ética de 1993 (CFESS, [2012]) e outras determinações aprovadas pela ABEPSS em 1996. Em 2015, o curso iniciou a implementação da última revisão curricular, fruto de intenso estudo e avaliação do colegiado do curso através da realização de vários seminários de revisão curricular. (GIOMETTI; LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 27).

As reformulações curriculares foram ocorrendo de acordo com as orientações pautadas nas necessidades e níveis de revisões baseadas no desenvolvimento de legislações externas, contundentes a adequação dos conteúdos programáticos; de maior integração entre as disciplinas; da efetivação da supervisão de campo/acadêmica, no avanço da investigação científica e produção do conhecimento na área do Serviço Social. Isso transcorreu durante a construção do projeto pedagógico do curso ao longo da implementação das diretrizes curriculares para o curso de Serviço Social na FCHS/UNESP.

A maior exatidão no curso foi a obtenção da proposta de alteração curricular que culminou na elaboração do Projeto Político Pedagógico do Curso de Serviço Social em 1999. Assim, a partir da Resolução UNESP n. 29, de 31 de março de 2000, aprovou-se a proposta pedagógica do curso de Serviço Social da FCHS/ UNESP, que foi implantada em 2001. De 2000 a 2003, foi implementado e concretizado o novo Currículo Mínimo, sendo algo demarcado por rupturas consubstanciais e vinculado ao processo de reestruturação do currículo enquanto consequência do trabalho acadêmico permanente em avaliações sequenciais que foram efetivadas e sistematizadas, posto ter sido almejado, desse modo, a abrangência das demandas e exigências com relação à realidade atual coadunada (UNESP, [2020]).

[...] é real que o Projeto Pedagógico e o Currículo do curso, construído pelo coletivo de professores de DSS, foram publicados em 2001, sob o título: “Projeto Pedagógico: 2001”, organizado pela professora Doutora Claudia Maria Daher Cosac, então coordenadora do Conselho de Curso de Serviço Social, que integra o referencial bibliográfico deste estudo, publicado pela UNESP, e que teve circulação inscrita pelo campus e pela universidade. (ROBRIGUES, 2004, p. 71).

Para ilustração, no Quadro 5, destacam-se as principais características que foram sendo compostas na estrutura das diretrizes curriculares para a graduação em Serviço Social desde a implantação do curso na FCHS/UNESP.

Quadro 5 As estruturas curriculares desde a implantação do curso de Serviço Social

Grade de 1976	
Conjunto de Disciplinas Obrigatórias	1.800 horas
Estudos dos Problemas Brasileiros I	30 horas
Estudos dos Problemas Brasileiros II	30 horas
Educação física	240 horas
Conjunto de disciplinas Optativas	360 horas
Optativa I – escolhida pelo Instituto	240 horas
Optativa II – escolhidas pelo aluno	120 horas
Optativas III – Escolhidas em outros cursos do Instituto e Estágios Específicos	
Total	2.940 horas
Grade de 1978 – Resolução Unesp n. 09/1978	
Disciplinas do ciclo básico	1.290 horas
Disciplinas do Ciclo Profissional	1.320 horas
Estudos dos Problemas Brasileiros	60 horas
Educação física	60 horas
Estágio supervisionado	240 horas
Total	2.970 horas
Grade de 1983 – Resolução Unesp n. 33/1983	
Disciplinas do ciclo básico	1.170 horas
Disciplinas do Ciclo Profissional	1.485 horas
Estudos dos Problemas Brasileiros	60 horas
Educação física	60 horas
Optativa	45 horas
Estágio supervisionado	300 horas
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas
Total	3.180 horas
Grade de 1991 – Resolução Unesp n. 19/1991	
Disciplinas obrigatórias	2.340 horas
Optativa	60 horas
Estágio supervisionado	300 horas
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	300 horas
Total	3.000 horas
Grade de 1992 – Resolução Unesp n. 16/1992	
Disciplinas obrigatórias	2.340 horas
Optativa	60 horas
Estágio supervisionado	300 horas
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	300 horas
Total	3.000 horas
Grade de 2000 – Resolução Unesp n. 29/2000	
Núcleo I – Fundamentos Históricos Teórico-metodológicos da Vida Social	450 horas
Núcleo II – Núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	390 horas
Núcleo III – Fundamentos do Trabalho Profissional	1.500 horas
Optativa	60 horas
Estágio supervisionado	495 horas
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso	300 horas
Total	3.195 horas

Fonte: UNESP, DSS da FCHS – Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2020).

Após a reestruturação curricular da Grade de 2000, o processo de construção e avaliação permanente do projeto pedagógico vem sendo ocasionado por revisões curriculares feitas pelo corpo docente, estudantes e o Conselho de Curso, que realizam, de maneira contínua, a organização curricular, em consonância com os objetivos educacionais e da formação profissional. O desenvolvimento dos processos avaliativos, é resultado de estudos e reflexões, seguidos concomitantemente com o movimento maior da categoria.

O Conselho de Curso de Graduação da UNESP tem o papel de buscar envolver os segmentos acadêmicos, para a construção coletiva de uma proposta que de fato, vá ao encontro das diretrizes curriculares e que possa caminhar em direção à superação dos principais desafios encontrados ao longo deste processo. Tais desafios referem-se não somente às preocupações de ordem operacional, como principalmente à indissolubilidade que se pretende entre ensino/pesquisa/extensão; à superação das formas burocratizadas da articulação e formulação de conteúdos programáticos; à importância e necessidade de avançar na investigação científica e produção de conhecimento. (UNESP, 2015, p. 4).

A proposta pedagógica está fundamentada na Resolução UNESP n. 45, de 10 de julho de 1995, que dispõe sobre a estruturação curricular dos cursos de graduação e prevê, no § 1º do Artigo 1º a possibilidade de reestruturação curricular⁹⁴. Neste sentido, o Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP tem sido sistematicamente revisado pelo colegiado do curso, com motivação acadêmica de promover *reformulações curriculares* significativas para adequar perfil, elementos, objetivos, conteúdos programáticos das disciplinas e dos demais componentes curriculares.

Essas reformulações que foram ocorrendo ao longo do tempo no currículo do curso acompanharam o contexto sócio-histórico da sociedade, a maturidade da categoria profissional e o desenvolvimento do curso. Hoje vemos que *a formação de Serviço Social prepara o profissional para enfrentar as expressões da questão social*, criando e implementando propostas, através de políticas públicas, empresas, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. (GIOMETTI; LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 40, grifo nosso).

A atual organização curricular pedagógica do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP, aprovada na Resolução UNESP n. 04, de 09 de janeiro de 2015, de tal modo, situa-se apoiada em núcleos de ensino com “matérias básicas” e as “optativas transversais”, que norteiam expressões contidas nas áreas do conhecimento das ciências humanas e sociais aplicadas, conforme apresenta o Quadro 6 a seguir.

⁹⁴ “processo que visa à modificação substantiva na estrutura curricular vigente e que decorre de verificação da defasagem ou da inadequação da estrutura atual às exigências da realidade ou de novas determinações legais referentes ao currículo mínimo”. (UNESP, [2020]).

Quadro 6 Estrutura curricular do curso de Serviço Social (2015)

Para Integralização do Curso é necessário cumprir 221 créditos / 3.315 horas						
Disciplinas		Créditos		Carga horária		Modalidade
Disciplinas Obrigatórias	Núcleo I – fundamentos teóricos-metodológicos da vida social	28	Total 156	420	Total 2.340	1ª à 4ª série ideal
	Núcleo II – fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira	36		540		
	Núcleo III – fundamentos do trabalho profissional	92		1.380		
Disciplinas Optativas	Tópicos especiais	4		60		4ª série ideal
Estágio Supervisionado Profissional	- 3º ano	11		270		3ª série ideal
	- 4º ano			180		4ª série ideal
Trabalho de Conclusão de Curso – TCC		30		300		4ª série ideal
Atividades Complementares		20		165		1ª à 4ª série ideal

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (UNESP, 2015).

Dessa forma, o Quadro 6 demonstra a integralização das diretrizes curriculares para a formação profissional no projeto pedagógico do curso de Serviço Social. Desse modo, a organização estrutural do curso é composta sequencialmente por disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso e atividades complementares, que são necessários para a quantificação do cumprimento total de créditos e carga horária regulamentar.

A estrutura do Currículo Mínimo, para maior efetividade acadêmica, visa a expandir o seu desenvolvimento acadêmico a partir do tripé universitário *ensino, pesquisa e extensão*, mantendo o enfoque na excelência e para a contribuição de serviços à comunidade local, regional e nacional. Destarte, as diversas matérias e disciplinas contidas na grade curricular passaram a ser reconhecidas como uma exigência para delinear o processo da formação, e, conseqüentemente, o trabalho profissional dos assistentes sociais.

Nesse contexto, são constituídos os pré-requisitos que delimitam os processos da formação profissional, considerando assim como necessário cursar sequencialmente as modalidades entre as disciplinas obrigatórias, o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso (TCC), e, com isso, proporcionando ao acadêmico graduar conhecimentos prévios, ao dispor de matrizes curriculares que possam desempenhar a base para o processo da qualificação profissional do bacharel em Serviço Social.

A definição da grade curricular no projeto pedagógico do curso deve conter possibilidades de articulação e interlocução crítica inerentes à prática acadêmica a partir do

pluralismo contido nos saberes disciplinares como elemento transversal ao exercício e à formação profissional, ao serem previstos no ementário das disciplinas do curso. Nesse sentido, para melhor ilustração sobre os seus aspectos centrais no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, apresenta-se no Quadro 7 a atual grade curricular do curso.

Quadro 7 Grade curricular - Resolução UNESP n. 04/2015

Série: 1 - Período: 1		
Disciplina	Carga Horária	Duração
FTMSS: A Gênese da Profissão	60	Semestral
Trabalho Profissional: Serviço Social e Categoria do Trabalho	60	
Antropologia	60	
Pesquisa Social: Iniciação Científica	30	
Realidade Nacional I	30	
Economia I	60	
Total de Carga Horária: 300		
Série: 1 - Período: 2		
Disciplina	Carga Horária	Duração
Fundamentos Sociológicos I	60	Semestral
FTMSS: Institucionalização e Desenvolvimento da Profissão Serviço Social	60	
Trabalho Profissional: Elementos Constitutivos	60	
Pesquisa em Serviço Social: Tipologia	60	
Fundamentos Filosóficos I	60	
Total de Carga Horária: 300		
Série: 2 - Período: 1		
Disciplina	Carga Horária	Duração
FTMSS: O Debate Fenomenológico	60	Semestral
Ética Profissional I	60	
Política Social: Gênese	60	
Economia II	60	
Fundamentos Psicológicos I	60	
Total de Carga Horária: 360		
Série: 2 - Período: 2		
Disciplina	Carga Horária	Duração
FTMSS: A Renovação Modernizadora	60	Semestral
Fundamentos Psicológicos II	60	
Fundamentos Filosóficos II	60	
Fundamentos Sociológicos II	60	
Pesquisa Social: Abordagem Qualitativa	30	
Processo Educativo em Serviço Social: Introdução ao Estágio Supervisionado	30	
Total de Carga Horária: 300		
Série: 3 - Período: 1		
Disciplina	Carga Horária	Duração
Estágio Supervisionado I (3º ano)	210	Semestral
FTMSS: A Perspectiva Marxiana e o Projeto Ético-Político	60	
Trabalho Profissional: A Categoria Mediação no Exercício Profissional	60	
Ética Profissional II	60	
Serviço Social e Legislação Social I	60	
Processo Educativo em Serviço Social: Aproximação ao Exercício Profissional	30	
Indicadores Sociais	30	Anual
Total de Carga Horária: 510		

Série: 3 - Período: 2		
Disciplina	Carga Horária	Duração
A Construção Teórica da Mediação	60	Semestral
Trabalho Profissional: Instrumentalidade e a Dimensão Educativa	60	
Pesquisa Social: A construção do Projeto de Pesquisa	30	
Serviço Social: Organização e Gestão do Trabalho Profissional	60	
Política Social no Brasil	60	
Processo Educativo em Serviço Social: Problematização do Exercício Profissional	30	
Total de Carga Horária: 300		
Série: 4 - Período: 1		
Disciplina	Carga Horária	Duração
Estágio Supervisionado II (4º ano)	180	Anual
FTMSS: O Debate Marxista Contemporânea na Profissão	60	Semestral
Trabalho Profissional: Inserção nos Processos de Organização Social	60	
Gestão Social e Planejamento em Serviço Social	60	
Política Social: Seguridade Social	30	
Serviço Social e Realidade Regional I	60	
Processo Educativo em S.S.: As Dimensões do Exercício Profissional	30	
Trabalho de Conclusão de Curso	300	Anual
Atividades Complementares em Serviço Social	165	
Total de Carga Horária: 945		
Série: 4 - Período: 2		
Disciplina	Carga Horária	Duração
FTMSS: Tensões e Desafios Contemporâneos do Serviço Social	60	Semestral
Trabalho Profissional: Trabalho e Formação Profissional em Serviço Social	60	
Serviço Social e Legislação Social II	60	
Serviço Social e Realidade Regional II	30	
Política Social: Proteção por Segmentos Específicos	30	
Optativa	60	
Total de Carga Horária: 300		

Fonte: Portal da UNESP, FCHS (2020).

Também são oferecidas duas disciplinas optativas por ano, pertencentes ao elenco dos tópicos especiais, e, com isso, há algumas opções para escolha, incluindo: Serviço Social e políticas públicas: educação, habitação, saúde, etc.; Serviço Social: formação e trabalho profissional; Serviço Social e Educação Popular; Serviço Social e trabalho profissional com famílias; Serviço Social na área sócio jurídica; Serviço Social e diversidade; Serviço Social e meio ambiente; Serviço Social, classes e movimentos sociais; Serviço Social, questão urbana e agrária; Serviço Social: consultoria e assessoria; Serviço Social: direitos humanos e cidadania; Serviço Social e interdisciplinaridade ; Serviço Social e relações de gênero ; Violência e Serviço Social (UNESP, 2015, p. 51).

A proposta curricular (2015) para o curso de Serviço Social, na experiência da graduação da FCHS/UNESP, busca realizar uma orientação regular quanto à formação profissional centrada na perspectiva ético-política, como um princípio norteador e formativo, bem como manter o rigor teórico-metodológico. Em seguimento a ABEPSS (1999), almeja, também, um processo de superação de conteúdos fragmentados na estruturação curricular,

tentando dimensionar os aportes da “Totalidade”, sobretudo fortalecendo a unificação *do ensino, da pesquisa, da extensão, do estágio e da supervisão*, compreendendo, assim, as inter-relações com as matérias fundamentais, que, dentre elas, são configuradas: Antropologia, Filosofia, Sociologia, Política Social, Economia, Direito, Formação Sócio-Histórica do Brasil, Fundamentos Históricos Teóricos Metodológicos do Serviço Social, Gestão e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional, e, outras.

O currículo buscará: imprimir uma direção à formação profissional pautando-se pela ética como princípio formativo; oferecer rigor teórico, metodológico, histórico no trato da realidade social e do Serviço Social que possibilite o entendimento dos desafios com os quais o profissional se depara no mundo da produção e reprodução da vida; superar a fragmentação dos conteúdos na organização curricular de modo a propiciar uma visão de totalidade em que ensino, pesquisa e extensão, estágio e supervisão sejam indissociáveis. (UNESP, 2015, p. 19).

Diante das deliberações e dos elementos que estão sobrepostos, tem-se que a análise no contexto da realidade investigada no cerne dessa pesquisa apresenta importância quanto aos conteúdos elencados no curso de Serviço Social no contexto da graduação da FCHS/UNESP, câmpus de Franca(SP), posto que, atualmente esse processo de formação segue as orientações da ABEPSS, que tem por finalidade um processo formativo qualificado, ético e de cunho transformador (UNESP, [2020]).

Em face da composição e complexidade das dimensões da formação profissional em Serviço Social, *o estágio supervisionado e o trabalho de conclusão de curso* fazem parte do percurso a ser desenvolvido no processo de inserção do aluno no espaço sócio-institucional dos assistentes sociais, para capacitação prática do exercício profissional e, também, para formação acadêmico-científico, na subdivisão das matérias e disciplinas curriculares do curso. Trata-se de componentes obrigatórios e essenciais da atividade curricular (ABEPSS, 1999).

Isso define-se pelo desempenho acadêmico acompanhado de reflexões indissociáveis *do ensino teórico e a supervisão sistematizada* a serem realizadas pelo professor supervisor acadêmico e pelo assistente social supervisor de campo⁹⁵. A carga horária mínima do estágio supervisionado a ser cumprida pelos discentes prevê o total de 450 horas distribuídas durante o curso, que tomará como referência as Leis n. 8.662/1993 e n. 11.788 de 25/09/2008, o Decreto n. 52.756 de 27/02/2008, a Resolução CFESS n. 533 de 29/09/2008, o Código de Ética Profissional/1993 e o Regimento Interno de Estágio.

⁹⁵ “O processo do estágio supervisionado curricular obrigatório pressupõe supervisão direta, constituindo-se conforme prevê o art. 4º, §1º, da Resolução nº 533/CFESS, a participação do supervisor de campo e do supervisor acadêmico, através de acompanhamento e sistematização, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pela UFA e as instituições públicas ou privadas que oferecem campos de estágios.” (ABEPSS, 2009, p. 16).

Numa ação articulada ao Conselho de Curso de Graduação em Serviço Social, o Núcleo de Estágio Supervisionado em Serviço Social – NESSS - será responsável pela implementação da política de estágio do curso de Serviço Social. Pretende se constituir numa instância pedagógica que integre ensino, pesquisa e extensão, responsabilizando-se academicamente pela organização e efetivação das diferentes ações inerentes ao estágio supervisionado. (UNESP, 2015, p. 40).

A composição da organicidade e estrutura curricular disposta no Projeto Político Pedagógico do curso busca manter sistematizados os requisitos das diretrizes curriculares, tendo como base a articulação pedagógica de um conteúdo programático no tripé *ensino, pesquisa e extensão* universitária, a fim de abarcar na graduação e pós-graduação uma dimensão acadêmica-profissional de modo a garantir o suporte acadêmico que integre aluno, professor e profissionais, além da sua integração com a universidade e os espaços sócio-ocupacionais, numa dinâmica solidificada de ensino, aprendizagem e construção do conhecimento.

3.1.3 Programa de pós-graduação em Serviço Social

O Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), nos Cursos de Mestrado Acadêmico e Doutorado, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais — FCHS/UNESP, está atualmente regulamentado da Resolução UNESP n. 42, de 12 de junho de 2015. O presente regulamento do programa é estruturado e regido em seus aspectos gerais pelos critérios de qualidade estabelecidos pela legislação da UNESP, por Instruções Normativas do Conselho do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e pela CAPES/MEC.

Constitui-se como sendo o único Programa de Pós-Graduação em Serviço Social de natureza pública e gratuita no Estado de São Paulo desde a sua instituição em 1992 na FCHS/UNESP, câmpus de Franca (SP), posto que, até aquela época, no Estado de São Paulo, o único programa de Pós-graduação em Serviço Social era oferecido somente pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) na cidade de São Paulo (SP), que não era um curso público. O programa define-se na área de concentração — Serviço Social: Trabalho e Sociedade, contida no nexo de um conjunto de elementos, matérias e disciplinas que fundamenta e complementa a formação intelectual, cultural e crítica do corpo docente, discente e profissional.

O PPGSS da FCHS/UNESP possui a finalidade de formar pesquisadores e docentes, no âmbito do Serviço Social e áreas afins, com qualificação em nível de excelência acadêmica, contribuindo para a capacitação continuada da docência superior em Serviço Social e demais áreas científicas e profissionais correlatas, numa perspectiva interdisciplinar. Para isso, detém as seguintes inspirações específicas:

1. Possibilitar formação qualificada de pesquisadores e profissionais de Serviço Social e áreas afins, contribuindo para a formação de recursos humanos especializados;
2. Viabilizar a realização de pesquisas científicas, contribuindo para a construção do conhecimento na área de Serviço Social, em consonância com a dimensão investigativa da profissão;
3. Fomentar a capacidade para o ensino, a pesquisa e a produção científica em Serviço Social e áreas afins;
4. Contribuir para a formação profissional mediante articulação entre a pós-graduação e a graduação, socializando e aprofundando o conhecimento científico. (UNESP, [2020]).

A formação de pesquisadores e docentes com qualidade acadêmico-crítico, acata um aporte voltado para construções científicas com pautas nos aspectos da tridimensionalidade do *ensino, pesquisa e extensão* universitária, articulando atuações no âmbito do Serviço Social e em áreas conexas do campo das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Para transcorrer a um processo de formação consistente, vê-se imbricado o debate democrático das ideias, teorias e intervenções que remetem ao arcabouço epistemológico da realidade social e do Serviço Social na sociedade contemporânea.

A área de concentração proposta — Serviço Social: Trabalho e Sociedade — busca analisar o contexto das transformações societárias contemporâneas e das políticas sociais, tendo em vista a *categoria trabalho* como fundante do *ser social*, de onde é detido uma trajetória histórica dos processos de organização difundidos na evolução das relações estabelecidas na sociedade. Tais aspectos norteiam as diversas dimensões a articulação existente entre trabalho e sociedade como maior aproveitamento de pesquisas científicas e construção do conhecimento a que se destina a área do Serviço Social, e, de outros departamentos da Universidade que participam do programa. Por conseguinte, o seguimento da abordagem da área de concentração se desdobra em três linhas de pesquisa:

- 1) Trabalho e Sociabilidade Capitalista;
- 2) Serviço Social, Formação e Trabalho Profissional;
- 3) Estado, Políticas Sociais e Serviço Social.

A estrutura curricular do PPGSS perpassa pelo cumprimento acadêmico para disponibilidade de disciplinas obrigatórias concentradas entre Mestrado e Doutorado; das disciplinas optativas estendidas para a contabilização de créditos disciplinares; atividades acadêmico-científicas, com ênfase nos grupos de estudo e pesquisa; dos projetos de pesquisa e outras atividades complementares (participação em eventos científicos, publicação de artigos, periódicos, capítulos e livros, e, etc.), da defesa e entrega final do exemplar da Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado, submetidos no repositório institucional da FHCS/UNESP.

Quadro 8 Disciplinas do Programa Pós-graduação em Serviço Social

Disciplinas Obrigatórias	
Disciplinas	Ementa
Seminários de Pesquisa I Mestrado	Objetiva a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa em andamento, de forma coordenada, de caráter crítico, levando do aluno à excelência de sua pesquisa sob a coordenação dos orientadores.
Seminários de Dissertação Mestrado	O conteúdo da disciplina deverá fornecer aos discentes elementos para compreensão do processo de conhecimento científico e do curso de pós-graduação strictu sensu. Oferecer subsídios para a construção do projeto de pesquisa, a elaboração de trabalhos técnico-científicos, o exame de qualificação, a elaboração do memorial culminando com a dissertação e defesa pública (mestrado) e a tese e defesa pública (doutorado).
Seminários de Pesquisa II Doutorado	Objetiva a apresentação e discussão dos projetos de pesquisa em andamento, de forma coordenada, de caráter crítico, levando do aluno à excelência de sua pesquisa sob a coordenação dos orientadores.
Seminários de Tese Doutorado	O conteúdo da disciplina deverá fornecer aos discentes elementos para compreensão do processo de conhecimento científico e do curso de pós-graduação strictu sensu. Oferecer subsídios para a construção do projeto de pesquisa, a elaboração de trabalhos técnico-científicos, o exame de qualificação, a elaboração do memorial culminando com a tese e defesa pública.
Prática de Pesquisa Doutorado	Estimular o pensamento científico, crítico e reflexivo, bem como apresentar elementos fundamentais, para que o pós-graduando possa desenvolver conceitos, metodologias e procedimentos na sua pesquisa e tenha orientação quanto à construção de sua tese.
Disciplinas Optativas	
<ul style="list-style-type: none"> . O Trabalho do(a) Assistente Social e a dimensão educativa . Análise de Política no Contexto das Mudanças Estruturais Contemporâneas . Famílias e Relações de Gênero como Construções Sociais . <i>A educação ambiental como estratégia socioambiental</i> . Políticas Públicas: democracia, participação e controle social . Dimensão Social nas Políticas Educacionais: a interface da Educação e do Serviço Social . Formação Profissional em Serviço Social: elementos constitutivos . Identidade, Oralidade e Memória: um Arcabouço Teórico-Metodológico em Ciências Humanas . Didática do Ensino Superior . O Serviço Social no Âmbito da Política de Educação . Saúde e Serviço Social: a dimensão educativa e interdisciplinar . Teoria Crítica: indivíduo, razão e sociedade . O Trabalho Profissional como Mediação do Acesso Pleno à Educação Básica . Políticas Públicas para a infância e adolescência: Estado e controle social . Gestão Social e Serviço Social . Envelhecimento Humano Ativo . O Trabalho Social com Famílias . Estado, Economia, Trabalho e Sociedade 	

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (UNESP, [2020]).

Diante das disposições para as disciplinas elencadas no Quadro 8, são incorporados as transversalidades dos saberes e a implementação das Oficinas Temáticas, da participação em Grupos de Estudos, de Extensão Universitária e de Pesquisas cadastradas na Plataformas Lattes, enquanto componentes curriculares que visam contribuir com a formação profissional, propiciando na dimensão acadêmica uma integração permanente “[...] desde o ingresso do aluno na Universidade, a aproximação com a realidade social e profissional, além de estimular o seu envolvimento na dinâmica da vida universitária.” (IAMAMOTO, 2005, p. 287).

O projeto de formação profissional em Serviço Social consiste em viabilizar a formação continuada, sintonizado com as transformações sociais contemporâneas que se traduzem nas particularidades constituintes do *significado social da profissão* na área das Ciências Sociais Aplicadas, bem como do investimento feito pelas entidades da categoria, que estabelece “[...] as dimensões investigativa e interventiva como princípio formativo e condição central da formação profissional e da relação teoria e realidade.” (ABESS, 1997, p. 61).

Para uma maior visibilidade sobre as experiências dos acadêmicos egressos do PPGSS da FCHS/UNESP, obtidas por informações em redes sociais, e-mails, contatos telefônicos e consulta aos currículos na Plataforma Lattes, pode-se afirmar que os egressos estão inseridos em trabalhos na área das políticas sociais, na elaboração e implementação de políticas públicas em órgãos governamentais e não governamentais, ocupando cargos de secretários ou gestores, além de participarem em organizações da sociedade civil, em instituições de defesa de direitos, movimentos sociais, organizações não governamentais, entidades sociais que atendem diferentes demandas, atuando nas múltiplas expressões da questão social. Destaca-se também a inserção na docência em universidades públicas e privadas. (UNESP, [2020]).

Quanto ao aprimoramento da estrutura curricular o PPGSS assumiu o compromisso de realizar a *Reestruturação do Projeto Pedagógico* e potencializar suas ações acadêmicas, a partir das indicações da Coordenadora de Área da CAPES em 2016. Neste sentido, em janeiro de 2017 o programa passou a contar com a Assessoria indicada pela CAPES, Profa. Dra. Jane Cruz Prates do PPGSS da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, reconhecida nacionalmente pela profunda experiência na temática da Pós-Graduação em Serviço Social e com perfil para o trabalho, envolvendo o corpo docente e discente, equipe técnica, e contando com o apoio da Direção da FCHS/UNESP e da Pró-Reitoria, durante o quadriênio 2017-2020. (UNESP, [2020]).

Por excelência, podemos mencionar que trata-se de um programa (PPGSS) consolidado na área do Serviço Social que já titulou um número expressivo de mestres e doutores, contribuindo com a formação acadêmica-profissional para atuação na docência, na pesquisa e na área das políticas públicas.

Assim, destaca-se a concretização no período de 1995 à 2019, de pesquisas defendidas na forma de 376 dissertações e 177 teses, estando estas publicações alocadas na biblioteca do câmpus e também dos seus exemplares mais recentes sendo publicados na modalidade digital no repositório institucional da Universidade. Com isso, neste período, foram 553 pós-graduandos titulados desde a criação da PPGSS na FCHS/UNESP.

3.1.4 Composição dos núcleos de ensino, pesquisa e extensão

O Art. 207 da Constituição Federal de 1988 dispõe que “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.” (BRASIL, 1988). Nessa modalidade, considera-se estipulado um tripé de formação acadêmica como eixo fundamental para a organização educacional de Ensino Superior na Universidade brasileira.

Para Moita e Andrade (2009, p. 269), discutir a indissociabilidade do tripé *ensino, pesquisa e extensão*, na dimensão acadêmica referente a seus parâmetros na universidade, exige um vigor expressivo, que no nível mais abrangente de análise, apresenta importância e íntima unidade. Por isso, a indissociabilidade torna-se um princípio condutor da qualidade da produção acadêmica, pois nela é, abarcada a tridimensionalidade de um processo *autônomo, competente e ético*. Isso denota aspectos que são discutidos na dimensão acadêmica como ideais, porém muitas vezes não aplicados na prática universitária.

Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão. Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade). Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. (Ibidem, p. 269, grifo nosso).

O diálogo apreendido sobre a composição da dimensão acadêmica assim constitui um momento reflexivo no que diz respeito às práticas universitárias, pois, em muitas delas, faltam a indissociabilidade entre *ensino, pesquisa e extensão* ou mesmo apresentam-se de forma isoladas na academia, transcorrendo na desqualificação das suas atividades e objetivos.

A identidade e o papel da universidade podem circunstanciar um perfil de relações mediadas por conflitos ou ser regida por aspectos de definição transformadora como um esforço educacional da transmissão do conhecimento em face a construção do saber científico e tecnológico. Trazer para o debate os seus elementos centrais cumpre ensaios para desvelar o porquê do olhar fragmentado, que, à exemplo, podem classificar na graduação um desenvolvimento vinculado somente ao ensino contido nos programas de disciplinas e, por isso, tendem a considerar a pós-graduação como sendo algo destinado a pesquisa, de modo que estejam desarticulados entre si, e, também com a extensão universitária.

O processo da formação e qualificação de profissionais por meio da consolidação do ensino, da pesquisa e da extensão, acentua uma preocupação acadêmica de como saber agir para saber efetivar adequadamente as investigações e intervenções profissionais, enquanto um processo imprescindível da formação profissional, algo que implica debates na área do Serviço Social, ao que pressupõe o exercício do viés da teoria social crítica.

Para o desempenho do ensino no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, denota-se a articulação composta entre graduação e pós-graduação (PPGSS) para os efeitos da formação a partir da pesquisa e extensão universitária. Trata-se de um projeto de formação profissional que consubstancia na esfera do ensino o exercício de práticas acadêmicas que ofereçam qualidade e incentivos de recursos financeiros para que possam garantir um desenvolvimento educacional dinâmico, afim de abarcar os processos vinculados com a pesquisa e a extensão universitária enquanto parte da dimensão acadêmica.

Por isso, objetiva exercer na academia uma formação profissional de assistentes sociais com competência crítica e propositiva, capazes de decifrar a gênese dos processos sociais, suas desigualdades e as estratégias de ação para enfrentá-las. Este compromisso deve estar pautado na fundamentação teórica e em face ao movimento da realidade; com técnicas-operativas e éticos-políticos, que subordinem o “como fazer” ao “o que fazer”, e este ao “dever ser”, sem perder de vista seu enraizamento no processo social. O conteúdo programático do curso concentra os segmentos acadêmicos envolvidos na formação, tais como professores, alunos e supervisores de campo, compondo a elaboração dinâmica de uma proposta adequada à realidade do país e o contexto institucional e regional do curso. (UNESP, [2020]).

Na concretização do Projeto Pedagógico, o Curso de Serviço Social – Unesp/Franca – tem realizado um movimento constante de ampliação do ensino, da extensão e da pesquisa, garantindo a flexibilização dos conteúdos e práticas pedagógicas, a integração de conteúdo dos núcleos de formação, observância às normas acadêmicas da UNESP para os cursos de graduação e a manutenção das condições contratuais dos docentes. (Ibidem).

Na graduação, incluem-se as atividades de incentivos à comunidade acadêmica a partir do desenvolvimento científico, tecnológico e artístico-cultural. Para isso, colabora o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica UNESP (PIBIC), além do apoio de outros órgãos que disponham bolsas e auxílios para o desenvolvimento de pesquisas: PROPe de pesquisa pró-Reitoria, Fundunesp, Caps, Fapesp, CNPq e Ipea. Os projetos de iniciação científica são aprovados e avaliados pelas instituições para no que consiste programar, orientar, coordenar e supervisionar as ações de pesquisa no âmbito interno e externo da Universidade,

junto a segmentos da sociedade, através de organizações públicas e privadas, autoridades governamentais e agências de fomento à pesquisa e ao ensino.

Quadro 9 Iniciação Científica na Graduação em Serviço Social

Modalidade	Título	Orientador	Aluno
PIBIC	Formação Profissional e Estágio Supervisionado em Serviço Social: atualidades e perspectivas	Cirlene A. H. da Silva Oliveira	Ana Clara Cabral Afonso
	O desenvolvimento integral da criança na educação infantil com a parceria família e escola na abordagem Reggio Emilia	Maria Cristina Piana	Izadora Vieira
	Mulheres idosas em distanciamento social na pandemia COVID-19: acesso aos direitos sociais no Brasil e Cuba	Nanci Soares	Marcelle Giolo Castro
	Formação Profissional e Estágio Supervisionado em Serviço Social: atualidades e perspectivas	Cirlene A. H. da Silva Oliveira	Milena Donato Camilo
	Estudo internacional sobre as mudanças e acontecimentos ao longo da vida: a realidade brasileira	Nanci Soares	Rafaela Cavalcanti
PIBIC REITORIA	O trabalho do/da assistente social no âmbito da educação básica nas escolas confeccionais do estado de São Paulo	Eliana Bolorino Canteiro Martins	Yukari Yamauchi Moraes
	Análise dos rumos atuais do Estado capitalista brasileiro e seus impactos para as políticas sociais.	Patricia Soraya Mustafa	Lorrani M. Maria Ana Carolina Mesquita Oliveira
	Gestão da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em escolas da rede pública de ensino de um município de médio porte do Estado de São Paulo.	Maria José de Oliveira Lima	Larissa Costa de Almeida
	<i>Associação de moradores e a gestão socioambiental: perspectivas de gestão democrática e participativa na defesa de cidades sustentáveis</i>		Leticia Emiliana Santos Baratelli
PIBIC ISCB	Os rebatimentos do isolamento social nas famílias	Nayara H. D. Oliveira	Maria E. Oliveira
	Direitos Humanos no processo de envelhecimento por meio da arte	Josiani Julião Alves de Oliveira	Maria Laura H. D. Oliveira
PIBIC ENSINO MÉDIO	Os rebatimentos do isolamento social nas famílias	Nayara H. D. Oliveira	Mariana B. Barion
	O trabalho em tempos de Indústria 4.0 no Brasil: consequências sociais e de saúde para a classe trabalhadora	Edvânia Angela de Souza Lourenço	Raul Aparecido Bertanha
	<i>Associação de moradores e a gestão socioambiental: perspectivas de gestão democrática e participativa na defesa de cidades sustentáveis.</i>	Maria José de Oliveira Lima	Lara Totoli Molina Mariana A. de Oliveira Muniz

Fonte: UNESP, FCHS – Bolsas atribuídas nos Editais CNPq 2020/2021 (2020).

Do mesmo modo os Grupos de pesquisas são formados e estabelecidos a partir de linhas e objetos de pesquisas em que cada docente e/ou pesquisador devem possuir currículo Lattes, e proceder às atualizações conforme normas do CNPq. O fundamento para o organizador compartilhar o trabalho se define numa hierarquia constituída na experiência, para o destaque e a liderança na área científica ou tecnológica, quanto ao envolvimento profissional e

permanente do exercício da atividade de pesquisas, instalações e equipamentos necessários para o seu desenvolvimento.

Os critérios para a consolidação dos Grupos de pesquisas estão relacionados com a objetividade e as definições, devendo haver a constituição de pelo menos 2 (dois) membros (docente e/ou pesquisador) e no mínimo 4 (quatro) alunos (graduando de iniciação científica, mestrado, doutorado, pós-doutorado e jovem pesquisador). Dentre eles, na área do Serviço Social atualmente são constituídos os seguintes grupos de pesquisa:

Quadro 10 Grupos de Pesquisa no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP

<i>QUAVISSS - Política de Saúde e Serviço Social</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2002	
Linha de Pesquisa	Política de saúde e Serviço Social; Saúde controle e movimentos sociais; Serviço Social e exercício profissional na saúde; Serviço Social, educação permanente e trabalho em saúde;
<i>GESTA - Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2002	
Linha de Pesquisa	Educação ambiental; Gestão de Políticas Públicas; Indicadores geopolíticos e os impactos sociais e ambientais; Indicadores sociais e estratégias de abordagens às demandas sociais; Indicadores socioambientais e as políticas sociais;
<i>GEPEFA - Famílias: perspectivas e tendências</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2002	
Linha de Pesquisa	Mundo do trabalho e Serviço Social; Estado, políticas sociais e Serviço Social; Serviço Social: prática e formação profissional;
<i>GEFORMSS - Formação Profissional em Serviço Social</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2004	
Linha de Pesquisa	Direitos humanos; Políticas Públicas; Serviço Social;
<i>Teoria social de Marx e Serviço Social</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2004	
Linha de Pesquisa	América Latina e Serviço Social; Teoria, história e método: trabalho e formação em Serviço Social; Violência e Serviço Social;
<i>Mentalidades e Trabalho: do local ao global</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2005	
Linha de Pesquisa	Direito, história oral, identidade, mentalidades, metodologia de pesquisa, migração, mundo do trabalho, qualidade de vida, Serviço Social e ética;
<i>NUPE - Núcleo Negro da UNESP (Campus de Araraquara)</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2005	
Linha de Pesquisa	Estudos africanos e afro-brasileiros, identidade, cultura, festas populares e religião; Gênero, relações identitárias, memória, quilombos e territórios negros; Pensamento social brasileiro, diversidade, educação, direitos humanos, desenvolvimento social e nacionalidades africanas;
<i>Grupo de Estudos e Pesquisa em Política Social</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2008	
Linha de Pesquisa	Estado e política social no contexto da crise estrutural do capital; Política social; Questão Social; Seguridade social;
<i>GEPEPPS - Envelhecimento, Políticas Públicas e Sociedade</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2010	
Linha de Pesquisa	Envelhecimento humano e políticas públicas; Idosos, relações humanas, trabalho e sociedade;

<i>GEPESSSE - Serviço Social na Área da Educação</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2010	
Linha de Pesquisa	Política de educação por níveis e modalidades de ensino; Organização e movimentos sociais na área da educação; Produção do conhecimento referente ao Serviço Social na educação; Trabalho profissional do Serviço Social na educação;
<i>Núcleo de Estudos e Pesquisa: Serviço Social e trabalho profissional</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2010	
Linha de Pesquisa	Juventude, sociabilidade e participação; Seguridade Social políticas públicas e Serviço Social; Serviço Social: trabalho e formação profissional;
<i>GEDUCAS - Dimensão Educativa no Trabalho Social</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2013	
Linha de Pesquisa	Educação inclusiva e o processo ensino e aprendizagem; Cultura; Educação popular; Trabalho profissional em Serviço Social;
<i>DeMus - Estudos em Direito e Mudança Social</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2014	
Linha de Pesquisa	Instituições, políticas públicas, direito, movimentos sociais e mudança social;
<i>PRAPES - Práticas em Pesquisa: perspectivas contemporâneas</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2016	
Linha de Pesquisa	Pesquisa científica, conhecimento científico e práticas de pesquisa;

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (UNESP, CNPq [2020]).

Igualmente, além dos grupos amplamente difundidos para as várias atividades de pesquisa como parte integral da formação profissional, também denota-se como opção em destaque os grupos de pesquisa na área da educação e linguagens, conforme está ilustrado no Quadro 11 a seguir:

Quadro 11 Grupos de Pesquisa - educação e linguagens

<i>Políticas Públicas e democratização do ensino no Brasil: a implementação das propostas educacionais: mudanças e permanências</i>	
Ano de Formação no CNPq em 1997	
Linha de Pesquisa	Educação e sociedade: crise e mudança; mundo do trabalho, política social e Serviço Social; Serviço Social: formação e trabalho profissional;
<i>Gestão Escolar Democrática, trabalho em rede e qualidade em educação</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2014	
Linha de Pesquisa	Planejamento e análises de políticas educacionais; Políticas públicas e gestão em educação; Questão social, políticas públicas e Serviço Social;
<i>GEPIIA - Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas para a Infância e Adolescência</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2017	
Linha de Pesquisa	Estado e políticas públicas para infância e adolescência, identidades, culturas e sociabilidades infante-juvenis; Proteção integral e sistema de garantias de direitos à infância e adolescência;
<i>GEPAPOS - Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Participação nas Políticas Sociais</i>	
Ano de Formação no CNPq em 2017	
Linha de Pesquisa	Estado, democracia e participação social nas políticas de saúde e assistência social;

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (UNESP, CNPq [2020]).

As diversas temáticas na área da Ciências Humanas e Sociais ampliam a possibilidade da transversalidade dos saberes, contribuindo para o aprofundamento epistemológico a serem percebidos para os resultados da tridimensionalidade existente na articulação da dimensão acadêmica entre ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido é importante mencionar a objetividade da articulação que se deve existir entre a graduação e a pós-graduação a partir dos projetos de pesquisas desenvolvidos pelos docentes e/ou pesquisadores, dos quais encontra-se nesse âmbito os projetos de pesquisas no ano de 2020 descritos no Quadro 12 abaixo:

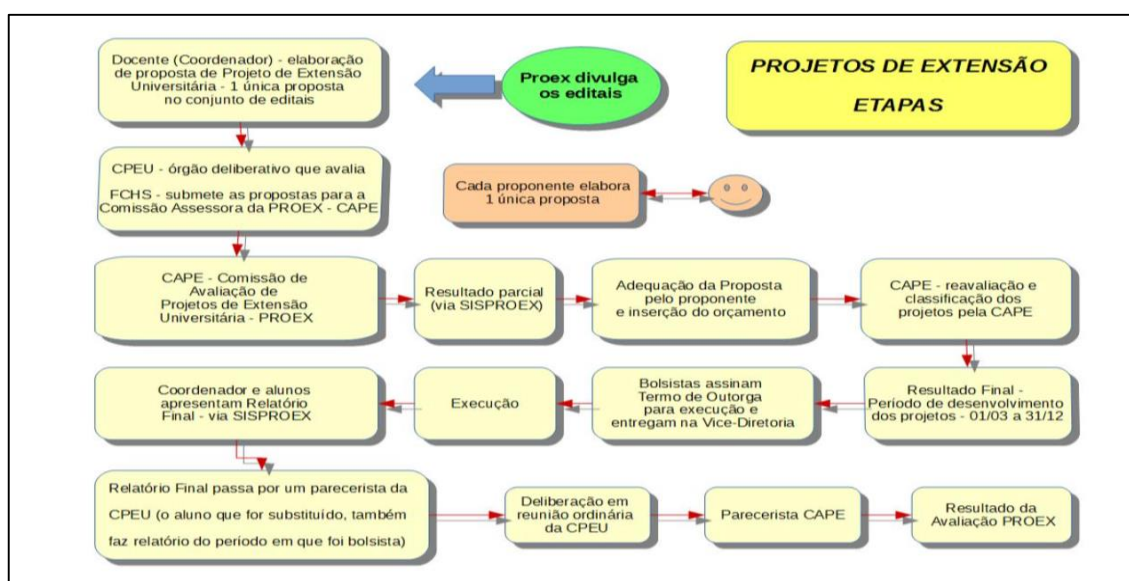
Quadro 12 Projeto de Pesquisa - Trabalho e Sociedade (PPGSS)

Linha de pesquisa: estado, sociedade e políticas sociais	Responsável pelo projeto
AARCL (021) - os conselhos de políticas públicas da saúde e da assistência social na cidade de Franca/SP: estudo sobre a ação dos assistentes sociais que atuam como conselheiros.	Andreia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
ABRG (006) - educação ambiental	Analucia Bueno dos Reis Giometti
ASB (005) - atuação pública e eficiência coletiva em arranjos produtivos locais: o caso do Pólo industrial de Franca-SP	Agnaldo de Sousa Barbosa
CMD (020) - políticas educacionais e democráticas do ensino: mudanças e persistências no ensino de história, nas escolas públicas estaduais do ciclo II do ensino fundamental de Franca. Um estudo a partir da proposta curricular de história do estado de São Paulo	Celia Maria David
DJF (023) - nas marolas do atlântico: interpretações da África, do Brasil e de Portugal.	Dagoberto Jose Jonseca
DSOA (007) - educação: linguagens	Djanira Soares de Oliveira e Almeida
HMJS (015) - políticas públicas para a educação e acesso ao ensino médio: o potencial da atuação do assistente social nesse processo	Hilda Maria Goncalves da Silva
MCP(018) - conselhos gestores: espaços de participação?	Maria Cristina Piana
NS(013) - o envelhecimento ativo como experiência de vida: narrativas de pessoas idosas	Nanci Soares
ACNS (008) - famílias, gênero e relações sociais	Ana Cristina Nassif Soares
GJTP (009) - indivíduo, razão e sociedade na teoria crítica da escola de Frankfurt	Gustavo Jose de Toledo Pedroso
HBRE (012) - mentalidades e trabalho: do local ao global - a configuração do complexo têxtil e seus rebatimentos no mundo do trabalho	Helen Barbosa Raiz Engler
NASL (022) - a implantação do estatuto da juventude e políticas públicas: educação, profissionalização e empregabilidade	Neide Aparecida de Souza Lehfeld
RCP (001) - a busca da identidade das redes organizacionais do terceiro setor	Rosalinda Chedian Pimentel
Linha de pesquisa: serviço social: formação e trabalho profissional	Responsável pelo projeto
JJAO (003) - a importância da pesquisa na formação e atuação profissional do assistente social	Josiani Juliao Alves de Oliveira
MJO (0017) -a materialização do projeto profissional do serviço social nas organizações empresariais da cidade de Franca/SP	Maria Jose de Oliveira
NHD (0019) -trabalho social com famílias: perspectiva e tendências	Nayara Hakime Dutra

Fonte: Portal da UNESP, FCHS (2020).

Para os efeitos da sua regulamentação, a objetividade e implementação articulada ao ensino e à pesquisa são determinadas por etapas que vigoram o seguimento e os meios regulamentares através de delimitações organizadas por um fluxograma geral. De tal modo, são constituídos os mecanismos que deverão proporcionar a qualificação real dos fins exercidos a cada uma das etapas do projeto de extensão, em consonância com a proposta disposta para a execução da extensão universitária, conforme ilustrado na Figura 4 abaixo:

Figura 4 Etapas do Projetos de Extensão



Fonte: Portal da UNESP, FCHS (2020).

Com proeminência, constitui-se o nível da extensão universitária da FCHS/UNESP, que tem por base a Pró-reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEX), a partir da promulgação da Resolução UNESP n. 102, de 26 de novembro de 2000, sendo deliberado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão Universitária, com fundamento na alínea f. do inciso II do artigo 24 do Estatuto da Unesp, que dispõe no art. 1º que “A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico, que se articula ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, e que viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.”

A partir desse marco, inúmeros projetos foram iniciados pelos docentes e a Universidade, dentro de suas possibilidades, estabeleceu uma política de apoio financeiro aos mesmos. Em 2003, o Governo Federal, entendendo a importância dessa atividade, criou um Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), voltado às políticas públicas, para contemplar todas as Universidades Públicas do País, o que, naturalmente, exige um montante de recursos muito alto e indisponível, mas, sem dúvida, um início de reconhecimento por esta área acadêmica. (UNESP, 2020).

Os princípios e diretrizes definidos nas etapas do projeto de extensão vão complementar a execução integral ao que se objetiva equacionar resultados e transcorrer em indicadores para a esfera do ensino, quando colocada em prática a sua execução. Para os projetos de extensão universitária propostos no ano de 2020 por meio do Departamento de Serviço Social (DSS), estão apresentados no Quadro 13 e Quadro 14 a seguir.

Quadro 13 Projetos de Extensão Universitária (DSS)

Descrição	Coordenador
Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e as questões étnico raciais	Prof. Dr. Marcelo Gallo
Construindo cidadania	
Direitos humanos em pauta no diálogo com crianças e adolescentes	
Espaços de cidadania: Educação e Serviço Social	Prof. Dr. Jose Fernando S. da Silva
A Educação Popular e a Criança do Ensino Fundamental: Direitos Humanos e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Prof ^ª . Dr ^ª . Maria Cristina Piana
Atendimento jurídico social e formação profissional	Prof ^ª . Dr ^ª . Adriana Giaqueto Jacinto
<i>Agroecologia no campo e cidade: construção de saberes e vivências</i>	Prof ^ª . Dr ^ª . Raquel Santos Sant'Ana
<i>Espaço Agroecológico: uma proposta interdisciplinar para promover a integração campo/cidade</i>	
Falar de família é familiar – FAFAMI	Prof ^ª . Dr ^ª . Nayara H. D. Oliveira
<i>Formação de Lideranças: um a parceria com mulheres do campo e da cidade</i>	Prof ^ª . Dr ^ª . Onilda Alves do Carmo
Grupos trabalhador\ a(s) adoecidos e ou acidentados do setor calçadista	Prof ^ª . Dr ^ª . Edvânia Â. de S. Lourenço
Participação Social, Direitos e Cidadania	Prof ^ª . Dr ^ª . Andréia A. R. C. Liporoni
Projeto de Educação Permanente em Saúde com Trabalhadores do SUS: aprendizagem de integração ensino-serviço	Prof ^ª . Dr ^ª . Fernanda de Oliveira Sarreta
Projeto de Educação Popular com educandos (adultos e adolescentes) atendidos no Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad) do município de Franca	Prof ^ª . Dr ^ª . Patricia Soraya Mustafa
Serviço Social na escola: atendimento social à alunos e familiares	Prof ^ª . Dr ^ª . Maria José de O. Lima

Fonte: Elaborado por Tatiane Pereira da Silva baseado em (UNESP, 2020a).

Quadro 14 Projetos de Extensão Universitária financiados em 2020 (DSS)

Projeto	Coordenador	*Nº Bolsista	**Recurso Financeiro
Desenvolvimento de potencialidades com atendidos do Abrigo Provisório no município de Franca-SP, visando seu retorno social e exercício da cidadania	Profa. Dra. Edvânia Ângela de Souza Lourenço	1	R\$700,00
Aprendizagem de integração ensino-serviço no Núcleo de Educação Permanente em Saúde da Regional de Franca: a promoção da saúde mental	Profa. Dra. Fernanda de Oliveira Sarreta	1	R\$500,00
Espaços de cidadania: educação e serviço social	Prof. Dr. José F. S. da Silva	1	R\$700,00
Sarau Cultural: Direitos Humanos e Envelhecimento	Profa. Dra. Josiani J. A. de Oliveira	1	R\$500,00
Núcleo de estudos sobre criança e adolescente - NECRIA e o ECA na Escola	Profa. Dra. Maria Cristina Piana	1	R\$700,00
Formação de Lideranças Feministas: construção de espaços de formação e luta contra o racismo, as desigualdades de raça, gênero e classe.	Profa. Dra. Onilda Alves do Carmo	1	R\$500,00
<i>Educação popular e do campo na escola e na comunidade: a perspectiva agroecológica</i>	Profa. Dra. Raquel Santos Sant'Ana	2	R1.000,00

Fonte: Portal da UNESP, FCHS (2020a).

Os projetos de extensão universitária financiados devem passar pela classificação prevista em edital, de onde todas as propostas serão avaliadas quanto ao mérito e, posteriormente, poderá ocorrer a outorga de bolsas e/ou recursos caso haja disponibilidade orçamentária para esse fim. No ano de 2020 foram concedidas as bolsas com vigência de março a dezembro no valor de R\$ 400,00, e o recurso financeiro é para utilização com material de consumo, serviço de terceiros (pessoa jurídica) ou material permanente.

Podemos analisar, nesse universo, uma potencialidade da extensão enquanto um espaço de articulação para além dos muros acadêmicos da universidade, com a oportunidade de elevar a construção de conhecimento entre teorias e práticas da pesquisa. A comunidade científica — *docentes, discentes e pesquisadores* poderá gozar da mais elevada experiência técnico-científica ao deter possibilidades de ampliar os objetivos do exercício do ensino democrático e romper com as limitações de uma educação meramente superficial e mercadológica.

São espaços em que as concepções da dimensão acadêmica para a construção das práticas universitárias proporcionará a qualidade do ensino e formação profissional, ao promover a junção da produção científica na pesquisa articulada com o processo empírico da extensão universitária, e, também pela conexão objetivada de serviços disponíveis a sociedade local, regional e até mesmo global.

Essa expansão acadêmica é imprescindível para formação em Serviço Social, por se tratar de uma profissão que atua no processo social, e, nesse sentido os programas, projetos e serviços de extensão universitária na FCHS/UNESP, que foram organizados para a participação dos cursos de graduação ofertados neste câmpus, deverão ampliar a interdisciplinaridade e transversalidade dos saberes, tais como:

- **Cursinho Popular da UNESP Franca** - Serviço de Extensão Universitária - é um cursinho pré-vestibular gratuito, fundado em 1997 por alunos da Unesp de Franca. Tem como finalidade prestar serviço à comunidade de Franca e região, atendendo àqueles que pretendem se preparar para ingressar no nível superior de ensino e não dispõem de recursos financeiros para custear os estudos.
- **Universidade Aberta a Terceira Idade (UNATI)** - A inserção do idoso no contexto acadêmico é uma das funções sociais da Universidade Pública. Com o intuito de possibilitar o acesso dessa população à Unesp, a Universidade Aberta à Terceira Idade (Unati), vinculada à Pró-Reitoria de Extensão Universitária e Cultura (PROEX), oferece diferentes oportunidades de cursos em diversas Unidades Universitárias, com os projetos que unem idosos, universitários e docentes na Unesp em referência aos Direitos da pessoa idosa.
- **Programa de Educação Tutorial Serviço Social (PETSS)** - O programa utiliza-se do modelo tutorial de aprendizagem que é caracterizado pela presença de um tutor, o qual visa orientar, estimular e supervisionar o desenvolvimento do processo de formação profissional dos integrantes, através de atividades extracurriculares, com a perspectiva de atuação coletiva. Foi implantado na UNESP, campus de Franca em 1994, e tem atualmente seu quadro composto por 12 alunos bolsistas, 5 colaboradores, uma professora tutora e eventuais

professores da unidade de ensino, que contribuem com grupo. O PET de Serviço Social, teve como seu primeiro tutor o Prof. Dr. Ubaldo Silveira e atualmente conta com a tutora Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Piana. O Grupo PETSS desenvolve extensões, que englobam três projetos: (Re)inventando a velhice: a dimensão socioeducativa com idosos institucionalizados, realizado com idosos do Lar São Vicente de Paulo; GROTE - Grupo de Oficinas Temáticas, realizado na Escola Municipal de Educação Básica Frei Lauro de Carvalho Borges; Processo de Análise Socioeconômica do Cursinho Popular da Unesp, que se caracteriza por um processo de preparação para a seleção socioeconômica do cursinho da Unesp.

- **Centro Jurídico Social (CJS) da FCHS/UNESP** - é uma Unidade Auxiliar, que se constitui em um espaço de extensão universitária, e num campo de estágio supervisionado curricular profissional dos cursos de graduação do câmpus de Franca (SP).
- **Centro de Planejamento e Extensão Universitária em Serviço Social (CPEUSS)**, vinculado ao Departamento de Serviço Social (DSS) - foi criado em 1982, para atender as necessidades de aperfeiçoamento técnico/metodológico do graduando do curso de Serviço Social, no âmbito do Desenvolvimento de Comunidade; colabora para a construção de relações sociais mais justas e igualitárias no contexto social, buscando a organização comunitária para a conquista da cidadania e incentiva a pesquisa científica e a extensão, a fim de contribuir com profissionais e alunos de outras áreas na formação e o crescimento profissional.
- **Núcleo Terra e Raiz (NATRA)** - é formado por um grupo de discentes da graduação dos cursos da FCHS/UNESP, câmpus de Franca (SP), juntamente com o coordenador, que preocupados com a real situação da problemática da terra no país, tomou a iniciativa de uma atuação junto aos trabalhadores rurais “Sem-Terra”. Portanto o núcleo iniciou seu processo de formação em 1997, uma vez que nesta Unidade não havia nenhum trabalho de extensão nesta área. O núcleo tem a preocupação em auxiliar na formação de seus membros, como futuros profissionais críticos e competentes através de atividades de extensão, visando contribuir para o processo de cidadania e democratização da sociedade brasileira, entendendo que formação do universitário não se dá unicamente em sala de aula. (Portal da UNESP, FCHS [2020]).

É importante mencionar que o Núcleo Terra e Raiz (NATRA) faz parte dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) associados organicamente à ABEPSS, sendo formados por pesquisadores, Grupos, Núcleos, Redes da área e de áreas afins, para tratarem de temas de relevância social. Esses grupos têm vida própria e autonomia. Entre as temáticas existentes, destaca-se atualmente o GTP — *Questão Agrária, Urbana e Ambiental e Serviço Social*, nas quais se abordam a propriedade privada da terra, trabalho e formas de produção e reprodução capitalista; apropriação privada dos recursos naturais; impactos da reconfiguração das atividades econômicas no campo e na cidade sobre o mundo do trabalho; desenvolvimento capitalista, o papel do Estado e a particularidade brasileira e latino-americana: mundialização do capital e manifestações da crise estrutural do capital na cidade e no campo; gestão ambiental pública e privada e o Serviço Social; o Serviço Social e a educação ambiental crítica; formação profissional e questão urbana, agrária e ambiental.

No mesmo seguimento encontraram-se outros grupos, entre eles estão:

Quadro 15 Grupos Temáticos de Pesquisa (GTP) associados à ABEPSS

Universidade	Modalidade
PUC (GO)	Núcleo de Pesquisa e Estudo Estado, Sociedade e Cidadania (NUPESC);
UFU	Grupo de Estudos em Serviço Social, Trabalho, Direitos e Lutas Sociais;
UFRN, UERN e UFCG	Grupo de Pesquisa em Política de Assistência Social, Questão Ambiental e Trabalho (GESTULS);
UFAL	Políticas Públicas e Processos Organizativos da Sociedade - Políticas Públicas e Processos Organizativos;
UFRJ	Questão Social, Território e Serviço Social, Movimentos Sociais e Políticas Públicas;
IFCE	Núcleo de Educação, Políticas Sociais e Serviço Social (NEPSSS);
UFPA	Grupo de Pesquisa Cidade, Habitação e Espaço Urbano, Programa de Apoio à Reforma Urbana (PARU);
UFF	Núcleo de Estudos Rurais e Urbanos;
UFRJ	Núcleo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Território, Lutas Sociais e Serviço Social (LOCUSS);
UFF	Sociabilidade e Direitos: Políticas Sociais e Lutas Coletivas;

Fonte: Portal da ABEPSS (2020).

Isso desvela que parte expressiva das universidades públicas associadas à ABEPSS estão inserindo a apreensão da questão socioambiental contemporânea, ao viabilizar a sua incorporação no universo do Serviço Social, para que a temática ambiental também faça parte da construção do conhecimento geral do processo da formação permanente, principalmente, no que consiste a atuação do assistente social, para que ela não seja uma matéria entendida como centro de destaque, mas no sentido de que possa haver a possibilidade de transcorrer a articulação de um viés que detenha meios da compreensão de que os seus impactos para a população é real. Sobretudo, não devendo a profissão deixá-la despercebida das suas investigações e intervenções profissionais, pois é na instrumentalidade intelectual e científica que se qualificam as competências críticas e propositivas do trabalho e a formação profissional.

3.3 Inserção da questão socioambiental no Serviço Social

A importância de se investigar a *inserção da questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social* da FHCS/UNESP, consistiu em desenvolver a concepção do contexto que predispõe os significados da realidade pertencente a essa temática na Educação Superior, para aprofundar nessa conjuntura a intencionalidade que se manifesta nas particularidades existentes e o seu resultado no plano singular.

Para analisar a profissão como parte das transformações históricas da sociedade presente, é necessário transpor o universo estritamente profissional, isto é, romper com uma *visão endógena da profissão, prisioneira em seus muros internos*. E buscar entender como essas transformações atingem o conteúdo e direcionamento da própria atividade profissional; as condições e relações de trabalho nas quais se realiza; afetam as atribuições, competências e requisitos da formação do assistente social. (IAMAMOTO, 2004, p. 7, grifo do autor).

Ao considerar as matrizes teóricas apontadas no objeto de estudo desta análise, tratar-se-á da cientificidade dos fundamentos sócio-históricos do Serviço Social e da construção do projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), como resultado do processo de amadurecimento e aprofundamento teórico-metodológico e ético-político do Serviço Social. E, ainda, apresenta a inserção do viés socioambiental para o processo de formação e as orientações previstas no âmbito documental sobre a organização e estruturação curricular como proposta do projeto pedagógico do curso, das quais constituem-se para a sua regulamentação nesta Unidade de Formação Acadêmica (UFA).

No decurso dos 44 anos da implantação do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP, fazem parte da sua trajetória experiências e conquistas, que consubstanciaram os processos da formação profissional traçados pelas reformulações curriculares. Os seus significados perfizeram as definições do perfil curricular para o desenvolvimento do curso, em consonância das dinâmicas societárias e pelo movimento da própria categoria profissional de assistentes sociais. “Tais transformações vêm afetando a construção da esfera pública, o campo da cultura e a Universidade.” (IAMAMOTO, 2005, p. 255).

O primeiro passo concernente à construção do conhecimento no universo espacial e temporal a que se propôs desvelar foi a busca dialética da realidade contida no contexto singular do processo da formação profissional em Serviço Social da FCHS/UNESP. Para isso, o percurso de estudos realizados no ano de 2020 sobre a inserção da questão socioambiental na formação em Serviço Social, incluiu a leitura de documentos arquivados no acervo do DSS e de documentos que estavam disponíveis na plataforma digital da Universidade.

A consulta realizada nos volumes I, II, III e IV dos arquivos documentais, apontou a presença dos impactos da realidade nos currículos para o desenvolvimento do processo de formação em Serviço Social. Outrossim, pela caracterização acadêmica curricular apresentada no subcapítulo anterior, no que tange o engajamento de ações do corpo docente do curso para a configuração da articulação entre *ensino, pesquisa e extensão* universitária.

O registro documental da prática educacional, em face ao exercício do coordenador e dos professores do curso, constituiu-se um material rico para analisar o processo da sua trajetória, sobreposto a uma passagem contínua a atuação de revisões e novas reconfigurações, que apontaram avanços referentes ao aprimoramento curricular do curso e a qualificação da formação para maior excelência.

A representação dos fatores conjunturais foram essenciais para a renovação das matrizes curriculares como parte do alinhamento indicado ao novo Currículo Mínimo para os cursos de Serviço Social no Brasil. “Revigora-se uma ampla e *fecunda organização da categoria em suas*

bases sindicais, acadêmicas e profissionais.” (IAMAMOTO, 2017, p. 212, grifo do autor). Essas mudanças conduziram o processo de reformulação curricular e a implantação do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP.

Quadro 16 Currículo Mínimo: comparativo das diretrizes curriculares

Currículos Anteriores		Currículo Novo – a partir de 2000	
Área básica 1 Filosofia 2 Sociologia 3 Psicologia 4 Economia 5 Antropologia 6 Direito e Legislação Social 7 Estatísticas 8 Formação Social e Economia Política do Brasil 9 Iniciação Científica Área Profissional 10 Administração em Serviço Social 11 Desenvolvimento de Comunidade 12 Ética Profissional em Serviço Social 13 História do Serviço Social 14 Metodologia do Serviço Social 15 Pesquisa em Serviço Social 16 Planejamento em Serviço Social 17 Política Social 18 Seminário de Prática 19 Teoria do Serviço Social		Núcleo I - Núcleo de Fundamentos Históricos Teóricos-metodológicos da Vida Social . Antropologia . Filosofia . Sociologia . Psicologia Núcleo II - Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-histórica da Sociedade Brasileira . Formação Socioeconômica do Brasil . Política Social . Economia Núcleo III – Núcleo Fundamentos do Trabalho Profissional . Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social . Processos de Trabalho do Serviço Social . Ética Profissional	
Disciplinas Optativas de Currículos Anteriores		Disciplinas Optativas (2000)	Disciplinas Optativas (2015)
. Psicopatologia . Dinâmica de Grupo . Orientação Vocacional e Profissional . Introdução Estudo da Comunicação . Geografia Humana . Elementos da Administração . História Econômica do Brasil . Teoria Geral do Estado . Planejamento e Projeto . Estudo dos Problemas Brasileiros . Educação Física . Estágios Específicos . Sindicalismo . Supervisão em Serviço Social . Serviço Social Médico . Serviço Social Penitenciário . Serviço Social Rural . Serviço Social do Trabalho . Serviço Social no Campo da Família . Serviço Social de Comunidade . Serviço Social de Casos . Serviço Social de Grupos . Serviço Social da Saúde . Serviço Social do Menor . Serviço Social e Recursos Humanos		. Formação profissional e supervisão em Serviço Social . Classes e Movimentos Sociais . A questão agrária e o Serviço Social . Serviço Social, cooperativa e programa de geração de renda . Serviço Social e Poder Local . Serviço Social e planejamento estratégico participativo . Serviço Social e interdisciplinaridade . Serviço Social: cotidiano e crítica . Serviço Social e a crise da sociedade do trabalho . O Assistente Social como Analista Social . Consultoria e Assessoria em Serviço Social . Serviço Social e relações de gênero	. Serviço Social e política pública: educação, habitação, saúde, etc. . Serviço Social: trabalho e formação profissional . Serviço Social e educação popular . Serviço Social e trabalho profissional com famílias . Serviço Social na área sócio jurídica . Serviço Social e diversidade . Serviço Social e meio ambiente . Serviço Social, classes e movimentos sociais . Serviço Social, questão urbana e agrária . Serviço Social: consultoria e assessoria . Serviço Social: direitos humanos e cidadania . Serviço Social e interdisciplinaridade . Serviço Social e relações de gênero . Violência e Serviço Social

Fonte: UNESP, DSS da FCHS – Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2020).

No comparativo das *diretrizes curriculares* dispostas no Quadro 16 sobre os currículos mínimos anteriores ao que está em vigor atualmente, observa-se contidos fatores do referido movimento ocorrido nos processos da reformulação curricular nos campos do ensino. Assim as mudanças no interior da profissão fizeram parte influente da construção do perfil da formação e sendo de grande relevância para a implantação no ano de 2000 do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP.

Como resultado, tem-se que essas mudanças elencadas impactaram os currículos da graduação e pós-graduação do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, ocasionando novas reformulações curriculares que proporcionaram uma dinâmica de experiências acadêmicas e a tridimensionalidade do *ensino, pesquisa e extensão*. Os avanços, as rupturas e a renovação representaram conquistas da categoria dos estudantes, docentes e pesquisadores, pelo empenho disposto para desenvolver a estruturação e regulamentação da formação profissional. Logo, as reformulações curriculares direcionaram o rompimento do conservadorismo, e, também a inserção de temas transversais, pela indicação legislativa da LDB, da PNCs e da ABEPSS.

Sobretudo os temas transversais que constituem a proposta para os Currículos Transversais se destacam nas seguinte áreas do saber: ética, diversidade e orientação sexual, saúde, trabalho, meio ambiente, pluralidade cultural, etc., e, por isso, necessitam estar incorporados de forma indissociada entre si e entre os conteúdos programáticos dos currículos de cada área do conhecimento. Assim, a inserção da temática ambiental passa a envolver a educação e o campo ambiental, redefinindo o seu papel através da *educação ambiental* como prática educativa relacionada a questão ambiental.

Na educação de Ensino Superior, nas IES públicas ou privadas, “[...] Encontram-se iniciativas valorosas de forma isolada (uma disciplina aqui, um centro de estudos e pesquisas ali, um projeto de extensão acolá ou até mesmo um programa institucional de sustentabilidade ou de educação ambiental) [...]” (DORNFELD, [2020], p. 3). Contudo, esse é um caminho que deve ser traçado de modo que:

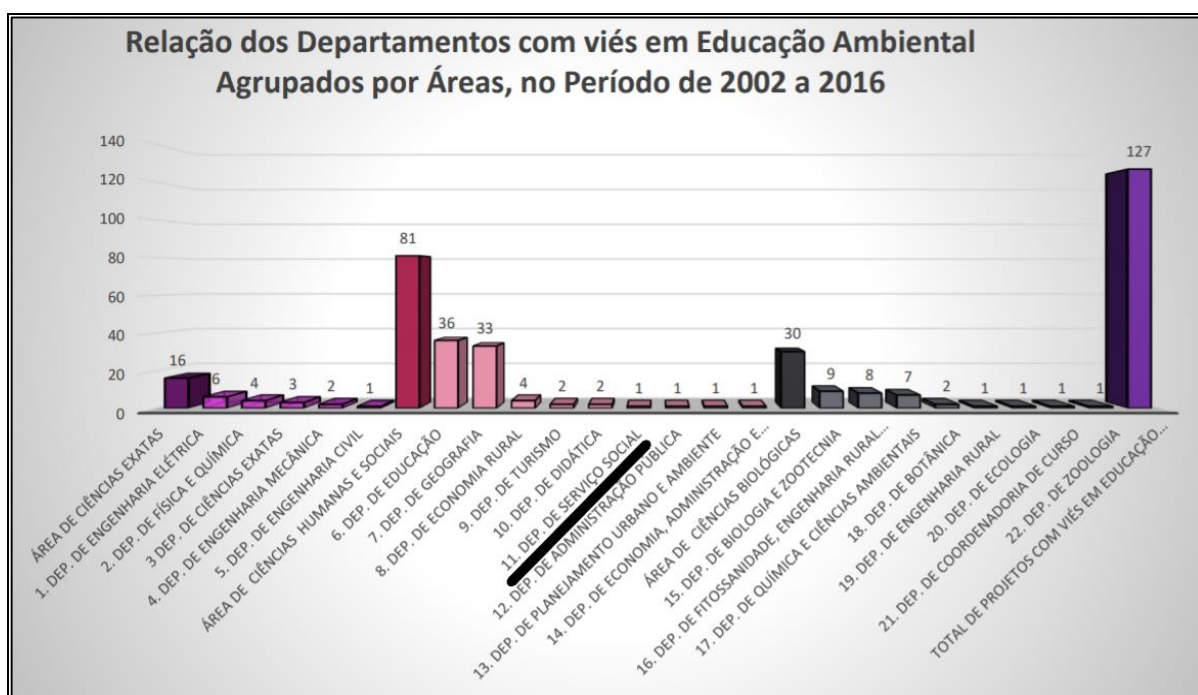
- a) O primeiro eixo transversal propiciador da ambientalização é o do diálogo sobre utopias e valores. As instituições não podem negligenciar essa responsabilidade de propiciar, a cada um dos seus participantes, um questionamento profundo do consumismo que nos distancia de nós próprios e de apresentar um grande leque de utopias de todos os tempos, estimulando, em cada pessoa, a construção de seus próprios valores e virtudes.
- b) O segundo eixo transversal para a construção dessa ambientalização das instituições é metodológico. Pode-se adotar a sugestão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como ponto de partida, enunciando quatro aprendizados essenciais ao futuro profissional do estudante-cidadão de todas as áreas e regiões: Aprender a aprender, Aprender a fazer, Aprender a estar junto e Aprender a ser. Pode-se também explicitar essas proposições na perspectiva metodológica da práxis, ou seja, o aprender fazendo, fundamentando e perseguindo o compromisso político de uma sociedade melhor e

condições existenciais melhores para todos. c) Como último procedimento sugerido, mas que pode estar no centro dessa mudança cultural em direção ao comprometimento com a construção de sociedades sustentáveis, vem a definição de um território prioritário para a atuação da Instituição, no qual ela fomente um coletivo educador formado por diversas outras instituições e pessoas que formulem e implantem cooperativamente um Projeto Político e Pedagógico emulador de demandas para as suas atividades de Pesquisa, Ensino, Gestão e Extensão. (Ibidem, p. 4-5).

Com pauta para a referida ambientalização, é possível perceber avanços significativos na trajetória das reformulações curriculares do Serviço Social da FCHS/UNESP, pois ao analisar o processo de formação nas diretrizes curriculares e o projeto pedagógico (2015), identifica-se a inserção curricular da disciplina optativa *Serviço Social e meio ambiente*, e, a ocorrência da transversalidade dos saberes entre as demais matérias e disciplinas do curso, tecendo destaque para a questão urbana e agrária. Além de dispor possibilidade de maior integração na disciplina obrigatória *Serviço Social e Realidade Regional*.

Do mesmo modo, sobre o viés em *educação ambiental* a partir da pesquisa realizada por Giometti (2017, p. 212) nos cursos de graduação das Faculdades da UNESP agrupados por áreas do conhecimento no período de 2002 à 2016, consta que o DSS da FCHS como parte da área das ciências humanas e sociais, viabilizou uma pequena representatividade em relação aos demais cursos, sendo o maior desempenho apresentado para a área das ciências biológicas e com menor participação das ciências exatas, conforme ilustrado no Gráfico 1 a seguir:

Gráfico 1 Departamentos com viés em educação ambiental na UNESP



Fonte: Extraído de Giometti (2017, p. 214).

O viés da *educação ambiental*, assim sendo, de maneira gradual vem expandindo a sua orientação no DSS da FCHS/UNESP. Entretanto, por ainda haver pouco enfoque curricular da temática, vem demonstrando fragilidades e delimitações nos conteúdos programáticos, e, por isso, indica um caminho a ser trilhado para que na implementação transversal possa incorporar com maior exatidão o viés socioambiental no processo de ensino.

Deste modo, na consulta realizada nos planos de ensino das 4(quatro) séries do curso de Serviço Social do DSS da FCHS/UNESP em 2019, observou-se esse avanço na implementação das propostas do novo currículo mínimo, mas, também, por outro lado, com pequena inclusão da *temática ambiental* no conteúdo programático do curso. Foram identificadas 2 (duas) disciplinas nos planos de ensino, com apontamentos no ementário que continham esta abordagem, tal como evidenciadas nas disciplinas — *Serviço Social: Organização e Gestão do Trabalho Profissional* (Estimular processos de qualidade no meio ambiente interno e externo à organização e de profissionalização administrativa) e *Antropologia* (Relação natureza, cultura e sociedade. Etnocentrismo e relativismo de vida e ambiente. Concepção de antropologia).⁹⁶

Entre as demais disciplinas nos planos de ensino, tais como: Serviço Social e Legislação II; Serviço Social e Realidade Regional; Ética Profissional I; Economia I; Fundamentos Sociológicos II; Fundamentos Filosóficos II e FTMS: O Debate Marxista Contemporâneo na Profissão, foram encontradas referências bibliográficas complementares e correlacionadas à área ambiental que estão dispostas no conteúdo programático, das quais identificaram-se os seguintes exemplares:

- . ADORNO, T. W. A Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2004;
- . ARENDT, H. A condição humana. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987;
- . BRANCO, S. M. Meio ambiente: uma questão moral. São Paulo: OAK, 2002;
- . _____. O desafio amazônico. São Paul: moderno, 1989;
- . BRANDÃO, A.; REZENDE, G.; MARQUES, R. Crescimento agrícola no período: explicação da área plantada com soja e meio ambiente. IPEA: Texto para discussão n. 1062, 2005;
- . BRASIL, Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamente os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. Estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Constituição Federal, coletânea de legislação de direito ambiental. 2. ed. ver. São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 463-475, 2003;
- . CAPRA, F. Teorias sistêmicas: a teia da vida. São Paulo: Cultrix, 1996;
- . DRANE, J.; PESSINI, L. Bioética, Medicina e tecnologia: desafios da libertação Latino-americana. São Paulo: Loyola, 1987;

⁹⁶ Consulta realizada na STG - Programas de Ensino Digitalizados da FCHS/UNESP (2020), para o curso de graduação em Serviço Social (DSS) estava disponível o arquivo na modalidade digital dos egressos planos de ensino desde o ano de 1993 à 2019, sendo lidos o primeiro e os últimos 3 (três) programas de ensino do curso. Quanto a análise comparativa percorrida entre eles, identificou-se que no ano de 2017 havia na disciplina de Indicadores sociais o conteúdo programático — *Indicadores de qualidade e de meio ambiente* como parte do ementário, porém não foi elencado para o plano de ensino do ano de 2019, sendo observado que houve nesse período a mudança do professor responsável pela ministração da disciplina.

- . ENGELS, F. A questão da habitação. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988;
- . FANON, F. Os condenados da terra. Ed. Civilização Brasileira. 1967;
- . IANNI, O. A era do Globalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996;
- . _____. Ditadura e Agricultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979;
- . IOSCHIPE, E. [et al.]. Setor de desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005;
- . HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W. Dialética do esclarecimento. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006;
- . MARX, K. O Capital. São Paulo: Nova Cultural, 1986;
- . _____. A Ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 2007;
- . SANT'ANA, R. S. Trabalho bruto no canalial: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012;
- . VALADÃO, V. A. Privatização da terra: inserção da questão agrária e ambiental. In: Revista Temporalis, ABEPSS, Ano 12, n. 24, jul./dez. 2012;

É importante descrever que o debate sobre a questão socioambiental no universo do Serviço Social, por ser algo recente na profissão, ainda tem se apresentado incipiente de produção e discussão como parte da cultura profissional, posto que, a abordagem da cultura profissional do Serviço Social brasileiro e suas tendências teóricas demarcam fundamentos sobre as diferentes direções “[...] na formação, na produção do conhecimento, no trabalho e na organização da categoria profissional.” (MOLJO; SILVA, J. F. S., 2019, p. 115). Por isso, o conjunto bibliográfico do conteúdo programático nos planos de ensino indicará um quadro geral da formação profissional, cujo a prática acadêmica está atrelado aos movimentos da realidade social, postulando os desafios científicos e a construção do conhecimento.

Ademais, a indicação da temática ambiental, integrada com as demais disciplinas na formação em Serviço Social, deverá ser percebida de maneira transversal com as diversas áreas do saber, o que é imprescindível para aprofundarmos este debate, no sentido de que não há como negar a emergência da questão socioambiental contemporânea e a inserção articulada dos temas socioambientais nos currículos de Ensino Superior, para que haja maior ênfase a necessária construção de sociedades sustentáveis e a formação de profissionais comprometidos com a empreitada socioambiental.

Nos processos de pesquisas e extensão universitária no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, é possível analisar que dentre aqueles existentes e que foram apontados no subcapítulo anterior, acerca da *temática ambiental* (financiados ou não), viabilizaram a experiência dessa junção entre os eixos e demais projetos temáticos como sendo importantes para a formação e por atender a comunidade científica na graduação e pós-graduação.

O avanço para o engajamento de temas socioambientais pode estar atrelado igualmente à possibilidade do acesso integrado aos núcleos de *ensino, pesquisa e extensão*, que também são desenvolvidos pelos outros departamentos da FCHS/UNESP, tais como: os grupos de pesquisa do Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Sociais (DECSP) —

Educação Ambiental / Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente e Educação Ambiental (GEPEA) / Estudos em Política e Direito Ambiental Internacional. Além de projetos de pesquisas e extensão dos Departamentos de História (DH), Departamento de Relações Internacionais (DERI), Departamento de Direito Privado, Processo Civil e do Trabalho (DDPPCT) e do Departamento de Direito Público (DDPB), que a exemplo de inserção, foi identificado o desenvolvimento do projeto de extensão no ano de 2020 — *Cidades saudáveis e sustentáveis: políticas públicas urbanas em matéria de meio ambiente e saúde*.

Na mesma amplitude, no Departamento de Serviço Social (DSS) da FCHS/UNESP, denota-se essa abordagem nos processos da extensão do Núcleo Terra e Raíz (NATRA), com integralização dos docentes, estudantes e pesquisadores em projetos de pesquisas e serviços à comunidade, dos quais apontam a inserção da *temática ambiental* de maneira incorporada na transversalidade com a questão agrária, foco central desta extensão universitária. Outro elemento a ser destacado é o desenvolvimento do grupo de pesquisa Gestão Socioambiental e a Interface com a Questão Social (GESTA), que teve seu início no ano de 2002 e tem contribuído significativamente como centro de pesquisas na área de gestão social e ambiental, com vários trabalhos realizados no âmbito da graduação e pós-graduação sobre a temática do grupo como parte da formação em Serviço Social.

O GESTA busca compreender questões socioambientais em função da percepção das lacunas do Estado no atendimento de carências nesta área. A participação efetiva de alunos (graduação e pós-graduação) e docentes e pesquisadores da Unesp enfatiza a importância da proposta, buscando soluções compartilhadas, abrangendo investigações junto à sociedade civil organizada, organizações governamentais, Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas. (GIOMETTI; LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 29).

Para analisar como foi avançando o processo da inserção da temática ambiental na graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP, realizou-se uma leitura analítica do processo *ensino, pesquisa e extensão* contido nas diretrizes curriculares do projeto pedagógico do curso. Nesta acepção, deteve-se a importância do desenvolvimento da iniciação científica, tendo como pré-requisito a entrega do Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) para a obtenção do diploma de graduação em Serviço Social. “É o trabalho no qual o aluno sintetiza o seu conhecimento, como resultado de um processo investigativo, a partir de uma indagação teórica, preferencialmente provocada pela prática de estágio.” (IAMAMOTO, 2005, p. 286).

À vista disso, efetuou-se uma consulta e identificação dos trabalhos de iniciação científica com a *temática ambiental*, metodologicamente utilizando a busca das publicações de conteúdos disponibilizados no acervo da biblioteca da FCHS/UNESP, a partir da leitura dos

títulos, resumo e palavras-chaves, tais como: questão socioambiental, natureza, meio ambiente, Desenvolvimento Sustentável e sustentabilidade ambiental. Ao todo, dentre o conjunto total de publicações dos TCCs na biblioteca do câmpus, foram encontrados 22 exemplares com a abordagem do assunto estudado, em conformidade com o Quadro 17 destacado abaixo:

Quadro 17 TCC - Trabalho de Conclusão de Curso com a temática ambiental

Graduação em Serviço Social - Título do TCC	Ano	Orientador
Participação popular e meio ambiente: um estudo sobre as relações CETESB-Comunidade de Franca	1987	Prof. Dr. Juventino de C. Aguado
Serviço Social e meio ambiente: responsabilidade do homem, direito do cidadão e humanização no trabalho	1993	Prof ^a . Dr ^a . Maria Ester B. Faria
Uma questão de sobrevivência: o lixo reciclável como alternativa frente à pobreza e o desemprego	2000	Prof. Dr. Pe. Mário José Filho
Serviço Social e ecologia: o primeiro passo para uma prática preventiva	2003	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Meio ambiente, educação ambiental e transversalidade: o verde cotidiano da “E.E. José Garibaldi”, em Batatais	2003	Prof ^a . Dr ^a . Eliana Amábile Dancini
Ecologia: os impactos sociais e ambientais da ação dos chacareiros e donos de clubes ocupam as margem do Rio Pardo – Ribeirão Preto/SP	2004	Prof ^a . Dr ^a . Eliana Amábile Dancini
Educação ambiental e meio ambiente no Centro de Convivência Infantil: um olhar antropológico	2005	Prof ^a . Dr ^a . Eliane Amábile Dancini
Educação ambiental e socioeconomia solidária: a experiência da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e região	2005	Prof ^a . Dr ^a . Eliane Amábile Dancini
O desenvolvimento sustentável como meio para atingir a equidade social utilizando como instrumento a práxis	2006	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
As reviravoltas entre ecologia e Serviço Social	2006	Prof ^a . Dr ^a . Eliane Amábile Dancini
Meio ambiente, degradação ambiental e indústria de curtumes: desafios para uma prática sustentável	2006	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Crise socioambiental: uma nova realidade para o Serviço Social?	2008	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Cana doce, vida amarga: modernização e aspectos ambientais da região canavieira de Ribeirão Preto/SP	2008	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
A questão ambiental e a água: espaço ocupacional do Serviço Social	2010	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Ecologia e estética: tecendo saberes com o Serviço Social: “eu penso renovar o homem usando borboletas”	2010	Prof ^a . Dr ^a . Eliane Amábile Dancini
Serviço Social e a questão socioambiental: uma abordagem das tecnologias sociais como estratégias para a sustentabilidade	2010	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
A questão ambiental como campo de atuação do Serviço Social	2011	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
Serviço Social e meio ambiente: preservação ambiental e qualidade de vida na SABESP do município de Franca/SP	2011	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Serviço Social e desenvolvimento sustentável: análise e reflexão para o alcance de uma nova ordem societária	2012	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno do Reis Giometti
Identidade recicláveis: a identidade dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Franca/SP	2013	Prof ^a . Dr ^a . Helen B. Raiz Engler
A questão ambiental como uma das expressões da questão social	2013	Prof ^a . Dr ^a . Josiane Julião Alves de Oliveira
A atuação ambientalista do Serviço Social: a presença da educação ambiental na Política de Assistência Social de Franca/SP	2015	Prof ^a . Dr ^a . Raquel dos S. Sant’Ana

Fonte: UNESP, Biblioteca da FCHS – Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2020b).

Desde a implantação do curso de Serviço Social, no câmpus de Franca (SP), o desenvolvimento dos TCCs tem sido avaliado para catalogação e publicação no acervo da biblioteca. A consulta dos exemplares ocorreu por meio de uma listagem documental dos Títulos dos TCCS disponibilizados pela biblioteca, totalizando 1.466 exemplares que foram publicados de 1980 à 2017. Posteriormente, a catalogação dos TCCs está passando por um processo de reestruturação, com a mudança da modalidade do acervo físico para inclusão no sistema da plataforma digitalizada do repositório institucional da STG — para os Acervos Digitalizados das bibliotecas da UNESP.

No conjunto dos assuntos abordados nos TCCs, observou-se amplitude sobre os eixos temáticos quanto as preocupações de uma profissão que está ligada às mudanças da realidade social, com temas de estudos que foram ganhando destaque frente às alterações sociais locais, regionais e globais. Assim, para maior visualização sobre as suas publicações no Serviço Social com a temática ambiental, destaca-se no Gráfico 2 abaixo as seguintes características:

Gráfico 2 TCC - Curso de Serviço Social – FCHS/UNESP



Fonte: TCC – Trabalho de Conclusão de Curso com a temática ambiental (2020).

Os *demais assuntos* ilustrados aproximam-se de uma ampla literatura relacionada com as transformações do mundo do trabalho, questão agrária e urbana, etnia, diversidade e orientação sexual, cultura, educação, seguridade social (saúde, previdência e assistência social), e, etc. Os temas presentes no quadro das citadas publicações representam as preocupações contemporâneas do Serviço Social e contextualizam as principais manifestações da “questão social” enquanto fatores que se constituem para a qualificação e o exercício profissional.

Para os TCCs publicados com a *temática ambiental*, é perceptível que foram percorridos enfoques quanto à importância desta temática no universo do Serviço Social. Outra observação importante transmuta na prática acadêmica dos docentes orientadores, pois dos professores que

tiveram maior destaque de publicações foram ou são integrantes de grupos de projetos de pesquisa e extensão que contém abordagens de temas socioambientais como parte de uma política de prática acadêmica universitária, dando possibilidades para a comunidade científica que dela participa de se constituir uma qualificação que capacite no percurso da formação o viés socioambiental para o exercício da futura prática profissional.

Partindo do pressuposto existente na articulação entre graduação e pós-graduação para o processo da formação em Serviço Social, com o mesmo objetivo foi realizado esse procedimento metodológico na publicação de Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado do PPGSS - FCHS/UNESP, a partir da análise dos títulos, resumos e palavras-chaves correlacionados aos temas socioambientais catalogados na biblioteca do câmpus e/ou publicados no repositório digital da Universidade desde 1995 à 2019, dos quais foram destacados nos Quadros 18 e 19 os seguintes exemplares:

Quadro 18 PPGSS - Dissertações de Mestrado com viés socioambiental

Pós-graduação em Serviço Social - Título da Dissertação	Ano	Orientador
Trabalhando com a terra e reconstruindo a vida: a experiência do projeto da horta comunitária	1997	Prof ^a . Dr ^a . Maria Lucia Martinelli
Os canaviais de rio das pedras-SP: vida e trabalho	2001	Prof ^a . Dr ^a . Lilia C. de O. Martins
A geração de renda no seringueiras – (Uberlândia – MG), a partir de trabalhadores de mão-de-obra não qualificada e de baixa escolarização: uma leitura de justiça como equidade em processo político de intervenção social	2001	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Ilha Solteira e projeto de cinturão verde: histórias e contradições	2004	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Assentamento Horto Florestal Guarany no município de Pradópolis/SP: uma real conquista ou difícil realidade?	2004	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Acampamento Santa Maria: “sua luta, sua história”	2005	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Empregada doméstica: a construção do seu cotidiano no mundo urbano a partir da migração do campo	2005	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant’Ana
Saúde, meio ambiente e complexidade	2005	Prof ^a . Dr ^a . Eliana Amábile Danici
No fundo do quintal: A co-resistência como estratégia de sobrevivência no complexo das favelas dos Amarais/município de Campinas/SP	2005	Prof ^a . Dr ^a Israilda Giacometti
Acesso à justiça: desafios para o Serviço Social	2006	Prof. Dr. Pe. Mário José Filho
O espaço social em questão: o movimento União dos Sem-Tetos em Ribeirão Preto/SP	2006	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant’Ana
Reforma agrária no governo Lula / uma análise do II Plano Nacional de Reforma Agrária	2006	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant’Ana
Estratégias de sobrevivência e renda do cortadores-de-cana de Barrinha diante do crescente processo de mecanização de corte	2007	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Temática agrária e escola: apoio, entraves ou indiferença	2007	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
A ética na educação: um componente de mudança de conduta	2007	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
A trajetória da vida dos assentados de Primavera e Belo Monte	2008	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant’Ana
O acidente do trabalho na construção civil em Uberaba/MG: um espaço de “des(construção)” do humano	2008	Prof ^a Dr ^a . Helen B. Raiz Engler
A pesquisa como subsídio ao trabalho do Assistente Social	2008	Prof. Dr. Pe. Mário José Filho
A questão das redes socioassistenciais: gestão	2008	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac

Pós-graduação em Serviço Social - Título da Dissertação	Ano	Orientador
Interpretações da hipertensão arterial em sistêmica grupo de apoio	2008	Prof ^a . Dr ^a . Iris Fenner Bertani
Imaginários e representações da morte: caminhando sobre o fio da navalha	2008	Prof ^a . Dr ^a . Eliana Amábile Danici
Entre as safras da cana-de-açúcar: desafios para o profissional de Serviço Social na agroindústria canavieira	2009	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
O trabalho rural em Guaíra/SP e a Política de Assistência Social	2009	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant'Ana
Responsabilidade social: um estudo sobre o compromisso ético e cidadão do empresariado brasileiro com a educação	2009	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
A sustentabilidade das indústrias urbanas associadas ao CIESP: Diretoria Regional de Ribeirão Preto	2009	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
O adocimento dos trabalhadores no processo de trabalho: a situação dos cortadores de cana-de-açúcar da região de Monte Aprazível/SP	2009	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant'Ana
Gestão de Organizações Não Governamentais	2011	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
Nos talhões dos canaviais: a narrativa de uma história em construção	2011	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant'Ana
A “nova” senzala é logo ali: ao lado da “capital do agronegócio” lá no fundo dos canaviais sertanezinhos	2011	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Vidas precarizadas: um estudo sobre o cotidiano de famílias sob a ótica feminina	2011	Prof ^a . Dr ^a . Ana Cristina Nassif Soares
Sindicato dos Eletricitários de Campinas: em face da reestruturação produtiva e a terceirização	2012	Prof. Dr. José Walter Canoas
Levantados do Chão: a construção da identidade de gênero no processo de implementação das políticas agrárias	2012	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant'Ana
A atuação do Assistente Social como educador ambiental nos projetos de trabalho técnico social	2012	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno dos Reis Giometti
Raízes e sombras: luta e resistência na formação da identidade quilombola	2013	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant'Ana
Trabalho no corte de cana-de-açúcar e o lazer: uma análise dos tempos de lazer cultural	2013	Prof ^a . Dr. Raquel dos S. Sant'Ana
Desafios e possibilidades: a luta por (re)costurar a vida	2014	Prof ^a Dr ^a . Helen B. Raiz Engler
A política de responsabilidade social na empresa Furnas São José da Barra/MG	2014	Prof ^a . Dr ^a . Rosalinda C. Pimentel
Juventude e meio ambiente: pesquisa-ação em educação ambiental realizada no Programa Projovem Adolescente de Franca/SP	2015	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno dos Reis Giometti
Da margem ao centro dos holofotes: o arcabouço legal dos catadores de material reciclável e reutilizável	2015	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno dos Reis Giometti
As vozes e as visões dos catadores de materiais recicláveis sobre o meio ambiente.	2015	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno dos Reis Giometti
Formação profissional em Serviço Social: estágio supervisionado e a realidade do trabalhador estudante	2015	Prof ^a Dr ^a Adriana Giaqueto Jacinto
Questão socioambiental e suas inter-relações com o Serviço Social	2016	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno dos Reis Giometti
Planejamento e gestão na responsabilidade social: desafios para o Serviço Social	2016	Prof ^a . Dr ^a . Rosalinda C. Pimentel
Serviço Social e Educação Ambiental: um estudo da Associação de Proteção e Preservação Ambiental (APPA)	2017	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno dos Reis Giometti
A educação e a diversidade sexual e de gênero: uma análise da proposta dos temas transversais na perspectiva dos educadores.	2017	Prof ^a Dr ^a . Eliana Bolorino Canteiro Martins
O trabalho do Assistente Social e a questão socioambiental: dimensão educativa em perspectiva	2018	Prof ^a . Dr ^a . Maria José Oliveira Lima
Modo de vida e trabalho dos catadores de materiais recicláveis no Amazonas: o acesso a bens e serviços sociais	2018	Prof ^a . Dr ^a . Nayara H. Dutra Oliveira
Meio ambiente e Serviço Social: formação em Serviço Social na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM)	2019	Prof ^a . Dr ^a . Analúcia Bueno dos Reis Giometti

Fonte: UNESP, Biblioteca da FCHS – Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2020c).

Quadro 19 PPGSS - Teses de Doutorado com viés socioambiental

Pós-graduação em Serviço Social - Título da Tese	Ano	Orientador
Movimentos sociais urbanos: estrela da vitória: percepções e interpretações	2004	Prof. Dr. José Walter Canoas
A cidadania no espaço público e privado	2006	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Clamor da luta pela terra: igreja e trabalhadores na busca da transformação social	2007	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
A produção do conhecimento em serviço social: o mundo do trabalho em debate	2008	Prof. Dr. José Walter Canoas
Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo	2009	Prof ^a . Dr ^a . Neide A. de Souza Leheld
Reciclando o destino: a trajetória do cortador de cana que se tornou catador de recicláveis e autogestor de seu ofício.	2010	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
O associativismo como alternativa de desenvolvimento na dinâmica da economia solidária	2010	Prof ^a . Dr ^a . Neide A. de Souza Leheld
Incubadoras universitárias na economia solidária: embriões da transformação?	2011	Prof. Dr. José Walter Canoas
Educação de jovens e adultos: subsídios à construção da cidadania	2012	Prof. Dr. Ubaldo Silveira
Turismo rural: uma viagem de inclusão produtiva	2013	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
Questão jurídica e social para o Terceiro Setor: associações sem fins lucrativos de atividades profissionais e clubes de serviços / Franca – SP	2013	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
Terceiro setor: a gestão do pensar, sentir, agir	2013	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
Gestão das Fundações e responsabilidades social	2013	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
Serviço social e meio ambiente: a contribuição do Assistente Social em Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	2013	Prof ^a . Dr ^a . Rosalinda C. Pimentel
As condições de vida dos assentados da região de Andradina: a realidade e os indicadores de avaliação da política pública de re- forma agrária	2013	Prof ^a . Dr ^a . Raquel dos S. Sant’Ana
O trabalho rural e a sazonalidade do café: um estudo sobre assalariados do município de Campo Belo – MG	2014	Prof ^a . Dr ^a . Raquel dos S. Sant’Ana
O protagonismo das mulheres dos projetos de assentamentos localizados na mesorregião do Triângulo Mineiro: luta por efetivação de direitos?	2014	Prof ^a . Dr ^a . Raquel dos S. Sant’Ana
O Serviço Social e a avaliação de impacto na gestão de programas e projetos empresariais	2014	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
A Ideologia dos meios de comunicação social na formação da consciência familiar	2014	Prof ^a . Dr ^a . Ana Cristina Nassif Soares
A intersectorialidade das políticas de saúde e de assistência social no sistema de atenção domiciliar em Franca/SP	2015	Prof ^a . Dr ^a . Neide A. de Souza Leheld
O movimento ambientalista e as propostas de implantação de usinas de álcool no pantanal de Mato Grosso do Sul (1979-2009): um espaço sócio-ocupacional para o Serviço Social	2015	Prof ^a . Dr ^a . Célia Maria David
A reforma agrária como uma política pública de desenvolvimento ou política social?: uma análise a partir dos assentamentos rurais “Tereza do Cedro” e “Dandara” no município de Uberaba/MG	2016	Prof ^a . Dr ^a . Eliana Bolorino Canteiro Martins
Os desafios das políticas públicas na garantia de direitos: um estudo na Vara da Infância e Juventude	2016	Prof ^a . Dr ^a . Neide A. de Souza Leheld
Gestão do trabalho no sistema único de assistência social	2016	Prof ^a . Dr ^a . Claudia Maria D. Cosac
Supervisão acadêmica de estágio em Serviço Social: potencialidades para formação profissional	2018	Prof ^a . Dr ^a . Cirlene A. Hilário da Silva Oliveira
A transversalidade da ética na pós-graduação em Serviço Social	2018	Prof ^a Dr ^a . Helen Barbosa R. Engler
As tendências pedagógicas na supervisão de estágio do curso de serviço social: a compreensão dos sujeitos	2019	Prof ^a Dr ^a . Adriana Giaqueto Jacinto

Fonte: UNESP, Biblioteca da FCHS – Elaborado por Tatiane Pereira da Silva (2020d).

No período de 1995 até 2019, o PPGSS da FCHS/UNESP teve defendidas o total de 376 Dissertações de Mestrado e 177 Teses de Doutorado, entre as quais identificamos 48 Dissertações e 27 Teses que apresentaram abordagens da temática ambiental incorporada com as demais temáticas estudadas no âmbito do Serviço Social. Contudo, para os assuntos específicos da questão ambiental, foram identificados na busca por títulos — 7 Dissertações e 1 Tese de Doutorado, sendo também encontrado um número expressivo de trabalhos com viés socioambiental estendido a mesma modalidade a partir da busca nas áreas da questão agrária, gestão e terceiro setor, principalmente, quando trata-se de assuntos temáticos que abordaram os processos de atividades produtivas exercida no corte-de-cana de açúcar e coleta seletiva de materiais recicláveis.

A busca de publicações por meio do resumo e palavras-chaves ampliou a possibilidade de identificação dos exemplares que apontaram um viés socioambiental, em que se insere a temática de maneira descritiva, crítica e/ou analítica como parte do arcabouço dos estudos. Nessa modalidade, foram acessados exemplares que continham abordagens das áreas do mundo trabalho, ética, políticas públicas, saúde, movimentos sociais, e, etc. Para tanto, dentre as linhas de pesquisas desenvolvidas no PPGSS, como as temáticas da educação e formação profissional, mesmo mantendo um número representativo de publicações não identificou-se a inserção quanto a essa abordagem nas pesquisas, a não ser por 2 exemplares de Teses que trataram da supervisão acadêmica e de estágio no curso defendidas nos anos de 2018 e 2019.

Quanto a prática acadêmica dos docentes orientadores do PPGSS da FCHS/UNESP, que tiveram maior número de publicações acadêmicas direcionadas a um viés socioambiental, foram ou são líderes de projetos de pesquisa e/ou extensão com abordagem e desenvolvimento de temas socioambientais, dos quais se destacaram: Prof^ª. Dr^ª. Raquel dos Santos Sant'Ana (NATRA); os docentes aposentados da Universidade — Prof. Dr. Ubaldo Silveira (CEPEER); Prof^ª. Dr^ª. Cláudia Maria Daher Cosac (GESTA) e a Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti (GESTA), que atualmente continua credenciada ao PPGSS. Destaca-se de modo expressivo o Prof. Dr. Ubaldo Silveira, pelo decurso de sua carreira acadêmica que, enquanto docente, ampliou debates vinculados a temas transversais como o do *meio ambiente*, percorrendo maior número de exemplares defendidos e publicados por ele orientado em relação aos demais professores na graduação e pós-graduação.

Em referência à ordem cronológica evidenciada nos Quadro 17, Quadro 18 e Quadro 19 demonstra-se avanço de uma representatividade de publicações no Serviço Social com a temática ambiental ocorrida no final do sec. XX e início do sec. XXI. Nesse sentido, o interesse acadêmico pela temática pode estar relacionado com os movimentos científicos e legislativos

para o campo ambiental, a epistemologia individual dos acadêmicos e/ou pela prática da comunidade universitária (docentes, pesquisadores e profissionais).

A inserção dos projetos de pesquisas é suscitada nos trabalhos de iniciação científica, dissertações e teses, ao deter a produção intelectual e técnica dos docentes e pesquisadores envolvidos na dimensão acadêmica, para as quais podem contribuir com estudos sobre a realidade constituída na *questão socioambiental e suas múltiplas expressões*, especialmente, em face à realidade brasileira no contexto latino-americano. O caminho a ser percorrido consiste em desvelar os processos das desigualdades sociais e depredações ambientais, com apontamentos de suas variáveis econômicas, políticas, técnicas, culturais e éticas, propondo formas adequadas devido ao enfrentamento e à busca pela sustentabilidade socioambiental diante dos fatores conjunturais e estruturais que se configuram com as relações sociais existentes na sociabilidade capitalista contemporânea.

Isso refere-se a um processo que vai exigindo ampliação de debates e a construção do conhecimento na dimensão acadêmica do curso de Serviço Social. É importante destacar o processo de inserção dessa temática para expandir o diálogo e as contribuições acadêmicas contra os aspectos das delimitações que por ora fragmentam os processos educativos de uma formação ainda vivenciada na educação, devido à referência de características apreendidas por um quadro de políticas educacionais conservadoras, seletivas e restritivas.

A dinâmica evolutiva projetada na formação em Serviço Social, sobremaneira, está situado na integralização contida no processo de conhecimento intelectual, científico e tecnológico, por ser algo correlacionado a transversalidade dos saberes na área das Ciências Sociais Aplicadas. Trata-se de uma abordagem epistemológica entendida como totalidade ampliada e disposta em movimento, na qual se vê caracterizados demarcações, desafios e complexidades que, neste subcapítulo, instigou a premente investigação sobre o seu processo na formação profissional, para o que consiste as percepções da questão socioambiental e o Serviço Social nesse universo de estudo.

3.3 Desdobrando a questão socioambiental na formação profissional

Ao discorrer a epistemologia sobre a questão socioambiental no trabalho e formação profissional em Serviço Social, foi possível apreender até aqui a riqueza do *significado social da profissão* no cenário atual, pelo fato de ser uma profissão configurada no movimento da realidade social a ela pertencente. O incentivo e a motivação dos objetivos profissionais estão contidos nas necessidades sociais e na própria dinamicidade de se desenvolver o exercício

profissional. Com efeito, é compreensível a representatividade das transformações societárias enquanto fator que atinge o direcionamento da atuação profissional, pois no cerne das condições e relações de trabalho nas quais a profissão se realiza vê-se afetados as suas atribuições, competências e requisitos da formação dos profissionais.

Por ora, esse contexto também atinge a intenção e a motivação acadêmico-profissional do Assistente Social docente, ao reconhecer o papel do trabalho político do professor quanto as finalidades e determinações para a qual não existe neutralidade na prática dos educadores. Nesse sentido, detém-se a criação de planos de ensino que oportunize o processo de transmissão e assimilação de conhecimentos e desenvolvimentos das habilidades e capacidades intelectuais dos discentes, tendo em vista o conhecimento crítico dos problemas sociais para se intervir sobre uma determinada realidade nos espaços sócio-ocupacionais dos assistente sociais.

Nas mudanças que a profissão vem efetivando, sacudidas pelo incessante movimento do contexto da realidade social, tanto nas esferas mundiais ou nas particularidades da conjuntura nacional brasileira, a profissão tem se fortalecido fundamentando-se em ousado projeto ético-político profissional resultante dos processos de *crítica, ruptura e renovação* permeando o seu arcabouço teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político na perspectiva crítica. (GIOMETTI; LIMA; GUIMARÃES, 2018, p. 23, grifo nosso).

À vista disso, também, compreendeu-se como parte desse arcabouço investigativo a importância da pesquisa de campo, para incluir no universo da pesquisa a visão empírica do exercício didático-pedagógico do professor que esteve no cargo de Coordenador do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP. Para isto, enviamos um convite de participação por meio do correio eletrônico aos últimos 5 (cinco) Coordenadores do curso que exerceram esta função, sendo aplicado um questionário com perguntas semiestruturadas pelo acesso do *Word Doc.* e do *Google Forms*⁹⁷ no decurso do ano de 2020.

Para aplicação do questionário, o convite de participação voluntária aos sujeitos da pesquisa foi enviado por correio eletrônico três vezes consecutivas, entre os meses de julho, setembro e novembro de 2020, oportunizando um período de tempo satisfatório no que tange o recolhimento das respostas do questionário. Como resultado, foram obtidos a amostragem de 3 (três) devolutivas dos questionários enviados, que totalizaram uma porcentagem considerável de participantes para a sua composição nesta investigação.

⁹⁷ *Google Forms* é um aplicativo da plataforma digital do Google para o gerenciamento de pesquisas, podendo ser usado no recolhimento de materiais de pesquisas e informações diversas, bem como, no uso de questionários e formulários de registro. É um recurso da tecnologia digital que é destinado para facilitar a colaboração e compartilhamento entre os seus participantes.

A escolha de incluir o campo da Coordenação de curso como parte do estudo, deve-se à relevância do seu papel exercido nas funções políticas, gerências, acadêmicas e institucionais. As suas atribuições objetiva propor o desenvolvimento didático-pedagógico, instruir o corpo de docentes e gerir a infraestrutura dos cursos. O trabalho do coordenador irá viabilizar aprovação legal de um curso junto aos órgãos responsáveis pelas avaliações nesta instância, além de exercer a gestão das diretrizes e planos de ensino, realizando propostas de estudos para a reformulação curricular e programas dos cursos, instigando as atividades dos docentes, qualidades das aulas, inovação e tecnologias para monitoração e avaliação.

O coordenador pode exercitar um protagonismo importante para promover qualidade, renovação e rupturas da existência de um ensino fragmentado e consistente de lacunas que possivelmente existam na preparação acadêmico-profissional. Trata-se de uma projeção, que também, é resultado constituído pelas unidades de ensino — por intermédio de *professores universitários, estudantes acadêmicos e profissionais atuantes* — num viés que busca conduzir e articular as dimensões do *ensino, pesquisa e extensão*, para que possam introduzir direções e adequações dos currículos em consonância às necessidades locais e regionais, no sentido de promover o ensino-aprendizagem integral, principalmente, na vivência universitária.

De tal modo, a caracterização dos sujeitos dessa pesquisa transcorre do exercício de professores que estiveram no cargo de Coordenador(a) do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, perante as últimas 5 (cinco) coordenações de curso. A partir das devolutivas obtidas dos questionários via acesso digital, as respostas foram subdivididas para sobrepor a análise de conteúdo no que consiste a inserção da questão socioambiental na formação profissional de assistentes sociais. Assim, em conformidade com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), definiu-se a apresentação dos sujeitos participantes desta investigação na qualidade de Coordenadores do curso entre os anos de 2006 à 2020 em: *Coordenador A; Coordenador B e Coordenador C*.

Em primeira instância, tem-se a visão empírica do Coordenador, para o direcionamento acadêmico-profissional do corpo de docentes e a política do ensino teórico-prático, e, também como parte desse processo a inclusão da sua própria atuação docente no curso. Assim, foi desdobrado o primeiro questionamento sobre o aporte teórico-metodológico seguido pelos professores que exerceram a função de coordenação de curso, para entender a vitalidade dos fundamentos da sua trajetória intelectual que explica o modo de pensar a profissão. Logo, teve-se como unanimidade o seguimento embasado no *materialismo histórico-dialético*, para nesse suporte intelectual direcionar o campo da teoria e a prática do exercício didático-pedagógico das atividades profissionais de Coordenador de curso na graduação em Serviço Social.

Tendo em vista os princípios fundamentais do Código de Ética do Assistente Social que preveem na profissão a “[...] garantia do pluralismo, através do respeito às correntes democráticas existentes e suas expressões teóricas.” (CFESS, 1993), a dimensão teórica-metodológica da teoria social crítica representa hegemonia para fomentar o direcionamento da qualificação profissional, como também, faz parte do Projeto Político Pedagógico (PPP) do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP. Isso pontua o livre entendimento dos sujeitos dessa pesquisa para direcioná-los nos processos da prática acadêmica universitária, pois o seu intuito dinamiza a construção de um percurso que possa emanar qualidade e condições de aprimorar continuamente as bases estruturais do currículo, por meio das atribuições e competências provindas da coordenação e do corpo de docentes do curso.

Os esforços do trabalho crítico e propositivo devem conter uma abordagem iniciada na formação acadêmico-profissional exercida pelo próprio corpo de docentes. A dimensão acadêmica do curso, neste seguimento, deve buscar a construção coletiva da comunidade científica, a mobilização entre os docentes e discentes para a produção do conhecimento e propostas de pesquisa e extensão alinhadas aos núcleos de ensino. “A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real.” (MARX, 1996a, p. 26). É importante ressaltar que o aprimoramento e a qualidade expressa no curso coadunam avanços a partir da prática acadêmica coletiva entre docentes, discentes e pesquisadores, e, por isso, a importância de fortalecer as ações e propostas para o exercício da participação democrática e os seus resultados serão vistos nos benefícios para o universo da academia como um todo. A dimensão acadêmica no curso de Serviço Social na universidade, sobremaneira, torna-se um espaço de excelência para os processos de formação profissional, na qual deve ser compreendido a priori que:

Toda produção de conhecimentos autêntica extrai da realidade e do próprio movimento sócio-histórico os elementos de sua elaboração (com o apoio do pensamento), processo que permite capturar (ainda que não exatamente) a universalidade do complexo social estudado e explicar, por meio de múltiplas mediações, os fatos singulares da vida que também se expressam em dramas imediatamente pessoais com os quais os assistentes sociais lidam cotidianamente [...] *Portanto, situar o Serviço Social como uma profissão inserida no metabolismo do capital, como parte de sua produção e reprodução em escala ampliada, é condição básica para explicar o significado social dessa profissão e para endossar uma atuação profissional inspirada no ponto de vista da totalidade.* (SILVA, J. F. S., 2013, p. 19-20, grifo do autor).

Os pontos fecundos para as contribuições da dimensão acadêmica universitária na formação profissional em Serviço Social percorrem um nível acadêmico-profissional discorrido

no suporte pedagógico e na formação profissional articulada *no ensino, na pesquisa e na extensão*. Nesta acepção, a qualidade do curso poderá estar comprometida caso não haja esse envolvimento da comunidade acadêmica (docentes, discentes e pesquisadores) nos processos da formação. Isso perfaz o necessário exercício participativo e propositivo para o desenvolvimento programático do conteúdo dos planos de ensino, para, assim, ser direcionada a atuação docente em sala de aula, com prévia articulação nos projetos de pesquisas e na extensão universitária. E, ainda, pelos diversos fatores na Educação Superior que possam fragilizar a vida acadêmica, é importante manter o exercício de uma prática acadêmica atenta às lacunas que existam nesse âmbito, a fim de identificá-las e enfrentá-las, bem como de dispor a possibilidade da construção de um projeto de formação que vislumbre a solidificação pautada na promoção do ensino laico, de qualidade, público e gratuito.

Sobretudo, pensar o Serviço Social como sendo uma profissão inserida no tecido das relações sociais vigentes detém nas demandas profissionais desafios formulados pelos elementos complexos que tangem o exercício e a formação do Assistente Social, à medida que as exigências do trabalho profissional na esfera social vem apresentando a necessidade de investir esforços coletivos e a defesa do projeto ético-político profissional, no sentido de que profissão possa trazer respostas profissionais às demandas que delas precisam e garantir a qualidade nos serviços prestados. “Mais do que nunca é preciso compreender a realidade presente. Mais do que nunca é preciso consciência e compromisso em relação às dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política.” (JACINTO; LIMA, 2020, p. 20).

Posto isto, Iamamoto (2005, p. 113) traz questionamentos que se colocam aos assistentes sociais hoje, para o que está presente sob o ponto de vista da formulação de um terreno profundamente adverso, pois como poderia reforçar e consolidar o projeto profissional e atualizá-lo ante ao contexto social contemporâneo, sem abrir mão dos princípios ético-políticos da profissão que o norteiam. Por conseguinte, a autora menciona a seguinte relevância:

Ora, a vitalidade deste projeto encontra-se estreitamente relacionada à capacidade de adequá-lo aos novos desafios conjunturais, reconhecendo as tendências dos processos sociais, de modo que torne possível a qualificação do exercício e da formação profissional na concretização dos rumos perseguidos. (Ibidem, p. 114).

Fomentar reflexões do Serviço Social brasileiro é contextualizar o trabalho profissional de assistentes sociais frente às relações sociais engendradas no atual processo de desenvolvimento socioeconômico, que está estruturado no sistema linear de (re)produção capitalista e gestado pelo paradigma moderno de produção e consumo. A partir da lógica do progresso econômico, depara-se com as contradições resultantes nas desigualdades sociais

contidas nas múltiplas expressões da questão social. Ademais, “[...] como acumulação de capitais supõe a produção e reprodução contínuas da ‘questão social’, também o é em relação à ‘questão ambiental’ [...]” (SILVA, M. das G, 2010, p. 76, grifo do autor), desvelando a partir desta lógica os seus resultantes na desigualdade social numa mesma proporção desmedida do aumento dilacerado da *exploração, depredação e degradação* do meio ambiente.

Assim, a questão ambiental passa a configurar-se no mundo contemporâneo como parte das múltiplas expressões da questão social, em que as problemáticas sociais e ambientais se constituem indissociavelmente na esfera das projeções societárias capitalistas, que hoje, coexiste majoritariamente na esfera global. Por isso, entender este cenário multifacetado na *questão socioambiental* pressupõe desmistificar o binômio: paradigma moderno da relação homem-natureza e o processo estrutural hegemônico — modo de produção capitalista — como sendo os principais fatores para os desdobramentos da destrutividade social e ambiental.

É certo que o desenvolvimento de sua ordem sociometabólica, o capital opera inexorável e articuladamente na produção de mecanismos de apropriação da natureza e de exploração do trabalho humano: promove o desemprego e a precarização das relações de trabalho, tornando disponível um exército de famintos a ser manipulado de acordo com as necessidades de barateamento dos custos de produção; por vias idênticas, transforma a natureza em ‘condição de material da produção’, de tal sorte que tanto a depredação ambiental quanto a exacerbação da ‘questão social’ compõem uma unidade estrutural; a mercantilização da natureza e a subsunção formal e real do trabalho ao capital integram um mesmo movimento destinado a assegurar as bases materiais e simbólicas do processo de acumulação capitalista. (Ibidem, p. 231, grifo do autor).

O cenário atual e suas incidências na questão socioambiental detêm esses reflexos na vida social, na organização societária e na ciência. Não obstante, incorporar a abordagem socioambiental na Educação Superior insere-se pela necessidade de nortear a implementação da Política Nacional de Educação Ambiental como vetor pertencente aos muros internos da universidade. Assim, neste contexto, a formação profissional no âmbito do Serviço Social poderá relacionar proteção social com sustentabilidade ambiental, algo que foi destacado no CFESS (2017), para a data comemorativa de 21 de março daquele ano, “O Dia Mundial de Serviço Social nas vozes de assistentes sociais do Brasil e do mundo”, ao ser lançado como manifesto para comemorar a data e, principalmente, dar visibilidade à profissão, a ideia de se trabalhar com a temática “*promover a sustentabilidade da comunidade e do ambiente*”, que faz parte da Agenda Global, para fortalecer a relação entre o desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental, pois:

Os quatro temas da Agenda Global estão interligados e todos são igualmente importantes. Não há como proteger as pessoas em perigo social, econômico e /ou político sem também olhar para o seu ambiente físico, natural e construído. É imperativo que reconheçamos que esses vínculos são inseparáveis ao trabalharmos em todos os níveis para enfrentar as injustiças globais, promovendo a sustentabilidade comunitária e ambiental (Ibidem).

No embalo da dimensão acadêmica no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, para no que consiste a apresentação das atividades da prática acadêmica dos docentes na universidade, foi perguntado aos docentes que foram Coordenadores do curso, se havia o entendimento sobre a possibilidade de se pensar e/ou desenvolver intervenções em relação a questão socioambiental, sendo enfatizado por um dos docentes que a temática propriamente dita se deu no curso durante o período em que exerceu a função de coordenador:

Foi discutido em vários seminários de revisão curricular que o conteúdo referente ao meio ambiente seria transdisciplinar, estando presente, portanto em todas as disciplinas. Além disto, foi proposta uma disciplina optativa intitulada “Serviço Social e meio ambiente”. (Coordenador A).

Com exatidão, a citação do Coordenador A, confirma a investigação documental quanto sequência do processo ocorrida na última revisão curricular do curso no ano de 2015, em que foi inserido a disciplina optativa *Serviço Social e meio ambiente*. A inserção dessa temática avançou no âmbito da transversalidades dos saberes, algo que trouxe a possibilidade de incluir a ofertar de uma formação qualificada no âmbito socioambiental, subentendendo essa temática como parte do processo da formação profissional, para que o debate dos temas socioambientais possam ampliar o arcabouço intelectual dos graduandos em Serviço Social.

A peculiaridade do curso de Serviço Social na Unidade de Formação Acadêmica (UFA) da FCHS/UNESP, perfaz o universo do ensino universitário e seu caráter público, em que subjaz a formulação política da prática acadêmica como elemento norteador para o suporte pedagógico e a formação profissional. Nas palavras de Yamamoto (2005, p. 258), as instituições de Ensino Superior compõem “[...] um papel fundamental na preservação e transmissão do patrimônio científico e cultural acadêmico [...]”, e, por isso, que as “[...] suas funções não podem ser reduzidas lateralmente à transmissão de conhecimentos e à qualificação de mão-de-obra especializada para o atendimento das requisições do mercado de trabalho.” O seu objetivo deve ir além, trazendo maior destaque na função pública para a construção de novos conhecimentos e tecnologias inovadoras, com difusão e democratização dos serviços a coletividade e a melhoria da vida da população. Por isso, é destacada a importância do locus privilegiado da Universidade na dinâmica da vida social, pelo seu papel impulsionador na

renovação da vida social e cultural, bem como, do seu processo representativo na desenvolvimento local, regional e nacional de um país.

Não poderia ser diferente em relação à questão ambiental, pela contribuição universitária de formar e qualificar assistentes sociais críticos e competentes, por haver a composição de atividades acadêmicas atreladas na elaboração e implementação de políticas sociais públicas e na organização da sociedade civil. Isso exacerba para os processos do exercício da cidadania e democratização dos direitos socioambientais, que vão contra as injustiças e os impactos da crise socioambiental expressa com maior proeminência pelos países do globo na cena contemporânea. Diante disso, ao tecer a perspectiva epistemológica no exercício de Coordenador do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, foi apresentada a compreensão dos docentes sobre o papel da Universidade frente à questão ambiental em:

Fomentar discussões e debates, construir conhecimentos, para que seja formada uma visão de totalidade e entendimento desta temática articulada às expressões da questão social. (Coordenador A).

Considero que a universidade tem o compromisso de efetivar uma formação integral, ou seja, na perspectiva crítica portanto, que inclua a visão de totalidade em relação a dinâmica da sociedade capitalista e as expressões da questão social que se apresentam no processo histórico. A questão ambiental é de suma importância e deveria ser mais amplamente discutida no âmbito da universidade pública. Apesar de haver grupos de pesquisas, eventos científicos e outras atividades acadêmicas que tratam este tema nesta universidade, acredito que poderia ser aprofundado o debate principalmente em consonância com os movimentos sociais. (Coordenador B).

Acredito que o papel da universidade na sociedade como um todo é a produção do conhecimento científico e a devolutiva desse conhecimento à sociedade em forma de atendimentos à comunidade, desenvolvimento de tecnologias para todos os segmentos da sociedade, metodologias para o ensino, ações socioeducativas, produtos, serviços, projetos, políticas públicas, enfim, a universidade tem a função de democratizar o conhecimento científico à toda a sociedade e contribuir para a socialização do conhecimento e viabilizar formas para que esse conhecimento seja favorável ao desenvolvimento social, econômico e cultural. Assim, a questão ambiental está incluída nessa função, ou seja, a universidade deve estimular pesquisas nessa área, produzir novos conhecimentos para a superação dos grandes problemas que envolvem o ambiental. Descobrir novos caminhos para a preservação ambiental e organizar, estimular e democratizar ações de educação ambiental. Promover debates e construções científicas que possam contribuir com a elaboração de políticas públicas e também possam favorecer a mobilização e consciência crítica dos cidadãos e profissionais visando garantir a luta em favor da questão ambiental. (Coordenador C).

Essas considerações indicam que a qualidade do ensino acadêmico-profissional requer uma visão empírica ampliada sobre a conjuntura da dinâmica societária frente à questão socioambiental como parte do aporte intelectual do projeto profissional, posto que as condições de trabalho e formação caminham indissociavelmente, algo que sempre necessitará do aprimoramento intelectual continuado para que a qualificação e regularização do exercício da profissão do Serviço Social seja capaz de trazer repostas profissionais nos campos sócio-

ocupacionais dos assistentes sociais. Os avanços quanto à temática ambiental no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP pode ser notável pelo entendimento apontado sobre o papel da Universidade frente a questão ambiental, porém, ainda precisa de maior articulação na prática acadêmica para se constituir o viés socioambiental, como algo que possibilite debates e a produção de novos conhecimentos peculiares às inter-relações entre a qualidade de vida e a qualidade ambiental na esfera do organismo social.

A questão socioambiental no processo de formação profissional em Serviço Social, neste seguimento, poderá ser incorporado no ensino universitário a partir das ações acadêmicas, investigações e intervenções da educação ambiental, como também, articular a temática ambiental transversalmente na pesquisa e na extensão, e, ainda, devendo levar em consideração a existência da profissão na órbita das relações sociais capitalistas por estar inserida na mediação entre o Estado e a sociedade civil. “Para tanto, por esta temática ainda compor uma abordagem pouco estudada na profissão, precisa avançar discussões sobre esse assunto, principalmente no tocante à formação profissional.” (SILVA, T. P. 2018, p. 99).

Por isso, para avançar nos debates da questão socioambiental contemporânea no universo do Serviço Social, se faz necessário depreender o paradigma moderno capitalista na esfera social e seus impactos para a sociedade. Entre as problemáticas apresentadas, vê-se cada vez mais a expansão das injustiças socioambientais, principalmente, por estarem à beira da barbárie e multifacetadas pelo lócus cultural da produção e consumo para além do bel-prazer humano, numa dinâmica de destrutividade e espoliação aumentada das riquezas naturais, sendo assim, imprescindível a emergência de novas demandas postas à profissão, pois:

A degradação socioambiental perpassa por toda a sociedade, uma vez que os reflexos da questão social, oriunda da sociedade capitalista em tempos neoliberais, atingem a todas as classes sociais bem como o meio ambiente. O Serviço Social, profissão fundamentada em uma teoria crítica social crítica, traz grandes possibilidades de intervenção propositiva e emancipatória. O profissional de Serviço Social atua em diversas áreas sócio-ocupacionais, com diferentes segmentos populacionais e exerce por meio de uma ação socioeducativa, intervenções no âmbito da questão socioambiental, especificamente, ou, considerando a visão de totalidade, compreendendo que esta temática perpassa todas as expressões da questão social. (Coordenador A).

Conforme citado anteriormente a questão ambiental e determinada pelas condições de produção e reprodução da sociabilidade capitalista, faz parte do contexto econômico, social, político e cultural, portanto incide sobre a formação e o trabalho em todas as profissões. (Coordenador B).

Particularmente, parto do princípio que questão ambiental está intrinsecamente envolvida com a questão social. Nesse sentido, não tem como separar a questão social da questão ambiental. Se a questão social é objeto de trabalho do assistente social a questão ambiental também é. Assim, questão ambiental precisa ser evidenciada dessa forma no processo de formação profissional. (Coordenador C).

O cenário particularizado da questão ambiental citado pelos Coordenadores A, B e C foi caracterizado por igual opinião como resultante em *todas as expressões da questão social*, que mantém seu agravamento inquietante na vida social, e, conseqüentemente, sob os avanços expressivos das crises políticas, econômicas, sociais e culturais. Por ora, tais crises demonstram as suas demarcações, com o aumento cada vez maior do acesso desigual das riquezas socialmente produzidas, em especial, para àqueles que vivem do trabalho, os considerados da classe subalternizada. Assim, não obstante, abrangem-se os elementos integrantes na totalidade para o exercício do trabalho e a formação profissional, que, por isso, se faz necessário estimular um atento acompanhamento da dinâmica societária e a exigência da indissociável articulação entre a profissão, o conhecimento e a realidade, pois, os seus nexos rebatem na formação. “Mais do que isso, é condição básica para negar qualquer tipo de reducionismo, pragmatismo e utilitarismo no âmbito da profissão, caminho necessário para reafirmar e radicalizar o Projeto Ético-Político Profissional em curso.” (SILVA, J. F. S., 2013, p. 88).

Os entraves situados na desarticulação, fragilidades e fragmentos da dimensão acadêmica universitária, podem diminuir a qualidade e os objetivos do ensino-aprendizado constituídos para compor o suporte pedagógico e a formação profissional. Nesse contexto, descreve a importância dos elementos norteadores das Diretrizes Gerais na orientação da formação em Serviço Social, pois, congrega os núcleos dos planos de ensino, contempla o conhecimento das demandas existentes no mercado de trabalho e a identificação das novas demandas sociais, como algo que possibilitará maior engajamento profissional nos espaços sócio-ocupacionais. Para isso, fundamentam-se exigências e competências para o exercício da docência na Universidade, para que possam fortalecer e ampliar as ações coletivas da comunidade científica-acadêmica, como também impulsionar a revisão do conteúdo programático das disciplinas do curso e fazer alterações curriculares em função a dinâmica da realidade desvelada nas temáticas a ela pertencente.

Para desdobrar a questão socioambiental na formação profissional sugere-se a ampliação dos núcleos temáticos, que somados aos avanços já obtidos na profissão, poderão dispor de respostas frente aos processos conjunturais existentes na esfera social e contemplar a política do projeto pedagógico do curso. À vista disso, foram abordados novas exigências e perspectivas advindas da questão socioambiental presentes na visão empírica dos docentes que estiveram na Coordenação do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, das quais incluíram as seguintes pontuações:

Trazer esta discussão para o coletivo dos docentes, junto com os discentes, e pensar nos rumos da formação profissional, considerando esta questão. Pensar em estratégias de articulação dos conteúdos, tendo em vista esta temática. (Coordenador A).

O Curso de Serviço Social, de acordo com as diretrizes curriculares da ABEPSS (1996), deve ter e pautar-se em uma formação crítica e o perfil dos assistentes sociais é generalista, portanto, é preciso abarcar a discussão da questão ambiental que esta imbricada as condições de vida humano-social. Penso que deve haver debate mais intenso inserido na grade curricular e mobilizar o conhecimento e a articulação com os movimentos sociais que abarcam o tema questão ambiental. (Coordenador B).

Penso que a coordenação deve promover espaços de discussões sobre essas questões e, continuamente, revisar o projeto político pedagógico do curso. O projeto pedagógico do curso deve ser revisto sempre, pois a realidade social e ambiental é dinâmica e por isso a proposta pedagógica tem que acompanhar os direcionamentos do movimento da sociedade como um todo. (Coordenador C).

A dimensão acadêmica, no que diz respeito a prática da docência de acordo com o enunciado pelos Coordenadores A, B e C, precisa ser assumida com maior responsabilidade e compromisso ético frente da questão socioambiental, devendo ser traçada com maior intensidade nos currículos da formação profissional exigências e perspectivas didático-pedagógicas e atividades teórico-práticas como parte integrante do Projeto Político Pedagógico do curso de graduação em Serviço Social.

Assim sendo, o ponto crucial para desdobrar a questão socioambiental na formação profissional configura-se pelo fato de que a problemática ambiental atinge diretamente a vida das pessoas e a vida em sociedade. Logo, os aspectos centrais da dinâmica societária, vem dinamizando “[...] um recrudescimento da desigualdade social com expressões particulares nos espaços urbanos e rurais.” (SILVA, J. F. S., 2013, p. 89), que impactam-se na profissão, na categoria dos profissionais e no contexto em que atuam os assistentes sociais. Desconsiderar esses aspectos no Serviço Social brasileiro é excluir as definições da realidade estrutural dominante no país e suas características na América Latina, das quais fizeram parte da sua formação social: *capitalismo dependente, processo colonialista e o imperialismo capitalista fundamentado desde o século XX*. Como consequência, vê-se a devastação ambiental predatória como parte das devastações ocorridas no geral, da disseminação apropriada da histórica e da exploração dos povos nativos e, também, sob os povos que foram determinados pela escravidão (povos originários e negros). São demarcações pontuais que não foram superadas ao longo de tempo, em que as mudanças históricas somente camuflaram os conflitos ali existentes, mas elas se mantiveram vedadas nas falácias estruturais como parte da sua continuidade.

Para o exercício dessa dinâmica educativa, é de fundamental importância a definição do papel da prática acadêmica docente frente a questão socioambiental, para que o nível de qualidade na formação possa concretizar os objetivos traçados na graduação de profissionais

capacitados e competentes. O primeiro passo é reconhecer a necessidade da formação profissional permanente dos professores, subentendendo que a qualificação do processo educativo se inicia nas reflexões críticas da própria prática docente. É preciso investir na participação em pesquisas transversais, auxiliar na tomada de consciência e proposição de ações que incluam o ambiental no universo do Serviço Social, bem como de inserir diálogos e debates sobre esta questão e incluir discussões ampliadas nos programas das disciplinas é um caminho a ser percorrido para coparticipação estabelecida em um processo de formação profissional comprometido com a sustentabilidade socioambiental.

Não obstante, o papel do Coordenador do curso será essencial para se discorrer sobre participação e a mobilização do corpo de docentes do curso a pensarem a prática acadêmica exercida frente a questão socioambiental. Na qualidade do exercício de Coordenador do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP para dispor a efetivação desse processo na academia, foram destacados pelos participantes da pesquisa as seguintes características:

Fomentar discussões coletivas, trazendo as questões ambientais e estimular estratégias de articulação dos conteúdos. (Coordenador A).

Mobilizar o debate sobre questão ambiental com o corpo docente, discente e os movimentos de estudantes existentes na universidade, envolvendo as representações do tripé: ensino, pesquisa e extensão. É preciso reconhecer que o debate ocorre de forma transversal nas diversas disciplinas do curso, em alguns grupos de pesquisa e extensão, mas acredito que é preciso ampliar e aprofundar como já citado anteriormente. Diante da emergência histórica do empenho em mobilizar a sociedade civil para posicionamento mais incisivo sobre a situação ambiental no Brasil e no mundo, deve haver um fortalecimento das iniciativas de reflexão, posicionamento político e portanto, ações nesta direção a partir da iniciativa da universidade e, em especial, do curso de Serviço Social. (Coordenador B).

A partir da revisão curricular do curso será possível rever atividades desenvolvidas e criar outras mais direcionadas as questões centrais da questão socioambiental. Rever os conteúdos das disciplinas e bibliografias na perspectiva de adoção de novos elementos teórico-práticos. Criar Disciplinas optativas que possam complementar as obrigatórias nas discussões e pesquisas sobre a questão ambiental. Promover sistematicamente fóruns, seminários, grupos de pesquisas, e outras possibilidades para o pensar reflexivo e o agir comprometido com a sociedade e o meio ambiente. (Coordenador C).

A formação de Assistentes Sociais no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, tece na sua trajetória a contribuição do Coordenador de curso, enquanto participante das conquistas e experiências vivenciadas na formação da estrutura curricular do curso de Serviço Social dessa Unidade de Formação Acadêmica (UFA), que foram permeados por avanços constituídos por um formação pautada nas orientações da LDB, da PNCs e da ABEPSS. Ao perguntar aos participantes da pesquisa se seria possível estabelecer no curso uma prática acadêmica na

perspectiva socioambiental, foi destacado pelos Coordenadores A e C as seguintes delineações sobre essa articulação no curso:

Nas discussões a respeito da Reestruturação Pedagógica, era consensual que a questão socioambiental deveria perpassar todas as disciplinas, além de o projeto contemplar uma disciplina optativa específica sobre o meio ambiente. No entanto, outras ações, eram pontuais e desarticuladas, como pesquisas, ações extensionistas. (Coordenador A).

Criando uma prioridade no planejamento estratégico do curso de Serviço Social. Se não houver um planejamento forte, construído coletivamente e um conselho de curso comprometido com a questão ambiental, impossível de materializar. Se o conselho de curso assume junto com a coordenação o compromisso de implantação de prática acadêmica com esse propósito é possível... mas se não houver uma coesão no conselho. (Coordenador C).

As dificuldades para articular e mobilizar a materialização de um processo formativo no viés socioambiental mencionados pelo Coordenador A e C, estão confirmadas nas delimitações identificadas na investigação documental quanto ao pouco enfoque que ainda existe nas disciplinas dos conteúdos programáticos e pela apresentação de uma pequena parte dos docentes que demonstram-se engajados na inclusão da temática nas atividades acadêmicas. Outrossim, foi percebido um certo anonimato por parte dos professores no interesse efetivo do debate sobre a questão socioambiental, até mesmo pelo fato de ter sido algo apresentado na análise dos documentos curriculares e, também, pode estar atrelado a própria ausência dos docentes que não se manifestaram participar desta investigação.

Contudo, os Coordenadores do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, participantes desta investigação, ao comporem esse processo científico, exercitaram o desempenho e o compromisso na pesquisa acadêmico-profissional, quando levaram em consideração as ações coletivas para a existência da academia e o fortalecimento do projeto de formação, pois, se no processo de ensino não abraçarmos com coragem as demandas postas à profissão, assim outras áreas profissionais o farão. Com isso, certamente perderemos a chance de redimensionar a práxis social e a própria importância da profissão no organismo social. Cabe a todos, enfatizar o exercício da crítica no âmbito do trabalho e a formação profissional, no sentido de não perder as conquistas obtidas no passado e manter o compromisso em aperfeiçoar os currículos da qualificação profissional, além, de entender a profissão situada na dinâmica social do mundo do trabalho, pois essa categoria também sofre os mesmos embates na esfera social.

Em vista disso, destaca-se a importância da formação profissional no viés socioambiental como meio de tecer novos olhares e novas possibilidades acerca desta questão, bem como, de incluí-las nas investigações e intervenções do Serviço Social. As contribuições dos docentes tornam-se essenciais para a sua implementação no curso de Serviço Social, ao

compor o processo da formação profissional por meio de uma prática acadêmica solidificada ao exercício da práxis social em face ao enfrentamento das mazelas da questão social postas na dinâmica societária, pois a inserção desta temática na prática docente universitária possibilitará neste âmbito capacitar o profissional a trabalhar na perspectiva socioambiental. Desse modo, a opinião dos docentes na qualidade de Coordenadores do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, apontaram os seguintes aspectos a ser exercido no curso:

Fomentar discussões coletivas, trazendo as questões ambientais e estimular estratégias de articulação dos conteúdos. Não podemos dizer que não há um viés socioambiental, uma vez que este conteúdo está presente em todas as disciplinas, no entanto, poderia ter havido maior articulação entre os conteúdos e não houve por dificuldade de relacionamento e comunicação entre o corpo docente, que atrapalha não somente esta abordagem, como diversas outras. (Coordenador A).

Inserção deste tema de acordo com a instância, sendo: no ensino, pesquisa e extensão. (Coordenador B).

A primeira seria construir uma gestão democrática e participativa no curso, envolvendo docentes, discentes e supervisores de campo. Construir espaços participativos para o debate e socialização de resultados de pesquisas na área ambiental. Viabilizar oficinas, palestras, cursos e congressos para fomentar as pesquisas e debates, além da construção de políticas públicas e processos avaliativos dessas políticas. (Coordenador C).

Manter no universo acadêmico o diálogo crítico é um processo democrático que deve ser iniciado pela própria crítica a ser discorrida na prática acadêmica. Cabe aos professores dinamizar a monitoração e avaliação exercitada nos processos educativos, nos planos de ensino dos conteúdos programáticos, na didática-pedagógica desenvolvida nas salas de aulas, projetos de pesquisas e extensão universitária, bem como da sua articulação coletiva entre os docentes e os alunos e nos serviços destinados à comunidade.

A aprendizagem dos educandos tem que ver com a docência dos professores e professoras, com sua seriedade, com sua competência científica, com sua amorosidade, com seu humor, com sua clareza política, com sua coerência, assim como todas as estas qualidades têm que ver com a maneira mais ou menos justa ou decente com que são respeitados. (FREIRE, 2003, p. 26).

Isso é algo que emerge para a construção coletiva de um projeto de formação profissional, em que, exigir-se-á cada vez mais, manter o rigor amadurecido sobre o posicionamento crítico e político da profissão, para que se possa avançar o fortalecimento e o ideário de uma qualificação que esteja sob uma permanente atualização, especialmente, quanto aos aspectos presentes nos tecidos das relações sociais que rebatem instantaneamente no trabalho e na formação de assistentes sociais. Também, pelo fato da possível interferência dos aspectos negativos que possam haver neste âmbito, em que podem estar correlacionados com

as políticas educacionais neoliberais, como a exemplo da privatização e precarização da educação ocorridas nos últimos anos no Ensino Superior brasileiro.

Quanto à prática acadêmica da Coordenação no projeto pedagógico do curso frente às experiências vivenciadas na dimensão acadêmica e o que se observa sobre a temática ambiental, foi perguntado aos participantes da pesquisa como foram ou são desenvolvidos projetos socioambientais no âmbito de núcleos de ensino, pesquisa e extensão — entre as respostas destacadas pelos Coordenadores de curso, mantiveram na escala de 1 a 5 o desempenho dos trabalhos, ações e projetos por eles desenvolvidos durante o exercício da função de Coordenador de curso. Sobre as particularidades envolvendo o tratamento da temática ambiental no curso, teceram as seguintes pontuações vivenciadas no cargo de Coordenação do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP:

Tendo em vista o período em que fui coordenadora, ou seja, há mais de 10 anos, não tenho como responder esta questão considerando a realidade que vivenciei na época. (Coordenador A).

Foi abordado de forma transversal nas disciplinas do curso de serviço social e em grupo de pesquisa sobre o tema. (Coordenador B).

O maior obstáculo consiste na falta de consciência dos sujeitos constitutivos do processo de formação sobre a presença da questão ambiental como expressão da questão social. Particularmente, no espaço que estou inserida, percebo que o colegiado priorizam outras questões, como exemplo, a questão étnico racial, de gênero, de sexo. (Coordenador C).

Em relação ao contexto citado pelo Coordenador C, é importante ressaltar que a prática acadêmica na perspectiva socioambiental, mesmo ocorrendo de maneira transversal, ainda possui dificuldades da sua inserção com as demais disciplinas que compõem a formação. O ponto de vista socioambiental foi um aspecto identificado nos incentivos da prática docente com maior ênfase por professores que já compõem trabalhos acadêmicos, grupos de estudos e projetos de pesquisas em áreas correlacionadas com a temática.

Os resultantes que foram apreendidos na pesquisa documental quanto a inserção da temática ambiental nos planos de ensino dos conteúdos programáticos, projetos de pesquisas e grupos de estudos apresentados no Serviço Social da FCHS/UNESP, aplicado no ano de 2020, demonstraram a correlação da docência com a temática ambiental como algo que foi avançando gradualmente na prática acadêmica, mas que, ainda, apresenta pouco enfoque em várias disciplinas curriculares, apontando um caminho a ser trilhado para aumentar o seu envolvimento pelo corpo docente do curso de Serviço Social.

A partir da leitura da realidade social contida na dinâmica societária, tem-se que a questão ambiental é indissociável da crise estrutural do sistema capitalista, além, de estar gerando crises cada vez mais intensas e baixo crescimento mundial. Diante disso, pontua-se a necessidade de estarmos atentos a importância temática ambiental inserida na dinâmica da prática acadêmica, no sentido de que ela possa apresentar-se como parte do arcabouço teórico e prático com maior expressividade do que está incorporado no momento, pois, ao colocar isso em questão indaga-se a relevância de que:

Antes de qualquer tentativa de discussão de técnicas, de materiais, de métodos para uma aula dinâmica assim, é preciso, indispensável mesmo, que o professor se ache 'repousado' no saber de que a pedra fundamental é a curiosidade do ser humano. É ela que me faz perguntar, conhecer, atuar, mais perguntar, re-conhecer. (FREIRE, 2007, p. 86, grifo do autor).

No impetuoso contexto agregado aos desafios da dimensão acadêmica para a formação profissional em Serviço Social, deve-se considerar nesse âmbito que a conjuntura atual está fortemente contextualizada no enraizamento da lógica privatista e mercantilizada na vida social; conduzidas por demarcações do conservadorismo, pautado em práticas discriminatórias e preconceituosas, que vem acentuado as desigualdades para um nível expressivo da destrutividade socioambiental. Ademais, ao tecer a sua expressividade traz à tona como o Serviço Social vem inserindo o debate da questão socioambiental nas dimensões do processo formativo, bem como, das reflexões epistemológicas produzidas sobre a questão referida.

Para Nunes (2018, p. 138), uma vez evidenciados seus desafios na educação, demarca-se que, por um lado, não se está defendendo que a questão socioambiental ganhe centralidade no Serviço Social em detrimento de outros temas: de outro lado, chama-se atenção para a necessidade de inserir sua discussão na formação dos assistentes sociais. Assim, defende-se que este debate aprofunde a construção de fundamentos teórico-metodológicos para embasar a análise crítica das expressões da questão ambiental no âmbito da questão social e possibilite a criação de estratégias de intervenção nesta área que possui particularidades, mas não estão alheias ou se diferem significativamente da intervenção em outras Políticas Sociais.

Mediante esses desafios postos à profissão do Serviço Social frente às manifestações contemporâneas da questão socioambiental na interface da questão social, tem-se sob esta ótica que os futuros Coordenadores de curso poderão ter um olhar mais atento à inserção transdisciplinar dos conteúdos transversais nos processos da formação profissional, a fim de contribuir nos desfechos da empreitada socioambiental. Quanto ao desafio para desenvolver no processo de formação uma prática acadêmica “nos moldes do paradigma ecológico”, foram destacados pelos participantes desta investigação as seguintes reflexões:

Conseguir uma articulação do corpo docente para que o curso tenha maior articulação entre os conteúdos. (Coordenador A).

São vários desafios, porém destaco a articulação do curso com os movimentos sociais que tratam sobre questão ambiental é uma das mais importante ações pois, facilitará a mobilização dos docentes e discentes para aprofundar conhecimentos sobre esta expressão da questão social devida importância para a vida humana. Refletir sobre questão ambiental e refletir sobre direitos humanos. (Coordenador B).

Não vejo grandes desafios... só precisa de um compromisso ético-político no sentido de colocar como prioridade no processo formativo, a defesa e ampliação de direitos sociais, na perspectiva de contribuir com a garantia de acesso às condições dignas de vida para todos no espaço terrestre. Para isso é preciso incluir com compromisso teorias, práticas e proposições na perspectiva da defesa do meio ambiente. Questão de garantia de vida com qualidade para todas as pessoas. (Coordenador C).

Somente assim, serão instituídas definições concretas para listar as suas inter-relações no suporte pedagógico e na formação profissional por meio da articulação existente no tripé *ensino, pesquisa e extensão*, e, ainda, ressaltando as contribuições dos temas socioambientais contemporâneos para a efetivação do ensino-aprendizagem atento ao papel da Universidade na Educação Superior, pela inserção de um viés socioambiental enquanto cultura profissional que correlacione numa mesma perspectiva o *desenvolvimento social e sustentabilidade ambiental*, de modo a ser compreendida como portadora de múltiplas dimensões, principalmente ao analisar as conjunturas estruturais para o trabalho profissional no cenário atual.

O desafio é re-descobrir alternativas e possibilidades para o trabalho profissional no cenário atual; traçar horizontes para a formulação de propostas que façam frente à questão social e que sejam solidárias com o modo de vida daqueles que a vivenciam, não só como vítimas, mas como sujeitos que lutam pela preservação e conquista da sua vida, da sua humanidade. Essa discussão é parte dos rumos perseguidos pelo trabalho profissional contemporâneo. (IAMAMOTO, 2005, p.75).

A profissão do Serviço Social deve admitir que o projeto ético-político profissional se consolidará somente a partir do momento em que este clarifique os objetivos da profissão na contemporaneidade, pois nas últimas décadas têm se buscado o estágio da competência teórica-metodológica crítica e sólida dos profissionais, para que sejam capazes de analisar a realidade social e possibilitar a dimensão investigativa a um processo de formação permanente. Assim, o aprimoramento intelectual deverá dar ênfase em aperfeiçoar uma formação qualificada na intervenção reflexiva e eficaz, no sentido de articular conhecimentos, saberes, habilidades, capacidades, valores e posturas. Assim, caberá preparar os profissionais para que os futuros assistentes sociais desfrutem das conquistas obtidas até presente, mas, também no sentido de que possam avançar e fortalecer os processos da formação acadêmico-profissional enquanto capacidade permanente da profissão junto as demandas postas ao trabalho profissional.

Os debates pelas quais atravessam rumos perseguidos no trabalho profissional com a questão socioambiental, também o são em face ao desafio de inseri-la no debate da formação profissional, sem que isso possa significar uma especialização ou uma fragmentação da temática ambiental. Como já dito anteriormente, para apreender o socioambiental como parte da dimensão acadêmica universitária, pressupõe-se reconhecer as atribuições e o papel da docência no Serviço Social, entre as quais deverão: propor projetos de pesquisa e de extensão correlacionada na área, devendo tratá-la numa perspectiva ampliada que possa ir “para além do capital” como dito por Mészáros (2011) e não como sendo um problema ambiental interligado à responsabilidade individuais dos “cidadãos” ou, simplesmente, como uma temática “contemplada em si mesmo” ou nos aspectos do chamado “capitalismo verde” ou na prática da “política verde”. E, por fim, devendo a prática acadêmica dos docentes estimular, solidarizar e trabalhar com grupos e movimento sociais, de modo que possa haver uma mobilização para além dos muros acadêmicos da Universidade.

De modo geral, a investigação documental e de campo incitou a análise da dimensão acadêmica frente a fundamentação da questão socioambiental para o Serviço Social no âmbito da Educação Superior, este embasado nos nexos a eles integrados que dispomos a construção do conhecimento para o trabalho profissional de Assistente Sociais e o processo da formação em Serviço Social no universo da FCHS/UNESP. Sobretudo, a epistemologia foi desenvolvida ao penetrar no processo da formação, na estruturação acadêmica curricular e nas decorrências históricas, das quais apontaram delimitações quanto inserção de referenciais teóricos para o desenvolvimento do conteúdo dessa temática no curso, mas, de outro lado, foi apresentado um gradual avanço acadêmico-profissional por uma parte da comunidade científica, que poderá considerar como possibilidade de se compor um processo de formação acadêmico-profissional capaz de instigar e qualificar o profissional a trabalhar na perspectiva socioambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica arrancou as flores imaginárias dos grilhões, não para que o homem suporte os grilhões desprovidos de fantasia ou consolação, mas para que se desvencilhe deles e a flor viva desabroche.
(Karl Marx).

O cenário contemporâneo traz em seu bojo a confirmação da crise socioambiental expandida pelo globo terrestre, acrescidas ao aumento significativo dos fenômenos ocorridos por catástrofes naturais, das externalidades ambientais negativas, dos vários tipos de poluições, da diminuição dos recursos básicos para sobrevivência humana, do estilo de vida materialista e das desigualdades socioeconômicas. Todavia, já houve constatações reais de que vivemos em um planeta de ecossistemas finitos, em que a biodiversidade possui a necessidade plena do equilíbrio dos sistemas ambientais para a continuidade da sua existência. Assim sendo, evidenciamos situações socioambientais adversas, que vêm demonstrando a insustentabilidade do paradigma moderno de desenvolvimento da sociabilidade capitalista.

É possível elucidar o *estilo* de vida que o gênero humano foi estabelecendo consigo, e, deste, com o meio ambiente. Destarte, a partir do contexto sócio-histórico, dialeticamente, aprofundam-se reflexões sobre os fundamentos da realidade subentendida da evolução de ações antrópicas no entorno espacialmente subjogado. Portanto, evidenciar como foi sendo determinada a interação do homem no meio ambiente, em especial, desencadeia uma análise concernente a nossa forma de enxergar as projeções sociais, principalmente, ao que nos remete percorrer a relação homem-natureza, para então, absorver de novos elementos e de seus desdobramentos conjunturais determinantes para tal relação presente na sociedade.

O contexto sobrevivendo da desigualdade social e da destrutividade ambiental vem expandindo suas consequências na esfera social, que faz necessário se reavaliar esse *estilo* de vida da sociedade, quanto aos padrões de produção e consumo direcionado pelas relações de poder e influência do sistema econômico internacional. Seus aspectos requisitam uma reinterpretção da interação homem-natureza e da relação existente entre os próprios homens, posto se tratar de uma relação dotada de dominação, exploração e opressão, e, de não integração e cooperação entre todas as partes. Logo, configura-se a proposta calcada na sustentabilidade socioambiental como um caminho a ser trilhado por um viés atrelado na viabilidade do tripé *economia, conservação ambiental e justiça social* como possibilidade de desenvolvimento dos países, assim sendo, imprescindível a participação internacional.

Os processos que determinam a inexorável dominação, degradação e depredação do socioambiental ilustram o paradigma moderno da produtividade capitalista ao traçarem o sistema econômico linear — *extração, produção, distribuição, consumo e descarte* — com pautas na superacumulação caracterizada por ‘espoliação’; na ideologia do progresso técnico-científico dos meios (re)produtivos; na obsolescência programada e perceptível dos bens materiais e na (re)produção dos descartáveis, em face a objetivação constitutiva do bel-prazer, conforto e enriquecimento dos grupos capitalistas.

Posto isto, para manter a funcionalidade do sistema socioeconômico nos seus elementos estruturais, aparecem em cena as várias formas de manejos inadequados dos recursos naturais (muitos deles classificados como não-renováveis) no sistema produtivo; no consumo em massa para uma crescente população do planeta; na urbanização desregular e sem infraestrutura das cidades; na produção em larga escala de mercadorias descartáveis, poluição e dejetos industriais e sanitários; nas diversas ações humanas de uma sociedade deseducada e uma sociedade advinda dos diferentes fatores econômicos, políticos, sociais, tecnológicos e culturais.

Outrossim, é importante compreender que essa sociedade na cena mundial traz no seu contexto sócio-histórico e ideo-político as diversas crises cíclicas no entorno da vida social, na qual resultaram por igual à crise ecológica que vivenciamos na atualidade. Sob essa égide, configurada como questão socioambiental, muitos são os desafios para mitigar e superar os seus conflitos, pois temos que, os debates e os esforços para desenvolver a consciência ambiental pelos diversos países do globo terrestre são recentes, equiparados com o tempo de relevância da identidade socioambiental estabelecida até o presente.

Consideramos essencial uma outra forma de se relacionar com o meio ambiente, que implique novo paradigma de vida, e, neste caso, o ecológico. Ou seja, onde possa ser desenvolvido um relacionamento de dependência através de novas atitudes no agir, no interpretar e de se colocar junto à natureza, o que significa incluí-la em nossas ações, pensamentos e valores a fim de construirmos relações emancipadas que desemboquem no compromisso, na responsabilidade e na sensibilidade com a preservação ambiental em face às presentes e futuras gerações, que têm direito de acesso a qualidade de vida com qualidade ambiental, e todos devem preservá-la para garantir-lhes isso.

Assim, a construção do paradigma ecológico move-se para colocar em pauta o necessário investimento coletivo de ações ambientalmente sustentáveis, que preconizem a preservação e proteção dos recursos naturais, promovendo a economia circular no processo da reciclagem consciente, de protocolos legais e efetivos para a diminuição da emissão de gases poluentes, no uso permanente da educação ambiental e na inovação tecnológica em prol da

produção de tecnologias limpas. Todavia, um dos problemas cruciais para concretizar essas ações jaz na resistência da maioria dos países, pois aderir e participar dos Acordos e Tratados internacionais significaria ter que abrir mão do progresso econômico da economia linear.

Como alternativa para ações da sustentabilidade socioambiental, destaca-se a peculiaridade da Universidade e seu caráter público como locus privilegiado da formação profissional. As organizações e entidades educacionais, sejam elas públicas e/ou privadas, poderão compor a tridimensionalidade do *ensino, pesquisa e extensão*, para direcionar uma prática acadêmica fundamentada em processos educativos que difundam conhecimentos técnicos-científicos em prol do desenvolvimento social e da sustentabilidade ambiental. Portanto, o processo educativo na Educação Superior torna-se um espaço caracterizado para a construção da sustentabilidade e transmissão da representação social, cultural, intelectual e científica da sociedade.

Mediante tal perspectiva, a profissão do Serviço Social, regulamentada no contexto sócio-histórico brasileiro, foi desenvolvendo a historicidade da categoria dos assistentes sociais no conjunto das definições do processo de trabalho e formação profissional. As conquistas e avanços já obtidos para a consistência da cultura profissional no Serviço Social se constituíram no amadurecimento e aprofundamento da instrumentalidade profissional, que devem estar comprometidos com formar e qualificar assistentes sociais plurais, críticos e competentes, a começar pelo próprio envolvimento disposto na graduação acadêmica universitária.

Os fundamentos da dimensão acadêmica no curso de Serviço Social compreende os processos da prática educacional, ao passo que viabilizam as atividades do ensino, associado na articulação ao desenvolvimento da pesquisa e da extensão. É importante levar em consideração o processo da indissociabilidade e a responsabilidade social das organizações educacionais para se constituir a formulação de políticas didático-pedagógicas que apontem princípios da mediação entre a qualidade acadêmica, processo de construção e socialização do conhecimento atrelado aos objetivos da formação acadêmico-profissional.

A articulação entre teoria e a prática no entorno do Serviço Social, de modo geral, consubstancia desafios para desconstrução e rupturas dicotômicas de ações conservadoras, que, porventura, ainda possam ser encontradas no interior da profissão. Isso é algo que deve ser superado utilizando-se da instrumentalidade contida na *teoria social crítica*, para apreender um direção que possa exercitar as características das dimensões investigativas e interventivas da profissão. Assim, nessa acepção, devemos adquirir fundamentos sólidos da leitura aprofundada da realidade social e empregar na qualificação profissional uma dimensão educativa intelectual

que possibilite a obtenção de meios para construir cientificamente o saber epistemológico e conduzir a atuação cotidiana dos profissionais nos espaços sócio-ocupacionais.

Diante disso, destacamos a importância da militância da prática acadêmica do Assistente Social docente nesse processo de qualificação, sobretudo, para que se possa ampliar na matéria do Serviço Social atuações de cunho social e, concomitantemente, o ambiental, a fim de eliminarmos, enquanto categoria, ações que sejam fragmentadas por conteúdos sintetizados, cuja projeção é designada somente para o viés “socioeconômico”. Essa apreensão dependerá da forma de como se é entendida a organização dos projetos societários e, ao mesmo tempo, de como podemos construir a partir disso um projeto profissional que possibilite a edificação dos temas socioambientais, no sentido de ampliar a construção de um *paradigma ecológico* alternativo ao que vivemos hoje.

Os desafios estão interpostos à profissão, para que sejam efetuadas articulações permanentes entre trabalho e formação profissional, bem como, neste âmbito, pensar a inserção da questão socioambiental enquanto proposição a ser exercida e expandida no processo acadêmico-profissional. É preciso levar em consideração que o Serviço Social é uma profissão que também possui competências e atribuições de deveres e o compromisso com relação a essa incumbência, de onde categoricamente poderá compor engajamentos de lutas sociais, enfrentamentos e espaços sócio-ocupacionais, além da viabilização de estudos e ações ancoradas a conhecimentos e apropriações epistemológicas para o desempenho do seu papel profissional no tocante à *questão socioambiental e a suas múltiplas expressões*.

Seja no campo da formação, seja no cotidiano de trabalho, a contribuição profissional do Assistente Social demarca a sua importância em qualquer campo em que este possa se inserir. Não obstante, a profissão deve abarcar novos olhares e novas possibilidades frente às demandas emergentes, integrando a questão socioambiental às outras áreas do saber que tradicionalmente fazem parte dos debates no Serviço Social. A partir do ensaio teórico, foi apreendida a complexidade dessa temática e as formas como ela tem sido gradualmente inserida no entorno das investigações e intervenções profissionais. Contudo, entre os diversos pontos de vistas que preconizam os debates da questão socioambiental na profissão, o importante é promover-los e inseri-los como parte da cultura profissional do Serviço Social, buscando na coletividade da profissão fortalecer esse processo ao integrá-lo na formação profissional.

Nessa direção, é imprescindível o exercício da crítica e autocrítica no processo de trabalho e formação profissional. Isso se expressa na atualidade nos diferentes projetos de educação e formação profissional, algo que está caracterizado na construção dos objetivos da profissão, além de estarem contidos no significado social, legitimação e perfil profissional. A

fundamentação acadêmico-profissional na Universidade poderá viabilizar uma contínua revisão curricular e pedagógica quanto à organização dos conteúdos programáticos, no sentido de analisar a superação da fragmentação e concepções que subsidiam a direção social da profissão, devendo ser compreendidos na história, teorias e métodos que estão presentes e ministrados nas disciplinas e matérias do curso. Elucida a composição de um projeto de profissão solidificado no exercício e a formação profissional continuada, no sentido de qualificá-los nas dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas da profissão.

Analisar a questão socioambiental no processo de formação profissional no universo do Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP nos permitiu mergulhar nas profundezas da dimensão acadêmica, para, assim, buscamos por meio da estratégia do estudo de caso a construção do conhecimento concernente as demandas atuais que vêm se apresentando ao trabalho profissional de Assistente Social, sendo inferido reflexões sobre o processo da formação profissional em Serviço Social na perspectiva socioambiental, e, por último, realizar uma investigação acerca da inserção da questão socioambiental no processo da formação em Serviço Social contida nas diretrizes curriculares, na implementação do Projeto Político Pedagógico do Curso e na visão empírica do exercício didático-pedagógico de docentes que estiveram no cargo de Coordenador do curso.

O conhecimento sobre a profissão do Serviço Social no cenário atual percorreu entendimento das características do trabalho profissional na conjuntura fundamentada pelo paradigma moderno da sociabilidade capitalista. Ao deprender o objeto de trabalho pautado no enfrentamento da questão social e suas múltiplas expressões, foi avistado nesse âmbito a questão ambiental como parte desse fenômeno na dinâmica societária. E, por isto, nos remeteu conhecer a questão socioambiental e os seus significados no Serviço Social, no que consistem os seus fundamentos, impactos e a viabilidade da sustentabilidade socioambiental no conjunto de demandas socioambientais postos à profissão. Isso implicou compreendê-los por meio de um processo dialético, dinâmico e contínuo, pois neles se encontram incorporadas as contradições que rebatem na inserção dos profissionais e da própria profissão na sociedade.

Mediante a complexidade que dispõe da questão socioambiental para incorporar o seu debate no exercício e à formação na profissão do Serviço Social, foram desenvolvidas reflexões sobre essa *temática* na Educação Superior, para entender o processo educativo no universo da formação profissional e os desafios dos Currículos Transversais a partir de dadas particularidades destinadas a formação e a educação ambiental na dimensão acadêmica das organizações e entidades de Ensino Superior brasileiro. Assim, neste contexto, a gênese da profissão do Serviço Social detém em sua trajetória um percurso de reformulações teórico-

prático que foram definindo trabalho e formação profissional, o que caracteriza percorrer o contexto sócio-histórico para trazer frente às transformações societárias o debate da questão socioambiental no universo do Serviço Social.

O estudo de caso no Serviço Social da FCHS/UNESP, no decurso do ano de 2020, nos apontou uma trajetória correlacionada com as mudanças que ocorreram na profissão e nas demonstrações de experiências contidas no processo de formação a partir da prática acadêmica entre docentes, discentes e pesquisadores. Neste contexto, os requisitos acadêmicos direciona o curso de Serviço Social pelas redefinições pautadas *na formação profissional* e contidas *no suporte pedagógico*, em conformidade com a estruturação curricular das Diretrizes Gerais (ABEPSS, 1996), que se consolidou na implementação das diretrizes curriculares e na implantação do Projeto Político Pedagógico do Curso em 2000, enquanto parte integrante da sua dinâmica educacional, frente aos novos desafios, exigências e perspectivas contidas nas relações sociais e formas de organização da vida social.

Para responder o questionamento de como a questão socioambiental contemporânea pode estar inserida na dimensão acadêmica da formação profissional, apresentou-se as diretrizes curriculares e o projeto pedagógico de curso do Serviço Social da FCHS/UNESP. Assim, foi possível investigar uma trajetória de conquistas e experiências acadêmicas do curso de graduação em Serviço Social, sendo consubstanciado na história dos seus 44 anos de curso um processo de formação delineado na implementação das diretrizes curriculares e suas reformulações que confirmam o compromisso do seu Corpo de Docentes para a qualidade do processo de formação na graduação. Algo que também está atrelado ao programa de pós-graduação em Serviço Social (PPGSS) dessa Unidade de Formação Acadêmica (UFA), na composição do ensino, pesquisa e extensão universitária, contidos no projeto pedagógico a estruturação das diretrizes curriculares, além dos grupos e projetos de pesquisas e extensão. A partir do contexto da dimensão acadêmica, foi analisada a inserção da questão socioambiental no Serviço Social e o seu desdobramento na formação profissional.

Em relação ao conteúdo programático geral do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, é notável a integralização de um terreno fértil de ambientalização transversal para construção do conhecimento e formação. Com proeminência, a temática ambiental, pelo viés da educação ambiental, nos planos de ensino perfaz graduais avanços que denotam a possibilidade da construção do viés socioambiental na formação profissional como parte da dimensão acadêmica desta Unidade de Formação Acadêmica (UFA). Desse modo, a temática vem sendo debatida no Serviço Social em razão da articulação existente no âmbito do ensino, da

pesquisa e da extensão, sendo destacado especialmente por àqueles acadêmicos (docentes, discentes e pesquisadores) que a dispõe na qualidade de projeto de pesquisa.

O envolvimento com a temática ambiental pôde ser analisado no curso de Serviço Social da FCHS/UNESP na implementação das diretrizes curriculares e suas reformulações, com percepções da aproximação com o tema pelos impactos da legislação ambiental no campo da educação, das quais previam a inserção da educação ambiental em todos os níveis de ensino no sistema educacional brasileiro. Pela identificação dos conteúdos programáticos dos planos de ensino do curso de Serviço Social, constatou-se que esse enfoque se apresenta em algumas disciplinas, porém, ainda com pouquíssimo destaque nos ementários e referenciais consultados. No que confere a pesquisa e a extensão, foi possível analisar o envolvimento de parte da comunidade científica a partir do conhecimento obtido nesse universo de estudo sobre a inserção de grupos de pesquisas, projetos de pesquisas e de extensão, bem como dos resultados das atividades acadêmicas que demonstraram a interlocução do tema com outras temáticas desenvolvidas na formação acadêmico-profissional na graduação e pós-graduação.

Sobre se o curso de graduação em Serviço Social está formando profissionais aptos a trabalharem na perspectiva socioambiental, obtivemos nos resultados da análise documental sobre à inserção da questão socioambiental no processo de formação em Serviço Social e no desdobrar das respostas obtidas dos docentes que exerceram a função de Coordenador de curso, que foram apontados uma mobilização existente na formação acadêmica-profissional frente a esse entendimento no curso de Serviço Social, com propostas de aperfeiçoamento a partir dos Currículos Transversais, pois ampliam os debates temáticos na formação profissional. Ademais, apesar do avanço gradual dessa temática na pesquisa e na extensão, por outro lado, foram destacadas delimitações nos conteúdos programáticos de ensino e dentre as falas dos participantes da pesquisa mencionou-se a dificuldade e resistência de integração coletiva na direção da formação entre docentes como entraves para se ampliar esta vertente no curso.

Com a objetivação de contribuir para os avanços educacionais e intelectuais da formação acadêmico-profissional no Serviço Social, é importante levar em consideração a dinamicidade do Projeto Político Pedagógico do Curso no exercício de uma contínua revisão curricular e a prática acadêmica do Corpo de Docentes enquanto parte integrante deste processo. Assim, o dedilhar da estruturação curricular, o processo de formação e o contexto sócio-histórico desde a implantação do curso, nos trouxe à luz do conhecimento as iniciativas do Serviço Social frente as orientações da Diretrizes Gerais de 1996, sobretudo a relevância dos núcleos de fundamentação na estrutura de formação. A crítica, neste momento, é necessária por estar a favor da excelência na qual se apresentou o processo de formação, no sentido de manter

a qualidade do ensino e se avançar os objetivos da prática acadêmica; assim sendo, a sugestão consistirá em trazer o debate que dispõe da questão socioambiental para contemplar a pauta das próximas revisões curriculares do curso de Serviço Social e ampliar os conteúdos programáticos dos planos de ensino e a articulação com as outras temáticas, pois elas viabilizam grande importância para a sua definição no programa didático-pedagógico e no ensino teórico-prático a ser desenvolvido na dimensão acadêmica do curso frente às exigências transversais postas na perspectiva do viés socioambiental.

No mais, o novo normal, pós-pandemia, nos remeterá a novas capacidades e habilidades diante das demarcações intensificadas da “Era digital”, que na profissão do Serviço Social induzirá novos desafios de investigações e intervenções no enfrentamento das desigualdades dos direitos socioambientais que estão se avançando em todas as esferas da vida social, e, igualmente, frente aos formatos do trabalho e das políticas públicas. Precisamos, assim, estar atentos às transformações das disrupturas informacional 4.0, bem como às inovações e tecnologias quanto aos padrões de vida e bem-estar que se darão a partir daqui, que na contramão da programática de acesso poderá ocorrer a desigualdade exacerbada. Esse processo poderá trazer grandes benefícios, mas, também grandes desafios, para que nas suas vertentes possam ser repensados as formas pelas quais hoje conduzem os interesses do capital aos interesses do desenvolvimento societário e a sustentabilidade ambiental como parte indissociável da percepção de que todos serão atingidos pelos caminhos trilhados.

Por fim, o que se pretendeu não foi esgotar o assunto tratado, mas apenas de trazer reflexões sobre a inserção da questão socioambiental no trabalho e formação profissional em Serviço Social. Em linhas gerais, a humanidade entre amplas esferas da vida social precisa se envolver e conhecer as questões correspondentes ao meio ambiente, principalmente no que se refere às problemáticas socioambientais contemporâneas para responder como tem sido retratada essa questão, e, da mesma forma, buscar contribuições também no processo da formação acadêmico-profissional em Serviço Social, para assim, mobilizar no campo social ações de transformação e a participação societária munida em novos rumos voltados para as dimensões sociais enquanto parte indissociável do ambiental.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social.

Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/uploads/textos/documento_2016033111381_66377210.pdf>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Formação Profissional:** trajetórias e desafios. Cadernos ABESS, n. 07, p. 58-76, São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Diretrizes Curriculares elaboradas pela equipe de especialistas de 1999.**

Ministério da Educação e do desporto. Secretaria de Educação Superior. Coordenação das Comissões de Especialistas de Ensino Superior. Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. DF, Brasília, 26 fev. 1999. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Diretrizes Curriculares para os Cursos de Serviço Social.** Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311141012990370.pdf>. Acesso em: set. 2016.

_____. **Política nacional de estágio da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social (ABEPSS).** Brasília, DF: CFESS; ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

_____. Ementa do GTP Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social. **Temporalis**, Vitória, v. 2, n. 24, 2012. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/4088/3274>>. Acesso em: jan. 2020.

AGOSTINI, N. Crise ecológica: o ser humano em questão: atualidade da proposta Franciscana. In: MOREIRA, A. S. (Org.). **Herança Franciscana:** Festschrift para Simão Voigt. Petrópolis: Vozes, 1996. Disponível em: <http://www.niloagostini.com.br/artigos/2010/pdf/17_010610_criseecologica.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

ALVES, G. **Trabalho e nova precariedade salarial no Brasil.** A morfologia social do trabalho na década de 2000. Coimbra, Portugal. Centro de Estudos Sociais: 2012.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 15. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ATUARI, I. C. **Sustentabilidade e Serviço Social:** novos paradigmas. 2009, 186f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Política Universidade Católica, São Paulo, 2009. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/18017/1/Ilda%20Chicale%20Atauri.pdf>>. Acesso em: jan. 2019.

BARROCO, M. L. S. Os fundamentos sócio-históricos da ética. **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e política social:** reprodução social, trabalho e Serviço Social. mod. 1. Brasília, DF, ed. UnB, 1999.

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos**. 5. ed. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**. n. 106, p. 205-218, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/?lang=pt>>. Acesso: dez. 2020.

BARZOTTO, L. F. **Justiça social: gênese, estrutura e aplicação de um conceito**. Porto Alegre, 2003. Disponível em: <http://cursos.ead.pucrs.br/Biblioteca/direitoambiental/Textos/pdf/DHEA_justica_social_old.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

BAUDRILLARD, J. **A transparência do Mal: ensaios sobre os fenômenos extremos**. Trad. Estela dos Santos Abreu. São Paulo: Papirus, 1990.

BAUMAN, Z. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BAZZANELLA, S. L. **A constituição da ciência moderna: pressupostos definidores da vida e suas preocupações biopolíticas contemporâneas**. Facapa, 2010. Disponível em: <<http://www.unc.br/mestrado/docs/BAZZANELLASandroLuiz-AConstituicaodaCienciasModerna.pdf>>. Acesso em: ago. 2016.

BEVILACQUA, L. Dois casos de sucesso de investimento estatal e um novo modelo de difusão aplicado ao fluxo de capital. In: CASTRO, A. C.; FILGUEIRAS, F. **O Estado no século XXI**. Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/3571/1/O%0Estado%20no%20S%C3%A9culo%20XXI.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

BOFF, L. **Ecologia: grito da terra, grito dos pobres: dignidade e direitos da Mãe Terra**. ed. revisada e ampliada. Petrópolis: Vozes, 2015.

_____. Crise: tragédia ou drama? **América Latina em movimento**. 2004. Disponível em: <<https://www.alainet.org/pt/articulo/109262>>. Acesso em: jul. 2021.

BONI, V.; QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em ciências sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/viewFile/18027/16976>>. Acesso em: set. 2016.

BOSCHETTI, I (orgs). **Capitalismo em crise, política social e direitos**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 637-651, out./dez. 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0637.pdf>>. Acesso: dez. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10 ed. rev. e atual. – Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf>. Acesso em: set. 2016.

_____. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.

Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/16938.htm>. Acesso em: out. 2017.

BRASIL. Lei n. 7.004, de 24 de junho de 1982. Institui o Programa de Previdência Social aos Estudantes, nas condições que estabelece. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jun. 1982. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/1980-1988/L7004.htm>. Acesso em: set. 2018.

_____. Lei n. 8.662, de 7 de junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 jun. 1993, p. 7613. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/leis/L8662.htm>>. Acesso em: set. 2016.

_____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: maio 2017.

_____. Lei n. 9.649, de 27 de maio de 1998. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 maio 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9649cons.htm>. Acesso em: set. 2019.

_____. Lei n. 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 abr. 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em: out. 2017.

_____. Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943, e a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n. 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6 da Medida Provisória n. 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 set. 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>>. Acesso em: out. 2020.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Portaria MEC n. 693, de 15 de dezembro de 1981. Dispõe sobre a autorização do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho. **Diário Oficial da União**, 23. Poder Legislativo, Brasília, DF, 17 dezembro 1981. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/1981/12/31>>. Acesso em: set. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Educação. **Ante-projeto de reforma curricular**. Parecer n. 412/82, de 5 de agosto de 1982. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cd010113.pdf>>. Acesso em: set. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente**. Brasília: MEC/SEF, v. 9, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC/SEMTEC, v. 4, 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/BasesLegais.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Homem, pensamento e cultura: abordagem filosófica e antropológica: formação técnica** / Dante Bessa, 4. ed. atualizada e revisada, Cuiabá: Universidade Federal de Mato Grosso / Rede e-Tec Brasil, 2012. Disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/proffuncionario/cadernos/disc_form_pedag_cad_03_homem_pensamento_cultura.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

_____. Ministério da Saúde. **Covid 19**. Painel coronavírus, 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br/>>. Acesso em: abril 2020.

BUCK, S.; MARIN, A. A. Educação para pensar questões socioambientais e qualidade de vida. **Educar em revista**. Educar, Curitiba, n. 25, p. 197-212, 2005. Editora UFPR. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2245/1877>>. Acesso em: abril 2020.

CARMO, O. A.; SANT'ANA, R. S. (Ogrs.). **VIII Simpósio de Questão Agrária do NATRA: Movimentos sociais, Agroecologia e Soberania Alimentar**. Franca: UNESP-FCHS, 2018. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/natra---ebook-final-publicado.pdf>>. Acesso: jul. 2020.

CARVALHO, I. C. M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CARVALHO, R.; IAMAMOTO, M. V. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2 ed. Cortez: São Paulo, 1982.

CASTRO, M. M. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução de José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

CAVALCANTE, C. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 1995.

CFESS. Resolução CFESS n. 273, de 13 de março de 1993. Institui o Código de Ética Profissional dos(as) Assistentes Sociais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 mar. 1993. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/resolucao_273-93.pdf>. Acesso em: out. 2016.

CFESS. Resolução CFESS n. 533, de 29 de setembro de 2008. Ementa: regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 01 out. 2008. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelink.php?numlink=213080>>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Proposta do CFESS no Brasil para definição de Serviço Social**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/definicao_ss_fits_SITE_por.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

_____. Dia Mundial do meio ambiente. **CEFSS Manifesta**, Brasília, DF, 5 jun. 2012a. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/cfessmanifesta2012_diamundialambiente-SITE.pdf>. Acesso em: jan. 2017.

_____. **Situações de desastres requerem assistentes sociais**. Brasília, DF, 19 out. 2012b. Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/864>>. Acesso em: mar. 2018.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação**. Brasília, DF, 5 jun. 2016. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-DUCACAO.pdf>. Acesso em: set. 2019.

CRESS/RJ. **Projeto ético político e exercício profissional em serviço social: os princípios do código de ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais / Conselho Regional de Serviço Social (Org.)**. Rio de Janeiro: CRESS, 2013. Disponível em: <<https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-projeto-etico-politico-e-exercicio-profissional-em-servico-social-os-principios-do-codigo-de-etica-articulados-a-atuacao-critica-de-assistentes-sociais.pdf>>. Acesso em: jan. 2017.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 7. ed. São Paulo Cortez, 2005.

CMMAD. **Nosso futuro comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. Getulio Vargas, 1991.

CNUMAD. **Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global**. Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/tratado.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

COMISSÃO DA CARTA DA TERRA. **A Carta da Terra**. [S.l.], 2000. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/cartadaterra.pdf>>. Acesso: out. 2016.

CONCEIÇÃO, A. L. A insustentabilidade do desenvolvimento sustentável. **III Encontro Nacional do Meio Ambiente**. Salvador/BA, 2004. Disponível em: <<https://gpect.files.wordpress.com/2013/1/a-insustentabilidade-do-desenvolvimento-sustentavel.pdf>>. Acesso em: jul. 2017.

COSAC, C. M. D. (org.) **Projeto Pedagógico: curso de Serviço Social**. Franca: FCHS/UNESP, 2001.

DALBERIO, O. A pesquisa científica e os desafios dos instrumentos para obtenção de dados. In: _____; JOSE FILHO, M. (Org.). **Desafios da pesquisa**. Franca: Ed. UNESP/FHDSS, 2006.

DEMO, P. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, M. R. **A atuação do assistente social como educador ambiental nos Projetos de Trabalho Técnico Social (PTTS)**. 2012, 126f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2012.

DINIZ, C. R.; SILVA, I. B. **Metodologia científica: o método dialético e suas possibilidades reflexivas**. 21. ed. Natal: Ed. UFRN; Campina Grande: Ed. UEPB: EDUEP, 2008. Disponível em: <<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:fG9mUbSV-rkJ:www.gpesd.com.br/baixar.php%3Ffile%3D133+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=BR>>. Acesso: dez. 2017.

DORNELLES, D. F. A Formação Profissional do Assistente Social e a Transversalidade com a Ecologia Humano Social: Possibilidades e Limites. IN: WESTPHALEN, F. **Cenas sociais em expressão**. Ano III. NMI. maio/2004. Editora Uri, 2004.

DORNFELD, C. B. **Educação Ambiental: reflexões e desafios no Ensino Superior**. Rede viva melhor: UNESP. Disponível em: <<https://www.foar.unesp.br/Home/projetoviverbem/educacao-ambiental-reflexoes-e-desafios-no-ensino-superior---resumo.pdf>>. Acesso em: nov. 2020.

FARIA, J. H. Por uma teoria crítica da sustentabilidade. In: NEVES, L. S. (Org.). **Sustentabilidade: Anais de textos selecionados do V Seminário sobre Sustentabilidade**. Curitiba: Juruá, 2011.

FARIAS, T. Q. Evolução histórica da legislação ambiental. **Revista âmbito jurídico**. Direito ambiental n. 39. São Paulo. 2007. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/evolucao-historica-da-legislacao-ambiental/>>. Acesso em: jul. 2020.

FERREIRA, T. S. **A dimensão ambiental na formação profissional do assistente social**. 2016, 179f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016. Disponível em: <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/4794/1/TATIANA_FERREIRASANTOS.pdf>. Acesso: set. 2019.

FIORILLO, C. A. P.; RODRIGUES, M. A. **Manual de direito ambiental e legislação aplicável**. São Paulo: Max Limonad, 1997.

FLORIANO, E. P. **Política de gestão ambiental**. 3. ed. Santa Maria: Ed. UFSM, 2007.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Tradução de Maria Tereza Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FRANCISCO (Papa). **Carta Encíclica: sobre o cuidado da casa comum**. Roma, 2015. Disponível em: <http://w2.vatican.va/content/dam/francesco/pdf/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si_po.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução do pensamento de Paulo Freire**. Tradução de Kátia de Melo e Silva; Rev. de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez, Moreas, 1979. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/paulo_freire_conscientizacao.pdf>. Acesso em: out. 2016.

FREITAS, V. P. **A Constituição Federal e a efetividade das normas ambientais**. 2. ed. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2002.

FRIEDMAN, M. **Capitalismo e Liberdade**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**, trad. de Raul Fiker. São Paulo, Ed. UNESP, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOMETTI, B. R. A. **Reflexões em educação ambiental: caminhos para a construção de um cidadão crítico**. 2017, 263f. Tese (Livre Docência em Educação Ambiental). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017.

_____. **Debates e conceituações na Disciplina Obrigatória de Seminários de Pesquisa II do Programa de Pós-graduação em Serviço Social – Stricto Sensu: UNESP/ Câmpus de Franca**, 2019.

_____.; SILVA, T. P. A questão do identidade homem-natureza e suas perspectivas a partir da Educação Ambiental. **Revista Sergipana de Educação Ambiental**. REVISEA: São Cristóvão, Sergipe, SE, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.47401/revisea.v7i1.11672>>. Acesso em: set. 2019.

_____.; LIMA, M. J. O.; GUIMARÃES, O. M. **40 anos do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Unesp campus de Franca: trajetórias, experiências e conquistas**. 2017. 58f. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2017. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Publicacoes/01-40-anos-do-curso-de-servico-social.pdf>>. Acesso: set. 2018.

GFC - Gestão Financeira Criativa. **Você já ouviu falar em Economia Circular?**. Disponível em <<http://gestaofinanceiracriativa.com.br/economiacircular/#>>. Acesso em: mar. 2020.

GOMES, R. Análise e interpretações de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GUERRA, Y. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

HENDGES, A. S. **Educação ambiental no ensino formal e não formal, lei n. 9.795/1999**. Portal EcoDebate: Cidadania e Meio Ambiente, Mangaratiba, 13 set. 2010. Disponível em: <www.ecodebate.com.br>. Acesso em: jul. 2016.

HERNÁNDEZ, E. S.; MARTÍNEZ, X. Ú. La cuestión socioambiental. Estudio descriptivo sobre la presencia del tema en los Seminarios Latinoamericanos de Escuelas de Trabajo Social. **Katálysis**. Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 413-425, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/gBzWQ4N7LdBzNsTdkxLpvdR/?lang=es>>. Acesso: jan. 2021.

IAMAMOTO, M. V. As dimensões ético-políticas e teórico-metodológicas no Serviço Social contemporâneo. Trajetória e desafios. In: **Texto base da conferência inaugural do XVIII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social**. Tema central: La cuestión social y la formación profesional en el contexto de las nuevas relaciones de poder y la diversidad latinoamericana. San José, Costa Rica, 12 de julio de 2004. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-001.pdf>>. Acesso em: out 2016.

_____. **Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social e cena contemporânea. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009a.

_____. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: CFESS; ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, DF, 2009b.

_____. A formação acadêmico-profissional no Serviço Social brasileiro. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 120, p. 609-639, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ssoc/n120/02.pdf>>. Acesso em: out. 2016.

_____. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 128, p. 13-38, jan./abr. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/qJzFVXRhjd6LzNSSXWzCvdR/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: set. 2017.

IPCC. **Mudança do clima 2007: a base das ciências físicas: contribuição do grupo de trabalho I ao quarto relatório de avaliação do painel intergovernamental sobre mudança do clima**. Paris: OMM: PUNAMA, fev. 2007. Disponível em: <<https://www.ipcc.ch/pdf/reports-nonUN-translations/portuguese/ar4-wg1-spm.pdf>>. Acesso em: set. 2016.

IRIGALBA, A. C. A prática da ecologia social: a necessidade de integrar o social e o ecológico. In: DOMÍNGUEZ GÓMEZ, J. A.; VÁZQUEZ AGUADO, O.; GAONA PÉREZ, A. (Org.). **Serviço Social e meio ambiente**. Tradução de Silvana Cobucci Leite; Rev. Marcos Reigota. São Paulo: Cortez, 2005.

JACINTO, A. G.; LIMA, **Trabalho em Serviço Social: a dimensão educativa, da execução à gestão nas políticas públicas**. [Org.]. Led. Bauru: Canal 6, 2020.

Joseph Stiglitz. **Fronteiras do Pensamento**, Libreto: São Paulo. 2015. Disponível em: <https://www.frenteiras.com/ativemanager/uploads/arquivos/produtos_culturais/32ec3f1cd2bc72227bb67dcbfedf6f54.pdf>. Acesso em: dez. 2020.

JUNGES, J. R. **Ética ambiental**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2004.

KEYNES, J. M. **Teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Saraiva, 2012.

LACERDA, G. L.; SILVA, T. P. **Crise socioambiental: uma nova realidade para o Serviço Social?** 2008, 99f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2008.

LAYRARGUES, P. P. Das margens ao centro: desafios do Serviço Social frente à questão socioambiental. **Katálisis**. Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 09-13, jan./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v15n1/a01v15n1.pdf>>. Acesso: abril 2020.

LEHFELD, N. A.; BARROS, A. J. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

LEONARD, A. **A história das coisas: da natureza ao lixo, o que acontece com tudo que consumimos**. Rev. Técnica André Piani Besserman Vianna. Trad. Heloíse Mourão. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

LENIN, V. I. **A Luta de Classes**. Obras escolhidas em três tomos. Lisboa: Ed. Avante; Moscovo: Progresso, 1977.

LIMA, R. L. M. A. **Pátria educadora: uma piada de mau gosto. Reflexão acerca das possíveis mudanças no processo civilizatório engendradas pela educação**. 2018. 238 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2018.

LOUREIRO, C. F. B. Teoria social e questão social: pressupostos para uma práxis crítica ambiental. In: ____.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S (Org.). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2002.

LUKÁCS, G. Per l'ontologia dell'essere sociale. Trad. de Alberto Scarponi. v. II. Roma: Riuniti, 1981.

_____. **Para uma Ontologia do ser social I**. Trad. Carlos Nelson Coutinho, ario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

MARCATTO, C. **Educação ambiental: conceitos e princípios**. Belo Horizonte: FEAM, 2002.

MARCONDES, D.; JAPIASSÚ, H. **Dicionário básico de filosofia**. 3. ed. revisada e ampliada. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. Digitalizada por Tupikurumin. Disponível em: <http://raycydio.yolasite.com/resources/dicionario_de_filosofia_japiassu.pdf>. Acesso em: ago. 2016.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999.

_____. **Serviço Social: identidade e alienação**. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. **O capital**. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996a. L. 1. t. 1.

_____. _____. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1996b. L. 1. t. 2.

_____. **A questão judaica**. Tradução de Artur Mourão. São Paulo: Centauro, 2005a.

_____. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005b.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MENDES, R. C. L. O. **Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo**. 2009. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

MENDES, J. M. R.; ALMEIDA, B. L. F. As recentes tendências da pesquisa em Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 120, p. 640-661, out./dez. 2014.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. Trad. Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Trad. de Paulo Cesar Castanheira e Sergio Lessa. 1. ed. revista. São Paulo: Boitempo, 2011.

MOLJO, C. B.; SILVA, J. F. S. Cultura profissional e tendências teóricas atuais: o Serviço Social em debate. In: GUERRA, I. [et. al]. **Serviço Social e seus fundamentos: conhecimento e crítica**. 2. ed. Campinas: Papel Social, 2019.

MINAYO, M. C. S. Hermenêutica: dialética como caminho do pensamento social. In: _____.; DESLANDES, S. F. (Org.). **Caminhos do pensamento: epistemologia e método**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2002.

_____. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MMA et al. **Guia de procedimentos para Licenciamento Ambiental Federal**: documento de referência. Brasília, DF, 2002. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sqa_pnla/_arquivos/Procedimentos.pdf>. Acesso: ago. 2016.

MOITA, F. M. G. S.; ANDRADE, F. C. B. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**. v. 14, n. 41, p. 269-293, maio/ago. 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n41/v14n41a06.pdf>>. Acesso em: out. 2020.

MONTAÑO, C.; DURIGUETTO, M. L. **Estado, classe, movimento social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca básica do Serviço Social).

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema de mercadorias. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

MORAES, C. A. S. Pesquisa em Serviço Social: concepções e críticas. **Katálysis**. Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 390-399, set./dez. 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rk/v20n3/1414-4980-rk-20-03-00390.pdf>>. Acesso em: abril 2020.

MOREIRA, R. **O que é Geografia**. Coleção Primeiros Passos, São Paulo: Brasiliense, 1985.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra-Pátria**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MORTARI, M. De Mariana a Brumadinho: Como a tragédia se repete 3 anos depois e o que mudou de lá para cá?. **Infomoney**. Disponível em: <<https://www.infomoney.com.br/politica/de-mariana-a-brumadinho-como-a-tragedia-se-repete-3-anos-depois-e-o-que-mudou-de-la-para-ca/>>. Acesso em: abril 2019.

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: **CAPACITAÇÃO em Serviço Social e Política Social**: crise contemporânea, questão social e serviço social. Módulo I. Brasília, DF: UNB, 1999.

_____. Cinco Notas a propósito da questão social. **Temporalis**. Brasília: ABEPSS, v. 2, n. 3, 2001.

_____. **Ditadura e serviço social**: uma análise do serviço social no Brasil pós-64. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, A. E. et al. (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. 4. ed. São Paulo: Cortez, OPAS; OMS: Ministério da Saúde, 2009.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NUNES, L. S. **A implementação da política de educação ambiental do município de Florianópolis**: novas demandas ao Serviço Social. 2012, 228 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/9370/1/arquivo376_1.pdf>. Acesso em: set. 2016.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social. **Textos & Conexão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 196-212, jan./jun. 2013a. Disponível em: <<https://revistaseletronicas.pucrs.br>>. Acesso em: nov. 2016.

_____. **Questão socioambiental e formação profissional: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate?** 2018, 400f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/191610/PGSS0205-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>>. Acesso em: set. 2019.

_____.; SILVA, A. G. M. O debate em torno da questão socioambiental na formação profissional do Assistente Social. **Congresso Catarinense de Assistentes Sociais**. Florianópolis, p. 1-11, 2013b. Disponível em: <<http://cress-sc.org.br/wp-content/uploads/2014/03/O-debate-em-torno-da-quest%C3%A3o-socioambiental-na-forma%C3%A7%C3%A3o-profissional.pdf>>. Acesso em: set. 2017.

OLIVEIRA, C. A. H. S. O estágio supervisionado na formação profissional do assistente social: desvendando significados. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, ano 25, n. 80, p. 59-81, nov. 2004.

OLIVEIRA, J. J. A.; SILVA, P. R. Formação de Assistentes Sociais Críticos e Criativos: relato de prática no âmbito do estágio de docência. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 160-174, jan./jul. 2017. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/27820/15761>>. Acesso em mar. 2018.

OLIVEIRA, M. B. S. **Os desafios socioambientais na “nova” questão urbana: as perspectivas da política de educação ambiental no município de Rio das Ostras**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social). Universidade Federal Fluminense, Rio das Ostras, 2013. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/5097/1/TCC%20MARCELE.pdf>>. Acesso em: nov. 2016.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ONU. Organização das Nações Unidas. **COP 25: Conheça cinco destaques da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança Clima**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2019/11/1696211>>. Acesso em: abril 2020.

Para 85% dos brasileiros, meio ambiente é prioridade pós-Covid, diz estudo... **ECOIA: plataforma da UOL por um mundo melhor**. 2020. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoia/ultimas-noticias/2020/06/05/85-dos-brasileiros-ve-protecao-ao-meio-ambiente-como-prioridade-pos-covid.htm>>. Acesso: set. 2020.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. Available from SciELO eBooks. Disponível em: <<https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**: um estudo preliminar sobre a categoria e sua apropriação pelo Serviço Social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PORTES, M. F.; PORTES, L. F. A formação profissional em Serviço Social no Brasil: uma trajetória construída por avanços e desafios. **Revista em pauta**. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da UFRJ, 2017. n. 40, v. 15, p. 213-227. Disponível em: <file:///C:/Users/Tatiane/Downloads/32748-110423-3-PB.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

RAICHELIS, R. Proteção social e trabalho do assistente social: tendências e disputas na conjuntura de crise mundial. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n. 116, p. 609-635, out./dez. 2013.

Retrospectiva de 2019 e perspectivas para 2020 na área ambiental. **Redação CicloVivo**: por um mundo melhor. 2019. Disponível em: <<https://ciclovivo.com.br/planeta/meio-ambiente/retrospectiva-de-2019-e-perspectivas-para-2020-na-area-ambiental/>>. Acesso em: mar. 2020.

RODRIGUES, J. A. **A formação profissional do Assistente Social sob a égide do novo currículo da FHDSS – UNESP**. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2004.

SÁ, J. L. M. **Conhecimento e currículo em Serviço Social**: análise das contradições (1936-1975). São Paulo: Cortez, 1995.

SANT’ANA, R. S. **Trabalho bruto no canavial**: questão agrária, assistência e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, B. S. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez. 2000.

_____. **Descolonizar el saber, reinventar el poder**. Traducción del Portugues al Español. Ediciones Trilce-Extensión universitaria. Universidad de la República. Montevideo, Uruguay: Gráfica Don Bosco. 2010. Disponível em: <http://www.boaventuradesousasantos.pt/media/Descolonizar%20el%20saber_final%20-%20C%C3%B3pia.pdf>. Acesso em: jul. 2018.

SANTOS, J. S. **“Questão Social”**: particularidades no Brasil. São Paulo, Cortez, 2012 – (Coleção biblioteca básica de serviço social; v. 6).

SANTOS, M. 1992: redescoberta da natureza. **Estudos avançados**. São Paulo: Ed. USP, v. 6, N. 14, 1992. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141992000100007>>. Acesso em: jul. 2017.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Por uma outra globalização do pensamento único à consciência universal**. 6 ed. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Ed. USP, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10 ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

São Paulo (Estado). Decreto n. 52.756, de 27 de fevereiro de 2008. Institui o Programa de Estágios em órgãos e entidades da Administração Pública Estadual Direta, Indireta e Fundacional e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**. 27 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2008/decreto-52756-27.02.2008.html>>. Acesso em: out. 2020.

SCHWAB, K. M. **A quarta revolução industrial**. 1. ed. Trad. Daniel Moreira. São Paulo: Edipro, 2016.

SCOLESO, F. Cidades e tensões: movimentos sociais urbanos em São Paulo e a retomada dos territórios de luta em tempos de mundialização do capital. **Projeto História**. São Paulo, v. 60, p. 221-251, Out./Dez, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/30997>>. Acesso em: jan. 2020.

SILVA, A. **Políticas sociais: arenas de lutas por acesso à riqueza social**. São Paulo: Veras Editora, 2016.

SILVA, D. M. **Dano ambiental e sua reparação**. Curitiba: Juruá, 2007.

SILVA, J. F. S. **Serviço Social: resistência e emancipação?** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, M. das G. **Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, T. P. A relação serviço social e paradigma ecológico: novas possibilidades de atuação profissional. **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, v. 7, São Luís: UFMA, 2015. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/anais-joinpp-2015.html>>. Acesso em: nov. 2018.

_____. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social**. 2016, 122f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdades de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2016.

_____. **Questão socioambiental e as suas inter-relações com o Serviço Social**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2018. 165 p. ISBN: 978-85-7983-952-8. eBooks. Disponível em: <<http://www.culturaacademica.com.br/catalogo/questao-socioambiental-e-suas-inter-relacoes-com-o-servico-social/>>. Acesso em: nov. 2018.

SILVA, S. C. **Produção do conhecimento do Serviço Social sobre questão ambiental: uma análise de seus fundamentos teóricos-metodológicos e ideo-político**. 2015, 150 f. (Dissertação de Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Pernambuco, 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17466/1/DISSERTA%20C3%87%20C3%83O%20SILVANA%20CRISOSTOMO%20DA%20SILVA%202015.pdf>>. Acesso em: fev. 2020.

SILVEIRA, U. **Núcleo Terra e Raiz**. Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2001. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/148197>>. Acesso: jul. 2020.

SOUZA, C. M. G. L. **A avaliação na formação, um mar de incertezas!** Escola Superior de Educação João de Deus. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Disponível em: <<https://www.educacion.udc.es/grupos/gipdae/documentos/congreso/viicongreso/pdfs/12.pdf>>. Acesso: dez. 2020.

SPOSATI, A. et al. **A assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise.** 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

STERCHILE, S. P.W.; BATISTA, A. O espaço da cooperativa “amigos do meio ambiente”: cooperativa de trabalho ou cooperfraude? **Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, n. 105, p. 314-334, abr./jun. 2011.

STIGLITZ, J. E. **La economía del sector público.** Columbia University. Tercera edición Traducción de M.a Esther Rabasco y Luis Toharia. Universidad de Alcala, 2000. Disponível em: <http://www.institutodeestudiosurbanos.info/dmdocuments/cendocieu/0_Gestion/Economia_Sector_Publico-Stiglitz_J-2000.pdf>. Acesso em: abril de 2018.

_____. **Globalização e desenvolvimento.** 2002. Cepal. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/2727/2/S2002022_pt.pdf>. Acesso em: jul. 2019.

_____. **O preço da desigualdade.** trad. Dinis Pires. Revisão de Sandra Areias. 1. ed. Lisboa: Bertrand, 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/23456075-O-preco-da-desigualdade.html>>. Acesso em: jul. 2020.

_____.; CIMOLI, M.; DOSI, G. A lógica da política industrial e da inovação. In: CASTRO, A. C.; FILGUEIRAS, F. **O Estado no século XXI.** Brasília: Enap, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3571/1/O%20Estado%20no%20S%C3%A9culo%20XXI.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

TURATO, E. R. Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa. **Saúde Pública.** São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, 2005.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). **Portal da UNESP.** Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca – FCHS. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/prograd>>.

_____. Lei Estadual n. 952, de 30 de janeiro de 1976. Cria a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo,** São Paulo, seção 1, n. 82, p. 18, 20 abril 1976. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1976/lei-952-30.01.1976.html>>. Acesso em: ago. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 09, de 09 de fevereiro de 1978. Estabelece a Estrutura Curricular do Curso de Serviço Social do Câmpus de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo,** São Paulo, seção 1, n. 27, p. 52, 11 fev. 1978. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2019.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). Resolução UNESP n. 33, de 22 de julho de 1983. Fixa a estrutura curricular do Curso de Serviço Social do Instituto de História e Serviço Social do Câmpus Universitário de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, Seção 1, n. 139, p. 22, 23 jul. 1983. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 19, de 26 de fevereiro de 1991. Dispõe sobre propostas de estrutura curricular de Cursos de Graduação. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, seção 1, n. 37, p. 29, 27 fev. 1991. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 16, de 18 de março de 1992. Estabelece a estrutura curricular do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do Câmpus de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, seção 1, p. 23, 19 mar. 1992. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 53, de 18 de novembro de 1994. Altera a Resolução UNESP nº16/92, que estabelece a estrutura curricular do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do Câmpus de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, seção 1, n. 214, p. 43, 19 nov. 1994. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 29, de 21 de março de 2000. Estabelece a estrutura curricular do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social, do Câmpus de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, seção 1, n. 55, p. 28, 22 mar. 2000. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 102, de 29 de novembro de 2000. Dispõe sobre o Regimento Geral da Extensão Universitária na Unesp. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, seção 1, n. 230, p. 37 e 38, 30 nov. 2000. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/?base=R&numero=102&ano=2000&dataDocumento=29/11/2000>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 54, de 28 de junho de 2001. Altera a Resolução UNESP n. 29/00, que estabelece a estrutura curricular do Curso de Serviço Social da Faculdade de História, Direito e Serviço Social do Câmpus de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, seção 1, n. 121, p. 41, 29 jun. 2001. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2019.

_____. Resolução UNESP n. 04, de 09 de janeiro de 2015. Estabelece a estrutura curricular do Curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais do Câmpus de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, seção 1, n. 6, p. 44, 10 jan. 2015. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/>>. Acesso em: set. 2018.

_____. Resolução UNESP n. 42, de 06 de junho de 2015. Aprova o Regulamento do Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Cursos Mestrado Acadêmico e Doutorado, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Campus de Franca. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, São Paulo, 06 jun. 2015. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/ServicoSocial/novo-regulamento-ppgss-2015-_aprovado_.pdf>. Acesso em: mar. 2018.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA (UNESP). Resolução UNESP n. 41, de 16 de maio de 2017. Dispõe sobre a estrutura organizacional, atribuições e competências para a criação, desenvolvimento, implantação e manutenção de Sistemas Institucionais da Unesp. **Diário Oficial do Estado do São Paulo**, São Paulo, seção 1, n. 93, p. 44, 17 maio 2017. Disponível em: <<https://sistemas.unesp.br/legislacao-web/?base=R&numero=41&ano=2017&dataDocumento=16/05/2017>>. Acesso em: mar. 2020.

_____. Resolução n. 22, de 13 de março de 2019. Dispõe do regimento geral da pós-graduação da Unesp. **Diário Oficial do estado de São Paulo**, São Paulo, Processo 338/50/06/1979-Runesp. Disponível em: <<https://www2.unesp.br/portal#!/propg/regimento-da-pos-graduacao/>>. Acesso em: mar. 2020.

_____. **Projeto pedagógico do curso 2015**. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca – FCHS. Franca: DSS/UNESO, 2015. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br#!/graduacao/cursos-teste/servico-social/>>. Acesso: set. 2016.

_____. **Projetos de extensão**: consulta de projetos: 2020: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca – FCHS. São Paulo, 2020a. Disponível em: <<http://unesp.br/portal#!/proex/projetos-deextensao/>>. Acesso em: mar. 2020.

_____. **Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) – Serviço Social**. Consulta a Biblioteca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca – FCHS. São Paulo, 2020b. Disponível em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/11jSX0II8gkvHa7R-xPWx8rSCRDvsZ_C9njzQSK6jg8Q/edit?usp=sharing>. Acesso em: mar. 2020.

_____. **Dissertações – Serviço Social**. Consulta a Biblioteca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca – FCHS. São Paulo, 2020c. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br#!/ensino/pos-graduacao/stricto-sensu/servico-social/dissertacoes/>>. Acesso em: ago. 2020.

_____. **Teses – Serviço Social**. Consulta a Biblioteca: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Câmpus de Franca – FCHS. São Paulo, 2020d. Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br#!/ensino/pos-graduacao/stricto-sensu/servico-social/teses-servico-social/>>. Acesso em: ago. 2020.

YAZBEK, C. M. A dimensão política do trabalho do assistente social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 120, p. 677-693, out./dez. 2014.

YIN, R. **Estudo de Caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman. 2005.

GLOSSÁRIO

Ação antrópica - É toda ação provinda do seres humanos. As consequências da ação antrópica, como geradora de impacto ambiental, incluem fatores como a dinâmica populacional (aglomerações, crescimento populacional, deslocamentos, fluxos migratórios), o uso e a ocupação do solo (expansão urbana, paisagismo, instalações de infraestrutura, rede viária etc.), a produção cultural e também as ações de proteção e recuperação de áreas específicas (BRASIL, 1997, p. 27).

Crise Ecológica - Esta crise aponta para uma desordem ambiental que não é fruto de cataclismas ou catástrofes naturais. Existe aí algo de particular que provém do tratamento unilateral que o ser humano está conferindo à natureza. Isto acaba levando ao nó principal da crise como sendo a intervenção predatória do ser humano ante a realidade (limitada) da Terra (AGOSTINI, 1996, p. 5).

Conscientização - Implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e na qual o homem assume uma posição epistemológica (FREIRE, 1979, p. 15).

Cultura - É o jeito de viver dos humanos em geral e, ao mesmo tempo, o jeito de viver de grupos sociais específicos. Assim, falamos em cultura no singular como aquilo que diferencia os homens de tudo o mais que existe no mundo. Culturas, no plural, é o que diferencia os homens entre si (BRASIL, 2012, p. 21).

Degradação Ambiental - Termo usado para qualificar os processos resultantes dos danos ao meio ambiente, pelos quais se perdem ou se reduzem algumas de suas propriedades, tais como, a qualidade ou a capacidade produtiva dos recursos ambientais (MMA et al., 2002, p. 114).

Desenvolvimento Sustentável - Esse termo tem sua origem no ano de 1987, no relatório de Brundtland “Nosso Futuro Comum”. Nesse relatório, o desenvolvimento sustentável é conceituado como sendo “[...] aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades.” (FARIA, 2011, p. 16).

Ecossistema - É uma unidade que abrange todos os organismos que funcionam em conjunto (comunidade biótica) em uma área, interagindo com o ambiente físico e criando um fluxo de energia com estruturas bióticas interligadas (FLORIANO, 2007, p. 9).

Educação Ambiental - É a junção do campo ambiental e as tradições educativas, as quais irão produzir diferentes orientações pedagógicas e educações ambientais, um encontro entre o ambiental e o educativo para reflexões provenientes da vida, convocando diferentes saberes e áreas do saber para compreendê-las através do diálogo (CARVALHO, 2012, p. 151).

Emancipação - É a redução do mundo humano, das relações, ao próprio homem. Isso ocorrerá somente quando o homem real e individual recuperar em si, o cidadão abstrato e converter em ser genérico o seu trabalho individual e as suas relações individuais; e quando tiver reconhecido e organizado suas próprias forças (forces propres) como forças sociais, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força política, somente então se processará a emancipação humana (MARX, 2005a, p. 30).

Formação - Pode ser entendida como função social de transmissão de saberes, de saber-fazer ou do saber-ser que se exerce em benefício do sistema socioeconómico, ou da cultura dominante. A formação pode também ser entendida como um processo de desenvolvimento e de estruturação da pessoa que se realiza com o duplo efeito de uma maturação interna e de possibilidades de aprendizagem, de experiências dos sujeitos. Por último, é possível falar-se da formação como instituição, quando nos referimos à estrutura organizacional que planifica e desenvolve as atividades de formação (SOUZA, [2020], p. 4).

Formação em Serviço Social - A formação em Serviço Social propõe-se a: ‘viabilizar a capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais numa perspectiva de totalidade e do movimento histórico da sociedade brasileira; possibilitar a compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; e identificar demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado’ (IAMAMOTO, 2014, p. 619).

Homem - O que é o homem? Seria um objeto real ou apenas uma idéia? Seria uma certa variedade animal, que os antropólogos chamam de *Homo sapiens*? O fato é que o homem existe no planeta Terra há dezenas de milhares de anos. Hoje em dia, quando se fala da ‘morte do homem’ (M. Foucault), trata-se da idéia ocidental de homem, criada pelo cristianismo e pela Antiguidade greco-latina. A Bíblia afirma a posição dominante do homem sobre a natureza (Adão. Noé) e conta a Aliança que o Deus único e criador estabeleceu com urna parte dos descendentes de Adão. Além disso, afirma que o próprio Deus se fez homem para salvar os homens. O fato de o homem relacionar-se com Deus torna-o diferente do resto da natureza. Aos poucos, o pensamento grego elabora a idéia de que o homem é ‘um animal dotado de razão’ (Aristóteles). As duas correntes vão-se encontrar na Idade Média, graças aos esforços conceituais da escolástica. Com o Renascimento, há uma reviravolta: a Terra deixa de ser o centro do mundo gira em torno do Sol. Descobre-se a existência de outros homens além do oceano etc. E a época do humanismo, na qual a idéia de homem vai laicizar-se. Utiliza-se a matemática para se descrever e conhecer o mundo (Galileu, Newton). Na dúvida metódica de Descartes, a única evidência que subsiste é o ‘eu penso. logo existo’. Tudo o que não é pensamento é reduzido à extensão submetida às leis matemáticas da mecânica. Assim, o homem se converte num ser abstrato num mestre do universo, simplesmente porque sabe que pensa e porque sabe medir a extensão. O prodigioso desabrochar das ciências parece confirmar essa visão (a *Enciclopédia e a filosofia das Luzes). No séc. XIX, o homem, sujeito do conhecimento desde o séc. XVII, torna-se objeto de conhecimento: começam a nascer as ciências do homem. Darwin situa o homem numa linhagem evolutiva e mostra que ele também é um animal. Marx mostra que os homens não dominam as leis da economia, mas são dominados por elas. A psicologia descobre que o homem está longe de fazer o que quer, de ser o que acredita ser. A idéia de homem é abalada. Questiona-se o cerne mesmo dessa idéia: a razão. O que entendemos hoje por homem? Afinal, ‘o que é o homem?’, se perguntava Kant. Se a idéia de homem morreu, nem por isso o homem concreto deixou de existir (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2001, p. 95).

Injustiça Ambiental - É o mecanismo pelo qual sociedades desiguais, do ponto de vista econômico e social, destinam a maior carga de danos ambientais do desenvolvimento às populações marginalizadas e vulneráveis (CARVALHO, 2012, p. 171).

Justiça Ambiental - Em geral, designa o conjunto de princípios e práticas: assegure que nenhum grupo social, suporte uma parcela desproporcional das conseqüências ambientais negativas de operações econômicas ou políticas; acesso justo e equitativo aos recursos naturais do País; acesso a informações sobre o uso dos recursos ambientais e a destinação de dejetos e localização de fontes de riscos ambientais (CARVALHO, 2012, p. 171-172).

Justiça Social - Na Encíclica Divini Redemptoris, de 1937, para Pio XI, o seu conceito é em geral, aplicado na esfera econômica, para avaliar a distribuição de renda e riqueza. Outrossim, a justiça social tem a universalização da justiça legal, a qual define que todos têm obrigações em relação ao bem comum. E, o bem comum é o bem de todos, assim sendo, isso se dá na ordem econômica, onde a sua formula seria então: ‘todos os bens necessários para todos’ (BARZOTTO, [2003], p. 5).

Meio Ambiente – É composição dos elementos físicos, químicos, biológicos, sociais, humanos e outros que envolvem um ser ou objeto. Em suma, refere-se aos aspectos físicos e da natureza que interagem com o humano (MONTIBELLER-FILHO, 2001, p. 29).

Natureza - São os recursos naturais que constitui este planeta, coisas que não foram conquistadas pelo homem, contemplando a fauna e a flora, mas também as rochas, os bosques, as praias (CAVALCANTE, 1995, p. 203).

Paradigma Ecológico - É uma crítica radical à autonomia do pensamento moderno e uma proposta de compreensão da realidade em suas inter-relações e não como pura soma de entidades individuais. Amplia a pura perspectiva intersubjetiva dos humanos e tenta incluir também a consideração das interdependências e interligações com os seres vivos e com os ecossistemas e a biosfera (JUNGES, 2004, p. 55).

Paradigma Moderno - É o pensamento da ciência moderna marcada pela tensão ontológica e epistemológica em relação ao mundo antigo e medieval. A ciência moderna se estabelece a partir dos esforços civilizatórios empreendidos ao longo do tempo, na busca de causas e principais explicativos para os fenômenos naturais para a existência. Ampliando e aprofundando pressupostos e perspectivas herdadas do mundo antigo e medieval, uma nova visão de mundo começa a se estabelecer, uma visão de mundo que ultrapassa a física das qualidades, elevando a uma condição primeira de uma física das quantidades pautada em pressupostos de quantificação e mensuração, de natureza, de corpos (BAZZANELLA, 2010, p. 21).

Poluição Ambiental - É a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente: prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população; criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; afetem desfavoravelmente a biota; afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente (MMA et al., 2002, p. 116).

Questão Social - Não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO; IAMAMOTO, 2005, p. 77).

Recursos Naturais - O patrimônio nacional nas suas várias partes, tanto os recursos não renováveis, como jazidas minerais, e os renováveis, como florestas e meio de produção. Os recursos naturais são tanto bióticos (flora e fauna) quanto abióticos (ar, água, solo, subsolo etc.) (MMA et al., 2002, p. 117).

Sociedade - A sociedade não é um mero conjunto de indivíduos vivendo juntos em um determinado lugar, mas define-se essencialmente pela existência de uma organização, de instituições e leis que regem a vida desses indivíduos e suas relações mútuas. Algumas teorias distinguem a sociedade, que se define pela existência de um *contrato social entre os indivíduos que dela fazem parte, e a comunidade que possui um caráter mais natural e espontâneo (MARCONDES; JAPIASSÚ, 2001, p. 177).

Sujeito Ecológico - É um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados (CARVALHO, 2012, p. 65).

Sustentabilidade - É uma ação em que a elaboração de um produto ou desenvolvimento de um produto ou desenvolvimento de um processo não compromete a existência de suas fontes, garantindo a reprodução de seus meios (FARIA, 2011, p. 16).

Trabalho - Se realmente o trabalho no seu aspecto originário – quer dizer, enquanto produtor de valor de uso – como forma ‘eterna’, permanente na variação das formações sociais, da troca orgânica entre homem (sociedade) e natureza, aparece claramente como a intenção que determina o caráter da alternativa, apesar de pôr em marcha as necessidades sociais, é posto na direção da transformação dos objetos naturais (LUKÁCS, 1981, p. 49).

APÊNDICES

Apêndice A – Carta de solicitação para pesquisa na FCHS/UNESP



Franca, 08 de agosto de 2019.


Venho por meio deste, solicitar autorização para que a doutoranda, **Tatiane Pereira da Silva**, portadora do RG MG 12.296.159, regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS – da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” FCHS/UNESP, possa realizar pesquisa documental e um estudo de caso no curso de graduação em Serviço Social desta universidade.

O tema de pesquisa proposto pela orientanda objetiva analisar e comparar o processo de formação profissional nas diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no Brasil e Facultad de Trabajo Social, FTS/UNAB, no Chile, no que diz respeito aos projetos pedagógicos quanto a inserção da questão socioambiental contemporânea.


Pretendendo-se com isso, efetuar uma pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso, bem como aplicar uma entrevista semiestrutura direta e ou indireta com o(a) coordenador(a) de curso e os professores do corpo docente do curso de graduação em Serviço Social de ambas as universidades (segue em anexo o roteiro da entrevista).

No mais, agradeço a atenção recebida e aguardo devolutiva quanto a esta solicitação.

Respeitosamente,


Dr. Analúcia Bueno dos Reis Giometti
 Professora Orientadora
 PPGSS – UNESP/Franca

Ao(a) Senhor(a) Coordenador(a) do Curso de Serviço Social
UNESP / Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
 Av. Eufrásia Monteiro Petráglio, 900 - Jd. Dr. Antônio Petráglio
 Franca/SP.

autorizo
09/08/2019

Prof.ª Dr.ª Maria José de Oliveira Lima
 Coordenadora do Conselho de Curso
 de Graduação em Serviço Social

Apêndice B – Carta Convite para os sujeitos da pesquisa (1ª versão – Word doc.)



Carta Convite

Prezado(a) professor(a),

Meu nome é Tatiane Pereira da Silva, sou graduada, mestre e doutoranda em Serviço Social pela FCHS/UNESP, sob orientação da professora Dra. Analúcia Bueno dos Reis Giometti. Desde a graduação (2005-2008) venho aprofundando os meus estudos sobre a temática ambiental no universo da formação e do trabalho dos(as) assistentes sociais. Iniciei o doutorado em 2017, tendo o projeto de tese inicialmente qualificado para que fosse realizado uma análise comparativa sobre a questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social no contexto latino americano, através do estudo de caso na FCHS/UNESP, Brasil e a Facultad de Trabajo Social da Universidad Andrés Bello – FTS/UNAB, Chile.

Para isto, seria realizado um intercâmbio internacional entre os programas de pós-graduação das Universidades supracitadas. O intercambio havia sido programado para o mês de abril deste ano (2020), início do semestre letivo do doutorado da Universidad Andrés Bello - UNAB, no Chile, mas tivemos que cancelar a programação estipulada no cronograma da pesquisa em questão com o surgimento e o avanço da pandemia do coronavírus nos países da América Latina, no mês de março, por ocasionar a execução das medidas sanitárias de combate ao contágio comunitário da doença – quarentena, isolamento e distanciamento social através do fechamento e suspensão das atividades acadêmicas presenciais das Universidades.

Mesmo passado o período da quarentena, nos deparamos com o avanço da pandemia e as incertezas de retorno das atividades acadêmicas até aquele momento suspensas, tornando-se inviável o seguimento do intercambio no exterior. Deste modo, os impactos da pandemia do coronavírus nos levou as medidas preventivas de contágio da doença, mudando completamente a rotina da vida das pessoas, seus trabalhos e planos futuros, especialmente, em relação aos ambientes que remetem aglomeração, viagens e movimentação de pessoas. No meu caso, isso, se deu no impedimento do intercambio, impossibilitando tempo hábil para o recolhimento bibliográfico, documental e o contato direto com os professores da FTS/UNAB que se fariam in-loco, o que nos impeliu a modificar o universo da nossa investigação, justificando a mudança ao Comitê de Ética e dando continuidade à pesquisa com o estudo de caso na FCHS/UNESP, no Brasil.

Diante disso, o objetivo do meu contato é de estender o convite para a sua participação em nosso estudo, ressaltando que mesmo com tantas dificuldades e impasses para a continuidade da pesquisa, presamos pelo nosso compromisso em zelar e honrar cuidadosamente da qualidade das propostas e estudos no PPGSS da FCHS/UNESP. Por isso, para o seguimento do presente estudo frente ao cenário da pandemia do coronavírus, utilizamos como alternativa instrumental de pesquisa o correio eletrônico (e-mails) para o contato com os sujeitos da pesquisa – últimos 5 coordenadores e o corpo docente ativo do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP, e, elaboramos um questionário com perguntas semiabertas para facilitar e ampliar a participação nesta investigação.

Para maior ilustração em relação a esta pesquisa, segue documentado junto ao questionário, um resumo da proposta de estudo da tese de doutorado e o parecer do comitê de ética. Também, enviamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado, com espaços para o preenchimento de dados e a assinatura do sujeito da pesquisa. Saliento, a relevância da devolutiva do termo assinado junto ao questionário, como requisito para o cumprimento das normas éticas resguardadas no registro do referido documento.

Com grande satisfação antecipo os meus agradecimentos, ressaltando a extrema importância da sua participação neste estudo que se dará na tese de doutorado.

Aguardarei a devolutiva das respostas do questionário:
 Email: tpsylvamg@gmail.com
 Contato: whatsapp 35 9 91045955

Apêndice C – Convite para os sujeitos da pesquisa (2ª versão – Google forms)

Coordenadores do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP

Prezado (a) Professor (a),

Gostaríamos de Convidá-lo (a) para participar da pesquisa da tese de doutoramento intitulada: “*A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social*”, desenvolvida por **Tatiane Pereira da Silva**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, orientado pela **Profª. Drª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti**, pertencente ao quadro docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / FCHS – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / UNESP Campus de Franca/SP.

A pesquisa consiste na participação voluntária do Corpo Docente do Curso de Serviço Social e endereçada para os últimos 5(cinco) Coordenadores de curso como parte do estudo que objetiva analisar o processo de formação profissional, tendo como universo de pesquisa o curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP.

Para facilitar o acesso e a participação dos docentes do curso viabilizamos o encaminhamento via e-mail do questionário no formato online - Google Forms.

O link de acesso ao questionário é:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSc03XUe5B2Jv0p8cRSdEoDKndpKksCCIUfN9H9v84aVDg_A/viewform?usp=sf_link

Salientamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e obteve sua aprovação em 25 de março de 2020 - CAAE: 23260819.4.0000.5408 - Número do Parecer: 3.933.226 / 2020

No link, encontra-se maiores informações sobre a pesquisa bem como os aspectos éticos, aprovação do Comitê de Ética e contato dos pesquisadores.

Ressaltamos a suma importância da sua participação, que muito contribuirá para o resultado final do estudo proposto. Por isso, foi encaminhado um questionário para ser respondido pelos docentes atuantes no ano de 2020, e também o link acima para os últimos 5(cinco) docentes atuantes no exercício de coordenação do curso de Serviço Social da FCHS/UNESP. Para concluir a submissão das respostas é necessário preencher o questionário por completo (os três formulários).

Agradecemos sua pronta atenção!

Tatiane Pereira da Silva
Doutoranda do PPGSS
FCHS/UNESP

Corpo Docente do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP – ano de 2020

Prezado (a) Professor (a),

Gostaríamos de Convidá-lo (a) para participar da pesquisa da tese de doutoramento intitulada: “*A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social*”, desenvolvida por **Tatiane Pereira da Silva**, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – PPGSS, orientado pela **Profª. Drª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti**, pertencente ao quadro docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / FCHS – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / UNESP Campus de Franca/SP.

A pesquisa consiste na participação voluntária do Corpo Docente do Curso de Serviço Social como parte do estudo que objetiva analisar o processo de formação profissional, tendo como universo de pesquisa o curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP.

Mediante as dificuldades acadêmicas no ano de 2020 decorrentes da pandemia do novo Coronavírus (Covid 19) e o fechamento por tempo indeterminado das Universidades, muitos obstáculos emergiram para as pesquisas que

estavam em andamento, algo que vem demandando (re)adaptações e desafios. Desta maneira, o presente estudo tem sido efetuado entre partes divididas no 1º e 2º semestre deste ano letivo para a aplicação da pesquisa de campo. Assim, para facilitar o acesso e a participação dos docentes do curso viabilizamos o encaminhamento via e-mail do questionário no formato online - Google Forms.

O link de acesso ao questionário é:

https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSf_QpINLpU8_tUXVeKhLol5zL02I4SF8ZhFDvnDqxIBlx3MfA/vi_ewform?usp=sf_link

Salientamos que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e obteve sua aprovação em 25 de março de 2020 - CAAE: 23260819.4.0000.5408 - Número do Parecer: 3.933.226 / 2020

No link, encontra-se maiores informações sobre a pesquisa bem como os aspectos éticos, aprovação do Comitê de Ética e contato dos pesquisadores.

Ressaltamos a suma importância da sua participação, que muito contribuirá para o resultado final do estudo proposto. Por isso, para concluir a submissão das respostas é necessário preencher o questionário por completo (os três formulários).

Agradecemos sua pronta atenção!

Tatiane Pereira da Silva
Doutoranda do PPGSS
FCHS/UNESP

Apêndice D – Questionário para Coordenadores de curso

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Coordenador de curso

Parte I – DADOS DO SUJEITO DA PESQUISA

- 1- Nome: _____ 2- Idade: _____
 3- Em que ano exerceu a profissão de coordenador(a)? _____
 4- Quanto anos de profissão nesta universidade? _____
 5- Nas atividades acadêmicas que já realizou enquanto docente coordenador(a) houve possibilidades de pensar ou desenvolver intervenções em relação a questão socioambiental?
 Sim Não

Parte II – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

- 1- Qual é a sua corrente teórico-metodológica utilizada no curso?
 dialética materialismo histórico dialético sistêmica
 fenomenológica positivista complexidade
 outros: _____
- 2- A partir de sua perspectiva epistemológica como coordenador de curso, qual é o papel da Universidade frente à questão ambiental? _____
- 3- A questão ambiental contemporânea rebate sobre a formação profissional dos(as) assistentes sociais? Sim Não Talvez Outros: _____
 Se sim, por quê? _____
- 4- Com o agravamento inquietante da questão ambiental, quais novas exigências e perspectivas surgem para a coordenação do curso de Serviço Social? _____
- 5- Qual é o papel da coordenação do curso para a formação profissional frente as questões ambientais postas na atualidade? _____
- 6- Perante a trajetória enquanto coordenador (a) no curso de Serviço Social, é possível estabelecer uma prática acadêmica com o socioambiental? Sim Não
 Se sim, de que forma? _____
- 7- Sobre a prática acadêmica de coordenador (a), descreva as experiências vivenciadas ou as que observou acerca da temática ambiental. Se foram ou estão sendo desenvolvidos projetos, ações e atividades socioambientais, quais?
 Núcleo Pesquisa Extensão Nenhum Outros: _____
- | | | |
|---|----------|----------|
| a. Dos trabalhos em projetos, ações e atividades desenvolvidos: _____ | | |
| Núcleo | Pesquisa | Extensão |
| Nenhum | Nenhum | Nenhum |
| 01 – 05 | 01 – 05 | 01 – 05 |
| 06 – 12 | 06 – 12 | 06 – 12 |
| 13 – 20 | 13 – 20 | 13 – 20 |
- b. Descreva os trabalhos desenvolvidos, os resultados e o tempo de duração de cada projeto, ação e atividade que tenha visualizado importância. _____
- 8- Quais as contribuições do coordenador (a) de curso no processo de formação profissional durante implantação do curso podem possibilitar a prática acadêmica sobre o viés socioambiental?

- 9- Sobre o viés socioambiental:
 Houve obstáculos Houve motivações Foi abordado o viés socioambiental
 Ações foram desenvolvidas Outros: _____
- 10- Descreva sobre a (s) alternativa (s) selecionada na questão anterior.
- 11- Em sua ótica, quais os desafios futuros para a coordenação do curso de Serviço Social diante a intervenção da questão socioambiental? _____
- 12- Deseja explanar algo a mais sobre a temática que lhe pareça ter significado? _____

Apêndice E – Questionário para Docentes do curso

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA DE CAMPO

Corpo docente do curso de Serviço Social – ano de 2020

Parte I – DADOS DO SUJEITO DA PESQUISA

- 1- Nome: _____ 2- Idade: _____
- 3- Há quanto anos exerce a profissão de docente? _____
- 4- Há quanto anos de profissão nesta Universidade? _____
- 5- Qual disciplina de atuação na docência do curso de Serviço Social? _____
- 6- Descreva sobre a sua prática docente no curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP no ano de 2020.
- 6- Nas atividades acadêmicas que já realizou enquanto docente houve possibilidades de pensar ou desenvolver intervenções em relação a questão socioambiental? () Sim () Não

Parte II – ROTEIRO DO QUESTIONÁRIO

- 1- Qual é a sua corrente teórico-metodológica utilizada no curso?
 () dialética () materialismo histórico dialético () sistêmica
 () fenomenológica () positivista () complexidade
 () outros: _____
- 2- A partir de sua perspectiva epistemológica, qual é a visão da dimensão prática da docência no ensino superior frente à questão ambiental? _____
- 3- A questão ambiental contemporânea rebate sobre o trabalho e a formação profissional dos(as) assistentes sociais? () Não () Sim
 Se sim, por quê? _____
- 4- Quais as novas exigências e perspectivas surgem para o curso de graduação em Serviço Social com o agravamento inquietante da questão socioambiental? _____
- 5- Qual é o papel do docente para a formação profissional diante da questão socioambiental posta na atualidade? _____
- 6- Perante a trajetória do curso de graduação em Serviço Social, é possível estabelecer uma dimensão prática docente com o viés socioambiental? () Sim () Não () Talvez
 Se sim, de que forma? _____
- 7- Sobre a prática acadêmica de coordenador (a), descreva as experiências vivenciadas ou as que observou acerca da temática ambiental. Se foram ou estão sendo desenvolvidos projetos, ações e atividades socioambientais, quais?
 () Núcleo () Pesquisa () Extensão () Nenhum () Outros: _____
- a. Dos trabalhos em projetos, ações e atividades desenvolvidos: _____
- | | | |
|------------|------------|------------|
| Núcleo | Pesquisa | Extensão |
| Nenhum | Nenhum | Nenhum |
| 01 – 05 | 01 – 05 | 01 – 05 |
| 06 – 12 | 06 – 12 | 06 – 12 |
| 13 – 20 | 13 – 20 | 13 – 20 |
| Mais de 21 | Mais de 21 | Mais de 21 |
- b. Especifique as propostas dos trabalhos desenvolvidos - projetos, ações e atividades a partir do viés socioambiental. _____
- c. Descreva os resultados e o tempo de duração de cada projeto, ação e atividade que tenha visualizado importância. _____
- d. Pontue as suas observações sobre a dimensão acadêmica para o desenvolvimento do viés socioambiental nas disciplinas ministradas. Se há obstáculos e/ou motivações, Quais seriam? _____
- 8- Quais as contribuições do docente na prática acadêmica para o desenvolvimento do processo de formação profissional que possibilite graduar profissionais aptos a trabalharem o viés socioambiental? _____
- 9- Em sua ótica, quais os desafios futuros para a docência no curso de Serviço Social diante a intervenção com a questão socioambiental? _____
- 10- Deseja explanar algo a mais sobre a temática que lhe pareça ter significado? _____

Apêndice F – Resumo do projeto de Tese

TESE DE DOUTORADO

TÍTULO DA TESE: A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social

OBJETO DE ESTUDO

Questão socioambiental contemporânea, processo de trabalho e formação profissional e o Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, Brasil.

HIPOTESE

Diante das novas demandas contemporâneas que envolvem a questão socioambiental postas aos Assistentes Sociais, vem sendo necessárias reflexões teóricas e práticas sobre este olhar durante a formação dos profissionais de Serviço Social, para que tenham possibilidade de responder de maneira qualificada ao desempenho do trabalho profissional exigidos na atualidade. A partir desse cenário, apontamos questionamentos no que concerne o suporte pedagógico e a formação profissional no curso de graduação em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP:

- Como a questão socioambiental contemporânea está inserida na formação profissional, no que consiste as diretrizes curriculares e o projeto pedagógico do curso?
- O curso de Serviço Social está formando profissionais aptos a trabalharem o socioambiental?

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Analisar o processo de formação profissional no universo do Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP (Brasil), no que consiste a questão socioambiental contemporânea

Objetivos Específicos

- Conhecer as demandas atuais postas ao trabalho profissional de Assistente Social diante da questão socioambiental;
- Refletir o processo da formação profissional em Serviço Social na perspectiva socioambiental;
- Investigar a inserção da questão socioambiental nas diretrizes curriculares, na implementação do projeto pedagógico e na visão empírica didático-pedagógico do exercício do Coordenador de curso do Serviço Social da FCHS/UNESP;

METODOLOGIA

A trajetória metodológica vislumbra o uso do método dialético, a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, tendo como estratégia de pesquisa o estudo de caso por intermédio das pesquisas descritiva e exploratória, sendo empregado a abordagem qualitativa e aplicado para o recolhimento do material empírico no ano de 2020 um questionário acrescido de um roteiro de perguntas como instrumental técnico disponibilizado via correio eletrônico aos últimos 5(cinco) professores que exerceram a função de Coordenador e Docentes do curso de Serviço Social da Universidade pesquisada, predispondo como referência à vigência das Diretrizes Gerais de 1996 do curso de Serviço Social e ao final sobreposto uma análise de conteúdo.

Apêndice G – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezado (a) Professor (a),

Convidado (a) Sr (a) para participar da pesquisa da tese de doutoramento intitulada: “*A questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social*”, desenvolvida por **Tatiane Pereira da Silva**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social – PPGSS**, orientado pela **Profª. Drª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti**, pertencente ao quadro docente da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / FCHS – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” / UNESP Campus de Franca/SP. O objetivo da pesquisa é analisar o processo de formação profissional no universo do curso de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no que consiste a interface com a questão socioambiental contemporânea. Para isto, os objetivos específicos foram delineados para conhecer as demandas postas ao trabalho profissional de Assistentes Sociais, refletir sobre o processo de formação profissional no âmbito socioambiental e investigar a inserção da questão socioambiental na formação profissional em Serviço Social nas diretrizes curriculares, na implantação do projeto pedagógico e na visão empírica do exercício de Coordenador e o Corpo de Docentes do curso de Serviço Social desta Universidade no ano de 2020. A metodologia consiste no uso do método dialético, a partir das pesquisas bibliográfica, documental e de campo, tendo como estratégia de pesquisa o estudo de caso por intermédio das pesquisas descritiva e exploratória; do emprego da abordagem qualitativa; da aplicação de um questionário enquanto instrumental técnico disponibilizado via correio eletrônico para o recolhimento do material empírico com perguntas semiabertas aos sujeitos da pesquisa; detendo como referência para o recorte temporal as Diretrizes Gerais de 1996 vigente no curso de Serviço Social, e, ao final será sobreposto uma análise de conteúdo. O benefício que o(a) Sr(a) terá ao participar da pesquisa, recai na sua contribuição na análise que influem sob o processo da formação profissional do curso de graduação em Serviço Social da FCHS/UNESP. O (a) Sr (a) está recebendo este convite porque possui as qualificações necessárias para participar da pesquisa e a sua participação é de suma importância, porém é livre, ou seja, não é obrigatória, e mesmo que aceite agora, poderá retirar a pesquisa quando desejar, basta avisar aos pesquisadores. Esta pesquisa atende a todas as especificações da Resolução 510 de abril de 2016, que aprova as normas e regulamentos de pesquisas relacionadas a seres humanos, o sigilo e a garantia do anonimato, em consonância a submissão apreciada pelo Comitê de Ética da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais / UNESP, número do parecer: 3.933.226 / 2020 (CAAE: 23260819.4.0000.5408).

Pesquisador Responsável - Tatiane Pereira da Silva - CPF: 056.492.516-06
Endereço: Rua José Pereira dos Santos, 25 Alto Bela Vista – São Sebastião do Paraíso/MG –
CEP: 37950 000 Tel: 55 35 9 91045955 E-mail: tpsilmvng@gmail.com

Orientador - Profª. Drª. Analúcia Bueno dos Reis Giometti - CPF: 027.897.188-14
Endereço: Rua Luiz Leporaci, 1236 apt. 701 – Santo Augustinho – Franca/SP – CEP: 14.401-355
Tel: 55 19 9 99186800 / 16 34027015 E-mail: analuciagiometti@yahoo.com.br

ANEXOS

Anexo A – Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL

Pesquisador: Tatiane Pereira da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 23260819.4.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.933.265

Apresentação do Projeto:

As informações presentes no projeto são claras e concisas. Todos os elementos necessários para sua análise estão presentes, inclusive sobre como se dará o contato com os participantes da pesquisa, que totalização 20 entrevistas. Houve correção e revisão da área da pesquisa e revisão dos riscos da mesma, em atendimento à solicitação anterior deste CEP. O cronograma da pesquisa indica que a pesquisa de campo ainda não se iniciou, esclarecendo assim outra dúvida suscitada em versão anterior do projeto.

Objetivo da Pesquisa:

O objetivo da pesquisa foi claramente explicitado e o mesmo está assim apresentado: "Analisar e comparar o processo de formação profissional nas diretrizes curriculares dos cursos de Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, FCHS/UNESP, no Brasil e Facultad de Trabajo Social, FTS/UNAB, no Chile, no que diz respeito aos projetos pedagógicos quanto a inserção da questão socioambiental contemporânea." Para tanto, além das entrevistas projetadas, também serão consultados os Projetos Políticos Pedagógicos dos cursos de ambas as instituições.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os riscos que a pesquisa de campo possa eventualmente trazer aos participantes da pesquisa foram adequadamente considerados à luz da Resolução CNS 510 de abril de 2016. Quanto ao direito ao sigilo, também apontou-se como suporte o TCLE, não dispensado pela pesquisadora.

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900

Bairro: Jd. Antonio Petraglia

CEP: 14.409-160

UF: SP

Município: FRANCA

Telefone: (16)3706-8723

Fax: (16)3706-8724

E-mail: comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.933.265

Quanto aos benefícios, os mesmos foram bem apontados.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A pesquisa é relevante e busca, além do que já foi explicitado como objetivo principal, também "Conhecer as demandas postas ao trabalho profissional de Assistente Social na contemporaneidade; Refletir o processo de formação profissional em Serviço Social no âmbito socioambiental; Investigar nos projetos pedagógicos a inserção da questão socioambiental nos cursos de Serviço Social das universidades (Brasil e Chile). O método empregado para análise dos dados é compatível com os objetivos e proteção aos participantes da pesquisa foi adequadamente considerada.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Todos os termos de apresentação obrigatória foram corretamente preenchidos e apresentados, a saber: Informações básicas do projeto, Folha de Rosto, TCLE, Carta de Aceite da Universidade Chilena, tanto em espanhol quanto em português, Projeto Detalhado, onde também se aponta claramente que a pesquisa de campo ainda não se iniciou, autorização para pesquisa de campo no Brasil.

Recomendações:

Não constam recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Conclui-se pela aprovação do presente projeto. Não há pendências ou inadequações.

Considerações Finais a critério do CEP:

O coordenador aprova "ad referendum" do colegiado o parecer do relator.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1413400.pdf	12/03/2020 14:08:27		Aceito
Folha de Rosto	FolhaDeRosto.pdf	12/03/2020 14:07:11	Tatiane Pereira da Silva	Aceito
Outros	Sumario_Formulario.pdf	09/03/2020 10:42:01	Tatiane Pereira da Silva	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	09/03/2020 10:40:24	Tatiane Pereira da Silva	Aceito

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br

UNESP - FACULDADE DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS/CAMP. DE FRANCA



Continuação do Parecer: 3.933.265

Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_Aceite_UNAB_portugues.pdf	09/03/2020 10:34:12	Tatiane Pereira da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_2019.pdf	09/03/2020 10:14:54	Tatiane Pereira da Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	pesquisadecampoautorizacao.pdf	02/10/2019 15:10:56	Tatiane Pereira da Silva	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Carta_de_Aceite_UNAB.pdf	02/10/2019 15:10:40	Tatiane Pereira da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

FRANCA, 25 de Março de 2020

Assinado por:
Marcos Alves de Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Eufrasia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia **CEP:** 14.409-160
UF: SP **Município:** FRANCA
Telefone: (16)3706-8723 **Fax:** (16)3706-8724 **E-mail:** comiteetica@franca.unesp.br